

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

**Agricultura familiar e dinâmicas institucionais e não-institucionais da ação
política na Zona da Mata mineira**

Elisa de Jesus Garcia Sensato

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**AGRICULTURA FAMILIAR E DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E NÃO-
INSTITUCIONAIS DA AÇÃO POLÍTICA NA ZONA DA MATA
MINEIRA**

ELISA DE JESUS GARCIA SENSATO

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora em**
Ciências Sociais, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro
Outubro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S215a Sensato, Elisa de Jesus Garcia, 1985-
 Agricultura familiar e dinâmicas institucionais e
 não-institucionais da ação política na Zona da Mata
 mineira / Elisa de Jesus Garcia Sensato. - Rio de
 Janeiro-RJ, 2022.
 211 f.

 Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2022.

 1. Movimentos Sociais. 2. Políticas Públicas. 3.
 Agricultura Familiar. 4. Ação Política. I. Medeiros,
 Leonilde Servolo de, 1949-, orient. II Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ III.
 Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001")

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

ELISA DE JESUS GARCIA SENSATO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 26/10/2022.

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof. Dr. MARCELO CARVALHO ROSA (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. JOSÉ RENATO SANT'ANNA PORTO (UFF)

Prof. Dr. EVERTON LAZARETTI PICOLOTTO (UFMS)



Emitido em 26/10/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22590/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 10/11/2022 16:20)

CLAUDIA JOB SCHMITT

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

Matrícula: 1432841

(Assinado digitalmente em 27/10/2022 17:36)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

Matrícula: 386491

(Assinado digitalmente em 27/10/2022 11:18)

MARCELO CARVALHO ROSA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

Matrícula: 1436134

(Assinado digitalmente em 31/10/2022 09:41)

JOSÉ RENATO SANT ANNA PORTO

ASSINANTE EXTERNO
CPF: 364.420.698-85

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
22590, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **27/10/2022** e o código de
verificação: **655a3f50bd**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 26/10/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 23577/2022 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/11/2022 09:29)

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO

CPF: ###.###.450-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **23577**, ano: **2022**,
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **16/11/2022** e o código de verificação:
e20ecc5189

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas queridas que me ajudaram na construção desse trabalho. Agradeço, primeiro, à Leonilde pelas trocas e ensinamentos valiosos vividos nas disciplinas cursadas, nos laboratórios de pesquisa, nas infindáveis conversas de orientação de pesquisa. Sua orientação atenta e sua leitura incansável desse texto foram um imenso e honroso privilégio. Agradeço, também, pelas nossas conversas sobre maternidade, seus encantos e desafios.

Agradeço aos professores e professoras do CPDA/UFRRJ com os quais pude aprender caminhos para a construção do conhecimento científico e da pesquisa acadêmica e partilhar inquietações sobre as experiências vividas na prática observante do cotidiano de trabalho com os movimentos sociais e com as políticas públicas. Agradeço carinhosamente também à Fernanda, Ana Lúcia e Janete por suas contribuições, sempre feitas com tanto carinho, nas miudezas burocráticas da pós-graduação.

Agradeço, com saudades e esperança de um Brasil feliz de novo que está por vir, aos colegas do MDA, pela parceria e pela amizade que me possibilitaram não só participar com mais alegria da trajetória de implementação de importantes políticas públicas para a agricultura familiar, mas que ao longo de quase dez anos compartilharam comigo o sonho desse doutorado. Agradeço, de modo especial, à Marise, Josi, Betty, Kayton, Elton, Bia, Andrea, Ana, Mônica, Marcelo, Ervanda, Severine, Elisa, Dorotea.

Agradeço às lideranças da Zona da Mata de Minas Gerais, aos colegas da CPT, dos Sindicatos, do Ceifar, do CTA e do Colegiado Territorial, essa gente toda que me conduziu, desde muito cedo, no aprendizado da cidadania, da participação política, da escuta atenta de quem quase nunca é ouvido. Agradeço, especialmente, ao Reinaldo, ao Zé Maria, Rogério, Seu Adair, Seu Alípio, Paulinho, Antônio Maria, Getúlio, Farinhada, Juseleno, Carlinhos, Tiquinho, Isaias, Marco, Glauco, por terem concedido tempo de suas lutas para me contar suas histórias, as histórias das organizações da região, as histórias do movimento. Agradeço também, de modo especial, às mulheres agricultoras, lideranças aguerridas na construção de novos caminhos e espaços de luta na região, Adriana, Regina, Tereza, Cida Mendes, Cida, Leninha, Silvana, Fernanda. Sem dúvida, alguns dos momentos mais valiosos dessa pesquisa foram aqueles nos quais, honrosamente, pude ouvi-las.

Agradeço também, carinhosamente, aos agricultores e agricultoras da comunidade São João do Glória (Muriaé-MG), entre os quais acrescento os meus tios, tias, primos, primas, amigos e amigas queridas da Pastoral de Juventude Rural, com quem aprendi sobre a importância da partilha, da ação coletiva, da fé vivida como força para a transformação social e política.

Aos amigos e amigas queridos, da vida e do CPDA/UFRRJ, que estiveram ao meu lado ao longo de todo esse tempo do curso de doutorado, agradeço pelo apoio, pelo carinho, pela escuta e pelo trabalho bonito que fizeram de manter viva a esperança de chegar até o fim dessa caminhada. Essa tese é muito de vocês, Fran, Ju, Lu, Seve, Leo, Domi, Anna, Fabrício, Lidi, Rita, Rodrigo, Luca, Thaís. De modo especial, agradeço à Ariane, pela amizade perseverante e afetuosa de tantos anos.

Agradeço à minha família, meus pais Sebastião e Elza, por terem provido todas as condições para que eu pudesse chegar até com muita fartura e muito amor. Ao meu irmão Seleone, por ser esse companheiro de vida e estar sempre ao meu lado. À minha cunhada tão querida, Camila, pelo carinho. Ao Gui, que esteve ao meu lado em parte importante desse caminho, pelo apoio, pela dedicação em deixar mais leve a tarefa da maternidade, pelo cuidado em garantir que eu pudesse realizar esse doutorado.

À Ana por me trazer tanto amor e alegria. Sem dúvida, minha maior contribuição para esse mundo.

Aos anjos, santos, santas, Deus e os Orixás, por me manterem de pé, com saúde e alegria, até aqui. Salve, Nossa Senhora Aparecida! Salve, São José! Ogum Yê! Kaô Kabecilê! Amém! Axé!

E, por último, viva a universidade pública, viva a democracia e viva todos os caminhos que nos levam para mais perto da igualdade racial e de gênero, do respeito às diferenças, da promoção da vida, da inclusão e da justiça social!

RESUMO

SENSATO, Elisa de Jesus Garcia. **Agricultura familiar e dinâmicas institucionais e não-institucionais da ação política na Zona da Mata mineira**. 2022. 211p Tese (Doutorado em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, DDAS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Diferentes formas de interação entre Estado e sociedade tecidas por meio da criação de espaços institucionais de participação social e de um relevante conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil incidiram sobre a dinâmica das organizações sociais de agricultores familiares nas últimas décadas. A presente tese apresenta uma análise a respeito do modo como essas mudanças influenciaram a ação política de agricultores e agricultoras familiares em organizações sociais da Zona da Mata mineira. Nosso principal objetivo consistiu em analisar a atuação de sindicatos, associações e cooperativas nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da problematização da representação política e das relações e práticas de poder características desses processos. A dinâmica das organizações sociais pesquisadas tem como importante característica a atuação em espaços institucionais de participação social e na implementação de políticas públicas, principalmente nos últimos vinte anos. Embora o processo de constituição dessas organizações tenha ocorrido ancorado em mobilizações em torno de um conjunto de ações reivindicativas, com intensa confrontação com agentes políticos locais e com o Estado, inúmeros dilemas e conflitos a respeito da dinâmica entre contestação e institucionalização surgiram tão logo se iniciou um processo formal de estruturação e funcionamento dessas organizações.

Palavras-chave: agricultura familiar, movimentos sociais, políticas públicas, ação política

ABSTRACT

SENSATO, Elisa de Jesus Garcia. **Family farming and institutional and non-institutional paths of political action in the Zona da Mata of Minas Gerais.** 2022. 211p Tese (Doutorado em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, DDAS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

New forms of interaction between State and society woven through the creation of institutional spaces for social participation and a new set of public policies for family farming in Brazil have influenced the dynamics of social organizations of family farmers in recent years. This thesis presents an analysis of how these changes have influenced the political action of family farmers. Our main objective was to analyze the role of social organizations, unions, associations and cooperatives in the processes of implementing public policies for rural development, based on the questioning of political representation and the power relations and practices that are characteristic of these processes. The dynamics of the social organizations surveyed has as an important characteristic the performance in institutional spaces of social participation and in the implementation of public policies, mainly in the last twenty years. Although the process of constituting these organizations took place anchored in mobilizations around a set of demanding actions, with intense confrontation with local political agents and with the State, numerous dilemmas and conflicts regarding the dynamics between contestation and institutionalization emerged as soon as it began. a formal process of structuring and functioning of these organizations.

Key words: family farming, social movements, public policies, political action

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AMART	Associação das mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais de Tombos-MG
APAT	Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos-MG
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASIMAF	Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar de Espera Feliz-MG
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCPH	Centro Comunitário de Promoção Humana
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEIFAR-ZM	Centro de Estudos, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata
CEME	Central de Medicamentos
CEPEC	Centro de Pesquisa e Promoção Cultural
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Confederação Nacional do Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
COOFELIZ	Cooperativa dos Agricultores (as) Familiares de Espera Feliz
COOPERINCA	Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATAPREV	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FPAS	Fundo de Previdência e Assistência Social
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCA	Instituto Cajamar
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITR	Imposto Territorial Rural
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MCMV Rural	Programa Minha Casa Minha Vida Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBON	Movimento Boa Nova

MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
ONG	Organização não governamental
OSC	Organização de Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PJR	Pastoral de Juventude Rural
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROINF	Programa de Infraestrutura e Serviços
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
STR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TSB	Território Serra do Brigadeiro

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	15
1.1.	Problemática de Pesquisa	15
1.2.	Objeto de Pesquisa	17
1.3.	Meu envolvimento com as organizações sociais da agricultura familiar da Zona da Mata	22
1.4.	Processos de institucionalização política e relações de poder: contribuições teóricas	24
1.5.	Movimentos sociais e Estado: debates e abordagens.....	28
1.6.	Dilemas da construção democrática: movimentos sociais mais perto do Estado	30
1.7.	Novas interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil	34
1.8.	Políticas Públicas, organizações sociais e novas abordagens analíticas.....	37
1.9.	Metodologia.....	41
1.10.	Estrutura da tese.....	43
2	CAPÍTULO II - ZONA DA MATA MINEIRA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	45
2.1.	As CEBs e o Mobon: as bases sociopolíticas do engajamento dos agricultores e agricultoras	46
2.2.	A relação entre fé e política e as práticas e discursos das lideranças dos movimentos sociais da agricultura familiar da região	53
2.3.	A fundação dos primeiros sindicatos: o passo adiante na caminhada religiosa.....	59
2.4.	Os primeiros trabalhos sindicais: direitos trabalhistas, saúde e previdência social ...	65
2.5.	O engajamento no partido: novos conflitos e mudanças na ação política dos agricultores e agricultoras nas organizações sociais	69
3	CAPÍTULO III - A AÇÃO SINDICAL: DISPUTAS, INTERESSES E TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO POLÍTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA DA MATA	77
3.1	Das Comunidades Eclesiais de Base à Articulação Sindical da Zona da Mata	77
3.2	Escolinhas Sindicais	81
3.3	Os processos políticos regionais e a estrutura oficial do sindicalismo de trabalhadores/as rurais	84
3.4	Questões econômicas e novas articulações políticas	88
3.5	A Associação Regional e questões sobre os caminhos institucionais da ação política	93
3.6	O Racha da Zona da Mata: disputas e rompimentos políticos na rede de movimentos sociais da agricultura familiar	96

4	CAPÍTULO IV - O CONTEXTO E AS EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA.....	108
4.1	O contexto das políticas públicas e dos espaços institucionais de participação do campo político	108
4.1.1	A construção da agricultura familiar como categoria política e aspectos da sua adesão entre as organizações sociais pesquisadas	108
4.1.2	Políticas públicas de desenvolvimento rural	113
4.1.3	Espaços institucionais de participação social	115
4.2	As experiências das organizações sociais da agricultura familiar da Zona da Mata nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural	120
4.2.1A política de desenvolvimento territorial e a dinâmica das organizações sociais da agricultura familiar	120
4.2.2	A experiência participativa de monitoramento de projetos e o engajamento das organizações sociais na implementação da política territorial	132
4.2.3	As políticas públicas e a criação de novas organizações sociais	142
4.2.4	Acesso às políticas públicas e vínculo sindical: “tem que ser filiado”, “a nossa base é o sindicato”	155
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

1 CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Problemática de Pesquisa

Novas formas de interação entre Estado e sociedade tecidas por meio da criação de espaços institucionais de participação social e de um novo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil incidiram sobre a dinâmica das organizações sociais de agricultores familiares nas últimas décadas¹. Essa tese apresenta uma análise a respeito do modo como essas mudanças têm influenciado a ação política desses agricultores. Nosso principal objetivo consistiu em analisar a atuação das organizações sociais, sindicatos, associações e cooperativas nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da problematização da representação política e das relações e práticas de poder presentes nesses processos, tendo por base empírica dez municípios da Zona de Mata de Minas Gerais².

Recentes estudos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil apresentam um conjunto de questionamentos a respeito das implicações da ação institucional para as organizações e movimentos sociais (TATAGIBA, 2011; SILVA; SCHMITT, 2012; SILVA, 2015). Entre os temas apontados, estão a combinação entre contestação e ação institucional ocorridas nos espaços de políticas públicas, bem como sua capacidade para atuar de forma conjunta com agências do Estado, considerando os custos e limites dessa atuação e as mudanças provocadas a partir da opção pelo caminho da ação política institucional. Tais estudos também têm indicado limitações nas correntes analíticas que colocam de lados opostos ações reivindicativas e propositivas e se assentam na ideia de uma reduzida probabilidade desses movimentos manterem sua autonomia diante da aproximação com o Estado.

Na presente tese, buscamos analisar as experiências vivenciadas a partir de ações em parceria com o Estado, principalmente por meio da atuação na implementação de políticas públicas, tendo como ponto de partida os atores que as vivenciam, seus dilemas e buscando compreendê-los como parte da construção da ação política.

As organizações sociais são dinâmicas e suas trajetórias ilustram esses dilemas. No caso do Brasil, uma breve análise da literatura a respeito do movimento sindical rural permitirá perceber um conjunto de questões a respeito da relação entre organizações sindicais e Estado. No período de ditadura militar, o exercício pelos sindicatos do papel de executores de políticas públicas de seguridade social e prestadores de serviços, como assistência médica e

¹ Ao longo da tese, os termos trabalhadores rurais e agricultores familiares serão utilizados para designar o conjunto de atores sociais representados pelos sindicatos pesquisados. Durante o trabalho de campo foi observado que os dois termos são utilizados de forma recorrente entre os agricultores e lideranças em diferentes momentos e espaços. Embora no período de fundação dessas organizações o termo utilizado pela legislação em vigor e na nomenclatura da organização fosse “trabalhador rural”, com a criação da Lei da Agricultura Familiar, em 2011, alguns desses sindicatos modificaram estatutariamente seus nomes, acrescentando o termo “agricultores familiares” para designar sua base de atuação. Essas alterações estatutárias e o crescimento do uso do termo se deve, em grande medida, ao processo de definição e reconhecimento legal dessa categoria social, iniciado ainda nos anos 1990. No caso da região estudada, junta-se a isso, o chamado “racha sindical” que culminou na filiação de alguns dos sindicatos à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), no início dos anos 2000. As políticas públicas também contribuíram para que houvesse uma ampliação do uso do termo. Todas essas questões serão tratadas ao longo do texto.

² A mesorregião da Zona da Mata fica localizada a leste do Estado de Minas Gerais, próxima às divisas com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Composta por um total de 142 municípios, é uma das regiões com menor IDH do estado, ficando acima apenas da mesorregião do Vale do Jequitinhonha. Seu processo de ocupação remonta aos povos indígenas que povoavam a região da Mata Atlântica, em especial os puris e botocudos. A região teve seu povoamento intensificado após o início da falência da atividade mineradora na área central do estado. A agricultura se configura como uma das atividades econômicas mais expressivas, com forte predominância da lavoura cafeeira e da pecuária junto aos cultivos da cana de açúcar, milho e feijão (Informações obtidas através do site do IBGE, 2018, acessado em 15 de agosto de 2018, através do link <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>).

odontológica, aparece na literatura como uma forma de controle do Estado sobre essas organizações implicando, em alguns casos, em uma série de limitações ao exercício de seu papel político de representação dos/das trabalhadores/as (MEDEIROS, 1989; MARTINS, 1990).³

Com um novo cenário político nacional, no processo de redemocratização surgiram novas expectativas quanto ao papel dos sindicatos, em sua maioria expressas por meio do chamado Novo Sindicalismo, que trouxe como premissas a não intervenção do Estado na ação sindical, a autonomia em relação aos partidos políticos e o protagonismo dos/das trabalhadores/as na condução dessas organizações⁴. No meio rural, ao longo dos anos 1980, inúmeros sindicatos foram fundados em todo país ocorrendo um aumento significativo da capilaridade dessas organizações e sua consolidação enquanto representantes políticos de importantes categoriais sociais (MEDEIROS, 1989; ALVES, 1989; ANTUNES, 1995).⁵

Já a partir de meados dos anos de 1990, com o crescente reconhecimento político e social da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e de outras políticas públicas direcionadas ao meio rural, junto à emergência de espaços institucionais de participação social, os sindicatos de trabalhadores/as rurais, associações e cooperativas de agricultores tiveram seus meios de atuação institucional ampliados. A partir desse período, como apresentaremos ao longo do texto, houve um estreitamento entre as ações empreendidas pelo Estado junto à agricultura familiar e as pautas priorizadas pelos sindicatos na construção de sua agenda e na definição de suas áreas de atuação. Estudos recentes evidenciaram alguns aspectos da atuação dos sindicatos em espaços institucionais de participação social e na implementação de políticas públicas, principalmente os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), ligados ao Pronaf, e os Colegiados Territoriais (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2009).

As principais questões destacadas nesses estudos são i) a importância do papel do sindicato para a vitalidade desses espaços e para o envolvimento dos agricultores familiares; ii) a estreita relação entre o caráter da participação dos agricultores e a posição assumida pelo sindicato diante do poder público local; iii) as fragilidades presentes nessas organizações e suas consequências, em termos de limites, para a participação social na promoção do desenvolvimento rural. Andrade, em seu estudo sobre o Pronaf, afirma que o que atribui um diferencial a essa política pública, em termos de participação social, é a estrutura sindical que, em nível nacional, estadual e municipal, acompanha de perto a implementação do programa. A autora destaca que esse acompanhamento se deve em grande medida à condição de “parceria prioritária” entre governo federal e movimento sindical (ANDRADE, 2009).

³ É importante observar que, embora, de maneira geral, a interferência do governo ditatorial tenha implicado em uma série de constrangimentos à ação política exercida pelos sindicatos, tanto no campo como na cidade, a experiência dessas limitações e seus resultados apresentaram importante variação nos diferentes municípios do país.

⁴ O Novo Sindicalismo se constituiu enquanto um movimento de reforma e reorientação do sindicalismo brasileiro. Ocorrido em diferentes países trazendo sempre a máxima da necessidade de revisão das direções sindicais, no Brasil esse movimento também foi fortemente marcado pela criação das oposições sindicais por grupos de trabalhadores e lideranças sindicais para se contrapor não só a uma elite sindical que havia se formado nessas organizações, mas também à estrutura do sindicalismo (ANTUNES, 1995).

⁵ O aumento do número de sindicatos na década de 1980 remonta à intensa mobilização social que vinha ocorrendo no país desde o final dos anos 1970, principalmente em oposição ao regime ditatorial e pela conquista de direitos civis, entre eles o direito de se organizar politicamente. Essas lutas contribuíram para o fortalecimento de iniciativas de organização social e política de diferentes atores sociais tanto no campo como na cidade. A partir do final da década de 1970, esses grupos voltaram a atuar de forma mais sistemática, inclusive na fundação de associações comunitárias e sindicatos. No caso desses últimos, a atuação da Igreja Católica e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, resultado desse processo de mobilização e organização social, também colaboraram para seu surgimento em todo país.

Esta tese busca analisar a dinâmica de interação e atuação das organizações sociais de representação política dos agricultores familiares na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, principalmente no período entre o início dos anos 2000 até o ano de 2016, quando ocorre o golpe político que gera o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. É principalmente por meio das organizações sociais que acontece a representação dos agricultores na implementação de políticas públicas para a agricultura familiar. Como exemplos, podemos citar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCR), entre outras.

A pesquisa não pretendeu realizar uma análise aprofundada das políticas públicas ou de determinada política pública em si, mas buscou compreender os aspectos da atuação das organizações nas ações que envolvem essas políticas em nível local. Nesse sentido, o trabalho foi orientado pela problematização sobre quais as mudanças vivenciadas por lideranças da agricultura familiar, em âmbito local, a partir dos novos instrumentos de gestão das políticas públicas. Buscou, de outro modo, compreender como essas mudanças têm se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças institucionais para as organizações sociais.

1.2. Objeto de Pesquisa

O objeto empírico proposto compreende um conjunto de sindicatos e organizações sociais de agricultores familiares localizados na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais⁶. Na década de 1980, os primeiros sindicatos fundados a partir um processo de organização social e política em pequenas comunidades rurais deram institucionalidade a um conjunto diversificado de demandas e reivindicações cuja organização foi resultado da ação política de trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares de diferentes municípios da região, organizados sob influência de setores de esquerda da Igreja Católica e de importantes movimentos e organizações sociais ligados à luta pela redemocratização política do país, entre eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁷. Tais organizações foram instrumento de uma série de lutas pelo reconhecimento político desses atores e vêm ocupando, há cerca de três décadas, um lugar expressivo na dinâmica política, social e econômica dos agricultores familiares da região.

Desde sua fundação, essas organizações vêm desenvolvendo um conjunto diversificado de ações, entre elas, as relacionadas ao acesso aos serviços públicos de saúde e aos direitos sociais, além da mediação jurídica para formalização de contratos de trabalho e de parcerias entre agricultores para compartilhamento do uso da terra. Com a criação do Pronaf, em 1996, parte desses sindicatos, seguindo uma tendência do sindicalismo rural em âmbito nacional, acrescentaram ao conjunto de suas ações uma série de atividades referentes à implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural⁸. Compõem o escopo dessas ações a criação de novas organizações sociais para acesso a essas políticas, como associações e cooperativas, a

⁶ Os sindicatos estudados estavam, no momento da realização da pesquisa (2017-2021) vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil), duas principais confederações de representação de agricultores familiares existentes no Brasil.

⁷ Neste texto, o termo Igreja Católica refere-se ao seu setor progressista, alinhado, no período correspondente, com o Concílio Vaticano II cujos princípios estão relacionados ao trabalho de crítica social e política e de opção pelos pobres, representados, em grande medida, pelos princípios da Teologia da Libertação. Para maiores informações ver Ricci (2002).

⁸ Vale lembrar, como trataremos mais adiante no texto, que o processo de criação do Pronaf foi resultado da organização política dos agricultores(as) cujas demandas por crédito, terra, direitos e políticas públicas foram sistematicamente apresentadas ao Estado nos anos 1980 e 1990 por meio de grandes mobilizações.

elaboração e execução de projetos, a organização e participação em espaços públicos de gestão e controle social, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Colegiados Territoriais.⁹

Buscamos analisar o modo como o processo de institucionalização da ação política ocorrido nas organizações sociais a partir do exercício dessas atividades interfere nas tomadas de decisões e aciona uma série de disputas no interior dessas organizações e junto aos demais atores envolvidos no campo político em que tais políticas públicas se inserem. Tratamos também de determinadas relações e práticas de poder que compõem os processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, indicando de que forma essas políticas têm interferido na dinâmica das organizações sociais.

Para a realização da análise consideramos, portanto, a atuação na implementação de políticas públicas e nos espaços de participação social enquanto parte de um processo de institucionalização da ação política e da dinâmica de interação desses movimentos sociais com o sistema político e como resultado do contexto político. A pesquisa busca abordar as relações entre movimentos sociais e Estado construídas no cotidiano da política entre os atores que constroem e vivenciam a ação política. A partir do estudo da organização política de agricultores, abordamos as experiências desses atores nesse campo em diferentes momentos históricos, buscando elucidar os espaços de participação, seu processo de formação, suas relações sociais, suas estratégias de luta política, a construção de uma identidade política.

Diante do contexto de redemocratização do Estado e da sociedade que se inicia no final dos anos 1970, os sindicatos passaram a enfrentar um duplo desafio de, ao mesmo tempo, constituir práticas e relações que garantissem seu reconhecimento político junto ao Estado sem, no entanto, perder de vista a busca por autonomia e a garantia de vínculos com sua base. Em meados dos anos 1990, a constituição de políticas públicas específicas para agricultura familiar, seu processo de elaboração e implementação se colocam como importantes arenas de disputa que passam a compor a trajetória dessas organizações. Diante desse cenário, buscamos compreender de que modo os atores sociais ligados ao movimento sindical atuam nesses processos no âmbito do Pronaf e das demais políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1999.

Na região pesquisada, lideranças organizadas inicialmente em torno de sindicatos criaram, ao longo dos anos 1990, outras organizações sociais como associações e cooperativas. Na tese, buscamos apresentar o contexto de criação dessas novas organizações e seu lugar na trajetória da agricultura familiar da Zona da Mata. As principais foram o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), a Associação Regional, o Centro de Estudos, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (Ceifar-ZM) e as cooperativas de produção e de crédito, estas criadas no início dos anos 2000. No caso das cooperativas de crédito, foram organizadas mais recentemente em torno do Sistema Cresol, inicialmente criado no Paraná como Cooperativa de Crédito Rural com Intenção Solidária (Cresol)¹⁰. Esse conjunto de

⁹ A partir da atuação militante junto às organizações sociais da região da Zona da Mata mineira e de trabalhos de assessoria realizados junto a esses sindicatos, entre os anos de 2005 e 2012, pude vivenciar a importância atribuída pelas lideranças que dirigem essas organizações à atuação na implementação de políticas públicas. Muitos dos sindicatos pesquisados possuem um profissional, diretor sindical liberado ou funcionário contratado, para trabalhar com o Pronaf. Alguns também possuem uma sala, espaço específico dentro da sede do sindicato, para atendimentos relacionados ao Pronaf e, em alguns casos, também ao Crédito Fundiário. Há sindicatos que possuem dias da semana voltados exclusivamente para esse tipo de atendimento. Além disso, entre os anos de 2008 e 2009, foi na sede de um sindicato que funcionou um espaço de articulação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do qual trataremos mais adiante.

¹⁰ A Cooperativa de Crédito rural com Intenção Solidária, hoje Sistema Cresol, nasceu em dia 24 de junho de 1995, no interior do Paraná e é definida institucionalmente como um Sistema Cooperativo, chamado, nos dias de hoje, de Sistema Cresol Baser, que se destaca como uma das principais cooperativas de crédito do Brasil. Atualmente, o Sistema Cresol Baser possui mais de 238 mil famílias cooperadas e conta com agências de relacionamento em onze estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato

organizações tem em comum a base sindical de organização política da agricultura familiar. Apresentamos, a seguir, uma linha do tempo indicando importantes datas de fundação de algumas dessas organizações que representam o processo político aqui analisado.

O estudo se concentrou em dez municípios (Muriaé, Tombos, Miradouro, Araponga, Espera Feliz, Divino, Eugenópolis, Carangola, Fervedouro e Rosário da Limeira¹¹), representados no mapa abaixo, que compõem uma espécie de núcleo do movimento político de organização dos agricultores familiares da Zona da Mata, desde os anos 1980.

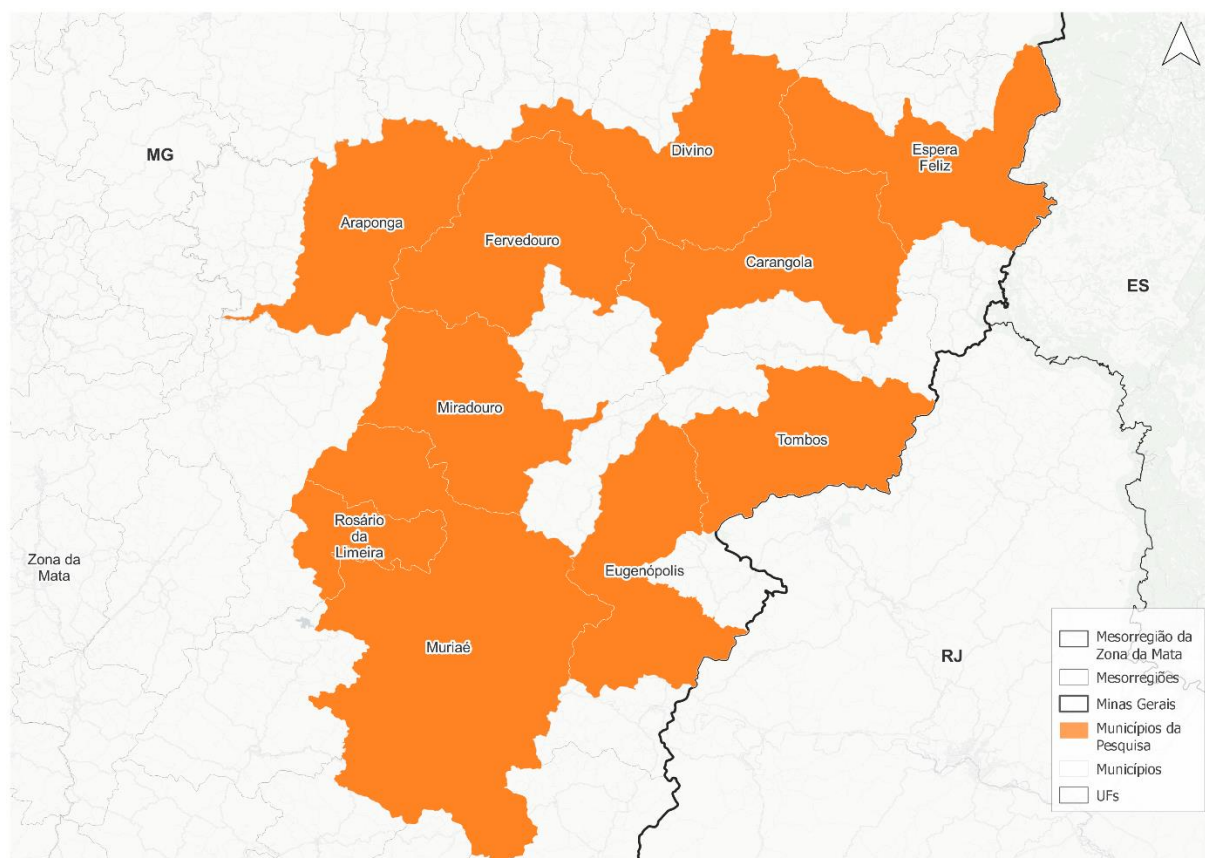


Figura 1: Mapa com municípios da pesquisa. Elaboração própria.

Nesses municípios foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores/as rurais da região e a partir deles foi organizada a chamada “Articulação Sindical da Zona da Mata” que tinha como atribuições centrais expandir o movimento sindical e conduzir o trabalho regional de organização política¹². Cabe aqui ressaltar que, embora seja importante identificar uma demarcação territorial da pesquisa, que é estabelecida principalmente em torno dos dez sindicatos mencionados, em termos metodológicos destaca-se que vêm desses municípios (ou estão nesses municípios) as principais lideranças da agricultura familiar que se dedicaram ao longo dos últimos anos ao processo político de organização sindical e partidária dos(as) e

Grosso, Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, e segue com expansão para novas áreas. A Confederação abrange 17 estados e mais de 660 mil cooperados. (Site consultado em 11 de janeiro de 2021: <https://cresol.com.br/institucional/>)

¹¹ Os municípios de Fervedouro e Rosário da Limeira pertenciam aos municípios de Carangola e Muriaé, respectivamente, e foram emancipados na década de 1990, sendo Fervedouro tendo sido reconhecido como município em 1993 e Rosário da Limeira, em 1995. Apesar da emancipação administrativa, ambos os municípios continuaram vinculados ao STR junto ao qual estavam vinculados, Carangola e Muriaé.

¹² Mais adiante no texto trataremos com mais detalhes da Articulação sindical da Zona da Mata. Para mais detalhes, ver Cintrão (1996).

agricultores (as) e é com elas que foram realizadas as principais entrevistas desse trabalho. Foram também essas lideranças que tiveram expressividade na construção de uma dimensão regional da luta política, fundando e ocupando cargos nas principais organizações regionais.



Figura 2 -Linha do Tempo com representação de importantes datas relacionadas às organizações sociais da agricultura familiar da Zona da Mata mineira.

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos das organizações sociais pesquisadas, como estatutos, e atas de reuniões.

1.3. Meu envolvimento com as organizações sociais da agricultura familiar da Zona da Mata

Um conjunto de motivações e experiências contribuíram para a concepção e realização do trabalho de pesquisa que resultou na construção desta tese. A primeira delas está relacionada à história da minha família e do lugar onde nasci e fui criada, a comunidade rural de São João do Glória, localizada no município de Muriaé-MG, onde há uma das Comunidades Eclesiais de Base precursoras da organização política ocorrida na região. Nos espaços compartilhados ali foi possível compreender desde muito cedo a importância da comunidade local como espaço de sociabilidade, luta política e transformação social. Durante toda a minha infância foi comum participar dos grupos de reflexão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Movimento da Boa Nova (Mobon), processos e movimentos dos quais trataremos mais adiante no texto, ouvir os cantos, as trocas de experiências entre as famílias, os relatos de exploração econômica e social vividas pelos agricultores e agricultoras. Ouvia com frequência histórias sobre a conquista do acesso ao direito à aposentadoria rural pela minha avó como fruto do trabalho sindical, sobre como o sindicato tinha libertado meus pais, tios, vizinhos dos pedidos de favores para os grandes proprietários de terra para acesso aos serviços de saúde pública.

Um dos principais passeios para os quais era levada quando criança era a sede da Associação Comunitária, fundada a partir do trabalho de mobilização iniciado nos espaços das CEBs. Era lá que ficava a máquina de limpar arroz, talvez o maior implemento agrícola de uso coletivo de toda a comunidade e que havia possibilitado aos agricultores que cultivavam o produto ter o controle do processo de beneficiamento de sua produção. A casa da minha avó tinha muitas paredes repletas dos cartazes da CUT, entre os quais meu favorito era o que dizia “uma abelhinha só, não faz verão”, que consegui ler tempos depois quando fui alfabetizada e já podia abrir sozinha as caixas e mais caixas dos livrinhos miúdos da Boa Nova¹³ e reconhecer as músicas cantadas nas pequenas reuniões que aconteciam nas casas da comunidade e que sempre terminavam com uma confraternização que tinha muito milho cozido e muita broa de fubá. Nesses livros era possível compreender e identificar experiências e histórias que eram também da minha família, das famílias dos amigos da escola, dos meus tios e tias, meus pais, dos meus avós.

Na minha casa, uma história sempre contada e recontada era sobre como as práticas alternativas de saúde, que compunham os trabalhos comunitários e sindicais, tinham libertado meu pai das dívidas da farmácia e possibilitado à minha mãe um cuidado menos oneroso e mais simples da saúde dos filhos, usando de forma orientada as plantas medicinais que existiam em volta da casa, envolvendo as mulheres da comunidade de forma organizada no tratamento de saúde da família e conhecendo os tratamentos fitoterápicos e a homeopatia.

Ainda quando criança, frequentava com muita assiduidade a casa da minha madrinha de batismo, Rosa. Ela e seus irmãos conversavam sobre os cursos da Boa Nova, liam documentos sobre o movimento, recebiam muitas pessoas que eu não conhecia, de fora da comunidade, mas que compartilhavam dos mesmos assuntos. Durante essas minhas visitas, era comum um número grande de pessoas ir procurar a madrinha para saber sobre aposentadoria, para se filiar ao sindicato, buscar remédios da homeopatia, pedir ervas medicinais, conversar sobre a associação e a comunidade. Minha madrinha havia sido a primeira secretária do sindicato de

¹³ Uma das principais características do Movimento da Boa Nova, do qual trataremos mais adiante, foi (e ainda é) a distribuição de pequenos livros didáticos, com tamanho reduzido e poucas páginas, para aqueles (as) que participavam dos cursos nas comunidades. Tais livrinhos possuíam orações, histórias, músicas e questões para debate sobre diferentes temas tratados no Movimento, os quais sempre tinham relação com a realidade social e política e tratavam de desigualdade, democracia, machismo, exploração econômica, e estavam sempre estruturados a partir de um conteúdo bíblico. A linguagem dos livrinhos era simples e podia ser facilmente compreendida por agricultores e agricultoras, jovens rurais, pessoas idosas, ou qualquer um que pudesse ler ou compartilhasse os espaços organizados pelo movimento.

Muriaé, função que ocupou por mais de dez anos, e de onde saiu para ser a primeira liderança da região a se tornar agente da Comissão Pastoral da Terra. Hoje sei que aqueles que ocuparam essa função antes dela vieram de fora, de outros estados.

Todas essas experiências tiveram em comum uma socialização do sindicato como agente de mudança e “libertação”, palavra tão cara para as pessoas da minha família, para as pessoas da comunidade e para as lideranças ouvidas na realização desse trabalho de pesquisa. Nesse cenário, o presidente do sindicato era uma figura heroica e sua presença era festejada como a de um padre ou um político que faziam visitas em determinadas ocasiões. Certa vez cheguei atrasada à escola e fiquei em último lugar na fila para cantar o hino nacional. Tinha seis anos de idade e estava na primeira série. Antes de começar o hino, parou um carro no pátio, evento que por si só já chamava muita atenção. Era o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, José Maria. Já tinha ouvido esse nome muitas e muitas vezes e sabia da sua importância, compreendia quem era que havia chegado ali. Tínhamos começado a cantar o hino nacional e, antes que acabássemos, José Maria terminou de fazer uma trança embutida nos meus cabelos que toda escola parou para ver e admirar. Havia ali uma mistura de honra, afetuosidade e admiração. Era o presidente do sindicato e, ao mesmo tempo, um homem que sabia trançar o cabelo de uma menina. José Maria foi o primeiro presidente do STR de Muriaé e ocupou esse cargo por muitos anos.

Essas experiências vividas nos espaços domésticos, na escola, na igreja, na comunidade, e os laços afetivos compartilhados reforçavam uma certeza de que eu era parte de toda essa coisa enorme que naquela época estava sendo construída em torno do sindicato, da associação, da comunidade de base. Durante a adolescência e a juventude passei a ocupar esses espaços já como catequista da comunidade, cursista do Mobon e, mais tarde, como coordenadora do Grupo de Jovens da Pastoral da Juventude Rural, em São João do Glória. Era comum também nesses espaços a reprodução de narrativas a respeito da relação entre a fundação dos sindicatos na região e a ocorrência de mudanças e melhorias nas condições de vida dos agricultores e suas famílias, entre as quais estava também a minha. Entre as conquistas narradas estava a aposentadoria dos avós e tios mais velhos, o acesso à documentação (documentos pessoais, documentos que comprovavam a posse da terra ou mesmo documentos que comprovavam o exercício da profissão de trabalhador ou trabalhadora rural) a participação na “política”, o acesso a recursos públicos, o direito de participar de reuniões da prefeitura. Em alguma medida, o sindicato estava na raiz de boa parte das histórias sobre acesso a direitos e “libertações” do patrão, do fazendeiro, das famílias “donas das comunidades”.

Entre os anos 2000 e 2004, participei como jovem rural de muitas ações de caráter regional das CEBs e do Movimento da Boa Nova, em especial dos cursos de formação realizados em diferentes municípios da região. Os cursos do Mobon eram, ainda nesse período, organizados com intensa atuação das lideranças sindicais e da Comissão Pastoral da Terra, com envolvimento de jovens rurais e representantes das CEBs. Nesses espaços, a participação política era motivada e, em grande medida, considerada essencial à vivência da religiosidade enquanto instrumento de transformação social. A crítica social presente nas falas, músicas e nos “livrinhos” de estudos do movimento, envolvia também uma crítica aos governantes que eram representados, muitas vezes, como “inimigos do povo”. Parte da mudança social que era falada nos cursos, e para a qual as ações das lideranças deviam se voltar, envolvia transformações na esfera governamental ou, de maneira geral, no campo da política.

Em 2003, ingressei na universidade pública, na Universidade Federal de Viçosa, para ser aluna do curso de História e mantive com as organizações da agricultura familiar da região uma proximidade que aos poucos se transformou numa relação de assessoria e apoio técnico. A ida para Viçosa implicou numa mudança de lugar que me transformaram, em alguma medida, em uma espécie de assessora do movimento e me levaram para mais perto dos espaços de decisão das organizações, passando constantemente a ser convidada para reuniões com o INSS,

com a prefeitura, com órgãos públicos. Em 2005, participei, com um conjunto de organizações sociais, de uma reunião com Dom Mauro Morelli sobre a implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional e passei, a partir dessa ocasião, para a posição de relatora nos diferentes espaços institucionais de participação social promovidos em conjunto entre os movimentos sociais, como o Conselho Regional de Segurança Alimentar, o CRSAN, que era sediado em Muriaé, e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que começou a ser implementado em 2003, com a criação do Território da Serra do Brigadeiro, composto por nove municípios da região, como trataremos adiante.

Nos anos mais recentes, entre 2007 e 2016, as experiências vivenciadas a partir da atuação como consultora no processo de implementação da política de desenvolvimento territorial do MDA, permitiram a observação da dinâmica de interação entre atores das organizações sociais e sua relação com os atores estatais a partir dos processos de política pública que envolviam o território e sua rede de movimentos. De modo mais específico, tais experiências proporcionaram o surgimento de diversas questões a respeito do modo como essas organizações sociais atuam e das relações e práticas de poder que as compõe. Elucidaram ainda a importância dos aspectos históricos de constituição das organizações sociais para a compreensão das disputas e interesses que envolvem sua ação no processo político, cujos aspectos propomos aprofundar nessa pesquisa.

1.4. Processos de institucionalização política e relações de poder: contribuições teóricas

A pesquisa sobre o processo de institucionalização da ação política ocorrido nas organizações sociais da Zona da Mata aponta limites e constrangimentos existentes no campo político à participação e ação política dos agricultores indicando as condições sob as quais essa ação ocorre e apontando quais atores são autorizados e reconhecidos para atuar e falar nas organizações da agricultura familiar. O modo como esses atores sociais ocuparam a cena política e os aspectos de seu processo organizativo adquirem dimensão significativa para a análise das relações entre movimentos sociais e Estado no âmbito dos processos de políticas públicas, especialmente entre os anos 1980 e meados da primeira década deste século.

Para Bourdieu, é no *campo político*, espaço com regras específicas, que acontece a ação política propriamente dita, enquanto ação autorizada e delegada, sujeita a uma série de restrições e constrangimentos (BOURDIEU, 2007). Segundo o autor, nada é menos natural do que a entrada e a participação no campo político. A inserção nesse campo implica na necessidade de compreensão dos constrangimentos e regras que determinam seu funcionamento. Para o sociólogo francês, até mesmo o simples ato de falar de política é algo que está relacionado a uma série de aspectos sociais, econômicos e culturais da vida dos cidadãos, os quais incidem sobremaneira na pretensão do indivíduo para falar sobre política ou mesmo esboçar uma opinião a respeito de um acontecimento político. E, ainda, além da posição no mundo social, poder econômico, nível de escolaridade, gênero, entre outros, é preciso considerar a condição de ser ou estar “autorizado e incentivado do ponto de vista social” para falar sobre política e participar da vida política (BOURDIEU, 2011, p. 383). Na política, mais do que competência técnica, os indivíduos precisariam possuir o que o autor chama de *competência social*, em outras palavras, mais do que a capacidade para escrever ou ler um discurso, o que influencia e determina a ação é o sentimento de autorização e reconhecimento sociais para agir politicamente.

Para o autor, a participação na política é determinada por limitações características do campo político que dizem respeito, além de limites técnicos, a limites estatutários que representam uma série de constrangimentos socialmente construídos por meio de regras próprias a esse campo. Há aqueles indivíduos autorizados à ação política, a quem Bourdieu chama de *mandatários*, ou seja, os representantes políticos ou políticos profissionais,

indivíduos que se dedicam a política. E há os *mandantes*, aqueles que abrem mão de seu poder político em favor de um *mandatário*, na busca por ser representado politicamente enquanto pessoa ou enquanto grupo (BOURDIEU, 2007). Para o autor,

Quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar e de ser falados (BOURDIEU, 2004, p. 192).

Em suas considerações a respeito da representação política, Bourdieu (2007) atribui grande importância ao processo de constituição dos grupos. Para o autor, a organização de um grupo formal é a essência do processo de delegação política. E afirma,

A delegação é o ato pelo qual um grupo se constitui, dotando-se desse conjunto de coisas que constitui o grupo, isto é, uma sede e militante profissionais, um *bureau* em todos os sentidos do termo, e primeiro no sentido de modo de organização, com marca sigla, assinatura, delegação de assinatura, carimbo oficial, etc. O grupo existe a partir do momento que se dotou de um modo de organização permanente de representação dotado de *plena potentia agendi* e de *sigillum authenticum*, logo, capaz de substituir (“falar por” significa “falar no lugar de”) o grupo serial feito de indivíduos separados e isolados, em constante renovação que só podem agir e falar por si mesmos (BOURDIEU, 2004, p. 190).

A necessidade de delegação se configura como uma das consequências dos limites e constrangimentos característicos do campo político, cuja estrutura de representação está condicionada à existência de grupos e indivíduos autorizados a falar e reconhecidos para falar no lugar de outros. A organização de um grupo e a consequente escolha de representantes marcam um processo contraditório da vida política.

Há uma espécie de antinomia inerente ao político que se deve ao fato de os indivíduos só poderem se constituir (ou ser constituídos) enquanto grupo, vale dizer, enquanto força capaz de se fazer entender, de falar e de ser ouvida, na medida em que se despossuírem em proveito de um porta-voz. E isso tanto mais quanto mais despossuídos forem eles (BOURDIEU, 2004, p. 189).

Segundo Bourdieu, é a partir dos atos de delegação que se inicia uma concentração de poder em um pequeno grupo de representantes que vivem da política e para a política, os *políticos profissionais*, os quais, no caso do objeto de estudo proposto, podem ser identificados entre os dirigentes sindicais e lideranças políticas com atuação exclusiva nas organizações que constituem o movimento¹⁴. A concentração de poder num pequeno grupo é uma característica importante do campo político porque introduz uma verdadeira *divisão do trabalho político* entre indivíduos politicamente ativos e politicamente passivos (BOURDIEU, 2007). Nesse sentido, a ação política exercida a partir de organizações sociais, como os sindicatos, associações e cooperativas, implica na conformação de formas específicas de disposição do poder que colocam os agentes em posições diferenciadas nesses espaços. Tal ação sofre uma série de constrangimentos do campo político que, de acordo com Bourdieu, funciona como um sistema

¹⁴ O significado do conceito de políticos profissionais em Bourdieu (2004; 2007) é semelhante ao conceito em Weber (2009).

de desvios à medida que as condições de acesso e permanência no campo impõem limitações à ação política, entre as quais está a necessidade de delegação e a consequente concentração de poder em determinados grupos e indivíduos.

Essa desnaturalização da entrada no campo político e do conjunto de regras e normas que o integram, como a autorização e a delegação, para as quais Bourdieu chama atenção, permitiram a construção de questões a respeito da participação dos/das trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares no campo político e a constituição e funcionamento de suas organizações de representação política, como os sindicatos, cooperativas e associações. A constituição e o funcionamento das organizações sociais pesquisadas apontam importantes aspectos da institucionalização da luta política, como a seleção e definição de temas de atuação, agenda de trabalho, construção de identidades e base de atuação, que se configuraram enquanto limites a uma distribuição mais igualitária do trabalho político levando a diferentes condições de exercício do poder¹⁵. Nesse estudo, nos propomos a olhar para essa trajetória de organização política, processos de delegação e o funcionamento da dinâmica de representação política, a partir da consideração da importância desses aspectos para compreender a relação entre movimentos sociais e Estado no campo político. O envolvimento dessas organizações nos espaços institucionais de participação e sua atuação na implementação de políticas remetem às condições de permanência desses atores no campo político e aos constrangimentos cuja interação (ou a não interação) nos processos de implementação podem gerar.

Bourdieu traz ainda um conjunto importante de reflexões a respeito do poder simbólico, fundamentais para o desenvolvimento desta tese. Para o autor, os diferentes indivíduos e grupos se encontram em posições desiguais no campo político e estão sujeitos a um processo de disputa pelo poder de produzir conhecimento e sentido a respeito do mundo que é o cerne da luta política. Toda luta política é uma luta pela dominação simbólica por impor uma certa visão de mundo, pela autoridade simbólica de produzir categorias sobre o mundo social.

Bourdieu observa que,

A ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito [...] É através das lutas que fazem a história do mundo social que se constroem as categorias de percepção do mundo social e, ao mesmo tempo, os grupos construídos segundo tais categorias (BOURDIEU, 2008, p. 117).

Considerando que toda luta política se refere à luta pelo poder simbólico, Bourdieu afirma que o exercício desse poder se dá por meio de um sistema de condições que deve ser garantido e promovido pelas instituições. Caberia às instituições delegar o poder e garantir as condições para o seu exercício. O foco da presente pesquisa traz como desafio a compreensão da trajetória de organização dos agricultores a partir do pressuposto da existência de um processo de luta política em torno das suas categorias sociais de representação e da existência de disputas pelo poder de nomeação, legitimidade e reconhecimento os quais tem implicações sobre suas relações com o Estado. As organizações sindicais enquanto resultados de um processo coletivo de mobilização e luta política estão sujeitas, a partir da ótica proposta por

¹⁵ Após os trabalhos iniciais de mobilização, o funcionamento e a manutenção dessas organizações implicam em distintos desafios e exigências aos atores sociais cuja legitimidade e o lugar institucional no campo político passa a depender da manutenção de determinada estrutura política, como veremos nos capítulos seguintes.

Bourdieu, aos mecanismos e regras do campo político que levam a desigualdades nas condições de exercício do poder que se manifestam e são vivenciadas interna e externamente ao grupo. A própria organização dos agricultores enquanto grupo político capaz de agir coletivamente e de ser reconhecido frente a outros grupos e ao Estado apresenta um conjunto de atos de poder e mecanismos de dominação e exclusão dos quais as próprias organizações são também criadoras e cuja compreensão implica na necessidade de investigação.

De acordo com Bourdieu, o Estado, que dispõe dos meios de impor princípios de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar da concentração e do exercício do poder simbólico. A nomeação e a autorização quando realizadas “[...] mobilizam um capital simbólico acumulado em toda uma rede de reconhecimento, constitutivas do universo burocrático” (BOURDIEU, 1995, p. 112). As estruturas mentais são produto de estruturas de uma ordem social e explicam a submissão dóxica dos dominados a esta ordem. Para Bourdieu, “a submissão à ordem estabelecida é produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva (filogênese) e a individual (ontogênese) inscreveram nos corpos e nas estruturas objetivas do mundo ao qual aplicam” (1995, p. 117).

O Estado exerce, desse modo, um verdadeiro poder criador por meio de seus atos de nomeação, de autorização, de consagração, de submissão, de obediência etc. Por meio do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e pensamento comuns, quadros sociais de percepção, da compreensão e da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação. Para o autor, o próprio Estado impõe as estruturas cognitivas/estruturas mentais segundo as quais é percebido, constituindo-se como “um princípio de produção, de representação legítima do mundo social” e o “fundamento da integração lógica e da integração moral do mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 30).

Bourdieu chama atenção para o risco de se tentar pensar o Estado e “[...] assumir um pensamento de Estado, aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo próprio Estado e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado” (1995, p. 91). Desse modo, o próprio Estado teria imposto as estruturas cognitivas segundo as quais passa a ser percebido, sob o risco da ausência de criticidade, conformando o que o autor chama de princípio de ortodoxia, por meio do qual “as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbítrio cultural” (1995, p. 95).

Na concepção de Bourdieu, o Estado é detentor de um tipo de capital específico, um metacapital, que lhe permite

[...] exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre as taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores) [...] O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre os seus detentores (BOURDIEU, 1995, p. 99).

A constituição do Estado confunde-se com a constituição do campo político,

[...] entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de

capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar) (BOURDIEU, 1995, p. 100).

Para o autor,

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor [...] Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura de disposição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto etc.) (1995, p.107).

O poder do Estado de ordenar o mundo social e a representação desse mundo, em grande medida, exercido por meio das políticas públicas, suas normas e instituições, adquire centralidade para a compreensão dos aspectos e condições da luta dos agentes no campo político.

1.5. Movimentos sociais e Estado: debates e abordagens

A presente tese tem como desafio lançar um olhar analítico para as relações entre movimentos sociais e Estado a partir da atuação de organizações sociais na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural em âmbito local. No Brasil, o processo de restauração da democracia ocorrido principalmente no período após a promulgação da Constituição de 1988 apresenta um amplo e diversificado conjunto de mudanças com importantes implicações para as relações entre movimentos sociais e Estado, como a criação de conselhos gestores e a valorização das esferas locais na gestão das políticas públicas. A criação das políticas para a agricultura familiar são, em grande medida, resultado desse processo de redemocratização e de ascensão dos agricultores familiares à cena política por meio das organizações e movimentos sociais no campo. Esses movimentos foram protagonistas de um conjunto de iniciativas para a construção de ações públicas voltadas para trabalhadores/as rurais, pequenos/as proprietários/as de terra e diferentes categorias sociais do campo. Os processos de implementação dessas políticas públicas se configuram como um campo rico para análise dessas relações, considerando o conjunto diversificado de atores, normas, estratégias e práticas de poder que envolvem o âmbito da sociedade e do Estado. Sua compreensão carece da consideração dos aspectos históricos e culturais que compõe o campo político a partir do qual são estabelecidas.

Estudos recentes têm apontado a necessidade de revisão dos referenciais teóricos sobre movimentos sociais, problematizando o caráter dicotômico e normativo com que tais relações aparecem com frequência na literatura, tensionadas pelas possibilidades de cooptação pelo Estado e de certos resultados da institucionalização da ação política que levariam, muitas vezes, à burocratização e à perda de autonomia dos movimentos sociais (ABERS; VON BULLOW, 2011; SILVA, 2015; LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018).¹⁶ Coloca-se diante dos trabalhos de pesquisa a respeito dessas relações o desafio de identificar e compreender as

¹⁶ Entendemos por institucionalização uma condução da ação política, de grupos políticos da sociedade civil e/ou movimentos e organizações sociais, a partir do Estado, seja em espaços públicos de participação ou na implementação de políticas criadas a partir da esfera estatal. Ao tratarmos da institucionalização da ação no âmbito das organizações sociais que são objeto desta pesquisa, não estamos, a priori, operando um julgamento de valor, mas, de outro modo, caracterizando um tipo de ação política exercida nessas organizações.

diferentes estratégias de ação, relações e práticas que excedem os marcos e categorias que homogeneizam e contrapõe atores, espaços e dinâmicas nos movimentos sociais e no Estado

A respeito da análise dos movimentos sociais, Melucci (1989) aponta aspectos de uma reavaliação teórica ocorrida a partir da década de 1970, no sentido de uma ampliação do conhecimento empírico e de uma redefinição das categorias analíticas relacionadas ao surgimento e fortalecimento de novas formas de ação coletiva. Segundo o autor, tais mudanças colaboraram para a promoção de um olhar para os movimentos que permitiu trazer à tona a importância dos aspectos culturais e simbólicos tanto quanto dos aspectos econômicos e políticos.

Desde final da década de 1970, portanto, as análises se voltam para esses movimentos a partir da preocupação com diferentes motivações além daquelas relacionadas aos conflitos econômicos atrelados ao contexto mercado-trabalho, saindo do seu lugar tradicional relacionado à luta de classes e adquirindo conteúdos diversificados como, por exemplo, questões ambientais e de gênero. Ganham expressividade as análises sobre o enraizamento no cotidiano, constituindo-se como espaço em que as mudanças são vivenciadas, menos caracterizados enquanto eventos de protestos e mais enquanto um conjunto de ações cotidianas de promoção de mudança.

Melucci propõe que movimento social possa ser definido como “uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (Melucci, 1989, p. 57). Essa definição permitiria diferenciar movimentos sociais de ações de protesto e estimularia uma análise mais detalhada, adequada aos desafios por eles apresentados nas décadas mais recentes. Seria preciso, pois, atentar para as importantes mudanças organizacionais ocorridas, as quais fazem com que se deva considerar a formação de redes de movimentos enquanto um conjunto de relações formais e informais a partir dos quais eles são constituídos. Distanciando-se das formas de organizações políticas tradicionais, essas redes apresentam como característica uma autonomia cada vez mais marcante em relação ao sistema político.¹⁷

O surgimento das organizações sociais que são objeto da pesquisa e sua constituição enquanto um movimento social é resultado de um processo de mobilização realizado junto a agricultores familiares da Zona da Mata Mineira, cuja base remete ao trabalho realizado pela Igreja Católica, principalmente por meio das CEBs. A fundação de sindicatos em diferentes municípios da região representou a institucionalização de um conjunto de demandas e reivindicações relacionadas a diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais das condições de vida desses agricultores, naquele período. Em grande medida, compunham essas reivindicações a busca por melhores condições de vida, trabalho e produção e a luta pelo rompimento de relações de dependência e práticas clientelísticas com grandes proprietários de terra, organizações patronais e políticos locais. A religiosidade e as relações de vizinhança e parentesco contribuíram para a construção de uma identidade política e para constituição da ação política desse conjunto de atores enquanto um movimento social (GARCIA, 2013).

Uma das características centrais desse movimento é a existência de uma articulação de caráter regional que envolve um conjunto de atores e organizações sociais, como sindicatos, associações, cooperativas, organizações não-governamentais (ONGs), Escolas Família Agrícola (EFAs)¹⁸, pastorais católicas, principalmente a CPT. Essa articulação, que poderíamos

¹⁷ Em nossa proposta de pesquisa, a formação de uma rede de movimentos não se contrapõe à constituição de estruturas tradicionais de organização como sindicatos ou associações e cooperativas e partidos políticos. O que tem se apresentado como desafio é entender de que forma a organização em redes de movimentos articula novas formas de ação política inclusive aquelas que ocorrem por meio de organizações tradicionais.

¹⁸ Nos municípios pesquisados foram três o número de EFAs constituídas. A primeira foi fundada no município de Muriaé, em 1982. Atualmente essa Escola não funciona mais sob os moldes do Pedagogia da Alternância. As outras duas foram fundadas em 2005 e 2006, nos municípios de Araponga e Ervália, respectivamente.

caracterizar enquanto uma rede de movimentos sociais da Zona da Mata, implicou na configuração de repertórios de ação comuns que envolvem uma agenda de atuação diversificada em torno de temas como direitos, produção sustentável, comercialização, tecnologias alternativas, gênero, educação do campo e, mais recentemente, agroecologia e cooperativismo de crédito.

A caracterização desse conjunto de diferentes atores e organizações enquanto um movimento é primordial para a compreensão de sua ação no campo político e de sua relação com o Estado. Na região, a primeira forma de institucionalização política das lutas sociais surgidas no início da década de 1980 foi a criação de inúmeros sindicatos em diferentes municípios. A análise das características dessas organizações e de sua trajetória histórica ao mesmo tempo em que torna obrigatório um olhar para dentro desses sindicatos implica também na sua percepção fora dos marcos organizacionais e institucionais do sindicalismo rural. A ação sindical construída a partir dessas organizações é resultado de uma ação coletiva mobilizada em torno da busca pelos agricultores por mudanças sociais e políticas e melhores condições de vida. Nesse sentido, suas relações com o Estado serão analisadas levando em conta sua trajetória histórica de constituição enquanto movimento e considerando os diferentes aspectos de sua atuação no cotidiano da luta política, realizada a partir de diferentes frentes de ação e de uma diversidade importante de atores sociais, pautas de reivindicações, formas de articulação. Suas trajetórias remetem a ampliação da atuação dos movimentos em torno da democratização do Estado e da sociedade no Brasil e apontam para o surgimento de um conjunto de dilemas e conflitos que permearam a ação política desde esse período.

1.6. Dilemas da construção democrática: movimentos sociais mais perto do Estado

A importância da autonomia no exercício da ação política ocupou parte importante dos estudos sobre movimentos sociais e dimensionava a existência de um *ethos* militante que colocava sociedade e Estado de lados opostos no campo político. Silva (2010) problematiza como, no Brasil, as experiências de oposição ao Estado que ocorreram na ditadura serviram para a categorização da contestação como elemento caracterizador de movimentos sociais. Determinadas características como a capacidade de contestação, relativa autonomia e poder de mobilização, aparecem como intrínsecas aos movimentos. Abers e Von Bulow (2011, p. 79) apontam que “apesar da ênfase nos ‘novos movimentos sociais’, entre as décadas de 1960 e 1980, muita energia ainda era direcionada para a discussão sobre quais movimentos eram legítimos, realmente transformadores, ou relevantes socialmente”. Nesse período, a busca por mudanças na organização sindical representadas pelo Novo Sindicalismo e a imagem que se configurou sobre os nascentes sindicatos a partir desse movimento indicava a oposição ao Estado e a resistência às ações em cooperação com os governos enquanto características centrais ao “verdadeiro” e “forte” sindicalismo, sendo essas últimas muitas vezes categorizadas como “assistencialistas” ou resultado de “cooptação”. Entre as principais reivindicações do Novo Sindicalismo estavam a redemocratização do Estado, a autonomia nos processos de organização da representação política e a participação da sociedade nas arenas públicas do processo político decisório sem o controle do Estado.

Se, na década de 1980, parte importante da literatura chamou atenção para as diferentes formas de organização, atores e temas insurgentes na cena política, destacando sua capacidade de apresentar demandas e reivindicações ao Estado por meio de uma postura contestatória que garantiria em princípio a autonomia desses movimentos, a partir dos anos 1990 e no período mais recente, alguns estudos têm buscado ressaltar novas questões ao tratar dos processos de organização política no Brasil. Transformações no cenário político provocadas em grande medida por mudanças na forma de governo e pela nova Constituição Federal, aprovada em 1988, conformaram um novo contexto para as relações entre movimentos sociais e Estado,

indicando novas questões para o campo da ação política. Ao longo dos anos 1990, como resultado das reivindicações pela efetivação dos direitos políticos de organização e mobilização e por uma ampliação dos espaços de participação de social, os movimentos sociais deram institucionalidade a diversas pautas de luta política em diferentes áreas, à criação de novos órgãos de gestão, políticas públicas e espaços públicos de participação social.

Tais mudanças incidiram também sobre os padrões de interação Estado e sociedade trazendo implicações para a concepção e implementação de políticas públicas, as quais passaram a ser arquitetadas a partir do pressuposto de uma intensiva atuação da sociedade civil organizada. A respeito dos aspectos dessas interações, ocorridas ao longo dos primeiros anos do processo de construção democrática no Brasil, Dagnino (2004) afirma que havia uma crise discursiva marcada pela existência de uma confluência perversa entre Estado e sociedade civil, caracterizada pela coexistência de dois projetos políticos distintos: o projeto neoliberal, composto por medidas relacionadas ao corte de gastos públicos e redução dos programas e responsabilidades sociais do Estado, e o projeto democratizante, participativo, que se expressava na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com questões e políticas públicas. Dagnino afirma que,

[...] em grande parte dos espaços abertos à participação de setores da sociedade civil na discussão e na formulação das políticas públicas com respeito a essas questões, estes se defrontam com situações nas quais o que se espera deles é muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e a execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas. (DAGNINO, 2004, p. 152).

Para a autora, a perversidade dessa confluência consistia no fato de que esses dois projetos políticos, embora antagônicos, exigiam uma atuação ativa e propositiva da sociedade civil que, muitas vezes, se traduzia mais em transferência de responsabilidade e menos em condições igualitárias de exercício do poder. Dagnino traz como principais exemplos dessa transferência o papel dos conselhos gestores e das ONGs.

Gohn (2008) também propõe uma discussão a respeito das controvérsias existentes nas relações entre movimentos sociais e Estado a partir da institucionalização da ação coletiva. Para a autora, os movimentos sociais na América Latina, principalmente a partir dos anos 1990, estariam passando por um processo chamado por ela de “integração conservadora”. A socióloga aponta para a importância de correntes analíticas que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, discutindo questões relacionadas à sua autonomia. Na abordagem trazida por teorias apresentadas pela autora,

[...] critica-se veementemente a resignificação das lutas emancipatórias e cidadãs pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos, conclamando para processos participativos, mas deixando-os inconclusos, com os resultados apropriados por um só lado, o que detém o controle sobre as ações desenvolvidas. [...]. Trocam-se identidades políticas construídas e tecidas em longas jornadas de lutas, por políticas de identidades construídas em gabinetes burocratizados (GOHN, 2008, p. 442-443).

Gohn aponta a existência de uma cultura política de subordinação ao sistema político que, em determinados contextos, impediram o fortalecimento dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, a relação com partidos e outras estruturas políticas enfraqueceriam os movimentos

sociais ou impediriam seu desenvolvimento. Para a socióloga, a cultura de dependência dos sistemas políticos remete principalmente à relação com o Estado como principal causadora de limitações à ação política. De acordo com a autora, o processo de institucionalização da ação dos movimentos sociais tensiona a construção de identidades políticas:

Políticas de identidade têm sido construídas por políticas públicas advindas de governos que ascenderam ao poder de Estado, em vários países latino-americanos, na última década. Essas políticas buscam “incluir” grupos e associações, tidos como vulneráveis. Categorias operacionais de intervenção na realidade social vêm sendo ressignificadas nos marcos de uma política de inclusão conservadora, gerando novas leituras e interpretações teóricas sobre a realidade social, também conservadoras, bem distantes das metas emancipatórias almejadas pelos movimentos sociais na década de 1980 (GOHN, 2008, p. 452).

Nos termos do que a autora chama de *políticas de identidade*, que seriam conduzidas em grande medida pelo Estado por meio de políticas públicas e seus enquadramentos e normativas, a construção da identidade política perde dinamicidade e passa a ser orientada por processos externos aos movimentos. Para Gohn, a institucionalização dos movimentos sociais combinaria processos de construção de identidade política exteriores aos movimentos e dinâmicas voluntaristas de mobilização ocorridas desde fora a partir de questões diferentes daquelas ligadas a luta pela transformação da sociedade que, para a autora, deveria ser o principal objetivo dos movimentos sociais.

Gohn acrescenta,

O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. Assim, a questão da identidade aparece em termos de um campo relacional, de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil, na atualidade (GOHN, 2008, p. 452).

As perspectivas apresentadas apontam para questões que adquirem especial relevância principalmente nas décadas de 80 e 90 a respeito das relações entre Estado e movimentos sociais. As novas possibilidades de relação com o Estado que passam a compor a trajetória dessas organizações a partir da construção democrática estimulam a elaboração de novas questões a respeito da sua autonomia, da sua capacidade de mobilização social e dos instrumentos de sua ação política. Intensificam-se os dilemas em torno da participação, da representação política e da construção de identidades políticas. A esse respeito, Silva (2015) afirma que

[...] sempre houve uma tensão entre a afirmação de que as mudanças vinham das “ruas” e a utilização das diferentes (e, naquela conjuntura, poucas) oportunidades institucionais disponíveis. O debate e o confronto entre as alternativas institucionais e não-institucionais, inclusive com a formulação de diversas propostas de novas instituições participativas reunidas sob a bandeira da “participação popular”, marcou as redes de movimentos sociais no Brasil (e, como um ator importante dentro de grande parte destas redes, o PT) ao longo de toda a década de 1980 (SILVA, 2015, p. 9).

Tatagiba (2011) também considera que

No caso brasileiro, os movimentos sociais foram atores fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas. Em estreita conexão com atores da arena político-institucional, os movimentos sociais apostaram na luta “por dentro do Estado” como estratégia de transformação social. O próprio surgimento do Partido dos Trabalhadores se insere no âmbito dessa aposta. Uma aposta que gerou lutas longas, e no geral árduas, que resultaram na criação e reconhecimento de novos direitos de cidadania que mudaram o ambiente político no qual os governos deveriam passar a operar desde então (TATAGIBA, 2011, p. 1).

Os resultados de processos reivindicativos das décadas anteriores, entre eles a criação de novas políticas públicas e novos instrumentos de participação e gestão social, configuram-se como campos de disputa para os movimentos sociais e produzem uma série de problemáticas apontadas pela literatura diante de novas formas de organização e de interação com o Estado, principalmente aquelas surgidas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Tatagiba (2011) apresenta um conjunto de questões relevantes a esse respeito que podem guiar um olhar analítico sobre esses processos.

Passadas mais de duas décadas de intensa experimentação democrática, como os movimentos avaliam esses investimentos na participação institucional? Qual o lugar que a participação institucional ocupa nas suas estratégias de ação vis-à-vis outras estratégias potencialmente disponíveis como a ação direta, a violência, as relações clientelistas? Em um cenário caracterizado por uma oferta significativa de participação, quais os riscos e as vantagens de participar e de não participar? Quais os dilemas específicos que a ampliação dos canais de participação impõe à ação dos movimentos e como eles têm buscado responder a esses desafios? O que acontece com os movimentos quando eles trilham o caminho institucional? E quando movimentos fortes e combativos em determinadas áreas de políticas não investem nos espaços de participação gerados, quais os impactos sobre a qualidade do debate público e a efetividade da participação que neles se engendra? (TATAGIBA, 2011, p. 1).

Nas discussões acerca das relações entre movimentos sociais e Estado, ganha dimensão o crescente envolvimento das organizações sociais nas políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990. Vemos aflorar uma nova série de relações, conflitos, estratégias e formas de ação para as quais é preciso olhar com atenção, como propõe a autora. O contexto social e político aponta para o desafio de abandonar um viés dicotômico e lançar mão de proposições teóricas que permitam compreender os movimentos sociais em sua interface e relações de interdependência com Estado.

Na Zona da Mata mineira, o processo de organização política dos agricultores e agricultoras em movimentos sociais e a crescente participação institucional no campo político apresenta diferentes aspectos a respeito da discussão sobre autonomia, interdependência e novas formas de interação com o Estado. Nos anos iniciais de mobilização política e formação em torno de espaços religiosos, a organização de sindicatos de trabalhadores/as rurais implicou num primeiro momento de institucionalização da ação política.

1.7. Novas interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil

No Brasil, a partir do início dos anos 2000, as relações entre movimentos sociais e Estado, passam a ser compostas por uma série de especificidades constituídas a partir da eleição de um candidato do PT para a Presidência da República. O conjunto diversificado de atores sociais e suas organizações de representação que compuseram a trajetória que levou o PT a ocupar o governo por 14 anos, adentraram num cenário diferente daquele constituído anteriormente a partir do processo de democratização do país. Abers e Von Bulow (2011) indicam algumas questões importantes sobre os caminhos de pesquisa das relações entre Estado e movimentos sociais nesse contexto. As autoras chamam atenção para os recentes esforços da literatura sobre movimentos sociais em romper paradigmas que limitam a definição desse objeto de estudo. Tais esforços vão no sentido de impedir que um excessivo trabalho teórico de delimitação do objeto obscureça diferentes relações entre os movimentos sociais e o Estado, as quais não devem ser percebidas *a priori* como antagônicas.

Para as autoras, correntes teóricas, como os estudos influenciados por Jurgen Habermas, que, desde os anos 1990, vêm adotando o conceito de sociedade civil no estudo de ações coletivas, contribuíram para uma importante ampliação da unidade de pesquisa com a inclusão de diferentes formas e tipos de organizações sociais. Entretanto, esses estudos não foram muito além na busca por ampliar a compreensão das formas de relação entre Estado e sociedade, à medida que tenderam a considerar a sociedade fora do Estado. Em contrapartida, na corrente teórica do processo político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001), a presença do Estado aparece como referência principal da ação coletiva enquanto movimento social e adquire papel central na definição do conflito, contribuindo para que fossem excluídos da agenda de pesquisa movimentos sociais que não possuíam o Estado como interlocutor, reduzindo o alcance da análise. A ênfase na luta e no conflito teria levado à exclusão de outras formas importantes de ação coletiva e de interação entre ativistas de movimentos sociais e atores estatais, priorizando uma visão analítica baseada no viés do conflito, reduzindo o alcance da análise e colaborando para a reprodução de uma visão estreita de política nesses estudos.

A partir dessa perspectiva, torna-se imprescindível considerar que movimentos sociais não estão em oposição ou fora do Estado. Essa dicotomia impede a compreensão analítica de importantes relações, estratégias e formas de interação circunscritas nessas fronteiras. Mudanças no campo social e político dos últimos anos e transformações nos debates teóricos têm conduzido a novas análises sobre os movimentos sociais, indicando, principalmente, que sua delimitação enquanto objeto de pesquisa não deve pressupor uma exterioridade frente ao Estado, mas, ao contrário, apontam para a impossibilidade de uma separação radical entre movimentos sociais e Estado. Para as autoras,

Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. [...] Na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (ABERS; VON BULOW, 2011, p. 64).

Essa abordagem implica reconhecer que os movimentos sociais não podem ser reduzidos a ações de contestação, uma vez que os atores políticos dos movimentos sociais também agem a partir do Estado para conseguir atingir seus objetivos. Abers e Von Bulow (2011, p. 65) enfatizam que “os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos”.

Redes de movimentos sociais, fóruns políticos, organizações intermediárias, os chamados *brokers*, e novas formas de organização da ação política voltadas para o Estado vêm sendo constituídas com o objetivo de aumentar os canais de diálogo e intensificar os espaços de participação e atuação política na busca por garantia de direitos, reconhecimento, criação de políticas públicas e acesso a recursos.¹⁹ Nesse contexto, o envolvimento de organizações sociais na implementação de políticas públicas compõe um importante campo de ação desses movimentos, se configurando como um terreno fértil para análise dos vínculos entre movimentos e Estado, cuja análise deve extrapolar a lógica do conflito.

Silva (2015) também chama atenção para a necessidade de olhar para como os atores dos movimentos sociais têm, cada vez mais, combinado contestação e ação institucionalizada na sua prática política. O autor destaca que a dicotomia que colocou de lados opostos o exercício autônomo do papel de representação política e a atuação conjunta com o Estado tem gerado limitações em análises que tratam de maneira reducionista a ação das organizações sociais a partir de instrumentos e espaços institucionalizados.

Se, de um lado, um segmento da sociedade civil brasileira, especialmente a partir do início dos anos 1990, vai apostar nas possibilidades de participação institucional oferecidas pelos diversos canais que estavam se constituindo naquele momento, de outro lado, uma parcela significativa das OMSs [Organização de Movimentos Sociais] vai desenvolver repertórios de ação compósitos, combinando formas de atuação institucionais com a manutenção de formas de ação confrontacionais extra-institucionais. Neste sentido, observam-se OMSs que lançam candidatos às eleições, participam da implementação de políticas públicas, atuam em instituições participativas, possuem ativistas ocupando cargos governamentais e, ao mesmo tempo, desenvolvem repertórios conflituos. Por vezes, são exatamente os recursos (financeiros, informações, relações etc.) obtidos através de diferentes formas de atuação institucional que garantem as condições para a realização de ações extra-institucionais. Tais ações, por sua vez, se constituem também em recursos importantes para as disputas que são travadas pelos ativistas destas OMSs no interior das estruturas institucionais. (SILVA, 2015, p. 9)

A dinâmica das organizações sociais pesquisadas tem como importante característica a atuação em espaços institucionais de participação social e na implementação de políticas públicas, principalmente nos últimos vinte anos. A compreensão dos aspectos da ação política exercida por meio dos sindicatos, associações e cooperativas precisa levar em conta as ações realizadas em parceria com o Estado, seja na prestação de alguns serviços, como a emissão de documentos, a execução de recursos públicos, ou mesmo na indicação de beneficiários para acesso a políticas públicas e sua implementação. Embora o processo de constituição dessas organizações tenha ocorrido ancorado em mobilizações em torno de um conjunto de ações reivindicativas, com intensa confrontação com agentes políticos locais e com o Estado, inúmeros dilemas e conflitos a respeito da dinâmica entre contestação e institucionalização surgiram tão logo se iniciou um processo formal de estruturação e funcionamento dessas organizações.

Uma análise atenta dessa dinâmica permitiu compreender como esses conflitos são vividos pelos agricultores e lideranças no cotidiano dessas organizações. Do mesmo modo, uma

¹⁹ Lavallo e Von Bulow (2014, p. 125) definem os *brokers* como “organizações cuja função é exercer papéis de intermediação entre atores da sociedade civil e entre estes e outros tipos de atores”. Os autores analisam a formação e atuação dos *brokers* institucionalizados, instâncias de mediação e representação política voltadas prioritariamente para o Estado. São exemplos de *brokers* os diferentes fóruns de intermediação política.

percepção menos normativa permite inserir esses dilemas em torno das relações com o Estado no conjunto de questões necessárias para entender a constituição e o histórico desses movimentos, sem atirá-los no limbo do cooptação e da ilegitimidade. Tatagiba afirma que “o que caracteriza os movimentos sociais contemporâneos é a combinação de diferentes formas de ação, o que os torna muito mais flexíveis em relação às suas táticas, do que os movimentos do passado” (TATAGIBA, 2011, p. 3). Para a autora, entretanto, essa característica requer maior atenção analítica:

As decisões estratégicas são dilemáticas e resultam de um jogo complexo no qual intenções, recursos, oportunidades e posições relacionais aparecem como determinantes da ação. A análise dos repertórios de ação dos movimentos exige sensibilidade aos dilemas táticos e estratégicos impostos pelas mudanças conjunturais e/ou pela configuração estrutural dos campos em disputa, assim como para natureza cultural dos processos pelos quais os atores definem as questões em jogo, os campos em disputa e conformam suas identidades a partir dos seus múltiplos pertencimentos e dos compromissos, muitas vezes contraditórios, que eles geram (Mische, 2008 e 2003). (TATAGIBA, 2011, p. 4)

Diante da necessidade de teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos com o Estado, Abers, Serafim e Tatagiba propõem, a partir de uma atualização no conceito de repertório de ação, de Charles Tilly, o conceito de *repertório de interação Estado-sociedade*:

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o Estado (o que nos permitiria trabalhar como conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política [...] Esta ampliação permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA; 2014, p. 331).

A partir dessas proposições, as autoras apontam quatro rotinas comuns de interação Estado-sociedade: protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia. Essas formas de interação e seus modos de combinação são carregados de aspectos históricos constitutivos das trajetórias dos movimentos e do próprio governo e, portanto, devem ser analisados também a partir de uma perspectiva histórica, nas diferentes áreas de política pública. Isso implica que formas institucionais de interação com legitimidade no âmbito do Estado não devem ser analisadas de forma isolada em relação a outras estratégias ou instrumentos menos institucionalizados. Além disso, tais interações são dinâmicas e, por isso, passariam por adaptações definidas pelos próprios atores sociais e suas organizações. Ainda a esse respeito, Euzenéia Carlos afirma que “os movimentos sociais não estão fixados por princípio a uma forma de ação determinada, podendo desenvolver, circunstancialmente, diferentes padrões de ação coletiva e combiná-los de forma multivariada” (CARLOS, 2015, p. 86).

Análises de repertórios de interação no Brasil apontam que os movimentos sociais têm, com frequência, conjugado diferentes estratégias de ação junto ao Estado, como tem ocorrido no campo político da agricultura familiar. Os movimentos combinam ações de contestação e de participação institucional a repertórios específicos de apresentação de demandas e reivindicação de políticas e recursos, como ocorre no caso do Plano Safra da Agricultura

Familiar, cuja dinâmica de construção, ano a ano, envolve diferentes momentos de negociação e atos reivindicatórios coordenados em boa parte dos casos pelo movimento sindical rural que, junto também a outros movimentos sociais do campo, organiza, por exemplo, o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas²⁰ (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; GRISA; SCHNEIDER, 2015). Uma questão relevante a ser colocada diante desse diagnóstico é o modo como essas combinações de repertórios de interação tem ocorrido em nível local, a partir das organizações sociais dos agricultores familiares. Os repertórios de interação, como propõem as autoras, são operacionalizados no cotidiano e nos contextos de experiência dos próprios movimentos e organizações sendo relevante analisar sua efetividade para os atores sociais e sobre as práticas de poder que interferem na constituição e operacionalização desses repertórios.

É importante realçar que, no caso das experiências de interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil, principalmente aquelas que ocorrem a partir de mecanismos institucionais, tal análise precisa levar em conta a problemática a respeito dos mecanismos de representação política no sentido de compreender quem são as lideranças políticas ligadas aos movimentos sociais que agem por meio desses processos de interação. Além disso, a análise também precisa considerar como os atores sociais e suas organizações selecionam os canais de interação com o Estado e, principalmente, de que modo essa interação repercute no cotidiano dessas organizações sociais. Nessa direção, Cortes e Silva (2010) também chamam atenção para a necessidade de compreensão das relações entre movimentos sociais e Estado a partir de duas dimensões: a político-institucional e a organizacional. Para os autores,

Por um lado, as lentes de análise devem ser capazes de examinar as configurações sociais existentes no âmbito da sociedade civil e do Estado, enfocando as profundas interdependências entre atores e processos abrangidos por aqueles conceitos. Por outro, atores sociais e estatais são reflexivos, fazem escolhas entre oportunidades de ação e estratégias a serem adotadas, levando em conta as possibilidades limitadas pelas condições institucionais em que agem e os contextos conjunturais em que se encontram (CORTES; SILVA, 2010, p. 437).

Os dilemas entre contestação e institucionalização que compõem o campo dos movimentos sociais nos anos mais recentes e as implicações da ação institucional para as organizações sociais encerram debates importantes para o estudo das relações movimentos sociais e Estado. A esse respeito, Tatagiba (2011, p. 10) aponta a importância de uma perspectiva de análise dinâmica e relacional que tome em conta a heterogeneidade do Estado e da sociedade e considere os múltiplos e complexos processos gerados a partir dessas relações.

1.8. Políticas Públicas, organizações sociais e novas abordagens analíticas

Diante das mudanças ocorridas nas décadas mais recentes apontando para a necessidade de considerar novas relações, novos vínculos e formas de interação entre movimentos sociais e Estado, as políticas públicas, sua construção e implementação surgem como relevantes campos de análise. Questões importantes surgem a respeito dos novos mecanismos e instrumentos gerados pelo Estado para inclusão e participação da sociedade civil e sobre as estratégias de

²⁰ O Grito da Terra Brasil (GTB) é uma mobilização promovida pela Contag e possui um caráter reivindicatório. O GTB é apoiado pelas federações nos estados e Distrito Federal, pelos sindicatos filiados. De acordo com a Contag, o Grito da Terra é o principal evento da agenda do movimento sindical do campo e por isso reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País em Brasília. Por sua vez, a Marcha das Margaridas é uma mobilização massiva de mulheres, organizadas no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos autônomos e organizações parceiras, tendo por objetivos políticos: a mobilização, a denúncia, a proposição, a formação e a negociação de questões ligadas às mulheres e ao mundo rural.

ação dos atores dos movimentos e organizações sociais num contexto de novas oportunidades de ação política e de relação com o Estado. Silva e Schmitt argumentam, nos termos de Campbell (2015), que

as políticas públicas conformam campos de ação que transcendem as fronteiras do Estado, instituindo elementos cognitivos, normativos e regulatórios que condicionam o campo do pensável, desejável e possível para as organizações sociais que neles pretendem inserir-se (SILVA; SCHMITT, 2012, p. 17).

Movimentos sociais e suas organizações, principalmente entre os anos de 2003 e 2016, atuaram com intensa dedicação na implementação de políticas públicas e, em alguns casos, tal atuação se configura como um dos principais meios da relação com sua base social. A escolha feita pelas organizações sociais em atuar na implementação dessas políticas apresenta uma série de desafios analíticos a respeito dos aspectos que conformam esses processos. Assim como a atuação nos conselhos de participação social, as oportunidades de atuação na implementação de políticas públicas se ampliaram significativamente, conformando uma série de questões. Silva afirma que

De um lado, a atuação como implementadora de políticas públicas possibilitou às OMSs acessarem recursos importantes para a sua sustentação e, particularmente, assumirem uma posição de mediadoras no acesso aos bens e/ou serviços oferecidos pelas políticas, fortalecendo sua posição frente às populações destinatárias daqueles bens e/ou serviços. De outro lado, no entanto, esta atuação exigiu uma adequação das OMSs às normas legais que regulamentam as políticas e os processos de implementação das mesmas, submetendo-as ao controle e, em casos de irregularidade, à punição dos órgãos estatais de fiscalização (SILVA, 2015, p. 7).

No caso das organizações sindicais que são objeto da pesquisa aqui proposta, uma análise um pouco mais atenta de sua trajetória de atuação política permitirá observar que a dedicação à promoção do acesso a programas governamentais e à execução de ações públicas não são inovações. A realização de serviços que podem ser de maneira mais geral, caracterizados como de responsabilidade do Estado, compõe a dinâmica de atuação dessas organizações desde final da década de 1980 e configuram-se no conjunto de ações realizadas pelos sindicatos no momento posterior a seu processo de fundação e organização. No caso específico dos sindicatos estudados na Zona da Mata mineira, a realização de mutirões para emissão de documentos, como a Carteira do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), nos anos 1980, e a promoção do acesso a previdência social, principalmente a partir do início dos anos 1990, estão entre as diferentes atividades desempenhadas por essas organizações. No caso da aposentadoria rural, os sindicatos foram muitas vezes confundidos com o próprio órgão que concedia o benefício social, a aposentadoria, ao trabalhador rural e ao agricultor. Comerford (2003), a partir de um longo trabalho de pesquisa na região, observa que muitos/as trabalhadores/as que frequentavam a sede do sindicato acreditavam conseguir ali a própria concessão do benefício²¹.

²¹ A atuação dos sindicatos de trabalhadores/as rurais na promoção do acesso à aposentadoria foi uma prática recorrente desde a década de 70, tendo sido abordada em tom acusatório em boa parte da literatura sobre esses sindicatos, identificando a prática como peleguismo e cooptação dessas organizações. Trataremos desse assunto mais adiante no texto.

A presente tese traz aspectos sobre o modo como as organizações sociais operam num campo político em que o vínculo com o Estado se coloca, inicialmente, como condição para o exercício da ação política, como ocorre em grande medida no âmbito do movimento sindical. A atuação na implementação de políticas públicas compõe o conjunto de ações executadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, como também de associações e cooperativas, da Zona da Mata mineira. A partir de trabalhos e estudos anteriormente realizados junto a essas organizações pôde-se perceber que tais políticas têm importante lugar na dinâmica desses sindicatos. Os sindicatos organizam seminários e reuniões com objetivos de divulgar e orientar a respeito do acesso às políticas e funcionários e lideranças dessas organizações tem como parte de sua agenda de trabalho a participação em eventos nacionais, estaduais e locais sobre diferentes programas e promovem a sua divulgação nos diferentes espaços de sociabilidade dos atores sociais que compõem a sua base social.

Nesse contexto, diversas questões aparecem a respeito dessa atuação e apontam para a existência de dilemas relacionados à representação política, a mudanças nessas organizações e ao exercício de seu papel político indicando que a atuação na implementação de programas e políticas públicas conformam um campo de disputa e que tais processos ocorrem despertando uma série de dilemas, conflitos e, de modo especial, alteram em alguma medida seu modo de ação e sua relação com sua base social.

A literatura que trata do tema das relações entre movimentos sociais e Estado aponta para uma dinâmica de disputa envolvendo processos de construção de identidade, conflitos relacionados à coordenação da ação política no campo dos movimentos sociais, tensões institucionais e normativas que compõem o campo das políticas públicas e das organizações sociais, cujos aspectos incidem sobre a participação da sociedade. Portanto, o conjunto de atores, tanto dos movimentos quanto do Estado, cujas ações e relações essa pesquisa analisa, está imerso em constantes disputas que envolvem a prática e o exercício do poder tanto na vivência e experiência cotidiana da ação coletiva como nos espaços institucionais a partir dos quais esses atores se relacionam.

Estudos recentes sobre os processos de institucionalização no Brasil têm destacado a importância de desenvolver perspectivas analíticas para lidar com a institucionalização em relação a um conjunto de atores tradicionalmente pensados em registros de contestação.

Repara-se, o fenômeno notável que ocupa as páginas deste trabalho é a “institucionalização” e não as “instituições”. Enquanto o segundo termo pressupõe a fixidez de atributos e permanência temporal daquilo que é, o primeiro opera como um verbo substantivado e remete ao devir, mais especificamente ao processo de institucionalizar, de transformação de algo em instituição. É a transformação em instituições de valores, interesses, demandas e recursos de atuação de MSs e OSCs atuando em nome de grupos marginalizados e agendas tradicionalmente periféricas ao sistema político que se impôs como novidade histórica demandando explicação aqueles que estudam movimentos sociais (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018, p. 22).

Os autores estão preocupados em analisar os processos de institucionalização que ocorreram no Brasil nas décadas recentes e, a partir dessa análise, apontar lacunas que fragilizam algumas correntes teóricas na compreensão desses processos. Nesse sentido, argumentam que o pluralismo, o neocorporativismo e a teoria dos movimentos sociais são correntes teóricas que têm limitações que impedem de revelar da melhor forma os processos de institucionalização dos movimentos sociais. Os autores afirmam que a teoria dos movimentos sociais separa os movimentos da ação institucionalizada e se baseia em um modelo conflituoso de ação que implica limitações para análise das interações entre esses movimentos e o Estado.

Para a literatura de MSs a institucionalização de movimentos e das suas demandas é questão relevante e, no entanto, teoricamente ambivalente quanto aos seus efeitos. De um lado, uma parte desse campo de investigação, ao privilegiar o confronto e posições dicotômicas entre movimento e Estado, identifica os processos de institucionalização com desmobilização e cooptação. De outro, avanços recentes ampliam e complexificam as formas de ação e organizacionais ao incluir aspectos de institucionalização, mas de forma pontual e sem dar conta dos processos e seus efeitos nos movimentos sociais e suas demandas (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018, p. 37).

Em relação ao neocorporativismo, os autores destacam que diferente da unidade presente nas organizações corporativas, como as centrais sindicais e os sindicatos, que têm centralidade nesses estudos, estas não guardam semelhanças com a diversidade das organizações e movimentos que estão implicados nos recentes processos de institucionalização que pretendem analisar, especialmente aqueles relacionados aos processos de políticas públicas. Ademais, esses diferentes movimentos e organizações não possuem o monopólio de representação do qual as corporações trabalhistas foram detentoras. Portanto, trata-se de organizações que não possuem lugar privilegiado no diálogo com o Estado.

É importante salientar que os autores estão preocupados com a questão do monopólio de representação política na compreensão dos processos de institucionalização e, portanto, acreditam que a forma como ocorre a representação política dos diferentes atores sociais na institucionalização política faz diferença no desenrolar e nos resultados desses processos. Não ter um dito monopólio de representação interfere nos modos a partir dos quais esse processo de institucionalização se deu no Brasil. Os autores destacam que,

Sem dúvida, atentar para a hierarquia ou altitude política na defesa de interesses dos atores sociais é traço distintivo da abordagem neocorporativa, e, nesse sentido, estruturas de concentração de poder adquirem saliência, pois é nelas que se ganha efetividade da representação e interesses. Assim, a perspectiva neocorporativa é particularmente propícia para iluminar configurações altamente cristalizadas e operantes em níveis de autoridade elevados. Não é fortuito que a literatura neocorporativa esteja sendo revisitada para interpretar o cenário das inovações participativas na América Latina (Chartock, 2013; Collier e Handlin, 2009; MacNulty, 2013; Boschi, 2010), pois enseja afinidade analítica para a interpretação da institucionalização de instancias que conferem protagonismo a setores sociais subalternos ou historicamente sub-representados nos circuitos tradicionais de representação” (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018, p. 35).

No Brasil, a diversidade de organizações e movimentos que compõe os processos de interação entre a sociedade e o Estado é fator relevante para a construção de uma análise a esse respeito. Os autores complementam que, no país, “embora às OSCs e aos MSs seja atribuído status público na realização de certas funções, inclusive de representação, e existam canais institucionalizados de intermediação com o Estado como as chamadas instituições participativas – mas não só –, trata-se de arranjos plurais” (p. 35). Se pensarmos no caso do campo político da agricultura familiar ou, de forma mais ampla, nos grupos sociais do rural brasileiro, diferentes organizações de representação foram parte desses processos e atuaram junto ao Estado na construção e implementação de diferentes políticas públicas e espaços públicos de participação social. É preciso considerar essa pluralidade para analisar os processos de institucionalização da ação política que compõem esse campo. No caso das organizações de

movimentos sociais analisadas nesta pesquisa, embora não tenham monopólio, possuem um reconhecimento público para efetuar o diálogo com o Estado e tecer os processos participativos que lhes permite construir os caminhos institucionais para suas demandas e sua agenda.

Os autores mencionados estão buscando construir “uma abordagem processual que assume o caráter mutuamente constitutivo das relações entre Estado e sociedade civil”. Para eles, é preciso “iluminar ou retirar analiticamente da penumbra, um conjunto de processos de institucionalização especialmente relevantes para o diagnóstico das transformações nas relações entre Estado e os movimentos sociais no Brasil” (LAVALLE; CARLOS; DOWBOR; SZWAKO, 2018, p. 27). No cenário brasileiro recente e diante das inovações democráticas ocorridas, é preciso levar em consideração a pluralidade dos atores e formas de organizações que estes compõem passando ao largo de monopólios rígidos e hierárquicos de representação.

1.9. Metodologia

A pesquisa apresentada nesta tese foi realizada com um conjunto de trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares ligados/as às organizações sociais da região da Zona da Mata de Minas Gerais. O processo histórico de constituição dessas organizações ilustra uma importante trajetória de luta e organização política cuja historicidade é um importante componente de análise. Considera-se que os aspectos históricos dessa trajetória são relevantes para a compreensão das relações entre movimentos sociais e Estado, suas interações e interdependências. A dinâmica dessas organizações as insere no que poderíamos identificar como uma rede de movimentos sociais da Zona da Mata, cujo processo de formação e articulação remete à fundação e a trajetória de diferentes sindicatos. A pesquisa buscou olhar para a história dessa mobilização e articulação política a partir da problemática aqui apontada.

O trabalho teve como foco os sindicatos, sem, no entanto, limitar a análise a essas organizações com vistas a evitar possíveis reducionismos. Sobretudo, buscou-se entender o lugar dos sindicatos enquanto organizações articuladoras e inseridas numa rede de articulação política dos movimentos sociais da Zona da Mata. Os sindicatos são não só articuladores, mas promotores de importantes iniciativas na constituição de novas organizações sociais, como cooperativas e associações, além de contribuírem sobremaneira para promover mobilizações em torno de temas importantes no cenário político da região como organização produtiva e comercialização, agroecologia, cooperativismo e desenvolvimento territorial.²²

A pesquisa foi realizada a partir das seguintes etapas: i) identificação e análise dos documentos institucionais dos sindicatos e organizações estudados, do movimento sindical rural, das políticas públicas; ii) construção de um roteiro de orientação para a realização das entrevistas; iii) realização e transcrição das entrevistas; iv) análise dos dados. A análise documental compreendeu importante etapa do trabalho. Foram identificados e analisados os principais documentos institucionais produzidos pelos sindicatos, principalmente atas de reuniões da diretoria, assembleias e encontros, para que fosse possível compreender os principais componentes históricos e sociais da trajetória da organização e suas estratégias de atuação e definição de prioridades ao longo dos anos. O estudo desses documentos teve como objetivos identificar temas discutidos, etapas da construção de estratégias de ação, da agenda de trabalho e observar dilemas partilhados e disputas e conflitos existentes.

²² Os sindicatos promovem importantes articulações e estruturam a criação de outras organizações sociais, como ocorreu no processo de fundação das cooperativas de crédito da agricultura familiar, principalmente no início dos anos 2000, em que os sindicatos promoveram a discussão sobre o cooperativismo de crédito, financiaram o funcionamento das primeiras cooperativas e viabilizaram sua sustentável financeira e de funcionamento nos primeiros anos de funcionamento permitindo o surgimento de um expressivo conjunto de cooperativas de crédito na região.

Buscou-se compreender as principais categorias sociais mobilizadas pelo movimento sindical (aquelas com as quais atuam e em relação às quais se opõem); identificar as principais lideranças envolvidas com o movimento sindical e a rede de movimentos sociais da região; identificar as abordagens sobre o Estado, as políticas públicas, a participação em conselhos; apreender os principais temas com os quais essas organizações estão envolvidas, quais suas referências (como se formam e como mudam), quais posicionamentos eles traduzem, quais visões de mundo, de mudança social, de luta política e qual a percepção sobre seu papel. Além disso, foi feito um estudo das principais publicações institucionais relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento rural com as quais as organizações sociais estão envolvidas.

Ao longo da pesquisa de campo, realizada entre 2016 e 2019, participei em reuniões dos sindicatos e de organizações sociais que atuavam junto aos agricultores familiares da região, como associações, cooperativas e organizações não-governamentais, além de seminários, reuniões em comunidades rurais, reuniões em conselhos de políticas públicas, encontros municipais, regionais, territoriais e outros eventos que interessem ao tema da pesquisa e que possam contribuir para endossar a análise. A análise documental e a observação participante subsidiaram a construção de um passo importante da pesquisa que foi o registro das falas das lideranças.

As entrevistas foram realizadas com diferentes atores sociais entre agricultores/as familiares, trabalhadores/as rurais, lideranças políticas, diretores/as sindicais, dirigentes de organizações não governamentais. O critério para escolha desses atores sociais foi seu envolvimento com a luta política da região e com as organizações sindicais. Especialmente, foram selecionadas lideranças que possuíam uma história de atuação regional nos movimentos sociais da Zona da Mata, muitas das quais ocupavam, desde a década de 1980, significativos papéis como mobilizadoras e articuladoras em diferentes organizações sociais, e também em órgãos públicos, em distintos momentos históricos. O registro da história dessas lideranças foi fundamental para compreender as mudanças nas características da ação política desse conjunto de atores, confrontar os distintos contextos políticos e sociais em que essa ação ocorreu, investigar, a partir de uma perspectiva histórica, o modo como se constituem os repertórios de ação política dos atores sociais da pesquisa, sua dinâmica de representação política, mecanismos de inclusão e exclusão no campo político.

Os roteiros para as entrevistas foram elaborados a partir das evidências iniciais coletadas principalmente por meio da análise dos documentos da organização e das observações e percepções advindas da participação em espaços e momentos de socialização envolvendo os atores da pesquisa. As questões elaboradas buscaram conduzir as entrevistas de modo a permitir a flexibilidade essencial ao processo de registro oral e, ao mesmo tempo, possibilitar a busca por informações essenciais ao alcance dos objetivos propostos. Elas buscaram apreender a trajetória dos entrevistados/as, sua origem social, inserção na luta política, os aspectos do seu engajamento (ou desengajamento) político, percepção sobre os limites e alcances de sua ação política, concepções e análises a respeito da ação sindical e das relações e estratégias que compõem essa ação. De modo geral, as questões contribuíram para obter informações sobre os grupos sociais que compõem as organizações, a trajetória dos sindicatos, a constituição de sua base, os diferentes agentes que integram seu campo de ação política, suas estratégias de organização e articulação política, relações no campo político, as políticas públicas implementadas pelas organizações sindicais, as atividades desempenhadas a partir delas, as percepções a respeito dessa atuação.

As entrevistas foram realizadas principalmente ao longo do ano de 2019. Entretanto, para a elaboração desse trabalho também utilizamos um conjunto de entrevistas realizadas com lideranças sindicais da região, em dois momentos distintos. O primeiro ocorreu durante a elaboração da monografia de conclusão do curso de História, em 2008 e o segundo, durante a elaboração da dissertação de mestrado, defendida no ano de 2013, ambas na Universidade

Federal de Viçosa. Nessas ocasiões, foram ouvidos diretores sindicais, lideranças comunitárias, técnicos de organizações não governamentais e agentes da Comissão Pastoral da Terra. Em ambos estudos o foco dos trabalhos foi a trajetória do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé cuja atuação possui importância fundamental na constituição do conjunto de organizações que constitui a rede de movimentos cuja pesquisa buscou analisar.

1.10. Estrutura da tese

A tese é composta por quatro capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução, e as considerações finais. No segundo capítulo, abordaremos elementos que permitem compreender quem são os agricultores/as que se mobilizaram no início dos anos 1980, em torno do que o fizeram e porque se engajaram na construção de um processo de ação política no campo naquele período. Trataremos além disso, das primeiras frentes de luta em torno das quais esses atores se mobilizaram, como as reivindicações por melhores condições de vida, a luta por direitos, por reconhecimento e legitimidade para representação política. Também compõe o segundo capítulo uma análise a respeito dos processos de formação política dos agricultores/as e trabalhadores/as rurais estavam envolvidos, principalmente aqueles em torno da CEBs, do Mobon, da CUT, das EFAs. A partir dessa análise, pretendeu-se evidenciar quais os diferenciais implicados a partir da formação religiosa e política dos agricultores/as e trabalhadores/as rurais que se tornaram das lideranças e construíram os movimentos sociais rurais da região, desde a década de 1980, identificando as identidades políticas, categorias mobilizadas e os quadros de referência construídos. A terceira e última parte do segundo capítulo trata da formalização do processo de luta política ocorrido por meio da criação dos sindicatos e apresenta a dinâmica de relações e interações dos atores da pesquisa com outros atores do sistema político, evidenciando os resultados de sua constituição enquanto atores políticos reconhecidos e do seu processo de organização político-institucional.

No terceiro capítulo, analisaremos as estratégias de articulação política em nível regional, principalmente no contexto da década de 1990. São apresentadas as principais estratégias de aproximação entre os atores sociais em âmbito regional, as dinâmicas e interações entre as lideranças dos movimentos e outros atores políticos, como partidos, organização não-governamentais, organizações sindicais rurais. Um dos principais objetivos é caracterizar os primeiros processos organizacionais construídos em nível regional, apresentando uma análise a respeito da criação da Articulação Sindical da Zona da Mata, da Escolinha Sindical, do Polo Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), da Associação Regional e do CTA/ZM. Procuraremos mostrar como esse processo de organização e articulação na região, durante os anos 90, implicou em mudanças para os atores desses movimentos, quais os conflitos, disputas, crises e dilemas e quais as narrativas a esse respeito. Analisaremos o evento conhecido como “racha sindical”, que dividiu os atores sociais da região em dois grupos políticos. Buscaremos, a partir das entrevistas e da análise dos documentos, identificar a trajetória de disputas e conflitos que gerou o “racha”, seus efeitos em termos de institucionalidades, relações, agendas, repertórios, referências discursivas e como os atores sociais percebem e narram esse processo.

No quarto e último capítulo, trataremos do processo de reorganização política da região e do surgimento de novas oportunidades de participação institucional pós-eleições de 2002. Na primeira parte, buscaremos caracterizar e analisar o novo contexto que se configurou e as novas dinâmicas organizacionais desse movimento social diante das mudanças no cenário político e das novas oportunidades institucionais que foram criadas a partir da eleição de um candidato do PT para a Presidência da República. Na segunda parte, discorreremos sobre algumas das experiências de participação institucional vivenciadas por esses atores diante das políticas públicas e instituições participativas e seus efeitos e implicações para os processos de

organização da ação política. Pretendemos reconstituir o histórico das demandas e estratégias que conformaram a criação dessas organizações, as mudanças exigidas e geradas por esse processo e suas implicações nas relações e interações entre as organizações sociais (sindicatos, associações e cooperativas) que compõem esse movimento e deste em relação ao Estado.

2 CAPÍTULO II - ZONA DA MATA MINEIRA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

O esforço analítico a respeito dos processos de institucionalização da ação política das organizações sociais por meio da implementação de políticas públicas na região da Zona da Mata mineira remonta a um conjunto de lutas sociais e políticas, de pouco mais de três décadas, em torno dos processos de mobilização social, da construção de identidades políticas e do reconhecimento político e social dos/das trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região. Neste primeiro capítulo, abordaremos os processos de mobilização e formação por meio dos quais os/as agricultores/as e trabalhadores/as rurais se tornaram lideranças no campo político da agricultura familiar. Ao longo do texto, apresentaremos o processo de engajamento e organização de uma ação política que trata da transformação desses agricultores/as em lideranças políticas, termo que também será utilizado para nos referirmos aos agricultores/as de cuja trajetória trataremos aqui.

Neste capítulo, apresentaremos alguns elementos que compõem os antecedentes históricos desses processos na região da pesquisa. Na primeira parte do capítulo, abordaremos as principais características socioeconômicas e culturais das lideranças políticas entrevistadas, apontando de modo específico as questões relacionadas ao acesso à terra, relações de trabalho, relações familiares, religiosidade, redes e espaços de sociabilidade. Os principais objetivos dessa caracterização são reconstituir as origens sociais e econômicas das lideranças e compor o contexto histórico e econômico da região no período inicial de organização política dos atores sociais da pesquisa. Buscaremos apresentar elementos que permitam compreender quem são os/as agricultores/as que se mobilizaram no início dos anos 1980, em torno do que se mobilizaram e porque se engajaram na construção de um processo de ação política no campo naquele período.

Na segunda parte, tratarei das primeiras frentes de luta em torno das quais esses atores se mobilizaram: reivindicações por melhores condições de vida, luta por direitos políticos, sociais e trabalhistas, reconhecimento e legitimidade para representação política. Também compõe essa parte do capítulo uma análise a respeito dos processos de formação política em que agricultores/as e trabalhadores/as rurais estavam envolvidos, principalmente aqueles em torno das CEBs, do Mobon, da CUT, das EFAs. A partir dessa análise, pretende-se evidenciar os diferenciais implicados a partir da formação religiosa e política dos agricultores/as e trabalhadores/as rurais que se tornaram das lideranças e construíram os movimentos sociais rurais da região, desde a década de 1980, identificando as identidades políticas, categorias mobilizadas e os quadros de referência construídos.

A terceira parte do capítulo tratará do processo de fundação dos primeiros sindicatos, visando apresentar os esforços de concertação realizados pelas lideranças, os conflitos e disputas evidenciados nesse processo, as parcerias e rompimentos ocorridos. Analisaremos a formalização do processo de luta política ocorrido por meio da criação dos sindicatos, as possibilidades, oportunidades, conflitos e dilemas derivados desse formato de organização política para esses atores.

Na quarta parte apresentaremos uma análise sobre os primeiros trabalhos sindicais. Dos realizados nos primeiros anos, os que tiveram maior destaque foram aqueles relacionados às questões de acesso aos serviços de saúde, direitos trabalhistas e previdência social, em sintonia com alguns dos principais temas trabalhados pelo movimento sindical no país nesse período. O texto demonstra de que forma esses trabalhos influenciaram na legitimação do sindicato no início do seu processo organizativo nos municípios da pesquisa. Na quinta e última parte

trataremos do engajamento das lideranças da agricultura familiar em partidos políticos, especificamente o PT, analisando os conflitos surgidos e as mudanças que esse engajamento implicou para as organizações sociais fundadas e para o processo de organização política em questão.

2.1. As CEBs e o Mobon: as bases sociopolíticas do engajamento dos agricultores e agricultoras

No final da década de 1970, as principais frentes de mobilização e formação política dos trabalhadores/as rurais e agricultores/as ocorreram a partir das CEBs e do Mobon. Estes dois movimentos tiveram forte inspiração na Teologia da Libertação que orientou setores progressistas da Igreja Católica com um discurso de inclusão social dos pobres e uma mobilização política em torno das desigualdades presentes no campo nas relações de trabalho e da propriedade da terra. Foi uma corrente doutrinária constituída na Igreja Católica a partir das premissas contidas no Concílio Vaticano II, principalmente inspiradas no ideal de uma Igreja do povo, mais perto dos pobres e engajada em ações de combate aos problemas sociais, em especial a pobreza e a desigualdade

Iniciado na Diocese de Caratinga, no final da década de 1960, o Mobon, se constituiu a partir de um trabalho de formação religiosa baseado na Bíblia e em histórias e canções com uma linguagem inspirada numa educação popular, acessível à população pobre do campo e das periferias das cidades. Na página oficial do Mobon, disponível para acesso por meio da internet, aparecem as seguintes características do movimento:

Um dos pontos marcantes da Boa Nova é o uso da linguagem simbólica através de comparações que vão encontrando a porta de entrada na cultura do povo. Este tipo de linguagem deixa todos mais à vontade. Isto desinibe o leigo e leva a colaborar fortemente na evangelização. Assim, outro ponto marcante da Boa Nova é o leigo evangelizando leigo. Depois de uma preparação, organizam-se duplas para o repasse do estudo. Isto fomenta a missionariedade no meio do povo, ajuda na recuperação da autoestima dos leigos e vai gerando autonomia. A intimidade com a Palavra de Deus é trabalhada de forma a fazer despertar nos participantes para uma visão mais crítica da realidade. Busca-se uma interação e maior ligação entre Fé e Vida. No decorrer da história fatos significativos podem ser elencados como surgidos desse trabalho de base: Lideranças organizaram-se em grupos de compra e venda que depois se transformaram em pequenas cooperativas, cresceu a participação na organização sindical e houve um fortalecimento da consciência na participação sócio-política. Vai surgindo uma maior valorização da luta pela vida e uma maior participação nos conselhos municipais. Esse compromisso social e político tem sempre como baliza a Palavra de Deus (Texto de apresentação, https://www.mobon.org.br/about_us, acessado em 24/03/2021)²³.

As lideranças que se engajaram nesses espaços, no início dos anos 1980, na Zona da Mata Mineira, apresentam uma série de características peculiares relacionadas às origens familiares, relações de trabalho, acesso à terra, migração e ocupação do território. Parte importante delas pertencia a famílias que não possuíam terra e moravam em terras de “patrões”, que, em sua maioria, eram proprietários de fazendas de café e arroz. Outra parte das famílias das lideranças possuíam pequenas propriedades, em geral divididas entre pessoas de uma

²³ Para um maior aprofundamento sobre o Movimento da Boa Nova na Zona da Mata-MG, ver COMERFORD, 2003; OLIVEIRA 2012; CAMPOS, 2014.

mesma família para morar e cultivar alimentos. A conquista da terra aparece em alguns relatos compondo uma narrativa de luta, realização e libertação.

Meus pais migraram para o município vizinho. Eu nasci aqui, mas meus pais migraram. Eu me entendi por gente no município vizinho. Ficamos lá até... Mais ou menos até 10 anos de idade, que foi minha trajetória de vida na terra de patrão, que eu não tenho muitas boas lembranças, não. [...] Lutei e consegui comprar meu pedaço de chão com três anos depois de casado. Era meu sonho. Com três anos de casado, nós conseguimos trabalhar e comprar essa terra. Em 79, veio o movimento das CEBs, com um cunho bem regional. Foi trazido por Caratinga, mas pegou boas partes de Mariana, que não era de Caratinga. E os movimentos sociais começaram a surgir a partir disso. E também com as políticas do governo, que era época da revolução verde e ajudou a levar muita gente para o buraco mesmo (Nilton Lopes da Silva, entrevista concedida no dia 01 de fevereiro de 2019, em Araponga-MG).

Essa “trajetória de vida na terra de patrão” e a consequente ausência de boas lembranças era uma realidade que se repetia entre os agricultores que se tornaram as primeiras lideranças políticas que se engajaram nos espaços das CEBs. Era nessas terras de patrões que muitos moravam, cultivavam e, muitas vezes, se reuniam.

Eu sou filho de uma família de sete irmãos, eu sou o do meio, são três mais novos, três mais velhos e eu sou agricultor, sem-terra e a minha história começou assim. Minha família era meeiros (*sic*), de uma fazenda de muita exploração e nosso grupo familiar nasceu nesse contexto. De viver trabalhando nessa fazenda e nessa fazenda, também, a gente participava. As minhas primeiras participações fora da família foi (*sic*) na religião. Comecei a participar da catequese da comunidade, para fazer primeira eucaristia, depois fazer a crisma, que eu acho que onde que foi a minha... Assim, o divisor de águas para eu ir participar de outros espaços que não fosse com a família. [...] Assim, acabamos de fazer a crisma, aí o grupo tinha o desejo de continuar encontrando, e aí estava criando aqui em Divino também a Pastoral da Juventude. E a Pastoral da Juventude se organizava nas comunidades através dos pequenos núcleos de jovens. Aí, nós criamos na comunidade um grupo de jovens. Até assim, era um grupo de jovens muito forte, a gente conseguiu fortalecer bastante (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Ser uma família de meeiros numa fazenda de muita exploração significava que a casa em que a família morava, a terra em que plantava e o resultado do trabalho estavam sobre o controle do patrão²⁴. Embora o Estatuto do Trabalhador Rural tenha regulado a situação dos

²⁴ Os meeiros eram agricultores moradores de fazenda que produziam em parceria com o dono da terra. No período de fundação dos primeiros sindicatos, era comum que o termo “meeiro” fosse utilizado no mesmo sentido que “morador” de fazenda, que nomeava as famílias de agricultores sem terra que moravam dentro das fazendas produtoras de café e arroz, principalmente. Nesses casos, o meeiro, além de morar nas terras do fazendeiro também tem com ele uma relação de trabalho e, em parte importante dos casos, de compadrio. Esse sistema de moradia é semelhante àquele caracterizado por Moacir Palmeira (1976) como predominante historicamente nas fazendas de cana do Nordeste: o morador e sua família não apenas trabalhavam e produziam para o patrão, sem autonomia no uso da terra, mas também viviam sob o “regime”, sob um modo de vida definido pelo fazendeiro. Nos municípios pesquisados, o termo também era (e ainda é) utilizado para denominar um conjunto de agricultores pequenos proprietários que produziam em terras de outros proprietários, em geral, donos de maiores parcelas de terra. A principal característica desse conjunto de agricultores, também chamados de meeiros ou parceiros pelas lideranças entrevistadas, é o cultivo de produtos agrícolas em parceria seja mediada ou não por uma relação de trabalho. Na perspectiva dos movimentos sociais do campo, essa categoria representa um grupo social historicamente aliado

trabalhadores/as rurais desde sua instituição em 1963, parte importante dos trabalhadores/as do campo, de modo especial, os moradores, trabalhavam sem nenhum tipo de contratação formal, privados dos direitos trabalhistas e previdenciários. O relato acima e outros que apresentaremos ao longo do texto informam que essa realidade também ocorria em outros municípios da região, como conta a liderança de Divino-MG. Muitas vezes a igreja, enquanto espaço de práticas religiosas, quando está dentro da fazenda, aparece como primeiro espaço de socialização fora da família e da fazenda. Na trajetória da liderança, a participação em um espaço religioso junto a outros jovens do município se configura como uma primeira experiência de participação. A criação dos pequenos núcleos de jovens que aparece na fala da liderança expressa um importante espaço que se constitui mais adiante como gerador de debates e participação social e comunitária da juventude de agricultores que habitavam o espaço rural desses municípios. Na Zona da Mata, os grupos de jovens são referenciados por parte importante das lideranças como espaço comunitário de participação religiosa que se vincula às experiências políticas. Esses três espaços, os Grupos de Jovens, as CEBs e o Mobon, aparecem nos relatos como experiências iniciais de participação política no espaço da comunidade.

É importante analisar como acontecem e quais as características desses espaços que entrelaçam a religião e a política. Nos municípios pesquisados, são mobilizados na crença em uma relação estreita entre fé e ação, na ideia de fé vivida, construída principalmente a partir dos princípios da Teologia da Libertação e do Concílio Vaticano II. Não apenas as CEBs, mas as pastorais católicas orientadas a partir desses princípios buscavam conectar a fé a uma vivência comunitária, a uma experiência de ação em sociedade. Frei Betto (1985, p. 27) afirma que

As Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, são grupos populares que, nas periferias das grandes cidades ou na zona rural, reúnem pessoas motivadas por sua fé cristã para um trabalho nos movimentos populares. [...] São comunidades pois são grupos e pessoas que convivem. São eclesiais, pois se encontram motivadas pela fé cristã. E são de base, porque são integradas por pessoas da classe subalterna.

Nesses espaços, a fé precisava ser vivida, não bastava ser professada, manifestada em rituais religiosos, mas sim experienciada em alguma ação no âmbito coletivo, “uma fé cristã para um trabalho nos movimentos populares”. Precisava ser “uma fé já envolvida” com as questões sociais em nível comunitário. No relato de uma liderança, essa relação e a forma como ela foi vivida pelos agricultores nesse período aparece de forma bem clara.

Nós tínhamos aqui uma congregação do Sagrado Coração, que era coordenada pela Igreja da Matriz São Paulo, mas os catequistas da igreja eram pessoas muito bem informadas e a gente trabalhou aqui muito com o Zé Paulo Monteiro²⁵. Eu gosto de frisar isso, porque eu acho que essa trajetória do sindicalismo passa também pela formação que nós tivemos na questão da catequese da Igreja. [...] O Zé Paulo Monteiro foi meu catequista. O que acontecia? Ele trabalhava a gente numa fé já envolvida. Você tinha o compromisso de abrir a igreja, você tinha o compromisso de ajudar lavar a igreja, e aí você ia dando saltos. O quê que era? Participar do grupo jovem,

de direitos sociais e políticos, para o qual a busca por possibilidade de produção e reprodução social implicou no estabelecimento de relações de dependência em relação aos grandes proprietários de terra e em dificuldades para o exercício da ação política e para a construção do seu reconhecimento enquanto cidadãos.

²⁵ José Paulo Monteiro é uma importante liderança política da região. Foi catequista e conduziu espaços de formação religiosa e política em boa parte dos municípios pesquisados. Foi também professor da rede pública de educação, educador na primeira Escola Família Agrícola do Estado de Minas Gerais, fundada em 1982, no município de Muriaé, e no início dos anos 1990 foi vice-prefeito desse município. José Paulo me concedeu uma entrevista no dia 10/01/2008, no município de Eugenópolis, onde passou a morar após sua aposentadoria.

que era no início aqui e ele orientava qual o material que você usava. [...]. Dessa educação para que a gente pudesse dar esse salto. E isso culminou justamente no processo desse salto da chegada da década de 80, né. [...]. Mas a gente vai dar um salto no sentido de que, como é que foi a nossa intercessão na área política, né, e quando eu falo política, não é partidária, estou falando da política social, da convivência comunitária, para chegar numa política partidária. E como é que se deu também esse salto para entender que era necessário?! É ir para as organizações. Isso foi muito interessante porque nessa convivência com o grupo jovem, aparece outra etapa da Igreja que foi fundamental. A Igreja ela tinha é... uma... uma organização que ela te dava sequência. Ela pegava você na catequese, depois você pulava que era o Grupo Jovem, o Grupo Jovem você subia para o Mobon, que a gente fala a Boa Nova, etc. E na Boa Nova é que você já estava um pouco mais estruturado e preparado para esse salto político, de intercessão política. Não tinha esse negócio de fé isolada, né. A fé ela tinha que ter uma ação e a nossa ação era estar dentro da comunidade o tempo todo. E eu lembro de uma frase que o Zé Paulo Monteiro falava muito, que era o seguinte: “Não existe uma fé fora do povo. Ela é encarnada na realidade do povo, né”. Não existe uma forma de você fazer transformação, só. Você tem a oração e tem a ação, se você separa a oração da ação, não tem como... Não funciona. Então, nós trabalhava (sic) isso muito, né (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Uma questão importante que aparece nesse relato está relacionada à vivência da fé como ação e envolvimento comunitário. “Estar dentro da comunidade o tempo todo”, como afirma a liderança, significa estar envolvido com os problemas e questões sociais existentes ali e se engajar em ações coletivas. Atrelar fé e política se constituía como uma metodologia das CEBs e do Mobon mobilizando e estruturando a organização política dos/das agricultores/as e trabalhadores/as rurais da região a partir da religião. O engajamento político de parte importante das lideranças entrevistadas começou pela fé, enquanto resultado de um trabalho religioso que mobilizou os/as agricultores/as em torno do trabalho coletivo e dos problemas sociais da comunidade.

Tinha uma outra coisa que foi fundamental para esse passo da década de 80, que fizeram nós acreditar (sic) que o Espírito Santo falava. Isso era fantástico, você chegava, você não tinha formação nenhuma, você ia para a comunidade, você não tinha medo da comunidade, você não tinha medo de falar para trinta, cinquenta, cem. Isso era fantástico para nós. Porque quem dava essa formação para nós, falava o quê: Você vai! “Mas eu não sei fazer”. Não! Fica tranquilo, chega lá o Espírito Santo que vai falar. Então essa fé, essa fé, fazia nós irmos e pegar qualquer pessoa que não tinha leitura sequer, né, e ia para uma comunidade e se impunha sobre ela. E foi assim (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Essa fala remonta à ideia de como esse trabalho religioso promoveu a crença na ausência de necessidade de uma formação escolar ou de outro tipo para que os agricultores pudessem falar de política. Era necessário apenas ter fé, fé na capacidade de falar sobre política. Fé era o que precisava ter um trabalhador rural, um agricultor para falar para outras pessoas de assuntos políticos ou assuntos que envolviam religião e política entrelaçadas com suas condições de vida.

Frei Betto (1985) afirma que, por meio da participação que acontecia nas CEBs, esses atores foram se apropriando do que o teólogo chama de “capital simbólico da fé” o qual, anteriormente, em espaços tradicionais da Igreja Católica, ficava restrito aos clérigos e religiosos. Nos espaços das CEBs, a apropriação desse capital simbólico da fé é um primeiro

passo para que esses atores se sintam, então, autorizados a falar, primeiro no espaço religioso e comunitário, depois no espaço dos movimentos populares. De acordo com o autor, “as CEBs vão criando um espaço de exercício do poder” (BETTO, 1985, p. 36). Assim, era a fé que dava coragem e capacidade para atuar na política e dar o salto que começava nos espaços religiosos nas comunidades e ia em direção às organizações. Era o dom, um dom divino, um tipo de capital baseado na fé, que tornava os agricultores capazes de serem atores políticos.

Bourdieu (2011), quando nos chama a atenção para a necessidade de desnaturalizar a participação política e problematiza como as condições sociais e culturais interferem no sentimento de autorização para falar de política, aponta para as dificuldades que os atores sociais desprovidos de capital cultural e econômico têm para expressar sua opinião, tendendo por isso a delegar sua voz. No caso dos agricultores estudados na pesquisa, a participação nos espaços das CEBs contribuiu para mobilizar essa autorização para falar de política por meio do engajamento religioso. A fé ou a crença no seu poder de fazê-los falar permitiu que esses atores saíssem, aos poucos, de um lugar de não autorizados e incapazes para levá-los para espaços coletivos de promoção da participação e do engajamento político. Ir para as organizações, dar institucionalidade organizacional para as questões de fé e política era parte de uma caminhada religiosa, era uma missão.

Os grupos de jovens, as pastorais, as comunidades de base funcionavam como espaços de ensinamento de uma fé que levava à ação política e que, de acordo com as lideranças entrevistadas, preparava os atores políticos das comunidades para o salto em direção às organizações sociais. A relação entre fé e política foi importante para desvelar situações de exploração dos agricultores da região e mobilizá-los para se organizar para seu reconhecimento, seu espaço de representação política para lutar por direitos. Desse movimento participaram padres e leigos, líderes religiosos de diferentes lugares na hierarquia da Igreja Católica, cuja ação foi fortemente marcada pela elaboração de materiais de formação popular, realização de cursos e práticas de mobilização política e organização de experiências comunitárias.²⁶

O João e o Alípio discutiam demais, e eles faziam de uma forma que todos nós entendíamos²⁷. Por exemplo, como eu tinha dificuldade de entender o discurso do Luiz Dulci, que fazia um discurso mais técnico, mais elaborado, o discurso do João Rezende eu entendia perfeitamente porque ele fazia comparações, ele fazia muito em parábola, tipo a parábola do joio e do trigo, do bom pastor, dos talentos. Tinha, por exemplo, o restolho, que o trabalhador pequeno é considerado o restolho do milho e o restolho do milho não tem valor. Ele tinha essa coisa de explicar para a gente como era feita a exploração, como você era escolhido, como você era separado da sociedade, como você era discriminado usando essas parábolas, e aí ele concluía falando que isso era o socialismo. Eu me arrependo amargamente porque uma época eu sumi com

²⁶ Entre os anos 2000 e 2004, participei de diferentes ações de caráter regional das CEBs e do Mobon, em especial dos cursos de formação realizados em diferentes municípios da região. Os cursos eram, ainda nesse período, organizados com intensa atuação das lideranças sindicais e da Comissão Pastoral da Terra, com envolvimento de jovens rurais e representantes das CEBs. O conteúdo dos materiais e a tônica dos discursos dos ministrantes possuíam uma forte crítica social que envolvia um apelo ao fim da “exclusão social” e da “alienação política”. Nesses espaços, a participação política era motivada e, em grande medida, considerada essencial à vivência da religiosidade enquanto instrumento de transformação social. Essa crítica social presente nas falas, músicas e nos livrinhos de estudos do movimento, envolvia também uma crítica aos governantes que eram representados, muitas vezes, como “inimigos do povo”. Parte da mudança social que era falada nos cursos, e para a qual as ações das lideranças deviam se voltar, envolvia transformações na esfera governamental ou, de maneira geral, no campo da política.

²⁷ João Rezende e Alípio Jacintho da Costa foram os principais formadores do Mobon na Zona da Mata e aparecem em parte importante dos relatos como lideranças regiões que ocuparam lugar importante na formação política e religiosa dos agricultores ligados às CEBs.

os livrinhos que tinha, pior coisa que eu já fiz, porque eram fantásticos os livros que ele usava nos cursos. Discutia estas questões abertamente, não tinha meio termo, era socialismo e capitalismo. Eu tive essa formação (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

Uma das coisas que o João fazia com a gente era discutir os ditados populares sobre escravidão, racismo. Tinha aquela coisa “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. A primeira pessoa a questionar isso com a gente foi ele. “Quem nasceu para lambari nunca chega a jacaré”, essas coisas assim que leva a gente a concluir que nasceu pobre e vai morrer pobre, eu não tenho que crescer. O rio corre é para o mar, então se você tem alguma coisa para fazer para alguém, faça para o rico, eu não vou trabalhar para pobre, “trabalhar para pobre é pedir esmola para dois”. Então assim, a pessoa precisava trabalhar para um pobre igual ele, mas ele trabalhava para o rico, para ganhar a mesma coisa, ou até menos. Eles discutiam isso com a gente, eles quebravam esses enigmas. Em relação à mulher, o Alípio, por exemplo, trazia as histórias das mulheres valentes da Bíblia, Maria Madalena, Ruth, Ester e colocava estas histórias presentes na vida da gente (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

A formação recebida pelas lideranças nos cursos da Boa Nova possibilitava uma ressignificação das experiências e das formas de pensar a partir de questionamentos que buscavam construir os caminhos de possibilidade e as estratégias de ação para a promoção das mudanças nas condições sociais e econômicas. Com a linguagem simples e a utilização de recursos religiosos, como as parábolas bíblicas, esses formadores mobilizaram as lideranças para a identificação de injustiças e desigualdade nas suas condições de vida e promoviam a crença e a mobilização para a promoção da mudança social. Esse conjunto de questionamentos construídos nos espaços do Mobon e a difusão da capacidade coletiva de promover a mudança se constituem como importantes bases para compreensão sobre os caminhos de formação dos movimentos sociais da agricultura familiar na Zona da Mata.

O trabalho minucioso feito pelos mediadores junto aos agricultores lideranças das CEBs possibilitou uma mudança na crença sobre a legitimidade de um modo de viver e se relacionar. Implicou na necessidade de fazer com que esses atores sociais colocassem em questão crenças socialmente construídas e compartilhadas que colaboravam com a reprodução de uma condição econômica e social injusta e desigual. Segue um trecho de uma canção muito entoada nos espaços de formação das CEBs e do Mobon, desde a década de 80 até os anos mais recentes:

Somos gente nova vivendo a união, somos povo semente da nova nação.
Somos gente nova vivendo o amor, somos comunidade, povo do senhor. Vou convidar os meus irmãos trabalhadores, operários, lavradores, biscateiros e outros mais. E juntos vamos celebrar a confiança, nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz.

Dois padres foram os principais precursores da mobilização para o envolvimento dos trabalhadores/as rurais nos cursos da Boa Nova e para a constituição das CEBs na Zona da Mata, o Padre Gnawel e o Padre Agostinho, líderes religiosos que estão presentes nas memórias das lutas políticas da região, de modo especial no que diz respeito aos anos iniciais de formação política, cujas ações compreenderam a participação em cursos, visitas às comunidades e mobilizações para formação de organizações de representação política, principalmente sindicatos, no caso dessa região. No depoimento a seguir, a mudança de postura de um desses padres permite identificar uma relação desigual na divisão da produção entre os meeiros,

agricultores que moravam na fazenda e produziam no sistema de parceria que concorria a favor do fazendeiro.

Um padre que a gente tem que lembrar nessa trajetória da década de 80, que foi o Padre Agostinho, né. O Padre Agostinho começou a chamar esses jovens, que tinham uma... já uma intercessão, a conversar sobre o direito dos trabalhadores, né. [...] E tinha aqui na região uma coisa muito forte que era a produção de arroz e a igreja fazia uma coleta de arroz todo ano. O Padre Carlos, falecido já, ele passava com um carro colhendo os arroz (sic) para levar para a igreja. Não existia esse negócio de dízimo, não existia nada. [...] Quando o Padre Agostinho chega, ele assume o lugar do Padre Carlos, na Barra, naquela região da Barra, que pegava Bom Jesus, que era uma grande fazenda de arroz²⁸. [...] E ele vai visitar. Quando chega lá, ele faz o inverso do Padre Carlos. E ele pergunta ao Padre Carlos quando ele vai para lá e o Padre Carlos disse para ele assim, que não existia problema aqui, né, não existia problema. Mas, por que que não existia problema? Porque o Padre Carlos ia buscar o arroz na casa do patrão. O Padre Agostinho fez o inverso, ele sai de manhã e vai visitar os camponeses. Então ele consegue enxergar uma realidade que o outro não enxergava. E aí quando ele vai descobrir: o patrão praticamente não dava nada de arroz para igreja. Ele dava da meia do cara que plantava. Então, o quê que ele descobre, ele volta e diz assim: isso não pode acontecer, esses caras trabalham de escravo. E nós precisamos organizar, então, uma lógica da gente dar a resposta. Como é que foi então essa lógica da resposta? Começou a se fazer várias reuniões, né, nas comunidades, aproveitando essa organização (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

A primeira vez que ele foi lá [o Padre Agostinho], ele não foi pra celebrar missa, ele teve intenção de fazer uma visita ao pessoal né, e foi lá de dia, né. Visitou algumas famílias, e aí começou a perceber que a coisa não era igual a que o Padre Carlos comentava, falava: “lá na Providência é assim, lá eles faziam uma campanha lá de trinta sacos de arroz né, o pessoal que mexia dava uma quantidade e o patrão dava outra quantidade”. Mas aí o padre Agostinho, conversando com nós (sic), a gente explicava o esquema da fazenda como é que era né, como é que era o tipo de... Né?!, o jeito de trabalhar, quanto ganhava por dia, quanto valia por mês né, e ele falou: “mas as coisas não tá do jeito que o padre Carlos me contou, não! vocês tão sendo muito lesados aí, né?! É preciso haver uma organização para fundar, aqui em Muriaé, o sindicato dos trabalhadores rurais”. Mas aí, daí para a frente, ele começou a convidar assim dois representantes de cada comunidade né, e a gente vinha nas reuniões, fizemos várias reuniões, combinando pra surgir o sindicato e foram uns dois anos assim de reunião né, de preparação (Alípio Teodoro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2008, em Muriaé-MG).

O lugar de líder da Paróquia conferia aos padres poder e autorização para entrar na fazenda e recolher o dízimo, que aqui se materializava na doação de sacos de arroz que eram buscados pelos próprios padres. O recolhimento desse arroz era feito, até o momento da história

²⁸ Barra é um bairro localizado no município de Muriaé-MG onde está situada uma das paróquias mais importantes pelo número de comunidades urbanas e rurais católicas que estão inseridas em sua área de abrangência. É na Paróquia da Barra que atuou o Padre Agostinho, importante liderança na condução das CEBs e do processo de fundação dos primeiros sindicatos da região da Zona da Mata. A essa Paróquia está vinculado o distrito de Bom Jesus (Muriaé-MG), onde fica situada a Fazenda da Providência, identificada nos relatos como uma das maiores fazendas de produção de arroz do município.

contado pelas lideranças, por um dos padres antigos da Paróquia sem que houvesse um questionamento a respeito da origem dos sacos de arroz doados pelo patrão, corroborando para que fosse reproduzida ao longo do tempo a espoliação dos trabalhadores/as.

A postura do Padre Agostinho, um dos mais importantes mobilizadores dos movimentos sociais rurais da região e muito lembrado pelas lideranças, é representativa de uma forma de fazer que compôs a dinâmica dos primeiros anos de mobilização política para fundação dos sindicatos: jogar luz nas relações desiguais de trabalho e evidenciar, junto aos próprios trabalhadores/as e agricultores/as, uma situação de exploração mobilizando a partir disso a ideia e a necessidade de fundação de uma organização de representação política. Essa dinâmica protagonizada pelo padre é aos poucos também incorporada pelas lideranças. Conhecer e revelar essas situações de precarização, exploração econômica, falta de autonomia passam a acontecer junto às atividades religiosas das CEBs, das pastorais e do Mobon: visitar as comunidades, conversar com os/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as sobre condições de vida e de trabalho se juntam aos ritos e espaços religiosos. Falar sobre as condições de vida da população rural adentra o cotidiano dos agricultores participantes das CEBs a partir de um trabalho religioso que faz parte da construção da relação entre fé e ação que compôs a base desses movimentos sociais. A participação política, o engajamento dos trabalhadores/as e agricultores/as nos processos de fundação de organizações políticas é também resultado dessa construção.

2.2. A relação entre fé e política e as práticas e discursos das lideranças dos movimentos sociais da agricultura familiar da região

A trajetória de organização política dos atores sociais objeto da pesquisa tem início no final dos anos 1970, a partir das ações da Igreja Católica, principalmente por meio do Mobon e da formação das CEBs, cuja constituição é objeto de importantes trabalhos sobre a região (COMERFORD, 1996, 2003; CINTRÃO, 1996; RICCI, 1999; COSTA, 2012).

As CEBs foram formadas a partir de uma configuração socioespacial cuja sociabilidade era marcada fortemente por relações de vizinhança e parentesco (COMERFORD, 2003). Na Zona da Mata mineira, o Mobon e as CEBs constituem-se quase como sinônimos, configurando-se enquanto instituições-chave do processo de organização política dos/das trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares. Os cursos do Mobon são reconhecidos como os primeiros espaços em que parte importante dos/das trabalhadores/as rurais aprenderam sobre “ter consciência”, “se organizar”, “lutar”. As CEBs, do mesmo modo, aparecem com frequência nos relatos e nos espaços de participação política como o lugar onde “a caminhada começou”, onde os/as trabalhadores/as rurais “tomaram consciência da exploração”.²⁹

A CEB é um despertar. Acho que não posso deixar de dizer que isso foi puxado pela Igreja Católica, mas era ecumênico. Foi pensando numa maneira da vida mesmo, de fazer uma leitura mais aprofundada da Bíblia. E como é que Deus relaciona com isso tudo. E o mais curioso, que tudo é que está relacionado à terra. Que Deus quis dar aquela terra para aquele povo, uma terra onde produzisse leite e mel. Você pega toda uma história, porque a Bíblia é uma história de povo. [...] As CEBs nos balançou (sic), acordou as pessoas, acordar para vida. Oração não é só lá para a alma, lá no outro mundo, não. Não é só esse negócio de céu, não. O negócio é aqui e agora. Então, você está pensando e está com os pés na terra. [...] A principal coisa que você tem que pensar é aqui e agora, você tem que ter paz nessa terra, então para isso você precisa de terra. Então, as CEBs ela nos acordou (sic). Mas, as CEBs não é uma instituição. Você cria a organização, cria a instituição, que a lei do mundo

²⁹ As expressões entre aspas aparecem recorrentemente na narrativa daqueles que vivenciaram esses espaços.

vai te exigir legalmente, que é um sindicato, uma associação, para você reivindicar os seus direitos (Nilton Lopes da Silva, entrevista concedida no dia 01 de fevereiro de 2019, em Araponga-MG).

No relato, evidencia-se haver um reconhecimento das CEBs como espaços para a formação política e um despertar para ação política, como um “acordar para vida”. Nesses espaços, a linguagem utilizada contribuiu para a marcação de uma forte identidade social e política dos/das trabalhadores/as e agricultores/as, nomeando suas dificuldades cotidianas, suas lutas e os processos sociais e históricos nos quais estavam inseridos/as e levando a compreender que oração não é “coisa do outro mundo”, mas um negócio de “aqui e agora”. Esses relatos também indicam haver, na percepção da liderança, uma diferenciação entre as CEBs e o sindicato. A liderança afirma que “as CEBs ela nos acordou (sic). Mas, as CEBs não é uma instituição”, apresentando a compreensão de uma mudança ocorrida no processo de institucionalização e organização da ação política a partir da fundação dos sindicatos. Nessa leitura, as CEBs são um processo social e político de organização, uma forma de ler e interpretar a Bíblia e um processo que estimula a organização política dos atores sem, entretanto, representar ela mesma um tipo formal e institucionalizado de organização, como os sindicatos e os partidos.

Era nas CEBs que os/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as envolvidos/as nos trabalhos da Igreja se reuniam para falar sobre pobreza, desigualdade, exploração, luta e sindicalização. Na socialização construída nesses espaços estão as raízes da sua luta política (GARCIA, 2013; FREITAS, 2015). Os cursos do Mobon eram o espaço de formação e socialização de conhecimento religioso e político³⁰. As CEBs eram o lugar para se “colocar em prática” o aprendizado e a troca vividos nos cursos. Nessa relação entre prática e conhecimento, formação e ação, se formaram importantes lideranças que iniciaram as primeiras ações de organização política. Essas lideranças eram arrendatários/as, meeiros/as, trabalhadores/as assalariados/as, proprietários/as de pequenas parcelas de terra, jovens rurais mobilizados e formados a partir do trabalho das CEBs e da Boa Nova, cuja formação política também é tributária de mediadores sociais que se constituíram enquanto apoiadores da luta política na região, como lideranças ligadas à CUT, ao Movimento de Educação de Base (MEB) e, mais tarde, no final da década de 1980, ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona Mata (CTA/ZM), cuja fundação e ações serão tratadas mais adiante.

Esse processo trouxe algumas peculiaridades para as práticas e discursos da organização dos movimentos sociais, a começar pela constituição de uma identidade política entre os agricultores. Luciano de Almeida, em trabalho sobre a formação de um STR em um município da região, afirma que as CEBs promoveram um processo de reconhecimento entre os/as trabalhadores/as e agricultores/as por meio da categoria “pobre”, que teria sido essencial para formação de uma identidade entre eles contribuindo, mais tarde, para sua organização enquanto *classe* trabalhadora em torno da identidade de “trabalhador/a rural” e do sindicato (ALMEIDA, 1992, p. 152). Para o autor, a categoria “pobre” foi o amálgama usado pelas CEBs na formação de uma identidade política na região, cuja afirmação está relacionada aos debates promovidos nesses espaços a respeito das condições de vida. Trata-se, em grande medida, de uma identidade constituída a partir de relações tecidas por meio de um processo de socialização em torno de

³⁰ O conteúdo dos cursos do Mobon era (e ainda é), em geral, estruturado a partir do material produzido pela CNBB para as Campanhas da Fraternidade, a partir de estudos bíblicos, reflexões sobre o dia a dia dos leigos e uma “ação concreta”, ou seja, uma espécie de proposta de ação coletiva, comunitária, baseada no tema de cada encontro trazido nas cartilhas que compunham o material. As Campanhas da Fraternidade ocorriam, e ainda ocorrem, duas vezes ao longo do ano, geralmente em períodos próximos à Semana Santa e ao Natal. Os temas são definidos pela CNBB que produz também o material. O Mobon também possui um calendário próprio de cursos, com temas variados, que pode ser consultado no site da organização, disponível em <https://mobon.org.br/>.

uma formação religiosa e política vivenciada em comunidades rurais com fortes relações de proximidade baseadas na família.

No contexto das CEBs, no período tratado pelo autor, a categoria “pobre” afirmava uma condição ou identidade social ocupado pelos agricultores mobilizados pelas CEBs. Estavam incluídos nessa categoria pequenos proprietários de terra, moradores, parceiros, arrendatários identificados a uma condição de pobreza relacionada à ausência de boas condições de vida, terra abundante, acesso a direitos, condições de produção e preços justos (ALMEIDA, 1992; GARCIA, 2013).

Em oposição aos trabalhadores/as rurais participantes das CEBs, estavam os fazendeiros e patrões (às vezes, mas nem sempre, essas duas categorias aparecem, em relatos e documentos dos sindicatos, representadas numa mesma pessoa), cujo lugar social é representado como diretamente antagônico ao dos/das trabalhadores/as rurais e pequenos/as agricultores/as. Esses atores estavam organizados, em alguns casos, nos sindicatos patronais, ligados à Confederação Nacional da Agricultura (CNA)³¹. Nos relatos, as lideranças falam a respeito das tensões, desigualdades e rivalidades com fazendeiros e patrões e mostram como a fundação dos sindicatos de trabalhadores/as rurais acirrou essas tensões:

Aí os fazendeiros em volta começaram a saber né, aí esse patrão ali onde eu moro, lá na Providência, ele era o bicho de sete cabeças da época, ele era o fazendeiro maior né, aí começaram a fazer ameaças né, lá na fazenda Providencia foi a propriedade que foi mexida primeiro, porque nós lá era muito lesado né, lá você trabalhava pra fazenda meio período e pra gente com a parceria mais meio período, era lavoura, arroz, feijão e milho, e na época da colheita tinha uma máquina dele pra colher o arroz né, a gente cortava, colocava no carro dele e batia [o arroz] com a máquina dele, e era descontado seis quilos em cada saco e esse desconto saia tudo na parte da gente né, eu sei que na época eu passei a ter a mais, na negociação que o sindicato fez, eu passei a ter a mais quinze saco de arroz na colheita, quinze sacos de arroz dava pra minha despesa durante o ano, e teve uma gente lá que teve a mais até quase quarenta sacos de arroz lá na época (Alípio Teodoro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2008, em Muriaé-MG).

O relato de uma das lideranças sindicais da região, que foi morador da Fazenda Providência, apresenta como a fundação do sindicato e as negociações realizadas incidiram

³¹ Embora não seja possível afirmar a quantidade de sindicatos patronais existentes na região nesse período, nos municípios da pesquisa nos quais eles existiam, sua atuação era identificada pela presença majoritária de empregadores rurais/as e pela baixa representatividade de parceiros/as, arrendatários/as, meeiros/as, características que contribuíram para o surgimento das principais críticas a essas organizações feitas pelas lideranças políticas que iniciaram o processo de constituição dos sindicatos de trabalhadores/as rurais. Nos municípios da pesquisa, os Sindicatos Patronais atendiam, em grande medida, ou exclusivamente, os/as proprietários/as de terra, e não representavam as categorias de assalariados/as rurais, moradores/as de fazenda, parceiros/as ou meeiros/as. Devido à sua base de atuação e também aos interesses defendidos por essas organizações (diretamente ligados aos proprietários de terra mais capitalizados desses municípios), os Sindicatos Rurais ficaram conhecidos como Sindicatos Patronais, de onde estavam excluídos, inclusive legalmente, os/as trabalhadores/as rurais assalariados e os/as agricultores/as que não possuíam terra. No processo de formação dos primeiros sindicatos de trabalhadores/as rurais na região, o Sindicato Rural, aparece como uma organização rival do STR, voltado à defesa dos interesses dos/as agricultores/as mais pobres, dos/das trabalhadores/as rurais assalariados, moradores/as de fazenda e meeiros/as. Soma-se a estas diferenças em relação aos grupos sociais de cada uma das organizações e de suas bandeiras de luta o fato de, ao longo dos anos no cenário político local dos municípios da pesquisa, os Sindicatos Rurais estarem ligados a grupos políticos identificados como opressores daqueles cujo processo de engajamento se organizava em torno dos STR.

sobre a relação entre o fazendeiro e os moradores implicando numa redução da desigualdade que ocorria na divisão dos resultados dos trabalhos dos moradores nas terras do fazendeiro. Aqui é importante destacar que a relação entre o fazendeiro e os moradores, embora não fosse contratual, implicava no controle do primeiro sobre o resultado do trabalho dos segundos, apesar de não dividir com estes os custos da produção ou o tempo de trabalho nas lavouras.

Era a posse da terra que garantia ao fazendeiro o poder e o controle sobre o trabalho dos agricultores, não o pagamento de um salário ou a existência de um contrato formal. Morar e cultivar a terra que era do “patrão” significava ter com este um acordo cujo peso recaía sobre os moradores dada a ausência de direitos que caracterizava essa relação. É nessa ausência que as lideranças passaram a atuar a partir da formação dos sindicatos de trabalhadores/as rurais. Essa atuação, contudo, no caso de alguns sindicatos, ficou restrita à luta por direitos sociais e trabalhistas e não se estendeu à luta por terra entre os que eram moradores de fazenda ou entre os/as pequenos/as agricultores/as meeiros/as de grandes proprietários.

[...] tem um cara que trabalhou lá [na Fazenda Providência] dez anos, saiu assim sem mais, nem menos. Ele saiu sem nada, né [...]. E assim não era só lá, mas na redondeza toda tinha a sua realidade mais ou menos dessa forma né, isso era o retrato da... Do município quase inteiro. Principalmente, dessa parte de baixo aqui, essa parte de cima já era, como se diz, outra bandeira de luta, né (Alípio Teodoro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2008, em Muriaé-MG).

Os patrões arrepiaram rapidinho. Chegaram até a falar que nós tava (sic) querendo criar um cemitério, né. Cemitério, quer dizer, conflito, era para morrer e matar, né. Então, chegaram a falar isso, chegou a mandar a polícia aqui entrevistar para saber se nós tava (sic) criando um sindicato. Alguns membros do sindicato foram entrevistados. Para achar até onde registrar foi a maior dificuldade. A juíza assinou, depois queria rasurar a assinatura porque não queria assinar. Então tem um punhado de coisa. Com certeza, tinha gente que achava que nós ia (sic) criar um sindicato para baderna. Pelo contrário, nós criamos um sindicato para lutar de mãos dadas. Para organizar as pessoas em busca da terra e para trabalhar na terra e ser informação sobre os direitos das pessoas. Foi para isso que nós criamos o sindicato (Nilton Lopes da Silva, entrevista concedida no dia 01 de fevereiro de 2019, em Araponga-MG).

As saídas, ou expulsões, dos trabalhadores/as ou moradores/as sem nenhum direito compunham a realidade contra a qual se posicionaram os sindicatos nessa região. Os sindicatos foram fundados, nesse sentido, para garantia do acesso aos direitos trabalhistas e sociais e também para realizar a luta por terra, embora em menores proporções. A dificuldade para se obter o registro e a postura da juíza, que ora assina, ora quer rasurar a assinatura como forma de desfazê-la, indicam como a experiência de fundar sindicatos passou por processos de resistências nessa região.

Entre os municípios pesquisados há uma diferenciação, apresentada pelas lideranças entrevistadas, entre a “parte de baixo” e “parte de cima” da região. Nos municípios da parte de baixo, principalmente Muriaé, Barão do Monte Alto e Eugenópolis prevaleciam as grandes propriedades, com cultivo de arroz ou as chamadas lavouras brancas³², em que era comum a existência de famílias moradoras das fazendas cujo trabalho era pago por meio de uma divisão da colheita em que os moradores ficavam com uma parte do que era produzido como forma de receber pelo trabalho realizado nas lavouras. Nas regiões marcadas como “de cima”,

³² As “lavouras brancas” são as lavouras não perenes, ou seja, que precisam ser plantadas todos os anos. Alguns exemplos de lavouras brancas são o milho, o algodão e arroz.

principalmente composta pelos municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz, era comum a existência de grandes propriedades produtoras de café, principal produto cultivado, nas quais também ocorria o sistema de morada. Entretanto, nos municípios da parte “de cima” havia um número maior de pequenas propriedades.

Um pouco além de uma marcação entre municípios “de cima” e “de baixo”, parte importante dos municípios, que são atravessados pela cadeia montanhosa que compõe a Serra do Brigadeiro, tem num mesmo território, uma parte baixa, no pé da serra, e uma parte de maiores altitudes, na “cabeça da serra”. Nos municípios de Miradouro, Fervedouro, Carangola e Muriaé, por exemplo, existem áreas de baixas altitudes, geralmente compostas de várzeas onde predominava o cultivo de arroz, e áreas de serra, onde se cultivava o café. É importante destacar que em todos esses municípios existiam pequenas e grandes propriedades, ocorrendo tanto nas fazendas das partes baixas como naquelas das partes mais altas, a existência de trabalhadores/as temporários/as, moradores/as, meeiros/as ou parceiros/as que, naquele momento, compuseram o conjunto da categoria “trabalhadores/as rurais” juntamente com os/as pequenos/as proprietários/as de terra que também compunham o tecido social rural da região.

As falas acima trazem as dimensões dos conflitos surgidos com a criação de um sindicato para representação dos/das trabalhadores/as rurais, iniciativa que apareceu principalmente nos espaços promovidos pelas CEBs e pelo Mobon. A presença do sindicato contribuiu para expor uma relação desigual e injusta entre moradores e fazendeiros, grandes e pequenos proprietários de terra. A possibilidade criada pelo sindicato de negociar sobre os termos dessas relações, ou mesmo da possibilidade da ocorrência de rompimentos, representou uma grande ameaça para aqueles que delas se beneficiavam. Os conflitos se tornaram ainda mais acirrados naqueles municípios em que havia propriedades maiores, com um número significativo de famílias que moravam e produziam nas terras dos fazendeiros, como tratamos um pouco antes.

Nos relatos das lideranças fica claro que a violência era fator comum nos municípios. Ela foi evidenciada diante do crescente processo de organização política dos agricultores.

Aqui em Miradouro e na região inteira tinha muita violência, o Zé Maria que tinha sido eleito o primeiro presidente do sindicato teve que sair do município e eu que fiquei na sede do sindicato atendendo as pessoas e acumulando função³³. Eu não era presidente, mas acumulava esta função porque, na verdade, era eu que fazia tudo no sindicato. E sofri muita perseguição também. Aí, já te contei a história do meu pai e ele tinha muito respeito e por conta disso ajudava muito a gente³⁴. Muitos proprietários que tinham a mesma quantidade de terra que ele, falava que não ia fazer nada comigo em respeito a meu pai. Eu cansei de escutar isso: nós não vamos quebrar a sua boca por causa do seu pai. Eles faziam muito isso³⁵ (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

O relato da liderança apresenta algumas faces dessa violência e do modo como ela foi vivida pelos agricultores que se mobilizaram nas CEBs e nos sindicatos. As rixas políticas em torno da disputa por cargos eleitorais nos municípios e por influência no campo político local,

³³ José Maria Nascimento foi o primeiro presidente do STR de Miradouro e, no final dos anos 1980, precisou se afastar do cargo e deixar a cidade devido às inúmeras ameaças recebidas, segundo relatos ouvidos na pesquisa.

³⁴ O pai da Terezinha, também conhecida como Tereza entre as lideranças das organizações, era um grande proprietário de terra do município de Miradouro, onde Tereza foi uma das fundadoras e presidente do Sindicato por muitos anos.

³⁵ De acordo com a entrevistada, o político, que atendia pelo nome de Cadente, era representante da elite política do município de Miradouro-MG e foi assassinado por seus opositores num contexto de intensas disputas eleitorais no final da década de 70.

antes já muito vividas entre os próprios fazendeiros, se estende para os/as agricultores/as e trabalhadores/as rurais que, nesse momento, começavam a lutar de forma organizada por melhores condições de vida e de trabalho e pela sua legitimidade e reconhecimento, interferindo e confrontando o *status quo* na política desses donos de terra.

Além dos antagonismos e conflitos políticos que marcavam as relações entre agricultores e fazendeiros, as rivalidades religiosas e políticas entre os próprios agricultores também estão muito presentes nas falas de lideranças. Essas rivalidades, muitas vezes, são representadas por uma simples diferenciação entre aqueles que possuíam e os que não possuíam “consciência”. Nas entrevistas, o termo “consciência” é muito utilizado pelas lideranças da região para definir aqueles agricultores que participavam das CEBs, das ações pastorais da Igreja Católica e, posteriormente, do movimento sindical e do partido político. Os/as agricultores/as que participavam das CEBs e que, mais tarde, se envolveram na formação de sindicatos eram identificados como aqueles/as que “possuíam consciência”, enquanto os agricultores não envolvidos nas ações das CEBs e da Boa Nova ou filiados aos sindicatos patronais e mesmo aqueles/as trabalhadores/as e agricultores/as que não se envolviam com o sindicato eram vistos como pertencendo ao grupo dos “sem consciência”.³⁶ Para as lideranças, ter consciência significava ter proximidade e envolvimento com os espaços de participação política. Apresentamos a seguir alguns relatos nos quais essas rivalidades aparecem.

A Igreja, principalmente a Católica, toda vida ela teve uma divisão né, tem o carismático e tem o espiritual né, tem aquele que entrosa nas necessidades do povo que a gente chama de espiritual, e tem a outra parte que só fica ali em imagem, adorar dentro da igreja, só (...) Então isso aí dificultou muito para o sindicato na época porque tinha gente na mesma casa brigando uns com os outros, e isso continua até hoje, tem muito católico aí de carteirinha que ele não concorda com a libertação do pobre. Naquela época foi muito difícil porque as pessoas grandes, assim cabeça de grande, eles botava na cabeça dos empregados, das mulheres que isso era lorota, que isso não existia, que sindicato era só um, que era o Sindicato Rural, que pra nós hoje é o sindicato patronal, mas na época era chamado de Sindicato Rural, o nome dele. [...] Mas os patrões e até os mais pobres mesmo, que não tava (sic) do lado de nós (sic), nosso lado da Igreja, sindicato aquela coisa toda e ficava contra também, né (João Batista Ribeiro, entrevista concedida no dia vinte de janeiro de 2008, Muriaé-MG).

Os/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as pobres “sem consciência”, “com cabeça de grande”, figuravam entre as categorias opostas ao agricultor e trabalhador rural pobre que participava das CEBs. Os “pobres com cabeça de grande” eram aqueles agricultores que não defendiam a criação de um sindicato de trabalhadores/as rurais e endossavam um discurso de que o Sindicato Patronal atendia as demandas dos/das agricultores/as pequenos/as proprietários/as de terra, moradores e meeiros³⁷. Não estavam do mesmo lado ou partilhavam de uma mesma identidade apenas pelo fato de estarem contra os fazendeiros/as ou serem pobres, do ponto de vista econômico, mas a posse da “consciência”, caracterizada em grande medida a partir do engajamento político nas CEBs e nos sindicatos, figurava como um elemento central na construção de identidade política desses atores. Mais que a situação de pobreza, era preciso

36 As rivalidades entre famílias e grupos religiosos e políticos distintos também estão entre as causas de muitos conflitos e disputas ocorridas na região. De acordo com Comerford (2003), as redes de sociabilidade constituídas historicamente exerceram influência em todo processo de formação e atuação dos sindicatos na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

37 O Sindicato Rural, ao qual se refere à liderança, era também conhecido como Sindicato Patronal e dizia respeito à organização sindical dos/as proprietários/as de terra ligados à Confederação Nacional da Agricultura, a CNA.

partilhar da “consciência” a partir dos aspectos construídos nos espaços das CEBs. O trecho a seguir ajuda a entender o perfil daqueles que participavam dos espaços das CEBs e, ao mesmo tempo, quem estava fora desses espaços.

A maioria que participava, que eram atuantes, eram os pequenos [proprietários de terra]. E a grande maioria, sei lá, acho que 60% eram meeiros. Até por isso que eu falei, que a gente não conseguia atingir 100% da juventude por causa dos donos das terras, dos jovens que eram donos das terras, que nem participava da igreja... Eles não participavam de nada. Não sei se eram as coisas que discutia naquela época que excluía eles ou eles... Sei lá o que era! Mas a grande maioria não participava... assim, daqueles processos de formação, daqueles processos de formação. Participava assim, das missas que tinham na comunidade de dois em dois meses, aí ia todo mundo. Mas esses processos de grupinhos de reflexão, esses grupinhos de pastoral da juventude, aí eles não participavam. Agora da crisma, muitos deles participaram da preparação da crisma. Era para todo mundo da comunidade. Mas aí depois... [...] O grupo de jovens era por afinidade. Se a pessoa não tinha afinidade, ela não discutia, não participava. Agora na crisma, a preparação para a crisma era meio que doutrina da Igreja Católica, porém, a gente pedia para discutir outros temas (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Diferentes das atividades rotineiras da Igreja, dos ritos obrigatórios como catequese e crisma, os grupos de jovens criados nas comunidades eram espaços com objetivo de falar de questões sociais, problemas comunitários e reflexões bíblicas a partir da relação entre oração e ação, problematizando a vida social no meio rural. Como não eram atividades obrigatórias das paróquias, mas espaços criados por lideranças já envolvidas com os trabalhos das CEBs e da Boa Nova, era preciso afinidade para participar e disposição para discutir e se envolver com ações que extrapolavam, em alguma medida, o “beabá” dos espaços tradicionais criados dentro da normativa católica, como as reuniões de crisma, os cultos de domingo, os encontros pastorais beneficentes. A afinidade e o engajamento necessários à participação nos espaços conduzidos pelas lideranças das CEBs vão aos poucos marcando um perfil de agricultores/as presentes nos encontros e reuniões, que vão se tornando lideranças também nas organizações políticas criadas a partir desses espaços, principalmente as associações comunitárias e os sindicatos de trabalhadores/as rurais.

2.3. A fundação dos primeiros sindicatos: o passo adiante na caminhada religiosa

Na Zona da Mata mineira, o/a agricultor/a mobilizado pela Boa Nova e que participava das CEBs não era, em boa parte dos casos, despossuído de terra. Importantes lideranças comunitárias que se envolveram nos anos iniciais da luta política da região possuíam parcelas de terra nas quais produziam, muitas vezes, com contratação de assalariados/as rurais ou trabalhadores/as moradores ou agricultores/as parceiros/as. Esses/as pequenos/as proprietários/as figuravam entre os atores identificados como “pobres” pelas CEBs e que estavam, nesse período, sendo mobilizados para a fundação de sindicatos junto com os/as trabalhadores/as rurais assalariados/as, moradores/as de fazendas, parceiros/as e meeiros/as sem terra. Esses atores, embora compartilhassem condições sociais e pertencessem a categorias distintas no marco jurídico do trabalho rural, tinham em comum a vivência e a formação política das CEBs³⁸.

³⁸ Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, há poucos relatos a respeito de conflitos entre os/as trabalhadores/as rurais assalariados/as e pequenos/as proprietários/as de terra que participaram da fundação dos

A parceria compõe um sistema de trabalho e uso da terra que define também as relações sociais e o lugar social dos/das agricultores/as nas relações de poder no meio rural. Um agente da Comissão Pastoral da Terra que nos concedeu uma entrevista fala sobre a existência das parcerias frias, em que os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas não eram cumpridos devido ao mascaramento das relações de trabalho pela parceria (PRADO JÚNIOR, 1963). Em alguns relatos a relação de parceria e meação aparece marcada pela exploração e injustiça sofridas pelos agricultores e pela desigualdade e abuso de poderes pelos donos das terras.

Muitas vezes, a pessoa era empregado... Quando o sindicato começou a organizar, e falou “Ó, tem que legalizar e tal”, os patrões foram ficando veiaço, veiaço. Assim, esperto demais. Às vezes, o cara era empregado e ele [o patrão] para dar um jeitinho, colocava o cara como parceiro, né. E aí eram chamadas as parcerias frias, né. Aí essa era a briga quando ia acertar o tempo. O cara trazia o empregado, que era empregado, mas vinha com ele como parceiro. “Não, ele é parceiro meu”. Quando você ia fazer a entrevista e olhava, o cara era empregado. E empregado e trabalhava o pai, o filho mais velho e até a mulher, né. Então, aí começa uma... uma coisa nova na região, que é o direito das mulheres, né. Que a mulher não tinha direito a nada, ajudava por exemplo, ajudava não, trabalhava junto, né. No curral por exemplo, ela prendia vaca, ela ajudava a limpar curral, prendia bezerro, e a mulher não tinha nada assinado. Mesmo mais depois, que começa a assinar a carteira só do homem, né, ou do marido e de um filho. [...] Até hoje, se a gente rodar aí, a gente vai achar as mulheres prejudicadas com isso. [...] Quando acertava tempo, por exemplo, na verdade acertava o tempo do marido, né? Então, não contava o tempo da mulher. [...] Para você ter uma base, o sindicato até os anos 90, o sindicato tinha cinco advogados. Para você ver que a demanda era grande, né? (Reinaldo Barberini, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

O desvelamento das relações e condições de desigualdade e injustiça que sustentavam o funcionamento desse sistema de trabalho e uso da terra compreendeu parte importante do trabalho das primeiras lideranças políticas que se formaram na região. Identificar as injustiças, as formas desiguais de divisão da produção entre os agricultores moradores e os donos das terras, a ausência de direitos para as mulheres e os jovens, filhos dos agricultores que moravam nas fazendas foi um trabalho realizado com bastante dedicação por aqueles/as agricultores/as que se mobilizaram para a fundação dos sindicatos. No relato aparece de forma explícita uma das estratégias utilizadas pelos donos de fazenda para mascarar as relações de trabalho com os agricultores empregados, apresentando-os como parceiros nos momentos de regularização de contratos que aconteciam nos sindicatos. Esse tipo de declaração dada pelos donos de terra sobre a existência de parceira enquanto a mesma não existia, escondia as reais condições de trabalho dos empregados e eram chamadas de “parcerias frias” e, em sua maior parte, concorria a favor dos proprietários de terra e prejudicava famílias inteiras de empregados rurais, excluindo principalmente jovens e mulheres do acesso a direitos.

Caio Prado Jr (1963) ao analisar as condições de efetivação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), apresentou as inúmeras possibilidades que poderiam levar a uma baixa efetivação

primeiros sindicatos de trabalhadores/as rurais. Em geral, os principais conflitos que são narrados pelas lideranças entrevistadas destacam o pertencimento ou não aos espaços das CEBs, e das organizações sociais fundadas a partir delas, enquanto o maior marcador de disputas entre esses grupos. Destacamos, entretanto, que é relevante a possibilidade da ocorrência de conflitos em torno das diferenças categorias existentes no interior desses espaços e das organizações cujos processos tratamos aqui. Para uma análise mais minuciosa desses conflitos, seria necessário, contudo, um maior aprofundamento em estudos sobre a região e a realização de novas entrevistas, para o que não possuímos tempo hábil considerando a necessidade de apresentação da tese.

dessa lei. Para o autor, ainda no contexto da promulgação da lei, as relações de emprego no campo se disfarçavam sob diferentes formas e, nesse sentido, propiciavam a invisibilização ou mascaramento dos reais vínculos trabalhistas, como ocorria com as parcerias falsas relatada pelo entrevistado. Destaca, nesse sentido que, “nos termos vagos e excessivamente gerais em que a lei conceitua o emprego rural, há o risco de ver o trabalhador meeiro excluído da categoria de empregado, e, pois, privado dos benefícios da lei” (PRADO Jr, 1963, *apud* SANTOS, 2008, p. 90). A condição de meeiro, por isso, além de todas as precariedades sobre as quais era construída na prática nas propriedades rurais, também fragilizava a garantia do acesso ao trabalhador rural dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Nesse processo e na forma como ele é contado pelas lideranças vai ficando mais clara a existência de dois grupos bem distintos que se envolveram na fundação dos sindicatos. Parte dos agricultores envolvidos eram os possuíam pequenas propriedades rurais nas quais moravam e produziam com base no trabalho familiar³⁹. Outro grupo era constituído pelos agricultores/as sem terra, empregados/as rurais e, em muitos casos, moradores/as de fazenda, que produziam e trabalhavam no sistema de meação. Para esse segundo grupo, a mobilização ocorreu em torno das desigualdades e injustiças de suas condições de trabalho. Desvelar e questionar uma situação de exploração econômica e social, de ausência de direitos, foi um dos grandes eixos de aproximação e formação política desses agricultores.

Nos primeiros anos dos trabalhos sindicais agricultores com diferentes condições sociais, situações de trabalho e posse da terra foram mobilizados. Os trabalhos sindicais priorizaram as questões relacionadas aos direitos trabalhistas, à educação no campo e à questão produtiva que, no final da década de 1980, estava relacionada com os trabalhos realizados junto ao CTA⁴⁰. Era em torno desses temas que as lideranças atuavam nas organizações sindicais. Os diferentes atores sociais foram, no início dos anos 1980, mobilizados e enquadrados, nos parâmetros da linguagem sindical desse período, na categoria “trabalhador/a rural”. No processo de formação de identidade política ocorrido na região, mais importante que a questão da posse da terra era o tamanho da propriedade e a relação de trabalho que nela era reproduzida. Esse enquadramento, característico do processo de formação das identidades políticas do meio rural brasileiro, principalmente daquelas que se organizaram por meio dos sindicatos, contou com importante participação da Igreja Católica.

A questão da posse da terra não foi um tema mobilizador para esse grupo, embora o acesso à terra fosse um dos problemas relatados pelas lideranças e a causa da sua condição de exploração econômica e social. Algumas questões podem ser pensadas a esse respeito. A primeira delas está relacionada com o perfil fundiário da região, composto prioritariamente por médias e pequenas propriedade. A segunda tem a ver com a matriz discursiva do sindicalismo rural promovido pela CUT e pela Igreja Católica e guarda importantes caminhos de compreensão analítica a esse respeito.

³⁹ Tratamos como pequenas propriedades de terra na região da pesquisa aquelas que possuem até quatro módulos fiscais (um módulo fiscal varia entre 5 e 110 hectares de terra). Para os municípios pesquisados, o módulo fiscal varia entre 28 e 24 hectares de terra, prevalecendo o valor maior para oito entre os dez municípios. Para Araponga-MG e Espera Feliz-MG, o valor do módulo fiscal é de 24 hectares. Essa dimensão, que mais tarde, a partir da Lei da Agricultura Familiar, será considerada para a caracterização legal da agricultura familiar no Brasil, representa de forma bastante apropriada as pequenas propriedades da zona da mata mineira tanto nos anos 1980 quanto nos anos atuais. Para esses últimos é preciso observar a ocorrência de uma redução do tamanho médio das propriedades por família considerando a sucessão familiar que implica numa redivisão da propriedade para efetivar a herança dos filhos e filhas de agricultores. Sobre isso, ver Campos, 2014.

⁴⁰ Nos municípios da pesquisa, no contexto das organizações sociais estudadas, a “questão produtiva” está relacionada à luta pela anistia de dívidas públicas contraídas na década de 1970 e 1980, pela autonomia no manejo do solo e na gestão (e comercialização) da produção agrícola. No capítulo seguinte, trataremos com mais detalhes dessa questão e dos desdobramentos dessa pauta para esse movimento social.

Nesse processo, que incluiu o período que antecede a formação dos primeiros sindicatos de trabalhadores/as rurais na Zona da Mata, a posse da terra não aparece como foco do trabalho de mobilização, que se voltava para defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários. Nesse contexto, o sindicato surge como uma forma por meio da qual são canalizados os processos de mobilização, interferindo na construção dessas identidades políticas, nos modos de seu engajamento e nas pautas da luta política que se constituía. Para Borges (1988), a definição dessa pauta de luta política e a eleição dos sindicatos como principais espaços de representação política remete a uma certa dinâmica homogeneizadora das lutas sociais no campo nesse período e à institucionalização da ação política, com forte priorização dos sindicatos como principais canais de encaminhamento das lutas no meio rural. Na região da pesquisa, esse processo de institucionalização adquiriu contornos específicos marcados pelos mediadores sociais e pelas características peculiares dos instrumentos de mobilização política por eles acionados.

No processo de formação de uma identidade política, o pertencimento e a participação em uma Comunidade Eclesial de Base foram determinantes e, em alguma medida, se sobressaíram em relação aos aspectos puramente econômicos. Os espaços de socialização constituídos por meio das CEBs oportunizaram uma intensa troca de experiências sobre a situação social e econômica dos/as trabalhadores/as rurais em diferentes municípios da região que gerou um conjunto de iniciativas em torno da fundação de sindicatos de trabalhadores/as rurais e associação comunitárias. A mobilização em torno de temas comuns que afetavam o cotidiano desses atores, como as reivindicações por melhores condições de vida, acesso à saúde pública e mudanças nas relações de trabalho, avançou no sentido da luta por direitos sociais e, nos anos 1980, uma série de sindicatos foram fundados na região: Visconde do Rio Branco (1985), Muriaé (1986), Miradouro (1986), Divino (1987) e Tombos (1985). A construção de uma crítica a respeito das condições de vida no meio rural e a formação de uma identidade política em torno da categoria trabalhador rural são fundamentais para a compreensão do engajamento dos/das trabalhadores/as na fundação de sindicatos⁴¹.

A Igreja Católica, principalmente nas figuras dos padres envolvidos com o Mobon e as CEBs, apoiou o processo de fundação dessas organizações disponibilizando estrutura física para realização de reuniões de mobilização, transporte e, inclusive, cedendo espaço para alocação da sede de sindicatos recém fundados. No caso do sindicato de Muriaé, criado em 1986, um dos primeiros da região, as primeiras atas das reuniões foram redigidas pelo padre de uma das paróquias do município, apoiador do movimento. O terreno onde mais tarde foi construída a sede sindical foi doado pela paróquia.⁴² Sua fundação é identificada como fruto de um processo de “conscientização” e de “libertação” originado nos pequenos grupos de reflexão formados em fins dos anos 1970.

Nesse contexto, o sindicato era percebido como uma “ação concreta” gerada a partir dos debates a respeito da situação dos trabalhadores, das mulheres e jovens rurais. A mobilização no período que antecede a fundação do sindicato era feita pelos próprios agricultores através de uma troca entre lideranças de diferentes comunidades, em que um ia para comunidade do outro para dar cursos e falar sobre o sindicato. Essa foi uma prática utilizada pelos grupos do Mobon entre aqueles que faziam o curso e que tinham como compromisso repassá-lo aos demais. Na mobilização para fundação do sindicato essa prática foi repetida.

⁴¹ Sobre esse aspecto, Medeiros (1989) afirma que os trabalhos realizados por meio do movimento de base coordenado pela Igreja foram propulsores do estabelecimento de críticas às condições de vida no meio rural.

⁴² Embora fundado em 1986, o processo de formação desse sindicato começou em 1982, de quando datam as primeiras atas registrando mobilização para sua fundação. Na relação dos sindicatos da região, disponibilizadas pela Fetaemg, esse é um dos sindicatos mais antigos da Zona Mata.

Acho que foi aquela época que a gente se libertou né? Que eles falam que libertou. Porque a gente participava. Foi mais a partir da Igreja que a gente ficou sabendo né? Que tinha curso de Boa Nova, né? As reuniões de comunidades. E, era muito, era muito falado de sindicato, passou a participar do sindicato, procurar os direitos, aí tinha as músicas né, sobre os direitos dos trabalhadores, incluía tudo né (Dirigente Sindical e membro das CEBs, entrevista concedida à Elisa Garcia, Muriaé-MG, 02/03/2008).

O primeiro passo que nós, que eu, no caso, fiquei sabendo [sobre o sindicato] foi na reunião de jovens trazida da Boa Nova, essa experiência de sindicato, né. Eu não tinha curso ainda da Boa Nova, mas gente que fez, trouxe a notícia (Membro das CEBs, entrevista concedida à Elisa Garcia, Muriaé-MG, 20/01/2008).

Os espaços dos grupos de reflexão das CEBs serviam para “mobilizar”, “conscientizar” e divulgar entre os agricultores a existência dos sindicatos com vistas a fortalecer sua “consciência sindical”. Essas lideranças relatam que era mais fácil mobilizar os/as trabalhadores/as para uma reunião religiosa do que para falar de sindicato.

Naquela época, falar de sindicato era muito complicado, ninguém acreditava, outros questionavam, outros criticavam, quando falava em sindicato assustava um pouco o pessoal [...] naquele tempo as Comunidades Eclesiais de Base eram muito fortes, então a gente aproveitava sempre as comunidades para aproveitar aquele momento e fazer esse trabalho de sindicato, fazer divulgação do sindicato, para quê que tinha sindicato, a importância dele (Adair Mendes, entrevista concedida à Elisa Garcia, Rosário da Limeira-MG, 17/02/2008).

Pro sindicato era mais difícil né [mobilizar]. Mas para a Boa Nova não [...]. Não sei por que o pessoal já era, muita gente não era esclarecida né, tinha medo, muita gente tinha medo [...] é, medo. Porque aí envolvia negócio de patrão também, né?! O empregado tinha medo e os patrões não aceitavam também, então tinha muito medo nessa época (Maria Aparecida Mendes Oliveira, entrevista concedida no dia 18 de fevereiro de 2008, em Rosário da Limeira-MG).

A mobilização para fundação dos sindicatos acontecia nas reuniões das CEBs e ocorria a partir de debates entre lideranças e agricultores acerca das condições de vida no meio rural. Nas primeiras reuniões documentadas, é comum haver momentos em que os/as trabalhadores/as discutiam longamente a respeito das condições de trabalho, de produção, sempre ressaltando a necessidade de fundação do sindicato como uma forma de superação da realidade vivida. Fundar o sindicato era visto como uma missão religiosa pelos/as trabalhadores/as. O que, em grande medida, ajuda a compreender o fato de as dificuldades financeiras não impedirem, num momento inicial, a sua participação nesse processo. No relato de um trabalhador rural sobre o que era discutido nas reuniões é possível perceber essa relação entre religiosidade e o envolvimento com a mobilização sindical.

Nós discutíamos assim, como que nós ia (*sic*) falar, porque a Boa Nova era assim, nós ia lá em Eugenópolis participar do curso que o João Rezende presidia e o Alípio, então lá já saía escalado pra cada comunidade dois membros dos que estavam no curso pra fazer o trabalho da Boa Nova que era tirado da Bíblia. Só que o trabalho da Boa Nova é uma evangelização diferente dos outros movimentos porque ela envolve a religião e a situação que o povo tá vivendo, então ela envolve as duas partes, então é aonde (*sic*) saíam duas

pessoas para cada comunidade pra evangelizar desse tipo, tinha que ser desse tipo a evangelização. A pessoa podia evangelizar do jeito que ele queria, mas só que o certo era esse né, nós aprendia (*sic*) lá em Eugenópolis é isso, lá no curso. Aí é essas reuniões que houve na matriz da Barra era pra fazer assim aonde a gente encaixava esse trabalho no sindicato, pra convidar mais gente, porque o povo só participa se tiver entusiasmo, se não tiver não, então ali nós discutíamos como é que, o quê que ia fazer pra conquistar o povo e como que ia conquistar o povo. O quê que nós íamos fazer e como nós íamos fazer porque às vezes você tinha, nós tínhamos um plano assim de chegar em uma comunidade lá em Belisário e falar do sindicato, mas pra nós falar nós tínhamos que preparar primeiro o terreno né, então (...) (Adair Mendes, entrevista concedida à Elisa Garcia, Rosário da Limeira-MG, 17/02/2008).

O desafio era “conquistar o povo” e “encaixar o sindicato” num processo de evangelização. Como havia dificuldade para falar sobre sindicato, mas não havia dificuldade para mobilizar para falar de religião, as lideranças canalizaram as oportunidades criadas por meio do trabalho religioso para tornar possível a mobilização para fundação das organizações sindicais. A vinculação entre religiosidade e sindicalização tornou-se uma estratégia de mobilização que viabilizou a construção da legitimidade dessa organização entre os/as trabalhadores/as.⁴³

Os mobilizadores do processo de fundação dos sindicatos foram, principalmente, líderes representantes das CEBs, trabalhadores/as rurais, parceiros/as, meeiros/as, pequenos/as proprietários/as de terra, que possuíam um poder de representação baseado numa caminhada religiosa. Um dos primeiros diretores de um sindicato da região conta como iniciou sua participação na diretoria do sindicato,

[...] eu já fui indicado pela comunidade, a gente fez reuniões nas comunidades para tirar os membros, eu mesmo fui indicado na comunidade para estar compondo. Aí a gente pegava aqueles nomes indicados pela comunidade, por exemplo, eu da comunidade dos Mendes, outro de outra comunidade, outro e aí a gente sentou para formar a diretoria (Adair Mendes, entrevista concedida à Elisa Garcia, Rosário da Limeira-MG, 17/02/2008).

O reconhecimento de um indivíduo como pertencente a uma comunidade lhe proporcionava poder de representação e acesso à organização à medida que esse pertencimento o diferenciava daqueles cujas comunidades não estavam envolvidas com o trabalho religioso em torno das CEBs. O próprio termo “comunidade”, que passou a ser utilizado para designar os grupos de pessoas que habitavam no meio rural em torno de uma paróquia ou um córrego, se constitui como uma construção social por meio da qual se tornou possível reconhecer indivíduos pelo seu pertencimento a um lugar, a um grupo específico, com características específicas (COMERFORD, 2003). Dessa forma, pertencer a uma comunidade e representá-la no sindicato significava não ser “pobre com cabeça de grande”, mas, ao contrário, ser engajado na ação política promovida a partir do sindicato e exercer seu poder de participação. Essa categorização operada entre as lideranças indica que o envolvimento com o sindicato operava uma diferenciação pautada pela ação política, sendo aqueles que não participavam dos sindicatos vistos com pessoas que não reconheciam seu lugar social. A definição desse lugar

⁴³ A relação entre aqueles/as envolvidos/as nas ações e espaços das CEBs e do Mobon com os/as que pertenciam a setores mais tradicionais da Igreja Católica, em alguns casos, grandes proprietários/as de terra e empregadores/as rurais, mas não necessariamente, era composto por constantes conflitos que compunham o cotidiano dos processos de mobilização social em torno da fundação de sindicatos. Esses conflitos somavam-se a outros recortados por relações de parentesco e vizinhança, como destacado acima. Para mais detalhes, ver Comerford (2003) e Garcia (2008).

social e sua representação estava sendo construída e mobilizada a partir da participação política no espaço da comunidade e no movimento sindical.

O início desse processo de constituição das organizações sindicais na região foi, portanto, permeado por ritos sociais de nomeação e instituição que buscaram delinear “quem era quem” no grupo que estava sendo formado a partir dos contornos sociais e políticos das CEBs. Pertencer a uma comunidade e ser conhecido e reconhecido por isso são estratégias sociais que, como proposto por Bourdieu (2008), podem ser definidas como atos de instituição. Tais atos possuem implicações reais, implicações no mundo real apesar de agirem sobre as representações do real. Esses ritos, todavia, também contribuíram para definir quem estava fora do processo de mobilização em torno da organização sindical, ao menos num primeiro momento, implicando na configuração dos primeiros grupos que irão dirigir os sindicatos e liderar a luta política na região. De acordo com Bourdieu (2008, p. 117), a ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos – e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem organizar para transformar o mundo social conforme seus interesses – produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.

Além dos espaços da vida religiosa e das comunidades de base, outro centro de formação e mobilização do trabalho sindical foi a EFA, localizada no município de Muriaé, no distrito de Pirapanema, fundada em 1982. A proposta diferenciada para a formação de jovens do meio rural contribuiu para a organização dos sindicatos. A EFA funciona em regime de alternância, possibilitando que o aluno passe um tempo na escola e um tempo nas propriedades onde moram, seja junto às pequenas famílias proprietárias de terra, sejam jovens de famílias moradores de fazenda, nos casos em que essa possibilidade é permitida pelo patrão. Na EFA estudaram alunos que pertenciam a comunidades dos diferentes municípios da região inseridas ativamente nesse processo⁴⁴. Um dos presidentes de um sindicato afirma o seguinte, “eu acho que, para mim, eu tinha certeza que estudar na Escola Familiar Agrícola era um passo que realmente pudesse fortalecer o Sindicato, para que eu estivesse no Sindicato, então a Escola Família Agrícola dentro da minha atuação ela foi fundamental” (João Paulo Dias da Fonseca, entrevista concedida no dia 28 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

1.4 Os primeiros trabalhos sindicais: direitos trabalhistas, saúde e previdência social

Na região, os sindicatos envolveram um conjunto de anseios e reivindicações e, a partir da sua fundação, tornaram-se uma referência para os/as trabalhadores/as rurais na busca por informações, soluções de problemas, resolução de conflitos, assessoria jurídica e contábil. Essas organizações saíram do plano das expectativas e passaram a ocupar espaço nas necessidades cotidianas não só daqueles que se envolveram em sua fundação e legitimação, mas de todos os que, em alguma medida, passaram a reconhecer e *contar* com o sindicato. Dos trabalhos realizados nos primeiros anos, os que tiveram maior destaque foram aqueles relacionados às questões de acesso aos serviços de saúde, direitos trabalhistas e previdência social, em sintonia com alguns dos principais temas trabalhados pelo movimento sindical no país nesse período.

Na primeira década de fundação dos sindicatos, a emissão da carteirinha do Inamps foi um dos principais instrumentos de aproximação entre os/as trabalhadores/as e essas

⁴⁴ A primeira EFA fundada na região foi no distrito de Pirapanema, localizado no município de Muriaé-MG, por onde passaram parte importante das lideranças entrevistadas para essa pesquisa. Posteriormente, no início dos anos 2000, com o apoio financeiro do Proinf, outras duas EFAs foram fundadas nos municípios de Araponga e Ervália.

organizações, o que contribuiu para o aumento importante no número de filiados/as, de acordo com as lideranças entrevistadas. A validação desse documento, que permitia ao/à trabalhador/a atendimento médico e hospitalar, garantiu importante espaço político e reconhecimento do sindicato. Principalmente porque o acesso aos serviços de saúde era um instrumento de barganha e clientelismo na relação com fazendeiros/as ligados ao sindicato patronal.⁴⁵ Não precisar mais da assinatura do patrão ou de um grande proprietário de terra para poder consultar um médico ou fazer um exame incentivou muitos agricultores a se filiar ao sindicato e contribuiu para o rompimento de relações de poder historicamente constituídas no meio rural assentadas na ausência de organizações de representação política desses atores⁴⁶.

Nesse sentido, a luta por direitos trabalhistas e previdenciários serviu para promover o reconhecimento do sindicato entre os trabalhadores/as⁴⁷. Para ampliar essa atuação, alguns sindicatos contrataram, de forma conjunta, nesse período, um advogado que prestava atendimento aos filiados nas sedes e conduzia questões de conflitos e violação de direitos à justiça. Embora estas não tenham sido as únicas atividades ou frentes de luta, elas se destacaram frente às demais. Os depoimentos a seguir apontam para a relevância destes temas.

Tinha muitas lutas né, pelos direitos do sujeito na propriedade, por exemplo, que aí começou, através do sindicato, começou um pouco de desentendimento de fazendeiros lá né, querer que o sujeito saísse, fosse embora, isso aí o sindicato trabalhou muito em cima disso aí, o direito do trabalhador, se ele saísse tinha que ser respeitado os direitos dele né, tinha que receber alguma coisa porque ninguém recebia nada né. Então o sindicato trabalhou muito em cima disso aí né, organizando o pessoal também, porque o pessoal acreditava muito mais no sindicato patronal né (Alípio Teodoro, entrevista concedida à Elisa Garcia, Muriaé-MG, 02/03/2008).

Que eu me lembro, aqui no Belisário tinha um senhor que chegou a aposentar aqui. No dia dele receber, que ele foi lá receber eles não queriam pagar. Foi preciso do Zé Maria [Presidente do sindicato] ir com ele lá no sindicato (...) Então, os direitos melhorou né, mas assim, abriu um pouco o olho do trabalhador, né (Sebastiao Coelho, entrevista concedida à Elisa Garcia, Muriaé-MG, 05/03/2008).

Com a aprovação da Lei 8.213, em 24 de julho de 1991, que instituiu a universalização dos direitos sociais e a ampliação da seguridade social prevista na Constituição de 1988, regulamentando o direito à aposentadoria dos/as trabalhadores/as rurais, os sindicatos de trabalhadores/as rurais se estabeleceram, nessa região, como o principal mediador nos processos de garantia dos direitos previdenciários no meio rural, papel que já exerciam em

⁴⁵ Em entrevista, um ex-presidente de sindicato relatou que, para conseguir ir a um médico ou ser atendimento em um hospital, era o patrão ou dono da terra que tinha que assinar. Depois de reivindicações, passou a ser o sindicato quem assinava a Carteirinha do Inamps. Sobre saúde e clientelismo na Zona da Mata mineira, ver Comerford, 2003.

⁴⁶ Embora seja recorrente na literatura sobre sindicalismo no Brasil a questão da crítica à emissão de documentos e à mediação para acesso aos serviços de saúde (ou a prestação desses serviços) enquanto práticas assistencialistas, no contexto da emergência dos STRs da Zona da Mata, nos anos 1980, essas ações aproximaram os/as agricultores/as do STR e contribuíram para que a organização ganhasse legitimidade junto à sua base social.

⁴⁷ Alguns diretores sindicais entrevistados relatam que o envolvimento e a atuação com questões previdenciárias geraram além de credibilidade, uma grande demanda de trabalhos à organização. Há, de acordo com os mesmos, dificuldade do sindicato em corresponder às expectativas dos trabalhadores/as que passaram a procurá-lo para questões relacionadas a diversas necessidades como acompanhamento a um médico ou ao posto do INPS. Esses pedidos muitas vezes geravam um incomodo para os diretores (as) que se preocupavam em não deixar que o sindicato se transformasse em um órgão assistencialista.

diversos municípios brasileiros desde a instituição do Funrural, nos anos 1970.⁴⁸ Essa mediação compreendeu as funções de informar os trabalhadores/as sobre a nova lei, contribuir na organização da documentação necessária para o acesso à aposentadoria e intervir junto aos órgãos públicos. Essas ações demandavam a execução de uma série de serviços tanto dos funcionários quanto dos dirigentes sindicais. Um deles era a emissão da “Declaração de Atividade Rural” que comprovava o tempo de trabalho rural, condição para o acesso dos/das trabalhadores/as aos direitos trabalhistas e previdenciários.⁴⁹ A emissão dessa declaração se configurou como um dos principais serviços prestados pelos sindicatos nos anos 1990 e, ao mesmo tempo, um dos principais motivos que levaram diferentes atores sociais, trabalhadores/as assalariados/as, parceiros/as e pequenos/as agricultores/as a procurar a sede e se filiarem ao STR.

De acordo com Comerford (2003), durante o seu trabalho de pesquisa na região, realizado no final da década de 1990, foi possível perceber que, quando os/as trabalhadores/as eram indagados sobre o que buscavam na sede do sindicato, a maioria respondia que ia para se aposentar ou buscar informações sobre como deveria proceder para conseguir se aposentar; ou para “conseguir” os direitos; ou até mesmo “pagar o Incra”, indicando que na sede do sindicato também era possível obter informações sobre como pagar os impostos relacionados à propriedade da terra. De acordo com o autor,

[...] às vezes o sócio vai ao sindicato na expectativa de que o sindicato efetivamente “resolva o problema”: funcionários e dirigentes contaram que é muito comum que as pessoas pensem que é o próprio sindicato que concede o benefício previdenciário (ou que o sindicato é a agência responsável por liberar ou não o benefício que é pago pelo governo) (COMERFORD, 2003, p. 296).

Essa percepção indica a importância adquirida pela mediação do sindicato junto aos/as trabalhadores/as em questões relacionadas à previdência chegando ao ponto de, muitas vezes, ser confundido com uma agência previdenciária. Mesmo quando essa “confusão” não acontecia, era sempre o sindicato e não o Posto do INSS o local procurado pelos sócios para organizar os documentos ou pedir orientação sobre os direitos previdenciários.⁵⁰

⁴⁸ Em 1991 foram sancionadas duas importantes leis (nº 8.212 e nº 8.213, de 24/7/1991) que dispunham, respectivamente, sobre o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios da Previdência Social. Esses planos respondiam à necessidade de regulamentação de muitos artigos e dispositivos da Constituição de 1988 que tinham sido remetidos para serem definidos por legislação complementar. Mais informações a respeito dessas leis e o conjunto de mudanças que estão relacionadas se encontram disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas, <https://portal.fgv.br/>, acessado em 15 de agosto de 2018.

⁴⁹ Nos termos da referida lei, a comprovação da situação de trabalho para acesso à previdência social era realizada por meio da apresentação da Declaração da Atividade Rural e o contrato de trabalho, nos casos em que ele existia, e não a Carteira de Trabalho, principalmente instrumento utilizado para regulamentação de boa parte dos trabalhadores/as urbanos/as. Essa Declaração de Atividade Rural deveria ser emitida pelos sindicatos de trabalhadores/as Rurais, que passaram a ter um papel-chave na comprovação do tempo de atividade rural para aposentadoria.

⁵⁰ O INSS foi criado em 1990, a partir da fusão das estruturas do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (Iapas) e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), como parte da reforma administrativa e ministerial promovida pelo governo Fernando Collor de Melo, que o subordinou ao recém-criado Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). A recriação do MTPS foi uma das principais modificações realizadas então no âmbito da previdência social, junto com a extinção do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), a transferência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e da Central de Medicamentos (Ceme) para o Ministério da Saúde e da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem) para o também recém-criado Ministério da Ação Social. Além do INSS, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev) ficou subordinada ao MTPS. O INSS é a agência governamental responsável pela arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e demais receitas destinadas à Previdência Social; pela gerência do Fundo de Previdência

Comerford analisa que,

Os processos trabalhistas e cíveis orientados por advogados de fora (ou seja, descomprometidos com as facções locais) mostraram o poder do sindicato ao derrotar os fazendeiros ou forçá-los a aceitar acordos e comparecer ao STR; o atendimento de saúde com a apresentação da “carteirinha do sindicato” foi uma amostra concreta do “valor” do sindicato em algo tão crucial como a obtenção da cura, e também viabilizou financeiramente as entidades em certo período; a previdência cumpriu esse mesmo papel em um período seguinte, a partir do início dos anos noventa, mostrando a capacidade do sindicato de intermediar o acesso ao dinheiro. O sindicato se afirma assim como uma forma de acesso, entre outras possíveis, ao dinheiro e à cura, ou seja, na resolução de certas aflições na vida do “povo da roça” (COMERFORD, 2003, p. 285).

Ao longo do trabalho de pesquisa, alguns diretores sindicais e agricultores que atuaram na fundação dos sindicatos relataram haver um sentimento de incômodo gerado por essa confusão causada pela identificação do sindicato com uma organização prestadora de serviços. Esse incômodo está, em alguma medida, relacionado à referência construída ao longo dos anos 80, sob influência da Igreja e outros mediadores, sobre o papel do sindicato e o caráter da ação sindical. Nessa referência, a prestação de serviços aparece em oposição a uma ação sindical promotora da transformação social.

Um aspecto importante dessa declaração de atividade rural emitida pelo sindicato é que, em alguma medida, ela legalizava a condição de trabalho dos agricultores. Com ela, o trabalhador rural e o agricultor pequeno proprietário de terra chegavam ao INSS com condições legais para acessar seus direitos. A declaração era, em alguma medida, uma ferramenta para o acesso à cidadania, tirando esses atores de uma condição de irregularidade e esquecimento, dando reconhecimento ao seu lugar econômico e social. Nesse sentido, a emissão da declaração de atividade rural, à medida que regularizava uma condição de trabalho, regularizava também uma condição de cidadania dos agricultores naquele período, à medida que os reconhecia enquanto atores portadores de direito. Essa regularização estava, nesse período, vinculada mais à condição de trabalho do que à posse da terra e, no caso dos sindicatos pesquisados, as questões fundiárias estiveram fora dos temas centrais dos trabalhos sindicais, que se concentraram na promoção do acesso a direitos.

Além da emissão de declarações de atividade rural e as atividades realizadas na sede relacionadas à previdência social a partir desse período, os sindicatos organizaram na região uma série de mutirões de documentação nas comunidades. O objetivo era contribuir para a regularização e organização dos documentos dos agricultores tanto para sua filiação ao sindicato quanto para o acesso à previdência social (GARCIA, 2013). Embora as questões de acesso aos serviços de saúde e aos direitos previdenciários fossem algumas das principais frentes de ação dos sindicatos até meados da década de 1990, outras ações importantes compuseram a trajetória do movimento sindical, contribuindo para seu alcance e expressão, seu reconhecimento e a ampliação do seu poder político local, como os trabalhos com tecnologias alternativas de produção, realizados junto ao CTA, a promoção dos tratamentos alternativos de saúde, protagonizado pela CPT, e a luta contra o uso de agrotóxicos que alcançou grande dimensão nas CEBs.

e Assistência Social (FPAS); pela concessão e manutenção de benefícios e serviços previdenciários; e pela execução de programas relacionados com emprego, apoio ao desempregado, identificação profissional e segurança do trabalhador (Decreto nº 99.350 de 27/6/1990). Informações disponíveis em <https://cpdoc.fgv.br/>, acessado em 15 de agosto de 2018.

1.5 O engajamento no partido: novos conflitos e mudanças na ação política dos agricultores e agricultoras nas organizações sociais

A experiência da ação política na região passou por diferentes momentos que vão desde a organização comunitária em torno de problemas comuns, passando pela mobilização para fundação de sindicatos e o engajamento na política partidária. Nos relatos, o aparecimento do termo *política* ou o reconhecimento dos próprios atores de *entrarem na política*, se envolver com política, relaciona-se em especial ao envolvimento com o Partido dos Trabalhadores (PT). Nos relatos das lideranças, evidenciou-se que a aproximação dos/as agricultores/as com esse partido deflagrou mais conflitos do que no período em que os sindicatos foram constituídos. A partir desse engajamento, tornaram-se mais evidentes os conflitos entre as organizações políticas dos/as agricultores/as e as instituições locais, como as prefeituras. De acordo com os relatos, tal envolvimento representou, em certa medida, um maior enfrentamento das relações de poder estabelecidas na política local.

“[...] no início que o sindicato foi criado, nem se discutia política. Inclusive, eu acho assim, o trabalho de base ele veio assim... O trabalho de Comunidades Eclesiais de Base criou, na verdade, o sindicato aqui na região. Acho assim na região aqui Muriaé, Miradouro e Eugenópolis na época, e partidos políticos também foi trabalho de base. Primeiro, as Comunidades Eclesiais de Base empurrou (*sic*) a gente pro sindicato, tinha que criar o sindicato. Eu lembro que na primeira diretoria do sindicato não se discutia política, política era outra coisa, cada um votava em quem quisesse, nós não discutia (*sic*) isso não. Depois, aí as Comunidades Eclesiais de Base, elas passaram entender o seguinte: não, não basta ter só sindicato não, tem que ter partido político, tem que apoiar deputado que é ligado aos trabalhadores, que é ligado aos movimentos sindicais, aos movimentos sociais” (Adair Mendes, entrevista concedida no dia 23 de novembro de 2013 em Rosário da Limeira-MG).

Na fala da liderança, que atua nos movimentos sociais da agricultura familiar desde o início dos anos 1980, fica evidente uma identificação da “política” com o sistema eleitoral e partidário, trazendo a ressalva de que nos primeiros anos do sindicato não se falava em política. Na narrativa, também aparece uma concepção de a própria relação com o sistema político, o envolvimento com partidos e com a “política”, ter ocorrido a partir de um entendimento construído nos espaços das CEBs a respeito da necessidade de ir além do sindicato, da necessidade de ter partido político, de apoiar deputado, de discutir sobre voto. A caminhada institucional desses movimentos, fez-se, portanto, mediada por uma concepção de política que continuou atrelada às Comunidades Eclesiais de Base. Na narrativa da liderança, as CEBs, mesmo após a fundação dos sindicatos, continuaram sendo a principal referência de lugar comum e de espaço de decisão sobre os rumos da ação política dos agricultores que se engajaram nesses processos.

Os deputados aparecem como mediadores importantes nesse processo de engajamento político-partidário dos agricultores desde a década de 1980. Numa das falas, é possível perceber de forma bastante evidente como a proximidade com os deputados nas décadas anteriores era uma prática comum aos fazendeiros, figuras históricas representantes do poder local e membros da classe econômica mais abastada. Falar com deputados ou se reunir com eles não era, até aquele momento, “coisa de trabalhador rural”, de pequeno agricultor. Como afirma a liderança, “deputado era coisa de fazendeiro”.

O processo de mobilização ocorrido para elaboração e aprovação de uma nova constituição federal pós-ditadura militar no Brasil gerou um processo de aproximação entre atores do legislativo com os atores políticos da base social dos partidos que, no meio rural da

região da pesquisa, incluiu os atores sociais das CEBs, grupos de jovens e sindicatos de trabalhadores/as rurais. Com as eleições dos primeiros candidatos do PT, em meados dos anos 80, esses atores começaram um processo de articulação e envolvimento com deputados, alterando as relações políticas locais. Para as lideranças da agricultura familiar, ter acesso a um deputado, recebê-lo nas comunidades, reunir-se com ele, significava tecer relações com atores importantes do sistema político, além de ter aumentada sua capacidade de representação política entre os agricultores e junto ao governo e ser reconhecido no campo político. Além disso, os colocava em um novo lugar na política local, alterando suas condições nas disputas pelo poder.

Quando você falava questão política, isso era terrível, ninguém não queria nem falar da questão política, naquele momento. Falar de apoiar alguém, não. Porque, naquele momento, o trabalhador ele tinha que votar em quem alguém mandar (*sic*). Era muito difícil, eu lembro isso, era voto encabrestado, nós tinha (*sic*) dois partidos políticos né, nós tava (*sic*) saindo da ditadura militar. Então, tinha dois partidos políticos, tinha a ARENA 1 e ARENA 2, ou era ARENA 1 ou era ARENA 2, e era uma discriminação muito ferrenha, mesmo⁵¹. Então, o sindicato não discutia política, no começo. Aí, depois, eu comecei ter consciência política. Aí, eu lembro que a gente começou discutir pra votar, o sindicato começou, assim, bem tímido a pedir voto pro Tilden⁵² e pro Raul Messias⁵³, mas não podia fazer reunião, não. Não podia fazer reunião pra pedir voto pra Raul e pro Tilden, não. Eu lembro que pedia voto, eu lembro que o Zé Maria, a Rosa, a Cida, aquelas pessoas que a gente já conhecia pelo trabalho de base começaram a falar “ó, nosso deputado é fulano”. Mas, naquele momento, não fazia reunião, não. Não podia fazer reunião, ainda não. Até que podia fazer reunião, mas Deus me livre, se fizesse virava um alvoroço terrível. [...] Ninguém fazia. Naquele tempo, os deputados, assim... Você tinha um deputado que nem o Raul que vinha pra conversar com a gente, aquilo era impressionante, porque ninguém tinha visto de perto um deputado, não. Deputado era coisa de fazendeiro, era eles lá. Deputado?! Nem chegava perto de deputado, não. Era uma coisa extrema! (Adair Mendes, entrevista concedida no dia 23 de novembro de 2013 em Rosário da Limeira-MG).

Aqui em Miradouro, na diretoria do sindicato eu fui secretária, eu fui tesoureira e eu fui presidente do sindicato, passei no executivo pelos três cargos. Depois disso, eu fiquei nos cargos de suplência. Foram nove anos de

⁵¹ Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político brasileiro criado para dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado, em 1964. Fundada em 4 de abril de 1966, a Arena era um partido político predominantemente conservador. A sua criação se deu em decorrência do Ato Institucional Número Dois, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Em decorrência desses AIs, foram extintos os 13 partidos políticos legalizados no País e determinada a implantação do bipartidarismo, com de um lado a ARENA e do outro o MDB, considerado partido de oposição. A Arena tinha diretórios em todos os municípios brasileiros, e, em muitos municípios, apresentava candidato único, ou apresentava sublegendas (até 3) permitidas pela lei eleitoral, lançando 2 ou três candidatos a prefeito no mesmo município, o que acomodava as diversas correntes do partido, chamadas de Arena 1, Arena 2 ou Arena 3. As sublegendas foram instituídas, em 29 de novembro de 1966, pelo Ato Complementar nº 26.

⁵² Tilden José Santiago, nascido em Nova Era-MG, no dia 13 de julho de 1940, e falecido no dia 02 de fevereiro de 2022, foi um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi deputado federal por três mandatos consecutivos. Teve suspensa sua filiação no Partido dos Trabalhadores, por assumir cargo na estatal mineira Cemig, no governo estadual de Aécio Neves em 2007. Em 2008, Tilden se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

⁵³ Raul Messias Franco (Belo Horizonte, 15 de janeiro de 1952) é agricultor, bacharel em filosofia e político brasileiro do estado de Minas Gerais. Raul Messias foi deputado estadual de Minas Gerais por duas legislaturas consecutivas, na 11ª e 12ª legislaturas (1987-1995), pelo PT. Foi eleito prefeito de Caeté para o mandato de 1997 a 2000.

executiva no sindicato. Nesse período, como a gente também estava fundando junto o PT, a ideia era a seguinte: a gente tinha que ter um deputado que nos representasse no legislativo e na Câmara dos Deputados. A gente tinha que ter um senador que nos representasse e a gente tinha que ter representação local também. Então, por isso, a gente achava que tinha que atuar nas três esferas. A gente tinha que estar na igreja, porque era nossa fé que nos movia. Era o sindicato, que era o espaço de organização de classe e era a política que era um espaço que a gente implantasse as políticas públicas de interesse do trabalhador. E essa discussão foi muito intensa, mesmo antes da fundação do sindicato e logo depois dela porque logo depois que fundou o sindicato, foi escrita a constituição. Então, se não me falha a memória, os deputados constituintes foram eleitos em 1986 e nessa época a CNBB soltou uma carta falando qual deputado que a gente podia votar que ia ser um bom constituinte na defesa do trabalhador e foi com essa carta que nós escolhemos os nossos deputados. Foi aí que nós fomos conhecer o Raul, que foi eleito deputado estadual, ele tinha trabalhado nestas empresas de extensão rural, não sei se foi Emater ou qual que foi, mas ele tinha trabalhado em Muriaé em extensão rural e o tio dele que era o Santiago que era ex-padre. Então foi (*sic*) os deputados que nós votamos (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

Como relatado pelas lideranças entrevistadas, havia uma resistência em falar de política. Uma questão importante é que o campo da política é um campo do qual esses atores foram historicamente excluídos, impedidos do exercício pleno do seu direito de voz e do exercício da cidadania (HOUTZAGER, 2004). Embora o voto tenha sido um direito garantido desde o início do século XX, a construção e a participação no sistema político, principalmente do sistema eleitoral, continuaram na mão dos grupos sociais detentores de maior poder econômico, sejam eles rurais ou urbanos. Como propõe Bourdieu (2007), para falar de política, estar na política e participar da política era preciso romper com uma série de questões culturais e históricas relacionadas aos contextos de experiência desses atores. Para os grupos sociais mais pobres, nos quais estão incluídos os/as agricultores/as pequenos/as proprietários/as de terra e os trabalhadores/as rurais, a política era um espaço de privilegiados.

O envolvimento com a política institucionalizada, com o sistema político por meio dos partidos políticos, revela uma série de questões relacionadas à cultura política local e à experiência que historicamente esses atores tiveram com a política. Entre os/as agricultores/as mobilizados/as a partir das CEBs, havia uma ideia negativa a respeito da política que foi aos poucos sendo alterada a partir da participação nos espaços comunitários e à medida que as reuniões para falar de política chegaram nos terreiros das casas das comunidades. Para que isso acontecesse e os agentes do campo político chegassem mais perto, a mediação da Igreja foi primordial. É nesse sentido que, a partir de orientações recebidas nos espaços como as CEBs, a Igreja continua compondo uma das três esferas em que essas lideranças foram, desde os primeiros anos de organização, orientadas a participar, junto com o sindicato, e mais adiante, com o partido.

Sob o alvoroço que resultava de um encontro, visita ou reunião sobre política, estavam um conjunto de relações e práticas ao encontro das quais iam os resultados da organização e da participação que ocorria nos espaços das CEBs, nas reuniões nos terreiros, na aparição de deputados nas comunidades, nas discussões sobre sindicalização. Os relatos apresentam um pouco dessa dinâmica de mudança na vida política das comunidades rurais e das lideranças.

[...] nós fazíamos discussão, ali dentro do espaço nosso, do espaço da pastoral da juventude. Nosso trabalho era fazer discussão. Mas o cara muitas das vezes, o cara que estava participando ali, ele era... Chegava em casa, muitas vezes, e

não podia falar. Quando era jovem, não podia voltar para casa e discutir em casa o que estava sendo discutido no grupo. Até por isso...Era um cabresto mesmo. Cabresto pela família, o sujeito morava numa fazenda. Eu lembro assim... o que foi para nós sair de noite escondido fazer campanha. Até isso. Na fazenda a gente tinha que fazer campanha escondido. Tinha que escolher a família, a família que você tinha certeza que não ia falar com o fazendeiro. O fazendeiro tinha um compromisso. Ele chegava assim, para ir negociar com os políticos da cidade: “na minha fazenda, eu tenho setenta votos”. Aí, setenta votos tinha preço. Aí ele vendia os setenta votos, lá. E aí não deixava...se fosse, por exemplo... Ele fechou com um candidato, o outro não podia entrar. Porque é fazenda. A fazenda lá, tinha porteira (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

O pessoal falava demais, e os políticos iam lá em casa assim na comunidade dos Mendes, político ia lá em casa todo dia, esses políticos da direita tudo bravo aí, ia todo dia lá, e daquela eleição pra cá nós nunca mais votamos contra o PT. E aí comecei a ter influência com os políticos e eles começou a entender que política não era só de fazendeiro, até aquele momento política era de quem tinha dinheiro e fazendeiro. Pobre votava. Aí naquele momento, não... Aquele momento, a gente começou entender que não, que política era um direito de todos, de homem, de mulher, de pobre, de rico, e a gente começou entender assim: Não! Eu sou cidadão. O rico é cidadão, mas eu também sou cidadão. Se ele pode se filiar ao partido, porque eu não posso?! Se ele pode filiar à partido, nós também pode (*sic*). A gente começou entender isso: não, política não é só de... Não. Nós também faz (*sic*) parte desse negócio e aí a gente teve que trazer isso pra gente e aí eles começou (*sic*) a entender. Mas aí, houve conflito, aí houve mais conflito nessa época do que na época que o sindicato foi criado e outros conflitos mais” (Adair Mendes, entrevista concedida no dia 23 de novembro de 2013 em Rosário da Limeira-MG).

Na narrativa dos entrevistados o envolvimento com o Partido dos Trabalhadores era um passo num processo iniciado nas CEBs, era parte uma “escadinha” na trajetória organizacional. Fundar os diretórios do partido nos municípios, mobilizar filiações, receber os candidatos em casa, votar e contribuir na campanha eleitoral também eram ações concretas orientadas a partir do engajamento comunitário e religioso começado nas CEBs. Ir além do voto, participar do partido e interferir nas eleições se tornam ações aceitas nos espaços da comunidade e do sindicato sem, entretanto, deixar de gerar novas formas de conflitos e marcar novas disputas entre as famílias e diferentes grupos sociais nas comunidades.

Essa participação marca uma nova fase do engajamento político desses atores. Se a fundação dos sindicatos contribuiu para o surgimento de rivalidades nas bases sociais rurais, a ação política partidária acentuou as diferenças e disputas entre os agricultores/as engajados e sindicalizados/as em relação a uma parte importante desses atores sociais que permaneceu ausente nesses espaços e continuou do lado do dono da terra, do patrão, representando muitas vezes uma ameaça ao processo de organização política protagonizado por essas lideranças. À medida que a ação política desses/as trabalhadores/as passa a ocupar lugar de destaque na disputa partidária nos municípios da região, parte importante da resistência encontrada passa a vir dos grupos sociais que historicamente ocuparam lugar no sistema político institucional, muitas vezes falando em nome dos/das pequenos/as proprietários/as de terra e trabalhadores/as rurais. O trecho a seguir apresenta um panorama dos primeiros estranhamentos gerados a partir desse contexto:

Sindicato, os sindicalistas, entendeu (*sic*) o seguinte, o PT é o partido dos trabalhadores, é o partido onde nós vamos filiar, o sindicato foi junto com o Partido dos Trabalhadores. Agora, não houve entendimento dos outros

partidos, e tiveram muito conflito, muito conflito mesmo, e as pessoas falavam que trabalhador não tinha condição de governar nada, que trabalhador tinha que só votar mesmo, que partido político era coisa de quem tinha dinheiro, estudado. Quem não estudou não podia (*sic*) ser candidato, que quem não estudou não podia (*sic*) governar nada. Houve conflitos demais, foi outro momento difícil, houve muita gente que ficou de mal, aí teve brigas, teve muitas brigas mesmo, muita gente ficou de mal, muita gente que deixou as CEBs nesse momento. Houve, assim uma revolução muito forte. E depois também como é que pode, né. Aí é o tempo é que vai acalmando, né. Hoje, isso não é problema mais. Hoje, o PT virou uma realidade, trabalhador virou uma realidade. Hoje, é claro, existe o voto de cabresto, existe os mandachuvas no município ainda, o PT tá (*sic*) aí no município, o PT atua, as pessoas compreendem na boa (Adair Mendes, entrevista concedida no dia 23 de novembro de 2013 em Rosário da Limeira-MG).

A mobilização política compreendeu um processo que conduziu esses atores sociais, pequenos/as agricultores/as, trabalhadores/as rurais moradores/as de fazendas, às diferentes esferas do sistema político, ocupando espaços e exercendo direitos. Para Comerford, “estabelecer o sindicato como missão e obra da comunidade será fundamental para que os dirigentes ligados às CEBs consigam fazer reconhecer sua seriedade e assegurar o respeito e a credibilidades que viabilizará a consolidação de sua posição de autoridade” (COMERFORD, 2003, p. 261). Essa iniciação na vida política incluiu também a construção de uma série de estratégias por parte desses atores sociais junto aos diferentes agentes do campo político. Uma delas foi o lançamento de candidaturas de lideranças dos movimentos sociais rurais da região para concorrer a cargos de vereadores nos municípios. Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, uma série de trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares que participavam das CEBs e dos sindicatos foram candidatos/as a vereadores, indicados/as pelos grupos de jovens, pelas comunidades ou já pelos sindicatos. A seguir, trazemos alguns relatos sobre essa dinâmica:

Nós, acho que foi muita ousadia na época, nós da Pastoral da Juventude da paróquia do Divino, nós conseguimos fazer uma discussão e lançar uma discussão em todas as comunidades, para lançar o primeiro candidato a vereador jovem ligado à Pastoral da Juventude. [...] Já existia [o PT] desde 86. Na verdade assim ó... Que vem junto a CEBS, o PT, o sindicato, a Pastoral da Juventude, foi diferença pouca. Inclusive, assim, as lideranças, meio que se misturavam, praticamente era... liderança sindical, era da CEBS. Aí normalmente também era do PT. [...] E aí assim, foi bem interessante que, eu estava voltando a falar, que em 92, aí nós conseguimos... eram 13 vereadores, aí nós conseguimos fazer o nosso candidato. Ficou de suplente, era o segundo suplente. Então, na época foi uma atuação concreta muito interessante. [...] Não era fácil, porque em Divino tem uma tradição aqui, sempre teve uma tradição muito forte da eleição para vereador... Ela é comprada. Tem uns grupos familiares, de segmentos que elegem... que coloca muito dinheiro” (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Nesse período de elaboração da Constituição, que foi de 1986 até a Constituição ser promulgada em 1988, o debate sobre direitos foi tenso. Os sindicatos recém fundados e a gente debatendo a questão previdenciária, questão dos direitos trabalhistas, questão dos direitos da mulher, da igualdade da mulher e a constituição é o que traz uma gama enorme de conquistas, apesar de toda a limitação que tem e do tanto que já foi desfeita, mas ainda é um espaço. Aí, então, nós começamos a pensar que a gente tinha que começar a

preparar as lideranças nossas para assumir os cargos públicos também. E aí foi com esse discurso que eu fui candidata a vereadora. [...] Fui candidata a vereadora no ano de 1996. Fui eleita. Eu fui vereadora oito anos. De 1997 a 2000 e de 2000 a 2004. Fui eleita por dois mandatos com esse discurso, de que a liderança sindical tinha que ir para a política também. E a gente fazia tudo em nível regional (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

O padre Janir dizia que nós tínhamos que nos envolver na política e aí o partido que a gente mais identificava naquela época era o PT, o Partido dos Trabalhadores. Difícil falar do PT, difícil falar do movimento dessas coisas todas. E aí nós reunimos as lideranças da Juventude da região “ó vamos filiar no PT de cada município”, filiamos. Cada um filiou no seu município e “vamos sair candidato a vereador em 96” e nós saímos candidatos a vereador (naquela oportunidade) em 1996. [...] Dos da região eu fui o mais votado naquela oportunidade, com 86 votos. O Bastião, tirou 76. O Gilson, tirou 50. [...] Foi uma história marcante, uma história bacana. Aí, a partir de então, nós disputamos as eleições. A gente começou a ficar em evidência no município, para apanhar também né. Para ser aplaudido, mas pra ser vaiado também. E nesse momento eu continuei as ações no sindicato, participação na vida da igreja, na vida da paróquia (Getúlio Gomes Vieira, entrevista concedida no dia 24 de janeiro de 2019, em Fervedouro-MG).

As principais questões apresentadas ao longo desse capítulo tratam do processo de organização política dos/das trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da Zona da Mata. Nele, alguns pontos são importantes quando se trata de compreender o engajamento desses atores na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural nas décadas mais recentes. Os processos de mobilização desses agricultores e da constituição de identidades políticas ocorreram de forma conjunta entre uma multiplicidade de atores envolvidos, principalmente nas ações das comunidades. Uma característica importante desse trabalho ocorrido em municípios distintos e com grupos de trabalhadores/as rurais e agricultores/as com diferentes características relacionadas à posse da terra e relações de trabalho foi promover, a partir de identidades políticas e estratégias de mobilização baseada na religiosidade, uma coesão social que resultou na criação de inúmeros sindicatos. A despeito de haver ali experiências distintas de acesso à terra, formas de produção e relações sociais, principalmente entre aqueles/as que eram meeiros/as ou trabalhadores/as assalariados/as e aqueles/as que eram proprietários/as de pequenas parcelas de terra, o trabalho feito a partir dos espaços dos grupos de jovens, CEBs e o Mobon uniu esses atores em torno de novos enquadramentos como pobres e explorados e novas identidades políticas, como trabalhador/a rural e, mais adiante, como veremos, agricultor/a familiar.

A formação de uma identidade política em torno das categorias de trabalhador rural, nesse primeiro momento, e da organização da representação política desses agricultores por meio de sindicatos de trabalhadores/as rurais foram processos, como já discutido, mediados pelos atores da Igreja Católica progressista da região. A CUT teve importante participação neles, principalmente após a fundação dos primeiros sindicatos, conduzindo espaços de formação e contribuindo na fundação de novos sindicatos em toda a região. Nos municípios, entretanto, houve diferenças nos processos de mobilização para fundação desses sindicatos que estiveram relacionados ao período e aos atores envolvidos e ao tema mobilizador ou bandeira de luta, como pode ser percebido no relato de uma liderança:

Começou a vir um assessor aqui que não deu certo com nós (sic), teve que ir embora. Era Almir, da CPT. Não deu certo. Ele falava na direção dos conflitos empregado e patrão. Não serviu para nós. Aí, teve que arrumar um outro, João Cander, ele até era estrangeiro. E foi morar em Barbacena, ele também era da CPT. Ele que veio porque ele também era proprietário. Ele entendeu nossa linguagem, mesmo ele não falando direito a nossa língua, ele entendeu a nossa linguagem. A fundação do sindicato foi assessorada por ele. Porque o do Almir, não deu certo. Estava acostumado a fundar os outros sindicatos da maneira dele, de conflito. Era diferente do nosso. Você entende? Então, as realidades são diferentes. Muito perto, às vezes, mas são de realidades diferentes, visões diferentes (Nilton Lopes da Silva, entrevista concedida no dia 01 de fevereiro de 2019, em Araponga-MG).

A criação dos sindicatos de Araponga e Espera Feliz foi muito marcada pela questão da terra e da defesa do meio ambiente, mais especificamente pela luta contra os agrotóxicos. Nesses dois casos, os sindicatos foram criados após a fundação do CTA, importante influência dos técnicos dessa organização na organização política dos agricultores nesses municípios. Embora as questões trabalhistas tenham surgido, a questão da terra foi central como tema mobilizador e definidor de pautas de luta política, no caso desses dois municípios. O agricultor que, na entrevista, afirma ter havido um problema no entendimento da linguagem apresenta como nesses casos foi preciso uma adequação ou mesmo mudança da linguagem relacionada aos conflitos trabalhistas, aos conflitos entre fazendeiros/as e trabalhadores/as rurais, empregados/as de fazenda ou meeiros/as. A linguagem do conflito não correspondia às expectativas de ação sindical do agricultor, que nesse caso indica um direcionamento do sindicato no sentido de apoiar e mediar ação de promoção do acesso à terra.

A relação entre religião e política ou fé e política é característica de todo o processo de fundação dos sindicatos e da constituição de um movimento sindical com caráter regional. Essa relação influenciou, sobremaneira, o engajamento desses agricultores no sindicato e, posteriormente, no partido político, e foi vivida na prática como uma fé engajada baseada na construção de uma ação coletiva, no envolvimento comunitário e na crença da capacidade desses atores sociais em atuar e participar da política. Sobre esse aspecto, é relevante realçar a importância da dimensão da comunidade, do espaço comunitário como foco da ação política desses atores e como espaço primordial da mobilização para participação nos movimentos sociais, nos primeiros anos e após esse período inicial. A dimensão comunitária, cuja importância também está vinculada à influência das CEBs, colaborou para manter a ação dos movimentos sociais da agricultura familiar dessa região a partir de fortes relações de proximidade ligadas a família, ao parentesco e a vizinhança. O acesso às políticas e a criação de novas organizações sociais está relacionado a essa dimensão comunitária mobilizada e fortalecida nos anos iniciais do movimento. Além disso, a rede de movimentos sociais da região possui, nesse sentido, forte estruturação a partir da comunidade, não apenas no sentido religioso, mas no sentido de proximidade e afeto, como trataremos melhor ao longo do texto.

A dimensão religiosa e comunitária que caracterizou a ação política desses agricultores, nos anos 1980, implicou na exclusão de alguns atores sociais desse processo de participação política. Entre os jovens que se mobilizaram em torno dos Grupos de Jovens da Pastoral de Juventude Rural (PJR), aqueles que não se identificavam com o movimento ficaram de fora, inicialmente, do processo de mobilização. Esses jovens não participavam das CEBs e não se envolveram na formação dos sindicatos, de acordo com os relatos das lideranças. A ausência de autonomia, principalmente no caso dos moradores de fazenda, os meeiros e parceiros, também implicou em restrições à participação desses atores. Nesse sentido, fica evidente que o tipo de liderança política que ganhou espaço na formação inicial desses movimentos possuía um forte envolvimento religioso e certa autonomia ligada à posse da terra e ao sistema de

trabalho. Embora essa autonomia tenha sido buscada pelas lideranças à medida da sua participação nas CEBs, no Mobon e, posteriormente, nos sindicatos, nos relatos se evidencia que o rompimento inicial de relações sociais, familiares e políticas históricas só foi possível para alguns atores sociais.

Na dinâmica dos anos iniciais de ação política dos atores sociais da pesquisa, a partir dos enquadramentos e dimensões mobilizados, o Estado aparece como inimigo da sociedade. Esses atores estão em alguma medida se mobilizando contra o Estado. Estão se mobilizando não apenas contra fazendeiros, patrões, donos de terra, mas também contra o Estado ditatorial e opressor que promoveu a sua exclusão da cena política, que oprimiu de diferentes formas a organização política, fechando e controlando sindicatos e associações rurais. Nas falas das lideranças, esse Estado era representado pelos partidos políticos e classes dominantes rurais, em especial os donos de grandes propriedades rurais.

Nesse período, uma das principais pautas foi a reivindicação por espaços públicos de participação social e políticas públicas. Serem reconhecidos como atores políticos era importante luta desses movimentos. Atuar em parceria com o Estado, na elaboração e implementação de políticas públicas já aparece como reivindicação desses atores sociais ao longo dos anos 1980. Nesse sentido, o movimento estudado faz parte de um conjunto de movimentos que se encontram na transição entre a luta contra um Estado opressor e o direito de participar da construção da ação pública. O seu reconhecimento como atores políticos é parte dessa luta que no meio rural dessa região ganhou dimensão com a luta pelo direito à sindicalização e ao acesso os direitos sociais e previdenciários.

3 CAPÍTULO III - A AÇÃO SINDICAL: DISPUTAS, INTERESSES E TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO POLÍTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA DA MATA

Neste capítulo analisamos as estratégias de articulação política em nível regional, principalmente no contexto da década de 1990. Nas três primeiras partes, serão identificadas as principais estratégias de aproximação entre os atores sociais em âmbito regional, as dinâmicas e interações entre as lideranças dos movimentos e outros atores políticos, como partidos, organização não-governamentais, organizações sindicais rurais. O objetivo é caracterizar os primeiros processos organizacionais construídos em nível regional, apresentando uma análise a respeito da criação da Articulação Sindical da Zona da Mata, da Escolinha Sindical, do Polo Regional da Fetaemg, da Associação Regional e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA. Na quarta e na quinta parte, tratamos das primeiras experiências regionais e municipais dessas organizações sociais com implementação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar. São identificadas e analisadas iniciativas criadas pelos próprios movimentos para promover ação pública em torno das demandas de sua base social. Trataremos, para isso, das estratégias de comercialização e produção desenvolvidas principalmente pelas organizações sociais, sindicatos, associação e ONGS, em nível regional, incluindo a criação da marca *Sítio Mineiro*⁵⁴. Além disso, buscamos identificar como essas ações se articularam com as lutas políticas por direitos sociais e trabalhistas, meio ambiente e saúde. Procuramos mostrar como esse processo de organização e articulação na região, durante os anos 90, implicou em mudanças para os atores desses movimentos e quais os conflitos, disputas, dilemas e narrativas a esse respeito. Na sexta e última parte, será analisado o evento conhecido como “racha sindical”, que dividiu os atores sociais da região em dois grupos distintos. Buscamos, a partir das entrevistas e da análise dos documentos, identificar a trajetória de disputas e conflitos que gerou o “racha”, seus efeitos em termos de institucionalidades, relações, e referências discursivas e como os atores sociais percebem e narram esse processo.

3.1 Das Comunidades Eclesiais de Base à Articulação Sindical da Zona da Mata

Como já apontado, a construção de uma articulação regional entre as lideranças da Zona da Mata mineira foi, em grande medida, resultado do processo de mobilização iniciado a partir das CEBs. Nos espaços das CEBs, trabalhadores/as rurais e agricultores/as de diferentes municípios se encontravam para, além de obter formação religiosa e política, construir uma “estratégia de ação comum” que se iniciava nas visitas às comunidades de diferentes municípios para socialização do curso realizado. Freitas (2015) afirma que “a formação política-ideológica realizada pelas CEBs e pelo Mobon talvez seja a chave explicativa para compreender o grau de coesão das lideranças sindicais e sua articulação regional assentada na crença sobre a possibilidade de mudanças sociais no meio rural” (FREITAS, 2015, p. 106). Essa coesão política em torno de uma articulação comum também aparece nos relatos que trazemos abaixo nos quais fica evidente como as lideranças que compunham esses movimentos sociais atuavam de forma conjunta em nível regional compondo diferentes frentes de ação política.

[...] A nossa formação era feita junto, em conjunto aqui. E aí, esses padres também ali, eram uns padres muito revolucionários, como o Padre Marcelo, o Padre Agostinho são padres que tem uma trajetória muito importante nesse conjunto regional, né, no conjunto regional. E aí o Padre Agostinho, voltando a história, começa a gente a ter essas reuniões de vários lugares de

⁵⁴ A marca foi criada pela Associação Regional para a comercialização dos produtos dos agricultores filiados.

comunidade, falando sobre essa organização. Então surge a ideia de convidar a CPT, que era a Pastoral da Terra, em Belo Horizonte, para mandar um assessor para ajudar a construir essa ideia dos direitos trabalhistas com organização do movimento sindical. Basicamente surge aí e surge junto também, os mesmos que assumiram a ideia de discutir o sindicalismo, eram os mesmos que discutiram as Escolas Família Agrícola, que foi aquela de Pirapanema (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Nessa confusão toda, como a gente veio das CEBs e as CEBs foram construídas no ponto de vista da região, a gente fazia muita troca. Eu saía da minha comunidade para ir para a comunidade vizinha, de outro município, e vice-versa. Então, a gente já tinha uma sintonia regional. Então quando fundou o movimento sindical, fundou Visconde de Rio Branco, depois Muriaé, depois Miradouro, e assim foi (...) e a gente já foi integralizando. Por exemplo, eu lembro de ter participado da fundação do sindicato de Muriaé e lembro de ter participado da fundação do sindicato de Espera Feliz. Se você for lá nas fichas, você vai ver que muitas das fichas fui eu que preenchi, eu estava lá no dia fazendo a filiação do pessoal. Por aí já criou a sintonia e isso fez com que a gente fizesse as articulações regionalmente. Como a gente não era da Fetaemg⁵⁵, a gente tinha que ter um espaço de organização regional que pudesse dar os parâmetros de organização regional. Foi aí que nós fizemos a Associação Regional (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

Dois pontos importantes aparecem nos depoimentos acima, cuja análise é fundamental para entender não apenas como uma ação de cunho regional entre as lideranças surge e se fortalece, mas também as estratégias construídas por esses atores sociais para conquistar seu espaço no campo político e ser reconhecido. São eles a chegada da CPT e a criação da Associação Regional. A chegada e a presença da CPT estão relacionadas ao papel exercido por alguns padres da Igreja Católica, especificamente o Padre Agostinho. No início dos anos 1990, a CPT instalou um escritório regional no município de Muriaé, junto à sede do sindicato de trabalhadores/as rurais desse município. Sua presença na região é resultado de um processo de organização política regional e contribuiu sobremaneira para que diferentes trabalhadores/as rurais e agricultores/as, que passaram a se organizar em sindicatos, mantivessem uma dinâmica de ação e uma agenda baseada em questões de toda região. Dentre os temas trabalhados pela Pastoral, além do apoio aos sindicatos fundados, estava a luta contra o uso de agrotóxicos e a disseminação de práticas alternativas de saúde.

A campanha coordenada pela Igreja Católica sobre o tema “Em Defesa da Vida e do Meio Ambiente”, no início dos anos 1990, tinha como uma das principais pautas a luta contra o uso de agrotóxicos. Essa campanha teve importante expressão na Zona da Mata e, somadas às ações de mobilização conduzidas pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) e intervenções da Universidade Federal de Viçosa, relacionadas à divulgação dos tratamentos homeopáticos de saúde, configurou-se como um dos principais temas mobilizadores de abrangência regional.

Os caminhos iniciais de ação política construídos a partir dos espaços e quadros de referência da Igreja Católica contribuíram para que o início do processo de institucionalização dessa ação ocorresse nos marcos do sindicalismo católico que estava em oposição ao

⁵⁵ Os primeiros sindicatos de trabalhadores/as rurais fundados nos municípios da pesquisa, não se filiaram à Fetaemg. Essa desvinculação da qual fala a liderança pode ser explicada por inúmeros fatores que serão tratados mais adiante.

sindicalismo hegemônico em Minas Gerais e em parte do contexto nacional, representados respectivamente pela Fetaemg e pela Contag. As principais críticas contidas nesse quadro diziam respeito à ausência de trabalhadores/as rurais em cargos de direção do movimento sindical, à excessiva presença de lideranças partidárias nas frentes de condução das estruturas sindicais, ao legalismo que reduzia as capacidades de luta e estratégias de confronto na condução de algumas bandeiras de luta, como a luta pela terra. Os agentes da pastoral tiveram presença ativa nos processos de mobilização dos principais sindicatos fundados durante as décadas de 1980 e 1990. A organização de romarias, caminhadas realizadas nas comunidades e nas sedes dos municípios com o objetivo de sensibilizar a respeito de diferentes temas relacionados à luta política e o caráter mobilizador das suas ações figuram como bastante significativos para a organização política da região (GARCIA, 2013).

Ó, o que eu vou te falar é pautado naquilo que a gente conhece da história, né, da convivência aqui desde 96, né. Eu sempre escutei nas memórias, nos resgates de históricos, o seguinte, que a Zona da Mata ela tem uma criação do sindicato muito diferente de todas as outras regiões, primeiro pelo caráter religioso, né, o viés religioso que muita gente questiona, mas eu acho que a religião ela tem um papel fundamental, e aqui teve, né. Porque o Mobon, CEBs e Mobon, né, rezava, rezava... aí a pessoa começa a pensar, “mas nós vamos só rezar, né? O que nós vamos fazer além de rezar?” Refletir e ler a Bíblia. Então o sindicato nasce aqui, com essa dinâmica da oração com ação, né. [...] E a CPT vem depois também para ajudar a formar os diretores, né. A CPT, em um momento primeiro aqui, ela foi assessora do sindicato. Depois o sindicato cria perna e tal, e ela é parceira dessas lutas. [...] A outra diferença que era muito forte, era a peculiaridade de ser uma região de pequena produção, né, e com os mesmos sofrimentos, né, que o agricultor enfrentava, que era comum em todo lugar, né. O que o assalariado sofria era o mesmo, né. E aí, a outra coisa era a unidade que tinha aqui, a organização que se desenhou aqui, né. [...] As organizações, né, que juntava catorze sindicatos mais fortes, né. Então essa unidade, do planejar juntos, do levar as demandas para o Estado juntos, né. Então isso diferenciava a região. Inclusive, é... é a região que despontou gente para ter deputado federal, para deputado estadual, para substituir o Vilson na Fetaemg, né [...]. Eu vejo essas três coisas (Reinaldo Barberini, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

A gente tinha assessoria, tinha assistência de advogado [...]. E, logo que a gente foi fazer a fundação do sindicato e do PT, veio também a assessoria da CPT que se juntou a esse propósito, que tinham o João mais o Alípio. E o padre Agostinho, que era o padre aqui em Muriaé também dava suporte às essas organizações, dentro da paróquia dele, no espaço paroquial, na casa dele, e muita coisa dava guarida a CPT. Eu fui conhecer a CPT através do padre Agostinho. Aí, quando fundou o sindicato de Muriaé, em janeiro de 1986, por conta da minha atuação na Igreja, eu fui na fundação do sindicato lá. Daí para a frente, começou a fundar os sindicatos nos outros lugares. Então, por conta desta atuação da CPT e da Igreja, o nosso movimento sindical aqui foi fundado desvinculado da Fetaemg, que era o sindicato estrutural, tudo organizadinho, que tinha. E nós fomos fundados fora desta estrutura. A nossa ligação foi direta com a CUT (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

As duas falas apresentam um conjunto de características que conformam as bases sociopolíticas das organizações dos agricultores familiares da região cujos aspectos

trabalhamos no capítulo anterior. Especialmente, apresentam quais as que contribuíram para que houvesse na Zona da Mata o surgimento de um trabalho conjunto de ação política, que começa nas CEBs, resulta na criação de um conjunto de sindicatos municipais e, posteriormente, na criação de organizações com abrangência regional, como a Articulação Sindical da Zona da Mata, o CTA, a Associação Regional, nos anos 1980 e 90, e, posteriormente, a criação do Ceifar, da Cresol, no Movimento de Mulheres e Agroecologia.

A partir do trabalho religioso se estruturou uma rede de movimentos sociais da agricultura familiar que deu corpo institucional para a representação política e para processos organizacionais de um conjunto diversificado de atores sociais em torno de crenças partilhadas e demandas comuns. Junto com a CPT, a CUT teve um papel importante nos anos iniciais de formação desses sindicatos e sua chegada foi também mediada por padres da Igreja Católica e agentes da pastoral. Essa ação conjunta tem suas bases nas ações em torno do crescente papel do novo sindicalismo na organização política no campo em nível nacional.

Em grande medida, as principais características do novo sindicalismo foram a forte crítica ao sindicalismo oficial, orientado pela Contag e Fetaemg, o surgimento de novas lideranças no interior das organizações sindicais e um grande aumento do número de sindicatos e sindicalizados em todo país (FAVARETO, 2006). Esse movimento trazia, principalmente, as seguintes reivindicações:

“(1) revogação da legislação repressiva e retorno a formas democráticas de governo; 2) eleições populares diretas para todos os níveis da representação política; 3) Participação de representantes da população trabalhadora na gestão de fundos especiais criados para programas sociais, como o PIS-PASEP, o FGTS e o Banco Nacional de Habitação (BNH); 4) revogação das políticas de controle salarial e reconhecimento do direito as negociações coletivas; 5) direitos de greve; 6) direito de organizar sindicatos sem interferência do Estado (autonomia sindical) com a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, para eliminar os controles estabelecidos na Seção V.” (ALVES, 1989, p. 243)

Tais reivindicações juntavam ao anseio pela redemocratização do país a necessidade de novos rumos para as classes trabalhadoras e suas organizações. O direito às manifestações públicas, como a greve, era uma das principais reivindicações desse movimento, assim como a garantia de representantes dos/das trabalhadores/as nas instâncias deliberativas das políticas públicas para os trabalhadores/as rurais e urbanos. Uma das questões levantadas pelo *novo sindicalismo* foi a afirmação do papel político do sindicato em detrimento de um papel “meramente social” (MEDEIROS, 1989). O exercício deste papel tinha como premissa uma participação ativa dos/das trabalhadores/as nas organizações e em toda estrutura do movimento sindical, além de uma ação sindical autônoma em relação ao Estado e aos partidos políticos. O reforço desse papel vinha atrelado à negação de uma ação sindical meramente assistencialista, como havia ocorrido em alguns sindicatos fundados durante a ditadura militar, e se opunha a quaisquer formas de cooptação pelo Estado. De maneira geral, esse movimento permitiu uma reflexão sobre o papel do sindicato na sociedade e na política e sobre a natureza da relação que as estruturas sindicais oficiais estabeleciam com as suas bases (MEDEIROS, 1989).

Para o sindicalismo rural, o novo sindicalismo significou a proposição de uma série de mudanças para a ação sindical e a contestação da excessiva interferência do Estado e da forma hierarquizada de condução das lutas, representada em grande medida pela Contag e suas federações estaduais. Antunes (1995) ressalta que os/as trabalhadores/as rurais tiveram presença significativa na base de mobilização do novo sindicalismo e na composição das chamadas “oposições sindicais” o que, em grande medida, de acordo com o autor, se deve ao intenso trabalho realizado pela Igreja Católica na formação desses agentes, principalmente em

nível local. O autor destaca que, não obstante a ocorrência de uma expressiva participação dos/das trabalhadores/as rurais na conformação desse movimento, esta ocorreu sem a inserção da Contag. Quando, em 1983, é criada a Central Única dos Trabalhadores, CUT, fruto da articulação construída a partir do novo sindicalismo, a Contag não aderiu à nova Central (ANTUNES, 1995).

A partir das reivindicações trazida pelo novo sindicalismo se constituiu um novo quadro de referências para as organizações sindicais, a partir das quais inúmeros mediadores e agentes políticos iniciaram, em nível local, um processo de apoio à formação de novos sindicatos em todo país. Principalmente naquelas regiões de maior presença de grupos progressistas ligados à Igreja Católica, como as CEBs, a CPT e o Mobon (caso da Zona da Mata), esse processo assumiu um formato peculiar de mobilização e organização dos/das trabalhadores/as em torno de sindicatos identificados às oposições sindicais, com o apoio da CUT. Na região da pesquisa, o reconhecimento do grupo desses sindicatos como “oposição sindical” estruturou, nos anos 1990, a criação da Associação Regional, enquanto um espaço de oposição à Fetaemg, como relatam as lideranças. A vinculação com a Igreja Católica, permitiu que esses sindicatos tivessem uma “ligação direta com a CUT” e se estruturassem fora dos marcos do sindicalismo representado pela Fetaemg e pela Contag. Um dos resultados dessa vinculação com a CUT foi a implementação da Escolinha Sindical, tanto nos níveis municipais quanto no nível regional, entre esse grupo de lideranças. As Escolinhas aparecem nas narrativas de boa parte dos entrevistados como um dos principais espaços de formação política estruturante do processo organizativo do qual estamos tratando.

3.2 Escolinhas Sindicais

Em final dos anos 1980, ocorreu no país a criação de inúmeras escolas de formação sindical, inicialmente com o objetivo de debater diferentes temas comuns ao trabalho cotidiano dos sindicatos, envolvendo a situação econômica e social dos/das assalariados/as rurais e pequenos/as produtores/as, direitos trabalhistas e sociais, questões de gênero, políticas públicas, meio ambiente e organização produtiva⁵⁶. Em Belo Horizonte, em 1987, foi criada a Escola Sindical 7 de Outubro, uma das primeiras escolas sindicais da CUT.

Na Zona da Mata, esse espaço de formação foi criado nos municípios pesquisados no final dos anos 1980 e envolveu diferentes dirigentes sindicais e lideranças religiosas de comunidades rurais. Favareto (2001) nos informa que, na região,

A escolinha começa em Muriaé, onde as lideranças vão às comunidades dar cursos. Em 1990, se decide expandi-la para todos os municípios e estruturá-la regionalmente. Ela passa a ter um conselho diretor (dois representantes de cada STR) e uma coordenação composta de sete pessoas escolhidas pelo conselho. O trabalho passa a ser organizado em cinco frentes de luta: assalariados, pequenos produtores, saúde, direitos sociais e mulheres (FAVARETO, 2001, p. 130).

A Escolinha surgiu com o objetivo de retomar a formação das lideranças num momento de crise de participação nesse primeiro grupo de sindicatos formados, composto por Muriaé, Miradouro e Eugenópolis, cujo papel era central para a dinâmica de ação política sindical na

⁵⁶ As escolinhas sindicais da CUT foram criadas para promover a formação dos trabalhadores e trabalhadoras e lideranças sindicais organizadas em torno da Central. A primeira Escola Sindical com abrangência estadual foi criada em Minas Gerais, em agosto de 1983, a Escola Sindical 7 de outubro. Ao longo das últimas décadas, as Escolas Sindicais criadas tiveram, algumas, esfera de atuação estadual, como o caso citado, e outras tiveram abrangência regional e municipal. Atualmente, a CUT possui seis escolas de formação sindical e uma escola de formação profissional. Informação acessadas por meio do site da CUT, www.cut.org.br, acessado em 02/05/2022.

região (GARCIA, 2013). Inicialmente, a Escolinha Sindical teve caráter regional e era organizada pela Articulação Sindical da Zona da Mata. Posteriormente cada sindicato envolvido na articulação passou a ter uma Escolinha. Em 1989, quando ocorreram os primeiros encontros da Escolinha, outros sindicatos estavam sendo fundados na região, como Espera Feliz e Araponga, enquanto os primeiros passavam por uma crise financeira e de participação relacionada ao afastamento de muitos sócios e dificuldades de mobilização.

Na região, a Escolinha Sindical não possuía uma sede com estrutura física e os encontros ocorriam de forma itinerante nos sindicatos municipais. Os encontros trouxeram uma diversidade temática para as discussões junto às lideranças sindicais, tanto no nível municipal, quanto regional. A existência de um espaço de formação criado pelos sindicatos contribuiu para inserção, engajamento, envolvimento de novos atores nos movimentos sociais, ampliando as possibilidades de haver uma renovação da participação nesses movimentos. Lideranças que iniciaram uma atuação na década de 1990, quando muitos sindicatos já haviam sido estruturados, relatam ter começado seu envolvimento por meio da Escolinha Sindical que se constituiu como um espaço político de inclusão e promoção da diversidade de pautas da ação sindical.

A Escolinha Sindical foi resultado e ao mesmo tempo contribuiu, em muitos municípios da região, para o envolvimento dos jovens rurais e para discussão de temas diferentes daqueles relacionados à luta por direitos previdenciários e sociais, que marcaram o período de surgimento dos primeiros sindicatos durante a década de 1980. Nesse período, com a contribuição das Escolinhas, de acordo com os relatos, ocorreu uma renovação das lideranças.

Reunia uns 18 a 25 jovens para discutir um tema sobre a juventude. Discutíamos as nossas realidades. E por ser um grupo de jovens que atuava no meio rural, nós vimos a necessidade da gente começar a participar das reuniões do sindicato, da discussão do sindicato. O sindicato naquela época era muito forte. O sindicato tinha um trabalho de base nas comunidades, que aí nas regiões que tinha, eles faziam o convite e nós íamos participar da reunião do sindicato. Acabava se debruçando aos domingos, assim, uma hora, por aí, nós continuávamos lá, duas, três horas nas reuniões do sindicato. Até que a grande maioria das pessoas começaram (*sic*) a participar do trabalho que o sindicato tinha, de base. E aí, depois o sindicato criou um espaço de formação do sindicato, que era a Escolinha Sindical (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Ao longo dos anos 1990, muitas lideranças conheceram os trabalhos sindicais e nele e se engajaram, como indica o relato de uma liderança do município de Espera Feliz:

A vida toda meu pai sempre trabalhou de meeiro. A gente sempre viveu numa propriedade, em outra, né. Eu me lembro de uma das propriedades que a gente mais viveu foi numa comunidade chamada Taboão. A gente morou 17 anos nessa propriedade. Nessa propriedade eu cresci, fui para lá com 5 anos, cresci, não tanto, né? O tempo passou. Ali eu comecei a me engajar nos movimentos sociais, na Pastoral da Juventude, na PJR na época. Aos 14 anos fui coordenador de grupo de jovens. E quando foi lá em 95, eu comecei a me engajar no movimento sindical também, junto com a Pastoral da Juventude e foi através da Escolinha Sindical, na época o sindicato ainda era filiado à Contag (Juseleno da Silva, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Em outra parte do relato, a liderança de Espera Feliz revela a importância da Escolinha Sindical para a discussão e organização em torno de problemas comuns e a construção de estratégias de ação.

Aqui em Espera Feliz. Nós criamos um coletivo, eu, Valdeci, o Pedrinho, os meninos aqui, criamos um coletivo que nós iríamos comprar um pedaço de terra de qualquer maneira para nós, só era sair de meeiro. Porque o quê que acontece? Nós saía (*sic*) para vir para o movimento, o patrão ficava perguntando onde nós estávamos indo, que estava indo fazer, a lavoura está no mato, está sem adubar, está não sei o quê e, assim, em um vocabulário mais xucro assim: é os vagabundo, né. E, muitas vezes, muitas coisas que a gente aprendia incomodava eles. E a gente criou esse coletivo junto da Escolinha Sindical e começamos a discutir o acesso à terra (Juseleno da Silva, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

E a Escolinha Sindical era um aprendizado. Aí juntava 50, 60 lideranças. Normalmente acontecia aqui na sede da cidade, no espaço do sindicato de fazer o trabalho de formação. E ali a gente reunia por grupo. Era dividido por grupo. Era o grupo que fazia a organização das mulheres, na época tinha um trabalho forte, [...] Tinha um tema específico que era o sal mineral, envolvia o sal mineral, mas envolvia todas as outras demandas que vinha do campo, dos animais⁵⁷. Tinha uma discussão muito interessante das sementes, organização das sementes, cultivo das sementes. E tinha outro grupo também, que a gente não falava ainda o termo da agricultura familiar, mas a gente discutia também a pequena agricultura. Esqueci o nome... Eu sei que não tinha esse termo ainda da agricultura familiar. E eu fazia parte desse grupo de discussão dos pequenos produtores. [...] O espaço que fez com que eu comesse a participar do movimento sindical, foi através da Escolinha Sindical, do espaço de formação que eu fui para o movimento sindical. Mas outra coisa interessante também, que eu acho que volta para o trabalho da Igreja, que aí eu continuei... Eu era da Pastoral da Juventude, comecei a participar do espaço de formação do sindicato e também na fazenda onde nós morávamos, nós tínhamos um grupo que fazia parte do grupo de reflexão (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Na Escolinha começou uma discussão em nível regional em torno da chamada “pequena agricultura”, tema que se fortaleceu em âmbito nacional no movimento sindical e que, depois, vai dando lugar ao termo agricultura familiar, reconhecido institucionalmente no campo político principalmente a partir da criação do Pronaf (1996) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (1999), como trataremos mais adiante. Ganham espaço temas sobre acesso à terra, organização da produção e comercialização dos agricultores, gestão da propriedade agrícola, técnicas alternativas de produção, cujo interesse estava relacionado ao reconhecimento e crescimento das demandas da pequena agricultura dentro do sindicalismo rural, impulsionado pelas lideranças sindicais do sul do país, e dentro da própria CUT de onde partiu a idealização do projeto das Escolinhas Sindicais, como lembra Favareto (2001).

Na Zona da Mata, diferente dos espaços de formação coordenados pela Igreja Católica, a Escolinha foi um espaço de formação política conduzido a partir dos sindicatos recém-fundados pelas lideranças envolvidas nos movimentos sociais que surgiram. Favareto (2001), ainda tratando dessas iniciativas na região, afirma que “a escolinha agregou experiências já vivenciadas pelas lideranças na Escola Sindical 7 de Outubro, no Instituto Cajamar, com métodos pedagógicos das Escolas Família Agrícola, as práticas das CEBs e do Mobon, e

⁵⁷ O sal mineral é um suplemento usado para alimentação animal.

também os métodos utilizados pelo CTA-ZM” (FAVARETO, 2001, p. 130)⁵⁸. Para parte importante das lideranças entrevistadas ao longo da pesquisa, a Escolinha foi o primeiro espaço para aprender sobre política, separando-o dos encontros das CEBs e do Mobon e o identificando com uma participação política mais institucionalizada. Não se tratava, enfim, de um espaço religioso em que se falava sobre engajamento e ação política, sobre a missão religiosa de se organizar em torno de sindicatos, como ocorreram nos anos iniciais, mas de um espaço político construído e conduzido com certa autonomia pelas lideranças sindicais para tratar, de fato, de política, de estratégias de ação sindical, de alternativas de fortalecimento e crescimento da pequena agricultura organizada em torno desses movimentos naquela região.

3.3 Os processos políticos regionais e a estrutura oficial do sindicalismo de trabalhadores/as rurais

Compreender o surgimento e o funcionamento de espaços como os da Escolinha Sindical ajuda a entender os processos que contribuíram para que ocorresse uma organização do movimento sindical em nível regional. Vem dos espaços da Escolinha a ideia de formação de uma Articulação Sindical da Zona da Mata, a constituição da Associação Regional e, posteriormente, a criação de um Polo Sindical, vinculado à Contag. A Articulação Sindical da Zona da Mata foi criada, inicialmente, numa perspectiva de confrontar a hierarquia institucional do sindicalismo rural, organizando na região um coletivo de contestação da prática sindical oficial representada pela Fetaemg. Essa articulação se constituiu, principalmente como uma forma alternativa de articulação entre municípios para garantir o planejamento e a realização de ações sindicais comuns mantendo, entretanto, a postura combativa que havia sido difundida a partir dos espaços comunitários sob a influência das CEBs, da CPT e da CUT. A seguir um trecho de uma entrevista com uma liderança sindical apresenta um pouco do caminho de formação da Articulação Sindical.

Então tinha uma base muito forte, porque tinha na visão política daquele momento, que a transformação ela não passava por um eixo só, ela passava pelo... Você ia ocupando os espaços e você ia ampliando e tinha muito claro para nós que você não fazia nenhum tipo de transformação se não tivesse a formação. Tinha que transformar a formação das pessoas, né. E isso foi muito positivo na década de 80, aonde (*sic*) nós conseguimos então formar o sindicato de Muriaé, criar essa base e aí a gente foi sentindo a necessidade que não tinha como ser isolado, né. Então nós fomos fazendo o quê? Ramificando para outras áreas da diocese, que é Miradouro, Vieiras, Eugenópolis, e aí a gente foi dando um salto para Guidoal, para Visconde do Rio Branco, né, saindo para Araponga, que já fugiu um pouco da nossa diocese, daí mas era... até sair na direção de Caratinga, com Carangola, Espera Feliz, né, Tombos, já existia um movimento, mas a gente acabou agregando e vindo trazendo força, e nós chegamos a ter aqui na região em torno de 27 a 30 municípios envolvidos nesse trabalho (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

⁵⁸ Como já mencionado, a Escola de Formação Sindical 7 de Outubro, criada em 1987, foi a primeira escola sindical criada pela CUT em Minas Gerais e, principalmente na década de 1990, realizou diversos cursos de formação voltados ao movimento sindical rural. O Instituto Cajamar, o Inca, foi criado em julho de 1986, e foi um importante centro de formação e capacitação política das principais lideranças sindicais, partidárias e de movimentos sociais da esquerda brasileira, criado na década de 1980, em parceria com entidades internacionais. Atualmente, o Instituto é gerido por trabalhadores/as por meio de uma cooperativa, a Cooperinca (Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar), fundada em julho de 1997.

Esses primeiros sindicatos de trabalhadores/as rurais que agruparam um conjunto diversificado de categorias sociais nascem, portanto, inicialmente desvinculados da estrutura sindical contaguiana, com forte influência dos mediadores da CUT e das pastorais católicas. Essa desvinculação coloca esses sindicatos num primeiro momento fora da estrutura sindical num lugar de críticos e combativos da organização institucional de representação política:

A gente filiou à CUT e a nossa ligação com a Fetaemg foi mais tarde, porque este sindicalismo vertical que a CUT falava, da Fetaemg, para a gente era sindicalismo pelego e a gente não queria participar disso. Lembrei de um caso que vou te contar para entrar na sua tese (risos). Uma vez, menina, eu fui para um curso de formação da CUT e o Zé...como chama aquele menino que foi ministro da Casa Civil do Lula? Aquele baixinho de bigode? O Luís Dulci. Ele estava explicando esse negócio da estrutura sindical, lá na CUT, em Belo Horizonte, na Escola Sindical e eu estudei só até a quarta série do primário, eu não sabia nem o que era horizontal, nem vertical, e ele explicando: Ah, porque a estrutura vertical, a estrutura horizontal. E eu nunca fiquei calada... Aí, virei na cara dura: o quê que é vertical e o que é horizontal? Aí ele deitou (*sic*) e levantou (risos)⁵⁹. Eu nunca esqueci disso. [...] Eu não tinha vergonha de perguntar. Devia ter muita gente que não sabia e aquilo me marcou demais. Então, a gente ficava ligado nesta questão da CUT, do sindicalismo combativo e tudo mais (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

Pelego era o que se aliava com o patrão e com o governo. E a gente não queria esse tipo de sindicalismo e foi explicado para a gente que a Fetaemg era pelega, era aliada ao governo, se sustentava pelo imposto sindical, então nós nascemos combatendo o imposto sindical, a gente queria viver da livre contribuição do associado, porque a gente entendia que o associado tinha liberdade de poder pagar ou não o sindicato se ele quisesse⁶⁰. [...] Com o passar do tempo nós chegamos à conclusão que a gente tinha que entrar na Fetaemg também, porque construir os sindicatos fora da estrutura era muito difícil. Na época, a gente batia na CUT também. A gente vai construir a proposta cutista por dentro ou por fora? Aí, até que entendi esse negócio de por dentro e por fora, eu sofri, tá? (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG)

A Fetaemg se organiza de cima para baixo, você tem lá a Contag, as federações nos estados e os sindicatos nos municípios. A CUT falava da organização vertical, que era a organização por local de trabalho, por categoria e levando em consideração a autonomia do trabalhador, ela também brigava

⁵⁹ Nessa parte do relato, a liderança conta suas lembranças sobre como o cursista representou com movimentos do próprio corpo as posições horizontal e vertical, deitando-se e levantando-se, respectivamente. Essa memória nos informa sobre uma metodologia de educação popular que tornava possível aos trabalhadores e trabalhadoras com baixa escolaridade ou pouco acesso à educação formal compreender de forma simples significados de palavras que eram usadas para caracterizar a estrutura sindical existente (e criticada) e a desejada (e idealizada) pela CUT nesse período.

⁶⁰ O Imposto Sindical é um instrumento de vinculação dos sindicatos e seus sindicalizados com a estrutura oficial do sindicalismo (representada pela Contag, no caso do sindicalismo rural de trabalhadores/as rurais, naquele período) e com o Ministério do Trabalho. No período do qual trata o relato da liderança, início dos anos oitenta, a CUT era contra a cobrança compulsória do Imposto Sindical, defendendo a autonomia dos trabalhadores/as na escolha entre pagar ou não o imposto. Aceitar o imposto e sua cobrança compulsiva significava, na proposta cutista, aceitar as condições de uma estrutura sindical cujos princípios e funcionamento a Confederação criticava. Nesse sentido, construir um movimento sindical por fora da estrutura oficial (e do Estado) significava negar o Imposto Sindical.

contra o imposto sindical, contra o braço do Estado no movimento sindical, ela não aceitava isso. Porque com o imposto sindical tornava o sindicato um braço do Estado, você ia fundar um sindicato o representante do Ministério do Trabalho estava presente, e a CUT não aceitava isso. Isso era construir o sindicalismo por fora da estrutura. Por dentro da estrutura, era construir a nossa proposta dentro da estrutura imposta pelo Ministério do Trabalho. [...] Tinha que combater aquela estrutura pelega. Com o passar do tempo, a própria CUT decidiu entrar na Fetaemg. Antes, tinha o Departamento Rural na CUT. Aí nós decidimos entrar na Fetaemg. Aí o Zé Maria foi eleito coordenador geral da Fetaemg e nós ficamos tentando durante muito tempo construir nossa proposta por dentro da Fetaemg. Eu acho que tivemos muitos avanços com isso, principalmente no que se refere a direitos sociais, questões previdenciárias, questões de saúde, de educação, sem dúvida alguma, mas perdemos muito também. Porque, realmente, a Fetaemg é subserviente ao poder. Tem uma postura submissa (Terezinha Gomes, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Miradouro-MG).

A estrutura vertical, o “peleguismo”, o recolhimento obrigatório do imposto sindical compunha o conjunto de características do sindicalismo oficial apresentadas a esses/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as, principalmente pela CUT. Além da rejeição à ideia de transformar o sindicato num “braço do Estado”, o que implicava na rejeição à incorporação à estrutura sindical encabeçada pelo Ministério do Trabalho, a construção do sindicalismo “por dentro ou por fora” de uma estrutura oficial, representada no sindicalismo rural pela Contag, compôs os dilemas dessas lideranças sindicais. A liderança também afirma, entretanto, que a própria CUT era alvo de críticas, demonstrando como esse primeiro grupo de sindicatos que se organizou em torno da Articulação Sindical da Zona da Mata construiu, num primeiro momento, um discurso de oposição e busca por autonomia que abrangeu os mediadores sociais cuja ação intermediou sua formação e sua entrada no campo político.

A articulação sindical regional fortalecida a partir do processo de formação e articulação promovido pela Escolinha Sindical culminou na apresentação à Fetaemg pelas lideranças sindicais de uma proposta de organização do Polo Sindical da Zona da Mata vinculado à estrutura oficial do sindicalismo rural, mais especificamente, à Fetaemg e à Contag⁶¹. A proposta tinha um caráter oposicionista em relação à direção estadual da Federação e somava-se a outras apresentadas em diferentes regiões do estado, como no município de Governador Valadares, cujas lideranças reivindicaram a criação de um Polo Sindical no Vale do Rio Doce. Nessas duas regiões, os sindicatos foram criados a partir de ações de mediação das pastorais católicas e da CUT, com forte caráter oposicionista à estrutura de representação do sindicalismo rural do estado de Minas Gerais. Num primeiro momento, a proposta de criação desses dois polos sindicais tinha como base a organização institucional desses sindicatos mantendo, contudo, a postura de oposição à direção estadual da Fetaemg.

Como narram algumas lideranças:

⁶¹ Os Polos Sindicais eram conjuntos de sindicatos de trabalhadores/as rurais municipais que tinham determinada importância estratégica dentro da Federação Estadual. A decisão de reconhecimento desse conjunto enquanto um Polo passava pela direção da Federação e, principalmente, pelo seu presidente. Esse reconhecimento implicava na necessidade de criar nesses Polos uma direção própria com uma coordenação e outros cargos diretamente relacionados com a estrutura organizativa estadual. Ademais, no caso dos municípios da pesquisa, havia uma organização anterior ao reconhecimento ou criação do Polo Sindical. A Articulação Sindical da Zona da Mata funcionava como um Polo sem estar vinculada à federação estadual. Mesmo após a “entrada” desses municípios para a Fetaemg, foi criada a Associação Regional no sentido de manter certa autonomia desses sindicatos em relação à estrutura oficial do sindicalismo no Estado, como tratamos neste capítulo.

[...] a Fetaemg sempre foi uma coisa oficial nossa. A Fetaemg sempre foi vista o seguinte, uma estrutura pelega, sempre foi vista com uma estrutura pelega e menos combatente. Por ela ser pelega, menos combatente, a estratégia era organizar o movimento sindical para gerir a Fetaemg. Até que em 1995, 1996, cinquenta por cento da diretoria era ligada ao pessoal do movimento social mais autêntico, assim chamava (Rogério Silva, entrevista concedida no dia 23 de abril de 2013, no município de Rosário da Limeira-MG).

E os direitão lá [da Fetaemg] ficavam muito preocupados, “como é que vai criar um polo se não tem estrutura, se não tem dinheiro para criar uma sede, pra pagar não sei o quê”. Mas, como nós acostumamos naquela situação miserável, nós não víamos isso como necessidade pra criar o polo. Tanto que em Muriaé, criou, muito antes de nós entrar (*sic*) pra dentro da federação, um polo de fato. Nessa época, nós já funcionávamos como polo, só não éramos reconhecidos, entendeu? (José Maria Pinto da Silva, entrevista concedida no dia 15 de abril de 2013, em Rosário da Limeira-MG).

A proposta de criação de um polo sindical regional tinha como base a aspiração por uma relativa autonomia em relação à federação estadual, identificada como pelega pelo conjunto de lideranças sindicais articuladas na Zona da Mata. A ideia de criar um polo para “organizar o movimento sindical para gerir a Fetaemg” ressalta a postura combativa em relação à estrutura oficial que caracterizava a ação política do conjunto das lideranças sindicais nos primeiros anos de estruturação do movimento na região, entre meados dos anos 1980 e os anos 1990. Os sindicatos da Zona da Mata foram criados num clima de oposição sindical às federações compondo um conjunto de iniciativas que ocorreram em muitos municípios brasileiros onde trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares fundaram suas organizações de representação política como instrumentos para combater uma estrutura sindical identificada como hierárquica e centralizadora. Além disso, em muitos municípios brasileiros havia apenas a ocorrência da existência de sindicatos rurais patronais, dos quais, com base na previsão legal, estavam excluídas muitas categorias sociais como os moradores, parceiros, assalariados rurais e pequenos proprietários de terra.

A busca por essa autonomia, que seria facilitada pela criação do polo, fazia sentido num contexto em que a relação entre os sindicatos e a estrutura da Contag em Minas Gerais era pautada pela formalidade, com pouca influência sobre a condução política do movimento sindical da região. A criação de uma estrutura institucional, vinculada à estrutura formal do movimento sindical nacional por meio de um polo, aumentaria a capacidade de articulação e influência política desse conjunto de atores ampliando as possibilidades de se contrapor à forma de condução da ação sindical que ocorria na Federação e que era fortemente criticada.

A criação do polo sindical contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais na região, principalmente do ponto de vista do aumento do número de sindicatos fundados e da construção de uma agenda regional, que se tornou cada vez mais ampla. Entretanto, uma análise mais detida permitirá observar que a relação entre os sindicatos e demais organizações sociais com o polo regional da Fetaemg se modificou em diferentes contextos. De modo geral, esse conjunto de sindicatos ao longo dos anos manteve uma ligação com a Contag e também com a CUT sem passar pela intermediação da federação estadual. Devido ao reconhecimento em âmbito nacional e estadual no campo político, esses sindicatos e, conseqüentemente, a Associação Regional e o Polo, tiveram certa autonomia em relação à federação estadual e um espaço de diálogo direto com as organizações de representação nacionais. Apesar da criação do polo, no início dos anos 1990, ter sido protagonizada por lideranças dos sindicatos locais em oposição à federação, a relação com a direção estadual da Fetaemg e a adesão das bases

municipais ao polo passou por algumas transformações principalmente após a ocorrência do “racha”, no início dos anos 2000, do qual trataremos mais adiante.

3.4 Questões econômicas e novas articulações políticas

Um dos importantes aspectos da organização política em torno de sindicatos na Zona da Mata é a diversidade de temas e frentes de luta que compuseram esse processo passando, desde as primeiras ações pelos direitos sociais e acesso à saúde, às pautas sobre organização produtiva, à luta contra os agrotóxicos e o acesso às políticas públicas. Embora recortadas por aspectos religiosos oriundos do trabalho de mobilização e construção de identidades políticas protagonizado pela Igreja Católica, as questões econômicas permearam essa organização desde os anos iniciais. Como tratamos anteriormente, nas reuniões das comunidades de base e nos encontros que antecederam a criação dos sindicatos eram comuns longos debates e trocas de experiências sobre a situação econômica dos/das trabalhadores/as rurais, sobre a exploração seja no que diz respeito às formas de produção (plantio e colheita, uso da terra), ou em relação aos altos juros de dívidas contraídas por meio de empréstimos públicos, principalmente na década de 1980, ou mesmo em relação aos demais agentes econômicos locais, como donos de terras, comerciantes atravessadores de produtos, compradores de café, donos de lojas de produtos agropecuárias, entre outros (Notas de cadernos de campo. Elisa Garcia. 2008, 2013, 2019).

Nas décadas de 1980 e 1990, o endividamento dos pequenos agricultores era uma realidade em muitos municípios brasileiros (CORDEIRO; SCHMITT; ARMANI, 2003). Nos primeiros anos após a fundação dos sindicatos, em meados dos anos 1980, as lideranças mobilizadas organizaram diversos eventos de protestos contra o governo Sarney em oposição ao ajuste fiscal, nos marcos dos movimentos pela anistia de dívidas que ocorreram em diversas regiões nesse período. O enterro simbólico do então presidente José Sarney, realizado no município de Muriaé, em 1988, em que os agricultores e agricultoras protestaram contra os ajustes econômicos e o endividamento, se configura como uma das principais manifestações que contribuiu, inclusive, para a construção da legitimidade e o reconhecimento dos sindicatos na região⁶². Essas manifestações inseriram as organizações sindicais no rol dos atores em luta por melhores políticas públicas para a população rural que, no cenário local, somaram-se a inúmeras manifestações pela ação do Estado na promoção das condições de reprodução desse grupo social e na construção de políticas de crédito para a agricultura familiar.

Em âmbito nacional, nesse período, os sindicatos se estabeleceram como interlocutores importantes nos temas do crédito e da produção agrícola. Segundo Favareto, o padrão tecnológico, as políticas públicas, a organização da produção e o acesso a mercados foram colocados ao lado da crítica social e da organização comunitária (FAVARETO, 2001). Ocorre, nesse contexto, um expressivo crescimento das pautas e demandas dos/das pequenos/as produtores/as e a criação de estratégias de ação e de novas organizações, como as associações e cooperativas de crédito e produção. Somam-se a isso mudanças nas formas de ação sindical marcadas por um crescente papel do movimento sindical nacional na discussão de políticas e projetos para o rural brasileiro, principalmente junto ao Estado. A criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, o DNTR/CUT, e posterior criação do Projeto CUT/Contag de Formação, são alguns dos principais resultados dessas mudanças que irão implicar importantes alterações no cenário nacional para o sindicalismo rural. Mesmo antes da filiação

⁶² As manifestações que envolveram pautas relacionadas à economia, arrocho salarial, anistia de dívidas, ajuste fiscal também contribuíram para a construção de relações dos trabalhadores/as rurais com lideranças sindicalistas urbanas como o Sindicato dos Bancários e o dos Professores, os quais compartilham no período seguinte uma série de outros espaços como a organização do Partido do Trabalhadores na região e de diversas candidaturas no âmbito do partido nos níveis municipal e estadual.

da Contag à CUT, o Departamento se transformou num importante canal institucional de representação política dos/das trabalhadores/as rurais e agricultores/as que, por meio dele, dão sequência à luta por reconhecimento político e políticas públicas adequadas à realidade do meio rural brasileiro. Nesse contexto, no processo de vinculação da Contag à CUT, foi criado o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou Projeto CUT/Contag. Com esse projeto, os sindicatos passaram de forma cada vez mais sistemática e institucionalizada a ocupar um papel expressivo na construção de estratégias e ações públicas voltadas para esses objetivos, lutando por meios de acesso às decisões governamentais e diversificando a ação sindical (FAVARETO, 2001).

Uma das lideranças entrevistadas, assim relata esse momento político.

Qual que é a nossa lógica? O movimento sindical brasileiro, a Contag, tem um projeto chamado Projeto Alternativo do Desenvolvimento Rural Sustentável. Você conhece? [...] E nesse projeto nós trabalhamos com três eixos importantes. Primeiro: o sindicato forte em cada município, porque o sindicato além de fazer a luta em defesa da categoria, ele também organiza, sensibiliza, forma, capacita as pessoas. Um pouco do que a Igreja fazia no meu tempo com a juventude. [...] Então, dentro do projeto alternativo é esse: o sindicato forte. Segundo e muito importante, precisamos ter uma instituição de crédito. Então os bancos, o atual sistema de cooperativas não nos atende, muito menos banco público ou privado. Tem as políticas, mas eles não atendem a hora que a gente precisa. Daí a necessidade de ter uma instituição de crédito forte. E o terceiro eixo importante, precisamos organizar a cadeia produtiva. Porque é ali que está a geração de emprego e renda. Dalí que se mantém e fortalece o movimento sindical, ou o movimento do crédito, ou mesmo a Igreja. Tem que ter renda, emprego para as pessoas, se não elas não vão permanecer lá. Então com esse projeto, foi que eu trabalhei muito mesmo antes de ser vereador e assim que eu elegi e ficou mais claro essa questão e nós trouxemos inclusive o pessoal da Contag aqui. [...] A Fetaemg não adota esse sistema. Que deveria ser um sistema federativo que é da Contag que deveria ser implementado nas organizações, por consequência nos sindicatos. Mas a Zona da Mata sempre teve diferencial no estado e no país. Então, a gente sempre implementa (Getúlio Gomes Vieira, entrevista concedida no dia 24 de janeiro de 2019, em Fervedouro-MG).

Nesse relato, são apontados três elementos que caracterizam o projeto de desenvolvimento defendido pela Contag: um sindicato forte, um sistema cooperativo de crédito e o desenvolvimento das cadeias produtivas da agricultura relacionada a uma necessidade de fortalecer, também por meio do movimento sindical, a organização produtiva dos/as agricultores/as em todo o país. Um aspecto importante trazido na fala da liderança está relacionado a uma identificação de que com esse projeto e o discurso que o envolvia, a Contag ou o movimento sindical institucionalizado, passava a ocupar um lugar ainda mais expressivo na formação dos agricultores e na condução de sua ação política. Lugar esse que, no caso dessas lideranças, também era ocupado pela Igreja e pelas pastorais católicas. O relato apresenta como, cada vez mais, esse conjunto de lideranças foi se vinculando aos espaços e discursos do movimento sindical que tinha na Contag sua organização mais expressiva. Essa aproximação se fez a partir de um aumento das pautas relacionadas à organização produtiva e comercialização que passaram a dividir espaço com as questões relacionadas à saúde e aos direitos trabalhistas e previdenciários que, na década anterior, ocupou a agenda desses sindicatos.

Freitas (2015) observa que

Os desdobramentos desses processos (sociopolíticos e organizativos) se expandem para além de uma dimensão política. O surgimento de demandas econômicas atreladas às estratégias de reprodução das famílias implicou a constituição de novas formas organizacionais para suprir formalmente as necessidades da agricultura familiar [...]. Edifica-se sobre esta mesma base social organizações como cooperativas e associações, que passam a estabelecer um vínculo entre os agricultores e o mercado e a acessar políticas públicas específicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas, o que implica mudanças significativas nas formas de organização da agricultura familiar e em seus modos de vida (FREITAS, 2015, p. 108).

Dois processos representam a dimensão adquirida pela pauta da produção e do crédito agrícola e são elucidativos a respeito das iniciativas realizadas a partir desse tema: a criação do CTA, em 1987, e a fundação da Associação Regional, em 1994. O CTA contou com a participação ativa dos/das trabalhadores/as rurais, lideranças sindicais, não apenas na composição de uma diretoria formal, mas principalmente na construção de uma agenda conjunta de trabalho com as lideranças sindicais. Surgido a partir do Projeto Tecnologias Alternativas, PTA, o Centro possuía, desde então, uma proposta de assistência técnica e produção baseada no movimento ambientalista internacional e no movimento de agricultura alternativa que emergiu no Brasil nesse mesmo período, cujos princípios influenciaram a criação de diversas ONGs em todo país. Entre as principais frentes de ação estavam a inserção da pauta ambiental entre os movimentos sociais rurais e o entrelaçamento da questão tecnológica com a questão política, junção que tornará peculiar o trabalho do CTA na região⁶³.

Também na década de 80, para você ter ideia como é que é importante, a gente, pensando no conjunto, e essa turma pensava muito nisso, você tinha o tripé, né, a Igreja, você tinha o movimento político e social, você tinha a parte educacional e junto com a parte educacional vinha uma outra coisa, que foi uma sacada em 85, 86, que era a ideia do CTA. Porque nós não se enxergava (*sic*) naquela política da ditadura, daquele negócio todo, a gente queria ter uma transformação legal daquilo que nós pregávamos muito, né [...] então o CTA tinha uma função que era dar origem à produção, fortalecer os agricultores, né, não tinha... ele estava numa estratégia política, mas não era uma ação política. Ele fazia o papel de ser a grande entidade pesquisadora para poder melhorar a vida na área produtiva, né. E para isso, tinha dados, por exemplo, é... nós tínhamos muita ideia de liberdade, você organiza para ficar livre, não era organizar com opressão, né. Então o que era a liberdade do agricultor? Ele não precisava comprar sua semente, ele não precisava de comprar as suas tecnologias, ele desenvolver uma produtividade que ele tinha condições de dominá-la. Então, era isso. Não estou dizendo que o técnico não é importante, mas naquela época, para nós, na nossa visão, é que quando chegava um técnico da Emater ou qualquer outro técnico do governo, ele fazia política endossada por um governo que para nós não era o ideal. Então nós queríamos alguma coisa que falasse a nossa língua, nós queremos produzir sem agrotóxico, então o cara tinha que pesquisar para nós, buscar uma solução, era essa a ideia. As sementes crioulas por exemplo, nós não queremos perder isso da nossa origem. Se criou um banco de sementes do CTA ao longo tempo, e isso foi na década já de 90, mas... fantástico. Nós chegamos aqui a ter 27 campos de semente dessa região, em cada município. Os trabalhadores dominando a sua

⁶³ Para um aprofundamento sobre o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) e a criação e atuação do CTA nas décadas de 1980 e 90 na Zona da Mata mineira, ver Cintrão (1996).

tecnologia, né. Isso era fruto desse trabalho. O sindicato então, ele vai crescendo nessa forma que eu estou te falando, estrutural, Escola Família Agrícola, a... veio o partido político depois. Eu filiei ao PT em 87, né, então nós estávamos todo mundo ali, era uma, uma estratégia nossa (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Na Zona da Mata, o CTA era identificado, por parte das lideranças sindicais, enquanto uma organização de apoio e assessoria aos sindicatos (CINTRÃO, 1996). Os/as técnicos/as assumiram uma posição de assessores/as do movimento sindical. Os trabalhos de assessoria técnica aos agricultores (as) realizados em conjunto com essa organização influenciaram sobremaneira a agenda de trabalhos do sindicato, desde a construção de problemas comuns, feita de forma coletiva, até a decisão sobre quais comunidades e propriedades deveriam ser envolvidas no trabalho. Além disso, até início dos anos 2000, o CTA, principalmente por meio de recursos de projetos internacionais, disponibilizou recursos para liberação de diretores sindicais e lideranças comunitárias, que eram os principais mediadores entre o Centro e os sindicatos e as comunidades⁶⁴.

Cintrão (1996) chama atenção para a grande ingerência que os sindicatos possuíam na definição dos agricultores que seriam “atendidos”, envolvidos no trabalho do CTA e, em contrapartida, havia uma grande interferência do CTA na priorização das atividades dos sindicatos. A autora também observa que, em grande medida, o interesse das lideranças da região pelo trabalho realizado pelo CTA estava relacionado à viabilização de estratégias de produção voltadas à pequena propriedade, a articulação com a universidade e outros mediadores de relevante capital político e social. Durante os anos 1990, o CTA foi a principal organização com uma atuação em nível regional, estabelecendo-se também como importante veículo de articulação política e de formação das lideranças sindicais. O trabalho realizado junto ao CTA contribuiu sobremaneira para que os sindicatos realizassem ações junto às famílias dos filiados como cursos, capacitação, formação de bancos de sementes, assistência técnica, atividades que foram essenciais à manutenção da parceria dessa organização com os sindicatos.

Favareto (2001) observa que

Um destaque importante é que, no caso da Zona da Mata, os STRs assumiram diretamente um trabalho com as questões relacionadas à produção agrícola e à comercialização. Isso veio acompanhado de uma renovação, de uma ampliação, e de uma complexificação da agenda sindical (FAVARETO, 2001, p. 131).

Em 1994, os sindicatos cuja articulação havia sido fortalecida a partir dos trabalhos junto ao CTA formalizaram a fundação de uma Associação Regional com o objetivo de dar institucionalidade às ações de organização da produção e comercialização. A Associação Regional nasceu também com o intuito de ocupar um lugar na representação regional dos agricultores e agricultoras e disputar espaço político com a estrutura oficial do sindicalismo na região, representada pela Fetaemg. Junto com a Associação Regional foi criada a marca *Sítio Mineiro* para a venda de produtos daqueles/as trabalhadores/as e agricultores/as envolvidos com os sindicatos e que se tornaram os/as principais filiados/as da organização. A fundação da Associação Regional e a sequência de trabalhos realizados em torno dos temas da produção e comercialização, além de uma série de outras atividades de cunho econômico, somadas às ações de apoio e assessoria realizadas em parceria com o CTA, representam a diversidade das

⁶⁴ Liberação é um termo utilizado para nomear o processo de contratar a liderança pelo movimento social, por meio de uma organização desse movimento, e remunerá-la para fazer determinado trabalho político demandado por esse movimento. As liberações causaram muitas disputas nos movimentos sociais uma vez que implica que a liderança “liberada” terá remuneração e tempo para realizar o trabalho político.

estratégias organizativas e políticas que foram construídas a partir da base sindical, o aumento das redes a partir do movimento surgido das CEBs e a importância atribuída à pauta produtiva na dinâmica desses movimentos sociais. Esse cenário de crescente dimensão da pauta da organização produtiva nesses sindicatos e na organização regional dos/as agricultores/as familiares da região interferiu, por exemplo, num enfraquecimento da pauta dos direitos trabalhistas e num fortalecimento nas pautas relacionadas à produção, questões ambientais e posse da terra, temas mais próximos às discussões sobre a pequena agricultura.

[Em] 90 [...] já tinha sindicatos fundados em todos os lugares, né. Aí se pensou assim, mas, e a produção, agora, como é que se organiza? Na década de 90, então, começa a criar as associações. A nossa, de São João do Glória⁶⁵, para você ter ideia, ela vem junto com o movimento sindical. [...]. Sempre com uma ajuda muito grande do Padre Agostinho. Porque, por exemplo, quando nós financiamos essa máquina [máquina de beneficiamento de arroz], não foi via verba governamental brasileira, ela foi vinda de uma doação de uma, de uma entidade europeia e buscada pelo Padre Agostinho no intercâmbio. Naquela época começou a ter muito isso, na década de 90, muito intercâmbio entre pessoas da Holanda, da Alemanha, que vinha na sua casa e ficava uma semana conversando com a gente, e foi gente daqui para lá também (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Aí em 89, já fazia parte da Escolinha Sindical, aí depois comecei a trabalhar na Escolinha Sindical e já começamos a circular para discutir essa questão da criação animal, da pequena produção, que era um trabalho delicado. Aí começamos a discutir em cima da criação animal, do sal mineral e da semente. Já estava começando o CTA a atuar, dando assessoria ao movimento sindical nessa região para discutir mesmo a realidade de produção, a realidade de semente. E aí nós começamos a participar em Viçosa, em Muriaé. E foi em 94, mais ou menos, 94, 95, que, aí, criou também a Associação Regional, nesse período. Que aí o sindicato começou a discutir produção, prestação de produção, a importância de entrar no mercado. E a Associação Regional foi criada assim, um dos objetivos da Associação Regional era captar recursos, naquela verba de subvenção dos deputados, que hoje chama emenda parlamentar, naquele passado eram as verbas de subvenção. Que eles podiam fazer indicação, a maioria fazia para as prefeituras, mas podia fazer para as organizações. Então, a Associação Regional foi criada para receber verba de subvenção e tentar também ajudar o sindicato a fazer outras ações que o sindicato não poderia fazer. Porque o sindicato tinha esse papel mais representativo, mais de organizar a categoria, de até levar a consciência, mas na hora de organizar a produção, o mercado, ele não podia. Então, não sei se foi em 94, 95, criou [a Associação Regional] com esse objetivo. E a Associação, ela dá o suporte daquilo que o sindicato não podia fazer legalmente, a Associação está cumprindo esse papel (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

A mobilização construída ao longo dos anos 1980 entre as lideranças sindicais e comunitárias dos diferentes municípios que se articulavam em torno do Mobon e das CEBs permitiu a fundação de uma organização social com personalidade jurídica para conduzir os trabalhos comuns na região. Nos anos 1990, quando os sindicatos já estavam consolidados em boa parte dos municípios, a Associação Regional foi criada com dois importantes objetivos:

⁶⁵ São João do Glória é uma comunidade rural do município de Muriaé-MG.

articular o trabalho sindical conjunto entre os municípios e canalizar e conduzir ações que os sindicatos eram legalmente impedidos de fazer, como comercializar produtos dos agricultores/as. A criação da Associação também integra um cenário em que o acesso a recursos, como emendas parlamentares, era possível diante da articulação existente entre as lideranças sindicais e atores do sistema político como deputados, prefeitos e secretários de gestões públicas municipais e estaduais.

A Associação passou a ser o centro da condução das ações sindicais, da construção de estratégias de ação política e, inclusive, de formação das lideranças. Ao longo da pesquisa ficou evidente o significado e a importância do processo de condução da formação para a organização da ação política. Se nos primeiros anos a formação foi conduzida pelo Mobon e pelas CEBs a partir de uma doutrinação religiosa, num segundo momento a Escolinha Sindical passou a ser o principal espaço de construção e troca de saberes entre as lideranças. A partir da fundação da Associação Regional, a organização se tornou a condutora da formação das lideranças da região o que significa em grande medida articular os atores e os temas que irão compor esse processo.

Esse papel era também dividido com o CTA, como é contado pelas lideranças, e tinha forte influência das pautas como agricultura alternativa, práticas sustentáveis de cultivo, manejo ecológico dos solos e da produção, como a produção do sal mineral e o cultivo de sementes crioulas, mencionados nos relatos, e que posteriormente irão compor as lutas políticas em torno da agroecologia. De acordo com Silva (2014), é nesse momento que começaram a se construir na região os caminhos para uma articulação política de defesa da agroecologia, atualmente uma das principais pautas dos movimentos sociais da agricultura familiar na Zona da Mata. O fortalecimento desses temas concorreu também, e principalmente, para a consolidação da agricultura familiar e suas pautas de interesse dentro do movimento sindical.

A crescente mobilização de atores com características e demandas relacionadas à pequena produção e o avanço dessas pautas dentro das organizações sindicais, como ressaltou Favareto, levou a uma complexificação da ação sindical. Essa complexificação ocorreu não apenas nesse conjunto de sindicatos, mas em parte importante da base social do movimento sindical rural brasileiro. No cenário nacional, esse processo tem como características um avanço das pautas produtivas, um crescente reconhecimento político da categoria agricultura familiar, um aumento do papel propositivo do movimento sindical e suas organizações em relação às políticas públicas para o rural e novas relações com o Estado (FAVARETO, 2001). Em nível local, esse novo cenário e as novas organizações fundadas apontam para uma reconfiguração das relações estabelecidas e para uma nova organização das disputas em torno da representação política da agricultura familiar da região.

3.5 A Associação Regional e questões sobre os caminhos institucionais da ação política

A Associação Regional foi criada para viabilizar a forma jurídica necessária para acessar recursos públicos, possibilitar a execução de projetos em parcerias com parlamentares e o governo federal em suas diferentes esferas administrativas. Trata-se de um importante investimento político das lideranças do movimento sindical da região que formalizaram um conjunto de iniciativas de organização política e produtiva regionais por meio de formalização jurídica e de articulação institucional mais complexas. Dois grandes objetivos das lideranças com a criação da Associação Regional puderam ser identificados a partir da análise das entrevistas. O primeiro diz respeito ao desejo de autonomia política do grupo de sindicatos recém-fundados em relação à estrutura sindical representada pela Fetaemg, como mencionado. A segunda está relacionada à busca de acesso aos benefícios que um processo de institucionalização de uma organização política traria ao movimento social da agricultura familiar em termos de recursos, viabilização de iniciativas locais e implementação de políticas públicas.

Na verdade, a Associação Regional, ela foi criada a partir do momento que o movimento aqui conseguiu, é... a vaga de coordenador do polo da Fetaemg. Só que a Fetaemg, como sempre, ficou muito manipuladora... né? Eles travavam tudo. O Zé Maria, junto com o pessoal da região: a gente tem que ter uma estrutura, que a gente esteja dentro da Fetaemg e ao mesmo tempo esteja fora da Fetaemg. Então, o que que eles propõem (*sic*) pra Fetaemg? Criar uma associação ampla, regional, que ia contemplar esses sindicatos da região onde a Fetaemg coordenava, e que os repasses que os sindicatos iriam fazer pra Fetaemg, eles fariam pra Associação Regional. Então, ficaria em débito com a Fetaemg. E a Fetaemg, automaticamente não ia ter despesa. [...] O salário ela pagava... Mas despesa de carro, de manutenção, de outros funcionários, a Fetaemg não pagava... porque todo o recurso dos sindicatos ficava... Então... Além da parte contábil né? Porque aí, organizou a contabilidade desses sindicatos, por dentro da Associação Regional, que era o Moisés, o contador. Então, fazia a parte contábil de todos os sindicatos, primeiramente ela foi pensada pra isso. E aí, posteriormente é que começou a organizar essa... devido às discussões entre os sindicatos, até houve, teve muitas conversas disso, as demandas que tinham dos sindicatos, que foi organizar essa questão da produção. Era... se discutia, eram muito amplas as discussões, havia muito além de sindicalismo. [...] Discutia política, né? Essas questões todas. Aí, o polo da Fetaemg funcionava junto aqui. Independente. Independente entre aspas, né? Mas, tinha uma certa autonomia pra fazer o trabalho. A gente não precisava pedir, "ah nós vamos fazer esse trabalho aqui...vou fazer esse evento", [não] precisa de dinheiro da Fetaemg, tinha uma estrutura, onde o sindicato pagava uma taxa, dava um dinheiro, mais o recurso que vinha da Fetaemg, formava ali um caixa. Além do CTA também que entrou junto, nesse grupo, e o CTA conseguia os projetos fazendo repasse pra Associação Regional. A Associação Regional, tinha um orçamento e acabava fazendo um trabalho, um trabalho regional. Tinha 27 sindicatos, na Associação Regional. Era muita coisa (Adenilson José Roberto, entrevista concedida no dia 29 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

A Associação Regional ela tinha um poder de organizar os produtores e tinha o poder também de organizar a base sindical. [...] Porque? Porque a Fetaemg, ela tinha uma imposição no estado que não era nossa, portanto, ela tinha raiva da Zona da Mata. Porque a Zona da Mata chegou lá e disse assim "Criamos o polo, mas criamos uma negociação dentro da Fetaemg que é o seguinte, parte do recurso arrecadado das confederativas ele não ia para a Fetaemg, ele ficava no polo, para manter Moisés, para manter as estruturas, para nós termos a liberdade de fazer a nossa política e não precisar ficar pedindo benção ao Vilson. Então era uma estratégia nossa, isso era pensado, isso tudo direitinho. Então vamos supor assim, tinha um dinheiro que ficava aqui, que esse dinheiro quem coordenava o que fazia com ele era a Associação Regional, para liberar uma liderança para ir numa comunidade, eu o mesmo fui muitas vezes em comunidade fazer reuniões com essas verbas, né e tudo mais (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

A formalização jurídica da articulação sindical regional significava um avanço desses sindicatos em direção à sua autonomia. Ao mesmo tempo, essa nova institucionalidade possibilitaria o acesso a recursos públicos e a construção de novas estratégias para implementar ações junto à sua base de atuação, inicialmente, por meio de projetos financiados por emendas

parlamentares⁶⁶. Apesar de ter sido um importante instrumento de diálogo entre atores sociais na discussão de temas como meio ambiente, tecnologias alternativas, políticas públicas, produção familiar, a Associação Regional não encabeçou nenhum tipo de política de acesso à terra. As experiências ocorridas na região nesse sentido ficaram localizadas nos municípios de Araponga, com a Compra Conjunta de Terras e em Espera Feliz, com experiências de grupos de agricultores organizados a partir do sindicato, mas sem a criação de uma estrutura organizativa regional para essa finalidade⁶⁷.

A criação da Associação Regional e a relevância que seu papel adquiriu na região no processo de organização política dos agricultores familiares estão relacionadas a uma reorganização da pauta sindical, do lugar do movimento sindical no cenário institucional e na sua relação com o Estado. Voltar-se para o Estado sempre compôs a história desses movimentos e isso não está relacionado somente ao caráter institucional do sindicalismo, mas à tentativa das lideranças em acessar recursos e possibilidades institucionais para garantir o fortalecimento da agricultura familiar na região. As lideranças dos movimentos já se articularam desde esse período para construir um caminho institucional para sua ação política. Um dos principais objetivos do conjunto de lideranças sindicais era acessar recursos públicos, o que se constituía como uma busca histórica desse conjunto de atores sociais desde os primeiros passos de sua organização política e que foi fortalecida pela promulgação da Constituição de 1988 a partir da criação de condições jurídicas e normativas para a descentralização das verbas do Estado para outros agentes do campo político⁶⁸.

A Associação Regional era quem dotava o Polo Sindical da Zona da Mata, vinculado à Fetaemg, de condições de exercer seu poder político na região. Era por meio da Associação que

⁶⁶ A emenda parlamentar é um instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual, possibilitando a alocação de recursos públicos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Os recursos são repassados ao ente federado beneficiário por meio de transferência com finalidade definida, vinculadas à programação estabelecida na emenda e aplicados nas áreas de competência constitucional da União. De acordo com a Constituição, a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Em outras palavras é a oportunidade que os deputados têm de acrescentarem novas programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das comunidades que representam. Ou seja, é por meio das emendas que deputados federais podem influenciar no que o dinheiro público será gasto. No Brasil, quem elabora o orçamento (ou seja, o documento que define quanto dinheiro o governo pretende arrecadar e gastar durante o ano) é o poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos). Por isso, a participação direta dos parlamentares nessas decisões é feita por meio das emendas. ((Informações obtidas através do site do Siconv, acessado em 06 de outubro de 2022, através do link <https://siconv.com.br/o-que-sao-emendas-parlamentares/>)

⁶⁷ Para mais detalhes sobre a experiência de Compra Conjunta de Terras no município de Araponga-MG, consultar Mafra (2006) e Campos (2014).

⁶⁸ A Constituição de 1988 trouxe em seu texto, como aspecto fundamental do processo de descentralização político-administrativa do Estado brasileiro, delegações de competências e atribuições aos estados e municípios. Inúmeras ações desses níveis de governo são ampliadas em relação aos textos constitucionais anteriores, com maiores responsabilidades e prerrogativas atribuídas aos mesmos. Com a descentralização e o redesenho das relações entre os entes federativos, houve um fortalecimento do poder local. Os municípios ganharam autonomia político administrativa, novas responsabilidades, competências legislativas e recursos tributários. Com a participação da sociedade, foi proposta a criação de uma nova forma de conceber a relação entre o Estado e a sociedade, de forma a incluir os cidadãos em uma comunidade política, buscando ampliar dessa forma a esfera pública e permitindo o exercício da cidadania. Novas competências são estabelecidas em assuntos de interesse local também na tributação, na aplicação de receitas, na organização do território. Na área social as mudanças são altamente expressivas, estabelecendo novas responsabilidades e também prerrogativas diversas em relação à saúde, à educação, ao meio ambiente, à assistência social, favorecendo um arranjo organizacional descentralizado e participativo. A descentralização prevista pela Constituição aumentou o papel das organizações sociais e todo o chamado “terceiro setor” ampliando as possibilidades de ações conjuntas entre organizações da sociedade civil e os entes federativos e criando, ao menos em tese, maiores condições para um crescente atendimento público das demandas locais da população.

se fazia a contabilidade dos sindicatos, controlando os fluxos financeiros e interferindo na gestão dessas organizações nos municípios e, conseqüentemente, também influenciando na forma de trabalho das lideranças garantindo um alcance político que chegava até a base municipal da articulação regional organizada e concentrada na Associação. Era a organização também que, no cenário político e institucional da região, possuía mais recursos financeiros, mais estrutura, melhores salários para os cargos de direção, mais poder de articulação política. Era a organização em torno da Associação Regional que dava condições àquele conjunto de lideranças sindicais de fazer enfrentamento em relação à estrutura de representação sindical no cenário política da agricultura familiar em nível estadual, em Minas Gerais.

3.6 O Racha da Zona da Mata: disputas e rompimentos políticos na rede de movimentos sociais da agricultura familiar

Os conflitos que desencadearam o “racha” que ocorreu na Zona da Mata no final da década de 1990 tem dois acontecimentos principais, segundo os relatos das lideranças, na sua origem. O primeiro deles está relacionado à disputa pelo cargo de coordenador/a do Polo Regional da Fetaemg. A disputa entre duas chapas e o não-reconhecimento de uma eleição feita no Polo Sindical foram as primeiras grandes manifestações institucionais da concorrência entre dois grupos de sindicatos que compunha o Polo: o grupo vinculado a Tombos, representado por Derly e Margarida, junto com Araponga, Divino e Espera Feliz, e o grupo vinculado a José Maria e Tereza, ou grupo de Muriaé, cujos sindicatos mais importantes eram Miradouro, Eugenópolis e Carangola.

Quando um dos principais eventos do “racha” aconteceu, José Maria Pinto da Silva era o coordenador do Polo e havia indicado para sua sucessão uma liderança do município de Eugenópolis que concorreria ao cargo com uma liderança do município de Tombos. Pela primeira vez, no conjunto de municípios que formavam a Articulação Sindical da Zona da Mata, houve a formação de duas chapas para eleição de coordenador(a) do Polo Sindical, algo que não era comum na definição dos cargos de direção das organizações desses movimentos. O processo de votação realizado culminou na vitória da Margarida, uma liderança do município de Tombos-MG, para o cargo de Coordenadora do Polo Sindical. Contudo, apesar de ter sido eleito, houve um acordo político encabeçado por um ex-presidente da Associação Regional e o conjunto de lideranças que o apoiavam para que a sua eleição não fosse reconhecida pela Fetaemg e outra liderança, do município de Eugenópolis, então, se tornasse legalmente o coordenador do Polo Sindical da Zona da Mata.

Essa história que o racha se deu e juntou para a Fetraf... não é isso que se deu. Tem um intervalo aí. O racha que se deu aqui foi de lideranças regionais Zona da Mata. Duas estruturas, Polo da Fetaemg, Associação Regional era uma estrutura só. Entendeu? Estratégico. [...] Houve... eu não sei se precisar se foi um ano, foram dois anos, para a eleição do Polo e a Margarida começou a meter os pés pelas mãos no cargo, na Associação Regional. Quê que o pessoal pensou? O pessoal pensou uma estratégia “nós temos que tomar o Polo, de qualquer maneira”. [...] E eu disse assim “não deixa votar”. Não deixa votar, porque se votasse ia legitimar a Margarida. Ao legitimar a Margarida era como se fosse um golpe de estado, se nós tirássemos ela. E foi dado o golpe de estado. Juntou um grupo aqui e foram no Vilson, e entregaram a rapadura de mão beijada para o Vilson em troca do Polo da Fetaemg (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

A Margarida teve tipo assim, trinta e oito votos, e o Vanderlei teve dezessete. Aí imagina quem que foi o coordenador do Polo? Vanderlei. Porque? Eles

falaram: “Não tem problema vocês ganharem aqui não, mas lá em cima nós estamos fechados”, que lá o Vilson era assim. O presidente da Fetaemg era o Vilson. Aí, nós indicamos a pessoa que nós queríamos que fosse para a diretoria da Fetaemg e o Vilson falou: “Esse grupo aí não fecha com nós, quem vai ficar lá é o Vanderlei, que o Vanderlei é do nosso grupo”. Não aceitaram o processo dos nossos grupos. Desrespeitou a vontade das plenárias. Aí afastamos. Era um número maior de sindicato. Aí nós afastamos por causa disso. Não foi por causa assim, a disputa e tal, nós não afastamos por causa da disputa da Associação Regional, mas por causa da ação antidemocrática, do Zé Maria, do Vanderlei, do Vilson que era o presidente da Fetaemg. [...] Quando era junto, era tudo junto. Nós dávamos as cartadas da Fetaemg. [...], mas quando eles viram que perderam no voto aqui, aí eles alinharam lá de novo para voltar (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Nos relatos das lideranças do Polo Sindical pertencentes a esses dois grupos, a deslegitimação da eleição da Margarida e a posse do Vanderley é caracterizada como um golpe e marca o início oficial do rompimento formal caracterizado como “racha”. Esse golpe abre duas fissuras na aparente unidade existente nessa rede de movimentos organizada em torno do Polo Sindical e da Associação Regional. A primeira está relacionada ao não reconhecimento da liderança que havia vencido o processo eleitoral para o cargo de coordenadora do Polo Sindical. Outra fissura aberta ocorreu quanto ao acordo político feito com a Fetaemg por um grupo específico entre as lideranças para deslegitimar o processo eleitoral da região implicando, a partir daí, na realização de uma série de outros acordos com a federação estadual, burlando o processo eleitoral oficial do Polo, e colocando em xeque uma certa autonomia em relação à Fetaemg que havia sido construída pelo conjunto dessas lideranças desde a criação da Articulação Sindical.

Outro acontecimento que compõe o “racha” tal como narrado pelas lideranças é a “tomada” da Associação Regional feita pelas lideranças que haviam, inicialmente, ganhado as eleições para coordenação do Polo e com o golpe acabaram ficando fora do acordo feito com a Fetaemg. Esse grupo “toma” a Associação Regional e exclui dela o conjunto de sindicatos que havia se articulado com a Federação. Esse processo aparece como o ponto alto do “racha”, em que de fato um grupo fica com o Polo e outro grupo fica com a Associação Regional, dando institucionalidade às fissuras políticas e morais ocorridas dentro dessa rede de movimentos. A polarização, que vai adquirindo contornos cada vez mais marcados, se acentua numa rivalidade entre os grupos e na crescente necessidade de deflagrar erros e traições de um lado e de outro.

Um aspecto importante do “racha”, trazido por uma liderança da região diz respeito ao “machismo” presente no interior desse conjunto de lideranças que conduziam as organizações regionais. De acordo com o relato, que segue abaixo, uma causa relevante da não legitimação da eleição da Margarida para coordenadora do Polo Sindical foi o fato de ela ser mulher. Até o início dos anos 2000, nem o Polo, nem a Associação Regional tinham tido mulheres no cargo de coordenação ou presidência, respectivamente. No cenário de conflitos que se apresentava no contexto do “racha”, a resistência à ocupação feminina desses cargos indica uma resistência entre as lideranças masculinas a ter uma mulher conduzindo essas organizações e exercendo o poder político que esses cargos representavam para essa rede de movimentos.

Esse racha da Zona da Mata, ele começa por que? Em 2000, teve a eleição e o Jair vira o vice-prefeito de Muriaé, Jair Abreu⁶⁹. Chama o Zé Maria para ser

⁶⁹ Jair Abreu é uma importante liderança do PT na Zona da Mata. Com carreira de professor se articulou desde os anos 1980 com os movimentos sociais rurais, principalmente por meio dos sindicatos dos professores.

secretário de agricultura. A vice do Zé Maria era a Margarida...A Margarida assume o Polo, uma mulher que traz o debate do feminismo para a organização das mulheres. Então assim, Margarida vira uma onça e ela passa a ser a principal inimiga daquele povo. E a gente começa a articular. Então, Espera Feliz, Divino, uma parte assim acompanha a Margarida e ali Miradouro, uma parte de Carangola, Fervedouro, junta com ali com Getúlio, algum povo ali... Eles se juntam, faz um bloquinho deles. E o tempo passa, esse conflito passa e vem a eleição de 2002. Na Fetaemg é eleição de dois em dois anos e também era a eleição presidencial. Eu lembro de uma fala da Tereza, lá em Eugenópolis... A Teresa já tinha saído do movimento sindical, era vereadora, ela pegou e falou assim: “nós temos eleição do Lula, temos um longo caminho para construir... Se ficar nessa cachorrada de brigaiada, que moral temos para chegar nas comunidades?”. [...] Não queriam a Elza e nem queriam a Margarida. A Zona da Mata, nesse período (Sebastião Estevão, entrevista concedida em 29 de março de 2022, em Espera Feliz-MG).

No relato da liderança a rejeição à presença de mulheres em cargos de liderança já aparece num contexto de demarcação entre dois grupos distintos. As expressões “bloquinho deles” aponta essa diferenciação e, nesse caso, indica um conjunto de lideranças masculinas que historicamente exerceram as funções de presidente da Associação Regional e de coordenador do Polo Sindical. Espera Feliz, município de militância política de Sebastião Estevão, foi um dos primeiros da região a eleger uma mulher para o cargo de presidente de sindicato. No município de Miradouro, também uma mulher, Tereza, uma das principais lideranças da região que aparece no relato, havia ocupado o cargo de presidente numa realidade em que apenas as lideranças masculinas alcançavam esse status no interior desses movimentos. A possibilidade de indicar essa resistência às mulheres, nesse caso, se relaciona com um conjunto de iniciativas de formação que ocorreram na região nos anos anteriores ao rompimento político do qual estamos tratando.

Um dos antecedentes do processo do racha foi um processo de formação política realizado em final dos anos 1990, chamado de “Formação de Formadores”, que tinha como participantes as lideranças sindicais da região. Inicialmente articulado pelo Polo Sindical e pela própria Associação Regional, a formação foi conduzida pelo CTA, a partir de uma gestão coletiva feita por um grupo de lideranças que representavam as principais organizações da região, como a Fetaemg e a Associação Regional. Para parte importante das lideranças entrevistadas, o “racha” foi também resultado dessa formação política articulada pelas organizações do movimento social à medida que trouxe elementos que possibilitaram aos participantes questionar o processo político que estava ocorrendo nas organizações sociais. Participaram dessa formação principalmente lideranças jovens indicadas pelos sindicatos.

Todos os sindicatos participaram desse processo. Foi a última coisa que nós fizemos juntos. Mas foi muito forte, porque aí as pessoas começaram a conhecer o histórico. Tinha os módulos... Teve um dos módulos que foi isso. Conversar sobre a história, no caso, conhecer o processo de articulação, o processo de organização do Polo Sindical Zona da Mata e conhecer suas organizações. E aí, foi nesse momento que os monitores, nós éramos 37 ou 40 jovens, espalhados todos aqui na Zona da Mata, nos sindicatos da Zona da Mata. [...] O processo de formação era muito mais amplo, muito mais completo do que eles pensavam. Eles achavam que ia ser um cursinho de ensinar o cara a fazer, sei lá, uma ata, organizar uma assembleia. Foi muito além disso, sabe. O pessoal, o processo nosso começou entendendo como que era a dinâmica de organização das associações, do sindicato, como funcionava, como é que eram os processos completos, prestação de contas, da visão política. Aí, aquela juventude se rebelaram (sic) [...] Isso aí deu uma

preparação para hoje, muito grande, que na verdade o processo de formação fez com que, quase todas as lideranças que participaram desse processo de formação, voltou para dentro do sindicato para tentar fazer diferente do que estava sendo colocado. [...] 70% das pessoas que participaram desse processo de formação rebelaram a própria estrutura. E aí, coincidiu nesse período, quase no final da formação, teve uma eleição da Fetaemg, para eleger o polo e indicar uma pessoa para fazer parte da direção da Fetaemg. Aí foi que nos articulamos [...] pela mudança (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Quando nós discutimos a formação, que aprovou essa formação de liderança da região, ela foi muito importante, né. E aí quando começa a fazer, aí os nossos caciques, que aí são aqueles caras mais velhos, passou por uma formação...Eles interferem dizendo “Peraí, esse pessoal está formando liderança aí para tomar o nosso poder”. Essa era a leitura, cara, não tem outra leitura. E o CTA não tem que fazer formação política de sindicalismo. Só que a formação política ela foi pensada dentro dos sindicatos, só que eles não deram conta de acompanhar o que estava sendo pensado, quando foi implantado, eles reagiram. Reagiram. E aí foi uma queda de braço, foi uma queda de braço (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Na narrativa das lideranças, portanto, o “racha” também foi resultado de um processo de rompimentos iniciado desde a formação. Fica evidente que no período em que ocorre a “formação de formadores” havia uma insatisfação em relação a processos políticos dentro das organizações sociais, nesse caso principalmente os sindicatos, o Polo, e a Associação Regional. Entre eles, a concentração de poder político em determinadas lideranças e o favorecimento dos grupos a elas ligados. Aparece, nesse sentido, o diagnóstico de um excesso de concentração de poder em torno de alguns “figurões” do movimento sindical da região, ou seja, lideranças que disputavam a hegemonia e as condições de exercício do poder político (cargos, liberações, representações em espaços políticos municipais, estaduais e federais).

As lideranças, nós, por exemplo, tivemos uma formação muito forte da CUT, quando foi entrar o movimento sindical. Mas, por um período, a formação da CUT também, ela trazia muito esse empoderamento do eu, como liderança. Isso era necessário naquele momento? Era. Mas quando chegou um determinado momento, tinha que ter quebrado esse eu, para que você, que viesse atrás, pudesse estar chegando e assumindo. E aí isso era muito... as lideranças que iniciaram sentiram... pela formação, sentiram-se dono do processo. E aí, muitos desses que foram chegando, é... foram podados, foram podados (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

A dinâmica relatada pelas lideranças remonta estratégias construídas para a manutenção de poder por um pequeno grupo que foi se consolidando ao longo dos anos como representantes políticos legítimos nas organizações sociais criadas pelo movimento. Bourdieu (2007) nos ajuda a compreender essa dinâmica chamando a atenção para mecanismos que compõe a ação política, entre eles as condições sociais, econômicas e culturais das quais se valem os agentes para diferenciar aqueles cujo poder político é legítimo e autorizado para condução da ação política. Para o autor,

A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados

de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural (BOURDIEU, 2007, p. 164).

A consolidação de um pequeno grupo político na condução das organizações sociais pesquisadas, fez-se em torno de um conjunto de homens, pequenos agricultores, a maioria com posse da terra e que haviam, no processo de formação desses movimentos, acumulado um importante capital político e cultural. A ação dos mediadores na formação dessas lideranças, a possibilidade de liberação para o exercício de cargos políticos nos primeiros anos, e as condições econômicas e sociais relacionadas, por exemplo à posse da terra e ao ser homem, implicou que um grupo consolidado conduzisse a ação política afastando dela mulheres e lideranças jovens que participavam desses movimentos. A articulação regional e sua dinâmica estava intimamente ligada a disputas entre lideranças antigas para manter seu poder, a ausência de mulheres dos cargos de direção e mecanismos que dificultaram, por muitos anos, a ascensão de lideranças jovens aos cargos políticos mais importantes. Na região da pesquisa, os fatores sociais, econômicos e culturais dos quais trata Bourdieu são peculiarmente recortados por relações familiares e comunitárias que incidem sobre a escolha dos sucessores das lideranças mais antigas desses movimentos.

Através da história onde eu participava que era a comunidade, lá o sindicato era muito forte na comunidade, porque inclusive meu pai que é o José Dias, ele foi um dos fundadores, então quem me trouxe o para o sindicato, foi o meu pai, o tio Adair lá da comunidade já tinha um trabalho com o sindicato, já tinha as escolinhas e eu comecei mesmo nas escolinhas, que era em Rosário da Limeira que tinha as escolinhas depois da missa, aí que eu comecei a participar depois disso entendeu e também da necessidade de ter mulheres no movimento. [...] Aí, daí, eu já fui retirada como delegada pra um congresso e muitas vezes a gente ia para um congresso, então meio desinformada porque já veio, mas não foi preparada para participar, né, pra cumprir uma vaga então você vinha né, dessa forma eu comecei a participar e isso eu acho que foi mais ou menos em 94 porque filiada eu sou desde 93, aí em 2000 eu já comecei a participar da diretoria, onde eu fui convidada pelo atual presidente que na época era o Rogério para participar da diretoria. [...] Vivi muitas(dificuldades), inclusive na família por exemplo, porque por exemplo, a gente vinha muito para reuniões e querendo ou não, isso as vezes não tinha recurso, o sindicato não tinha recurso, então muitas vezes eu tinha que, do pouco que a gente fazia que é que a gente tinha que vir para as reuniões né, não vou esconder que não existia a questão do machismo, as vezes da mulher não poder de sair de casa, da própria família e dentro do movimento também tinha, porque você participava, mas você não tinha mesma decisão do que os homens tinham, entendeu? Às vezes, um homem recebia uma diária e você não recebia, é muito difícil isso. Às vezes eu via muita dificuldade, porque muitas vezes eles falaram que iam pagar passagem, eu guardava as passagens muito tempo e não recebia e acabava jogando fora. Então assim, passei dificuldades financeiras nessas questões e a questão do machismo que tinha, não diretamente, mas indiretamente, porque tinha que cumprir, aí a gente vai criando os espaços também, né, e através que o tempo vai passando você vai não que cedendo, mas ocupando esses espaços, então a maior dificuldade foi na questão financeira mesmo entendeu, tanto na minha família como na do movimento também (Maria Aparecida Mendes Oliveira, entrevista concedida no dia 18 de fevereiro de 2008, em Rosário da Limeira-MG).

Além de fatores ligados às questões de gênero e à posse da terra, a condição de raça também aparece num relato de uma liderança negra como importante nesse processo de

concentração do poder político que compunha o cenário do “racha”. No trecho abaixo, o entrevistado conta sobre uma visita que recebeu, no ano de 2018, de uma antiga figura que coordenava os cursos do Mobon na Zona da Mata, João Resende.

O João Resende veio aqui em casa tomar um café comigo. Eu falei na cabeça do João, agradei, peguei os livrinhos para mostrar. Eu falei: João, sou muito grato, mas teve gente que não entendeu o que você falou. Eles foram para o movimento, eu contei para ele das coisas que estavam acontecendo em Espera Feliz hoje e ele fica emocionado. Mas eu falei, João, hoje nós tivemos que ressignificar tudo isso. Hoje a presidente do sindicato é uma mulher negra, é da minha família e é sem-terra, mas lá durante muito tempo ficou na mão só de pessoas que assumiram a luta, mas são brancos e são pessoas que não precisavam ter a preocupação que a gente tinha, de entrar numa luta e ser mandado embora da fazenda. Se ele sofresse qualquer retaliação, eles tinham a terra do pai para morar. Amauri quando ficou sem nenhuma remuneração, voltou para casa. O Nilton quando saiu do movimento sindical, voltou para o sítio dele, que é lindo e maravilhoso. O João Lima, nunca abandonou o movimento sindical, mas nunca abandonou a fazenda dele. Então assim, são poucos que conseguem fazer essa leitura. Sou eu, é Gina de Espera Feliz... São poucos que conseguem fazer essa leitura (Sebastião Estevão, entrevista concedida em 29 de março de 2022, em Espera Feliz-MG).

Ao longo da minha trajetória como militante, como assessora técnica das organizações sociais desses movimentos e, mais tarde, como consultora da política de desenvolvimento territorial, era comum ouvir entre esses atores as expressões, “quando o ‘racha’ aconteceu...”, “tudo isso por causa do ‘racha’”, “desde o ‘racha’, as coisas acontecem assim...”. Em princípio, foi fácil identificar que o “racha” dizia respeito a um rompimento, ou conjunto de disputas, que alterou as relações entre pessoas e demarcou uma certa geografia das organizações sociais da Zona da Mata como o “pessoal do lado de cá”, o “pessoal do lado de lá”.

À primeira vista, essa divisão se apresentava de forma simplista como se o “racha” fosse definido por uma demarcação geográfica entre grupos de um lado e de outro da Serra do Brigadeiro. Nos espaços de participação política que se constituíram no início dos anos 2000, em torno da política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, era comum ouvir as referências ao “pessoal de cima” e ao “pessoal de baixo” da Serra⁷⁰. Num dos documentos produzidos pelos atores como parte das exigências para o acesso à política definida no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2003) é mencionada essa divisão e reforçada essa dualidade entre municípios de um lado e de outro da Serra. Nesse documento, essa dualidade é também caracterizada pelos tipos de produção agrícola com a predominância do café nos municípios “de cima” e a predominância do gado e das lavouras brancas nos municípios “de baixo”. Existe, de fato, como já apontado, dois conjuntos distintos de características entre esses municípios relacionadas à altitude e características do clima e do solo. Entretanto, pode-se perceber que também essa distinção foi acentuada após os rompimentos ocorridos com o “racha”. Embora os espaços de participação social constituídos na região em torno da política de desenvolvimento territorial, a partir do ano de 2003, já representassem outro contexto político, como trataremos no capítulo seguinte, é neles que essas demarcações puderam ser facilmente percebidas e performadas por esses atores sociais, principalmente porque neles estava ocorrendo, nos anos seguintes ao “racha”, um novo

⁷⁰ A política de desenvolvimento territorial do MDA chegou nessa região com a constituição do Território da Serra do Brigadeiro, formado pelos municípios de Muriaé, Rosário da Limeira, Miradouro, Fervedouro, Araponga, Ervália, Divino, Sericita e Pedra Bonita. No próximo capítulo, trataremos com detalhes a chegada da política e alguns aspectos do seu processo de implementação nessa região.

encontro desses atores e organizações sociais em torno do Território e seus espaços de participação social.

A simplicidade com que a dualidade gerada pelo “racha” era tratada nesses espaços escondia, entretanto, um conjunto de características, detalhes, disputas, conflitos internos a esses movimentos que passavam ao largo de uma relação direta com uma certa geografia do lugar. O “racha”, seus antecedentes, seu processo de construção e seus resultados refletem um conjunto complexo de dinâmicas, rivalidades e disputas entre as lideranças políticas da agricultura familiar e de suas organizações. Parte importante dessas rivalidades ocorreram nos níveis pessoais desses processos organizativos cuja compreensão extrapola as demarcações do conflito produzidas no senso comum e reproduzidas de forma, muitas vezes, simplista nos espaços desses movimentos.

No processo de pesquisa, quando foi iniciada uma investigação sobre o “racha”, era comum, nas primeiras conversas informais com as lideranças, ouvir respostas que caracterizavam o racha como um “racha sindical”. Contudo, buscar a compreensão analítica desse processo de rompimento a partir da rivalidade entre correntes sindicais poderia reduzir a sua complexidade. Com a pesquisa, foi possível compreender que o “racha” não se tratou de um rompimento institucional baseado em estruturas ou correntes sindicais, mas de disputas entre lideranças pela hegemonia em torno da condução desses movimentos, cujo processo incluiu conflitos internos entre lideranças, rompimento de laços de confiança, processos de perda de reputação, disputas por cargos políticos. Essa compreensão lança luz sobre a importância das relações nas dinâmicas políticas e sobre o modo como os rompimentos individuais levam ao reposicionamento institucional das organizações no campo político.

A Associação foi constituída, em grande medida, enquanto um projeto das lideranças sindicais da Zona da Mata mineira que viram na sua fundação uma possibilidade de aumentar seu poder e sua autonomia política orientados pela afirmação de pautas produtivas, pela criação de estratégias de comercialização coletiva e pelo acesso a recursos públicos. A sua formalização se constituiu como o caminho de fortalecimento do movimento sindical em direção às políticas de organização produtiva e permitiu ao conjunto de lideranças sindicais ocupar a cena pública em níveis políticos mais elevados, projetando a região nos cenários políticos estadual e nacional. Essa projeção, entretanto, não se fez sem o surgimento e a acentuação de disputas e conflitos políticos.

A formalização e burocratização dos processos políticos ocorridos a partir da criação da Associação Regional são chave analítica para compreender as relações dessas lideranças no campo político no qual estão inseridos e podem levar à compreensão de processo de disputa pelo poder dentro da rede de movimentos sociais que havia se constituído entre as lideranças da agricultura familiar desde o início da década de 1980. A Associação concentrou recursos financeiros e políticos e, ao mesmo tempo, canalizou o trabalho das lideranças, principalmente, durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Todo esse investimento implicou numa concentração de poder não apenas na organização em si, no que ela representava no campo político da agricultura familiar na Zona da Mata, mas também levou a uma concentração de poder político nos seus porta-vozes, nas lideranças que ocuparam seus cargos de direção ao longo do seu processo de constituição e funcionamento, estruturando as disputas políticas que geraram o “racha”.

Os conflitos surgidos estão relacionados às disputas pelo poder dentro da rede de movimentos, haja visto que as disputas com a Fetaemg e com outras organizações regionais compõem o processo que reconfigurou o lugar da Associação Regional no campo político da agricultura familiar na Zona da Mata.

Era uma demanda [a comercialização]. Aí era muito forte, sabe... que envolvia um monte de gente, de assessoria. Então, era um trabalho... Foi pensado um

trabalho muito grande. Só que naquele período a comercialização ainda não era... [...] As lideranças que pensaram isso, não tinha discutido nas bases, nos grupos de produção, não era a realidade presente. Aí as pessoas foram ver que... Pensava em discutir para a exportação, mandar produto para o Rio de Janeiro, para um espaço que tinha lá em Belo Horizonte, Casa da Roça, que o governo Patrus criou um espaço lá que ia ser bancado pelos produtos da agricultura familiar que é ligado ao movimento sindical. Mas aí foi uma grande frustração, porque a gente não conseguia sustentar nem o espaço. [...] A gente não tinha produto para colocar nos espaços. Aí foi uma frustração muito grande. Que aí deu um monte de problema, a gente tinha gastado uma estrutura muito grande, de carro, de dinheiro, de...[...] Não tinha produto porque, a comercialização ficou no campo das lideranças e você sabe, liderança quando começa a ser liberado ele vai na roça produzir? Não vai. Aí se tivesse feito a discussão nos espaços organizados, nos espaços produtivos, que aí você conseguia sustentar. Pegava produto aqui em Divino, para concentrar lá em Muriaé, para em Muriaé, sair para o Rio de Janeiro, sair para Belo Horizonte. Aí você imagina os custos disso. [...] Porque o comércio é diferente da dinâmica que o povo todo tem. Ele colhe lá, e armazena para ele. Se acabou, ele começa a comprar. O negócio é, se você quer entrar em um nicho de mercado, você tem que estar organizado. E organizado mesmo, de estratégia. É mensal, é quinzenal. Tem que ter produto. Nós tínhamos que ter feito uma discussão muito forte com os agricultores da base para ver se realmente eles encaravam isso aí. [...] Para organizar. Começamos ao contrário, começamos lá em cima e voltamos. E aí começou recurso de subvenção, projeto, muito recurso. Aí as experiências já foram uns três, quatro, cinco anos, no máximo. Foi uma frustração, que aí depois teve um monte de problemas. Uma humilhação terrível. [...] Aí os processos, de prestação de contas, para fazer a prestação de contas... Aí para prestar contas? Mas isso foi um desgaste muito grande entre as lideranças. Porque as pessoas viram que os recursos foram muito mal [...]. Mal gastos. O desgaste político foi muito maior... O desgaste político dessa articulação que saiu da Associação Regional, foi o desgaste que deu... foi fruto disso o desgaste que deu no movimento sindical, depois... O racha. Que aí essa base sindical era tão forte junto, mas foram criando as coisas, criando as coisas e com lucro muito pequeno, muito pequeno. Na época a figura que estava coordenando o movimento, o Polo Regional [...] e o presidente da Associação Regional estava junto e revezava e ficou muito tempo assim. Aí isso deu um desgaste tão grande, tão grande...[...]. Coordenar. Esse é o grande... sabe? É aquele negócio...mineiro e mineiro da Zona da Mata, assim... Ele está mordido, ele está mordido, ele está mordido... Não tem coragem de falar. Até fala... lá nos bastidores. Mas, por exemplo, problemas tinha (*sic*) vários. Você já ouviu falar isso? Porque se ele é seu amigo, mas ele está vendo que você está fazendo umas coisas assim... que é largado, que acha que... para ele para não perder a sua amizade, prefere ficar calado. E é o que as pessoas fizeram com o Zé Maria, com outras figuras muito tempo, com Derly, com Antônio Maria, mais antiga. Foi isso (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

As narrativas apontam questões importantes que revelam diferentes causas dos conflitos e diferentes dimensões do “racha” político. Uma delas está relacionada aos desgastes políticos gerados pelos problemas de gestão, na condução dos processos administrativos decorrentes da operacionalização de recursos públicos e nas ações de organização da produção e

comercialização dos produtos dos agricultores. Nesses relatos aparece a expressão “dar um passo maior que as pernas” para se referir ao trabalho que a Associação Regional se propôs a fazer e a ideia de um certo trabalho que “deveria ter sido feito” a partir dos compromissos assumidos em relação a outros mediadores políticos, como deputados e gestores públicos, e quanto aos próprios agricultores. Uma das questões apontadas se refere à falta de diálogo e articulação com os próprios agricultores que compunham a base social dos sindicatos e da Associação Regional. Esses problemas de gestão implicaram em desgaste das lideranças nos diferentes espaços políticos e em brigas internas.

A dificuldade para lidar com recursos coletivos aparece de forma recorrente nos relatos, reconhecendo ter havido desafios nesse sentido. A relação entre essa falta de organização na execução de recursos públicos e os desgastes políticos por ela causados se apresenta como um dos problemas relacionados aos processos de institucionalização que ocorreram no âmbito dos movimentos sociais à medida em que expõem certas fragilidades das lideranças e do papel das organizações criadas pelos movimentos. A equação entre capacidade de gestão organizacional e capacidade de mobilização se configura como um dos dilemas das lideranças sociais desses movimentos que, muitas vezes, enfrentam dificuldades para executar recursos públicos e gerir ações de políticas públicas incorrendo em desgastes políticos e enfraquecimento dos movimentos, de sua coesão política e sua capacidade de mobilização. No nível das lideranças, esses problemas de gestão implicaram em perda de confiança e de autoridade, desgaste político tanto entre os agricultores como entre os mediadores, que eram muitas vezes atores do poder público que contribuíram para liberação desses recursos ou para mediar a execução de ações públicas por organizações de movimentos sociais.

Na verdade, o que fez dar o desgaste foi essa articulação mal sucedida, essa... a ousadia que a Associação Regional tentou, e aí assim, os processos, não eram os processos muito transparentes, que deram os desgastes e que aí levou a disputa (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

No caso da Associação Regional é preciso relacionar o exercício do papel da organização em processos de organização produtiva e comercialização que implicam em extrapolar um papel no campo político e entrar no campo dos mercados, com desafios relacionados a gestão de recursos, processos documentais, prestação de contas, organização gerencial. Essas questões se apresentam como um conjunto de novas ações a serem exercidas pelas lideranças políticas cujo papel inicialmente esteve vinculado a uma capacidade de falar em público, com uma capacidade de mobilização e articulação política que se mostram, em alguns casos, insuficientes à medida que essas lideranças passam a ocupar cargos dentro de organizações com importante papel econômico, como associações e cooperativas, em que são exigidas habilidades com certas funções como organizar a produção dos/as agricultores/as, pensar e garantir o funcionamento de estratégias de comercialização de produtos etc.

Outra causa repetidamente apontada pelas lideranças, aquelas que não hesitam ao tratar do assunto, é a excessiva concentração de poder em determinadas lideranças do movimento gerando desgaste e deflagrando disputas acirradas por postos e cargos dentro das organizações sociais. A disputa por cargos dentro das organizações aparece relacionada aos salários que são pagos a determinados postos, mas também ao quanto de poder decisório que o exercício do cargo concede à liderança e sua capacidade de encaminhar definições sobre os rumos da organização e do próprio movimento.

Na década de 90, as coisas começam a dar uma consolidada, né, as associações começam a trabalhar, vem a criação de uma associação maior que é a

Associação Regional, na qual eu trabalhei nela um período, é... trabalhava a comercialização. Mas começou a aparecer já sinais de um problemão muito sério para nós que era a organização dessa produtividade dos agricultores. O CTA começa a ter dificuldade de trabalhar isso, né, os sindicatos começam também a ter um pouco de dificuldade, porque nós é... assumimos o polo da Fetaemg, que era uma coisa interessante, era uma conquista que nos trouxemos para cá, e por um período foi muito bacana a ideia, mas depois a gente começou... talvez por vaidade de uma ou duas lideranças começam a ter alguns conflitos que é... não é discutido no seio do grupo e sim por fora e isso foi minando com as resistências (Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

Mas aí você sabe que a Associação Regional, que indicava o quadro de sócios da Associação Regional, era o movimento sindical. Tipo assim, era uma liderança jovem, uma liderança que o sindicato quisesse, e uma mulher de cada município que fazia parte, compunha o quadro de sócio. E aí, no final desse processo que os projetos que a Associação trabalhava começou a não dar o resultado que se esperava, e um gasto de dinheiro muito grande, tinha umas liberações... Na época era (*sic*) forte as liberações. Porque captava muito recurso, conseguia captar muito recurso dessas instituições na Europa, até que dos governos era pouco. Mas eu lembro que tinha muitas organizações que apostavam nesse... nessa discussão interessante que tinha. Porque na verdade esse projeto nosso no papel, se a gente conseguisse ele (*sic*) na prática, era muito interessante. Porque assim, você imagina o que era discutir organização de produção, e tinha também outra bandeira de luta muito forte também, que a gente acabava captando recurso, foi no auge da chegada da crise do café, o veneno estava muito forte, então teve um movimento forte, que era em defesa da vida e do meio ambiente, que era uma... forte contra os agrotóxicos. Então tudo coisa que ajudava a captar recurso. Captou-se muito recurso pelo projeto que estava no papel, que era muito interessante, muito interessante (Paulo Sérgio Gomes, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Divino-MG).

Por exemplo, algumas estrelas nossas, eu acho que elas se empoderaram demais. Nós demos esse poder demais a elas. E faltou mecanismo de avaliação contínua, sabe? E esse mecanismo ao faltar, você não teve tempo de corrigir os erros, e aí por exemplo, você tinha três lideranças muito pesadas. Quem eram essas lideranças muito pesadas? Você tinha o Zé Maria, você tinha a Tereza e tinha o Derli de Tombos. E aí veio um negócio que se eu te falar aqui... as pessoas, teve um período que falou que eu estava totalmente equivocado. Mas o que aconteceu? Numa crise financeira, o CTA consegue sobressair com recurso vindo de fora. Então, o CTA começa a ter uma estrutura gigantesca e nós começamos a transferir a nossa formação para dentro do CTA. E aí começam os técnicos trabalhar uma formação apostando em algumas experiências isoladas de região. Por exemplo, Tombos tinha a prefeitura, tinha avançado em alguns pontos (*sic*). Ao invés de trabalhar a formação para que todos pudessem ter um entendimento, começa a destinar todo o seu potencial para dentro do município de Tombos. E aí surgem as primeiras agroindústrias, cooperativa em Tombos e isso gera um ciúme no restante da região, né e aí cria um impasse, um impasse. E essas lideranças, por elas serem muito... a gente ter feito delas uma estrela, que eu te falei, maior da companhia, elas começaram a não ouvir mais ninguém. Os novos que chegavam não tinham muito peso de impor, a não ser impor pelo racha

(Antônio Maria Fortini, entrevista concedida no dia 30 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

À medida que as organizações criadas tiveram aumentada sua legitimidade e seu capital no campo político, cresceram as disputas em torno da ingerência sobre seus processos decisórios. Desde a fundação dos primeiros sindicatos, os atores sociais em análise ampliaram sua capacidade política, construíram alianças para seu fortalecimento e passaram a ocupar papel importante num cenário político antes dominado, em grande medida, por grandes proprietários de terra que possuíam o domínio de organizações representativas, partidos e cargos públicos, além do espaço produtivo e das condições de trabalho dos agricultores.

A crescente organização política dos agricultores, a criação de sindicatos de trabalhadores/as rurais, a organização de núcleos do PT nos municípios da região, o lançamento de candidaturas, contribuiu para que houvesse um fortalecimento das organizações da agricultura familiar. Esse fortalecimento tem como um de seus resultados também um aumento das disputas internas entre as lideranças pela condução política dessas organizações. No caso da Associação Regional, a sua fundação é também resultado da capacidade desses atores sociais de construir processos organizativos e aumentarem sua voz e seu espaço no campo político, ao mesmo tempo que deflagra outros conflitos e processos internos de disputas. O processo de institucionalização política representado pela capacidade de dar corpo jurídico a uma dinâmica de organização regional desses agricultores representa o aumento de sua capacidade política, de seu poder no campo político e altera também os processos internos de decisão e disputa pelo poder dentro desses movimentos sociais.

Nos diferentes momentos da trajetória de organização política dos/as agricultores/as e da dinâmica de institucionalização da ação política é possível perceber processos de deflagração de conflitos, acirramento de disputas e rompimentos. No processo de fundação dos sindicatos, a institucionalização das ações coletivas iniciadas no nível comunitário e religioso em processos organizacionais, demarcou a chegada dos/as agricultores/as no campo político nos municípios, iniciou uma diferenciação entre famílias nas comunidades rurais e criou condições para o surgimento das primeiras lideranças políticas, gerando uma diferenciação no conjunto de lideranças comunitárias organizadas em torno das CEBs.

À medida que, num momento posterior, esse conjunto de atores sociais e lideranças já organizadas em sindicatos começam a fundar os núcleos do PT em seus municípios e a lançar candidaturas nas eleições municipais ocorre um novo processo de reorganização política marcado, então, por um novo lugar no campo político caracterizado pela disputa aos cargos eleitorais e pela construção de estratégias de disputas políticas no sistema político eleitoral e partidário. Nesse processo, surgem conflitos entre aqueles agricultores que não reconheciam na disputa eleitoral a continuidade da caminhada religiosa das CEBs, como ocorreu com a criação de sindicatos. Para alguns/mas agricultores/as, entrar para a política partidária não se encaixava na missão religiosa iniciada nas CEBs, havendo, então, rompimentos também nos níveis familiares, comunitários e municipais. Em contrapartida, o crescente papel no sistema político partidário implicou na aproximação das lideranças políticas de outros atores, como prefeitos, governadores e deputados, que passaram a compor a rede de movimentos sociais até os dias atuais. Quando, num terceiro momento do processo de institucionalização política, as lideranças da articulação sindical criam a Associação Regional, ocorre, como tratamos nesse capítulo, um reordenamento interno de papéis e disputas dentro dos próprios movimentos.

A interação dos atores dos movimentos sociais com o sistema político gera, portanto, conflitos internos e externos a esses movimentos. No caso dos movimentos sociais de agricultores/as da Zona da Mata, os conflitos internos são marcados pelo forte caráter familiar e comunitário de modo que as mudanças nos movimentos implicam em uma reordenação das famílias que apoiam, reconhecem e participam dos espaços e de suas organizações. No nível

comunitário, os processos de institucionalização ativam disputas entre comunidades e entre lideranças que as representam politicamente nos municípios e entre eles. Nesses movimentos, os processos de institucionalização acirram disputas internas por cargos e posições políticas e ativam uma reorganização das lideranças nas diferentes organizações desses movimentos sociais. No caso da região da pesquisa, principalmente sindicatos, associação e cooperativas e também as candidaturas eleitorais e a ocupação de cargos públicos. Além disso, o envolvimento das lideranças nos processos de gestão das organizações também gera desgastes e altera o jogo de poder à medida que implica em perda ou ganho de confiança e reconhecimento.

Eles endeusaram os cargos públicos. Isso foi endeusado os cargos públicos. Como se os cargos públicos fossem o céu. E aí muitas pessoas que trata de liderança, que estavam na frente. A luta até usou mesmo o povo, para ser bem sincero. Usou o povo para ocupar esses cargos. E aí, na medida que foram fazendo isso, todo mundo está correndo para esse lado. [...] As pessoas, para ocupar cargos públicos, na sua maioria, eles fazem qualquer coisa para ocupar esse cargo e na medida que faz isso, o que parece é que tudo, só concorre para esse lado. O que eu acho uma coisa inteiramente errada. [...] E a maioria dos que trataram de liderança, que foram para o movimento sindical era para sair da roça. Não era para ficar na roça, nem ajudar, não. Ele estava era correndo atrás do cargo público. Até o racha aqui, da região [...] (Nilton Lopes, Araponga, 30/01/2019).

Para fora dos movimentos sociais, os processos de institucionalização política, implicam em mudanças no seu lugar no cenário político, principalmente na capacidade de mobilizar sua própria base social e de promover pontes e diálogos entre os atores políticos. Altera ainda a relação entre os atores sociais que essas organizações representam e as instituições políticas, enquanto lugares de poder, como agências estatais, acesso à serviços e direitos, participação em espaços públicos. A criação de novas organizações, que funcionavam como arenas políticas em disputa, e remendos organizacionais vão surgindo a partir de conflitos interpessoais, falta de coesão interna, disputa de poder. Conflitos entre pessoas fazem reorganizar as organizações e mudam seus status. E fazem, principalmente, nascer novas organizações.

No próximo capítulo, trataremos do modo como as mudanças internas e externas ocorridas a partir do “racha” adquirem novos aspectos a partir do início dos anos dois mil, num novo contexto marcado por mudanças no cenário político no campo da agricultura familiar.

4 CAPÍTULO IV - O CONTEXTO E AS EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA

Neste capítulo, tratamos do surgimento das novas oportunidades de participação institucional com o início dos governos do PT, em 2003. Na primeira parte, apresentamos algumas características importantes do contexto institucional da criação de novas políticas públicas de desenvolvimento rural e de espaços institucionais de participação política. Na segunda, abordamos as experiências de participação institucional vivenciadas por esses atores diante das políticas públicas e instituições participativas e seus efeitos e implicações para os processos de organização da ação política, com ênfase na experiência de implementação da política de desenvolvimento territorial, iniciada a partir da criação do Território Serra do Brigadeiro, no ano de 2003. A homologação desse Território mobilizou um importante conjunto de atores do poder público e das organizações sociais dos municípios da pesquisa. No texto, tratamos principalmente da experiência, protagonizada pelo Colegiado Territorial, de monitoramento de projetos territoriais apoiados pela política pública. Na terceira parte, a partir do contexto apresentado, reconstituímos o histórico das demandas e estratégias que conformaram a criação de novas organizações, as mudanças geradas por esse processo e suas implicações nas relações e interações entre as organizações sociais (sindicatos, associações e cooperativas) que compõem esse movimento. Tratamos da nova dinâmica regional construída após os conflitos que implicaram no “racha” sindical, identificando as mudanças ocorridas para as lideranças políticas da região diante da chegada da Fetraf e da eleição de um candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República.

4.1 O contexto das políticas públicas e dos espaços institucionais de participação do campo político

4.1.1 A construção da agricultura familiar como categoria política e aspectos da sua adesão entre as organizações sociais pesquisadas

Nos primeiros anos de organização política da região, a mobilização e o engajamento dos agricultores se deram em torno do termo “trabalhador rural” que fora reconhecido pelo Estado e amplamente empregado pelos movimentos sociais rurais, principalmente pelo movimento sindical. Em termos legais, o termo trabalhador rural abrangia um conjunto amplo de categorias sociais do campo brasileiro e estava ligado, principalmente, ao assalariamento rural e à luta destes segmentos por direitos sociais e políticos, como o direito à organização em sindicatos e o acesso à previdência social e à saúde pública. Quando da fundação dos primeiros sindicatos, principalmente nos municípios de Muriaé, Miradouro, Eugenópolis, Visconde do Rio Branco, os principais mediadores organizados em torno da CUT, da CPT e as lideranças das CEBs e do Mobon utilizavam amplamente o termo e mobilizaram um reconhecimento e um engajamento em torno dele, o que, naquele momento, implicava no reconhecimento do agricultor/a e do/a assalariado/a rural enquanto portadores de direitos.

Junto à crescente identificação com o termo trabalhador rural aconteceu também uma mobilização de categorias de identidade relacionadas à condição social dos agricultores/as da região como “pobre” e “explorado/a”. No processo de organização política, isto está relacionado ao trabalho político das CEBs que, como antes apresentado, implicou no desvelamento de processos de exploração econômica e ausência de direitos nos quais estavam inseridos os atores sociais que se mobilizaram no início dos anos 1980.

No sindicalismo rural brasileiro e também na região da pesquisa, até esse período era comum que um mesmo sindicato representasse assalariados rurais, parceiros/as, meeiros/as e pequenos/as produtores/as. Entretanto, com o crescente espaço político adquirido pelos/as pequenos/as produtores/as, principalmente mobilizados a partir da categoria agricultura familiar, estes grupos sociais ganharam espaço cada vez mais na estrutura oficial de representação política dos sindicatos e na rede de movimentos sociais da região, colocando-se como desafio compreender quais as repercussões dessas mudanças na ação política desses sindicatos e quais grupos sociais eram representados em suas bandeiras de luta e ações.

A diversidade de grupos sociais que caracterizou o início da organização política da Zona da Mata, com a mistura de assalariados rurais, moradores de fazenda e pequenos proprietários de terra, não esconde o fato de que estes últimos tinham majoritariamente ocupado os cargos de direção nessas organizações, como ocorreu com os principais sindicatos pesquisados. Destaca-se, portanto, o crescente domínio político que os agricultores proprietários de terra assumiram na condução dos sindicatos da Zona da Mata, implicando a crescente priorização também de suas demandas e pautas. Esse processo foi realçado com a institucionalização e reconhecimento político da categoria agricultura familiar e as políticas públicas criadas para atender esse grupo social, a partir dos anos 1990.

O conjunto de sindicatos organizados em torno da Articulação Sindical da Zona da Mata compunha uma “oposição sindical” em relação à estrutura oficial do sindicalismo que, em Minas Gerais, era representada, em nível estadual, pela Fetaemg, como tratamos no capítulo anterior. A aproximação desses sindicatos com a CUT e sua organização em torno da criação do CTA, que se tornou uma das principais organizações não-governamentais ligadas aos movimentos na região nesse período, contribuiu para a mobilização de pautas e temas relacionados à agricultura familiar, como organização produtiva, produção de alimentos, crédito agrícola, comercialização e agroecologia, semelhantes àqueles que eram mobilizados sob o protagonismo das organizações sindicais do sul do país, que é de onde vinham as principais lideranças da CUT, que ocupou um papel central na adoção da categoria (PICOLOTTO, 2011).

A compreensão da adesão e do engajamento em torno do termo também envolve a análise do conjunto político-institucional organizado em torno desses atores sociais e da dinâmica de suas redes. No caso da agricultura familiar, a compreensão da sua construção social e política e seu reconhecimento institucional por meio do Estado implica na consideração de um conjunto de instituições que incidem sobre o meio rural. A própria construção da categoria é resultado da ação conjunta de uma série de organizações e movimentos sociais e indica que uma análise a esse respeito deve considerar essa mesma complexidade social e institucional. Em nível local, apenas a filiação de um sindicato à Fetraf ou mesmo o acesso a determinada política pública, para o qual um estatuto atendendo à nova nomenclatura pudesse ter sido exigido, não significava ter havido um engajamento dos agricultores ou de suas lideranças em torno da categoria. É preciso analisar como os atores sociais operam essa categoria no conjunto de experiências construídas a partir dos movimentos e organizações sociais e como essa adesão, (ou não adesão), implicou em alterações para esses movimentos, suas lideranças e sua base social.

Em âmbito nacional, o crescente reconhecimento do termo agricultor familiar marca uma disputa desses atores por políticas públicas e participação nos processos decisórios no campo político. A construção social da categoria é resultado de um processo intenso de mediação política das organizações de representação desse segmento, o qual foi intensificado principalmente a partir da filiação da Contag à CUT, em meados dos anos 1990 (PICOLOTTO, 2014; MEDEIROS; PICOLOTTO, 2017). Nesse período, foram feitos investimentos significativos em estudos e pesquisas que contribuíram para a delimitação da categoria e para seu reconhecimento institucional por meio da criação de políticas públicas e de leis específicas.

Considerando a grande diversidade de atores em disputa por representação, como ribeirinhos, assentados da reforma agrária, assalariados rurais, povos e comunidades tradicionais, a categoria agricultura familiar uniu atores, pautas e temas de reivindicação (MEDEIROS, 2021). Seu processo de reconhecimento remete a esforços pela organização de uma atuação conjunta entre atores com significativas diferenças no campo político e contribuiu para que a agricultura familiar se estabelecesse, em grande medida, como categoria relevante no diálogo institucional com o Estado (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A sua emergência, após um longo processo de construção política e luta por reconhecimento, contribuiu, entre outras coisas, para garantir seu lugar na luta política na sociedade brasileira.

O reconhecimento institucional e o engajamento dos atores sociais em torno da categoria agricultura familiar em nível local, em grande medida, está relacionado a um conjunto de fatores que dizem respeito às características dos modos de vida dos agricultores com os quais os sindicatos atuam e, ao mesmo tempo, aos grupos que conduzem o seu processo organizacional. Nos municípios pesquisados, desde os anos 1980, consolidaram-se como lideranças condutoras dessas organizações os agricultores que possuíam pequenas propriedades, certa autonomia nos processos organizativos de plantio e produção e tempo livre para se ausentar da propriedade e participar dos espaços políticos que foram sendo criados na região, fatores que são, de acordo com Bourdieu, determinantes para o exercício da ação política (BOURDIEU, 2007). A ação sindical em cada município era conduzida de acordo com o grupo político que compunha a diretoria sindical, como ocorreu e ainda ocorre em parte significativa dos sindicatos formados na região da pesquisa e no conjunto das organizações sindicais nos níveis regional, estadual e federal.

Os sindicatos e organizações estudados atuam ou atuaram na implementação de políticas públicas cuja constituição se relaciona com a conformação da agricultura familiar como categoria política. No início dos anos 2000, parte significativa dos sindicatos da Zona da Mata mineira mudaram sua nomenclatura passando a incluir os termos agricultor e agricultora familiar para designar as categorias que compunham sua base de atuação para garantir legitimidade na representação política desses grupos e atender, em alguma medida, às exigências legais de um conjunto de políticas públicas voltadas para esse público. As políticas públicas e as relações estabelecidas a partir de sua chegada, interferiram na construção social do termo em nível local, implicando em sua adesão ou rejeição e dinamizando o debate a esse respeito. Tais políticas funcionaram como instrumentos de ordenamento simbólico e social a respeito do mundo desses atores, como propõe Bourdieu (2007). Os distintos processos de constituição das diferentes categorias sociais presentes no meio rural brasileiro enquanto atores políticos compõem a luta política dos movimentos sociais, enquanto luta pelo poder de representação do mundo social. Tais atores estão em constante disputa pelo seu reconhecimento no processo de construção política de sua base social e, principalmente, junto ao Estado.

No caso da agricultura familiar, essa dimensão simbólica ocorre em grande medida a partir da relação com o Estado, que reconhece, legitima e dirige políticas públicas específicas para os grupos sociais incluídos na categoria. A atuação das organizações sindicais na implementação de políticas públicas compõe, portanto, a luta política dos atores sociais por reconhecimento e direitos e remete às reivindicações por participação social e ação pública que adquiriram centralidade no campo político nas últimas décadas.

Tais políticas e suas normativas contribuíram para que o termo se assentasse entre os atores sociais e passasse a designá-los, alterando os processos de construção de identidade. A adesão ao termo também encontra caminhos de compreensão na dinâmica dessas organizações e nas pautas que ganharam prioridade na sua trajetória ao longo dos anos. Entre os anos 2005 e 2007, a partir de trabalhos de assessoria desenvolvidos junto aos sindicatos e organizações de apoio da região da pesquisa, foi possível acompanhar a mobilização promovida pelas lideranças

em torno da realização de alterações dos estatutos sindicais para a inclusão do termo agricultura familiar na sua nomenclatura e documentos oficiais.

Naquele momento, algumas das motivações em torno dessas mudanças estavam relacionadas à criação da Fetraf-Brasil e sua chegada recente na Zona da Mata, por meio de algumas lideranças do movimento de agricultura alternativa, e também às disputas que se estabeleceram em torno da representação política dos agricultores familiares em decorrência do “racha” ocorrido na região, e a um conjunto de políticas públicas que, em suas normativas, apontava como beneficiários os agricultores familiares e suas organizações.

Entre os anos de 2007 e 2016, durante o trabalho desenvolvido como consultora do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e acompanhando o cotidiano da implementação dessa e de outras políticas geridas pelo MDA, pude identificar que o estatuto das organizações sociais de representação política da agricultura familiar, incluindo os sindicatos, era constantemente solicitado para comprovação de atuação com o seu “público beneficiário”, condicionando o acesso aos recursos disponíveis e a participação em espaços institucionais a essa comprovação. Essa dinâmica esteve amplamente relacionada com a criação dos CMDRS, desde 1996, e com a implementação do Pronaf, como mostraremos mais adiante.

Outro fator importante relacionado à compreensão da dinâmica desses sindicatos e, conseqüentemente, da relação estabelecida com a categoria política agricultura familiar são os diferentes mediadores envolvidos na sua rede de atuação, como as organizações não governamentais, como o CTA. Na Zona da Mata Mineira, a legitimação do termo agricultura familiar entre os movimentos sociais e o reconhecimento das lideranças enquanto agricultores também estão relacionados com o crescente alcance da pauta da organização produtiva e inserção em mercados. Na trajetória desses movimentos, estes temas estiveram fortemente vinculados com a fundação e o trabalho realizado pelo CTA-ZM, que teve grande influência na adesão ao termo agricultura familiar, com a apresentação do uso da linguagem institucional das políticas públicas federais e dos órgãos internacionais de financiamento do campo das tecnologias alternativas (CINTRÃO, 1996; SILVA, 2010). A partir de meados dos anos 1990, o termo já era amplamente utilizado não apenas nos documentos do Pronaf, mas também em editais de projetos que diziam respeito à organização produtiva e sustentabilidade ambiental, os quais compunham alguns dos principais campos de ação do CTA junto aos sindicatos da região. Já nesse período, com o processo de criação da Associação Regional e o destaque da temática da organização produtiva e comercialização, a agricultura familiar cresceu enquanto categoria política e grupo social reconhecido institucionalmente como prioritário.

Essa adesão não ocorreu sem alguns conflitos, entretanto. Em determinados espaços políticos na região, a CPT defendia o uso do termo camponês para designar grupos sociais com os quais atuava (e que, nos municípios da pesquisa, eram os mesmos que compunham a base social dos sindicatos). Em temas como a educação do campo, por exemplo, foi possível observar conflitos quanto à forma de designar os atores sociais da região da pesquisa⁷¹. Essa disputa representa a diversidade dos grupos sociais do campo brasileiro e, também, a diversidade de mediadores sociais que compunham a disputa para designar tais grupos e ocupar espaço na arena pública e na agenda política da sociedade e do Estado brasileiro. Com reivindicações diferentes em torno das características desses grupos e de suas demandas, esses mediadores estavam, na maior parte das vezes, nos mesmos espaços de discussão política.

⁷¹ No ano de 2005, participei como jovem rural, de um seminário sobre educação do campo em Minas Gerais. Na ocasião, representantes de diferentes organizações sociais, como a CPT, o MST e a Fetaemg protagonizaram calorosos debates sobre o termo que deveria ser utilizado para se referir aos agricultores presentes no seminário. A disputa ocorria principalmente para que fosse definido o modo de nomeação dos atores sociais envolvidos na temática da educação do campo.

Em nível nacional como também nos movimentos sociais rurais da Zona da Mata, a adesão e engajamento em torno do termo também esteve relacionada a uma crescente exclusão dos assalariados rurais das organizações de representação política. Para parte importante dos assalariados e moradores de fazenda, o processo crescente de institucionalização da agricultura familiar, significou um esvaziamento de suas bandeiras de luta dentro dessas organizações. No caso da Zona da Mata, uma importante questão é a luta pela terra, que ficou restrita a poucos sindicatos e sempre esteve em baixa posição nas pautas das organizações sociais da região. Mesmo nos principais sindicatos em que essa luta ocorreu, como no caso de Araponga e Espera Feliz, ela esteve fortemente ligada a iniciativas comunitárias e familiares, com participação pontual do coletivo de sindicatos da região. Nos municípios pesquisados, após a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), as ações relacionadas ao acesso à terra ficaram restritas à promoção do acesso a essa política pública, com poucas iniciativas de mobilizações mais amplas⁷².

A crescente adesão às pautas e lutas organizadas em torno da produção e comercialização e de promoção do acesso às políticas públicas voltadas à pequena agricultura foram, na luta dos sindicatos, associações e cooperativas na região, aliadas às pautas dos direitos previdenciários sendo reforçada também pelo crescimento da pauta de acesso ao crédito junto ao surgimento das cooperativas de crédito. Nesse processo, assalariados/as rurais e moradores/as de fazenda que não puderam ser enquadrados na categoria agricultor/a familiar se tornaram os “sem DAP⁷³” e tiveram alterados seus lugares no processo de organização política na região num contexto em que, em nível nacional, a categoria agricultura familiar ganhou institucionalidade e prioridade política nas pautas do governo federal, com a criação do Pronaf, do MDA, e outras políticas públicas, como trataremos em seguida.

⁷² Em Minas Gerais, a primeira ocupação de terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocorreu em fevereiro de 1988, no município de Novo Cruzeiro-MG, região do Vale do Jequitinhonha. Na região da Zona da Mata, as primeiras ocupações realizadas pelo MST ocorreram bem mais tarde. A primeira ocorreu em junho de 2005, no município de Visconde do Rio Branco-MG, nas terras de uma antiga usina, e é reconhecida pelas lideranças do movimento como uma ocupação simbólica, tendo em vista que a fazenda já havia sido desapropriada pelo governo federal, em maio de 2004. Após quatro meses da ocupação, foi oficializada a criação de um projeto de assentamento (Portaria Nº 110, de 11 de outubro de 2005), nomeado de Olga Benário (TEIXEIRA, 2012). Em maio de 2006, ocorreu a segunda ocupação pelo MST na região, no município de Santana dos Cataguases-MG. A ocupação, que ficou conhecida como Francisco Julião, foi marcada por muitos conflitos. As famílias foram despejadas após quatro anos de acampamento. Em março de 2010, o movimento fez outra ocupação na Zona da Mata. Desta vez, a ocupação foi no município de Goianá e contou com a participação de aproximadamente trezentas famílias de trabalhadores/as sem-terra e com o apoio de estudantes das Universidades Federais de Viçosa (UFV) e Juiz de Fora (UFJF). Após a ocorrência de uma ordem despejo das terras, as famílias ficaram acampadas nas margens da rodovia por dois anos, até que, em setembro de 2013, fizeram nova ocupação. Após mais dez anos de acampamento, a área foi desapropriada para fins de reforma agrária, regularizando, então, o chamado Assentamento Denis Gonçalves. Em 2017, o MST fez uma nova ocupação na região, no município de Antônio Carlos, entretanto, as famílias do acampamento, batizado de Gabriel Pimenta, receberam ordem de despejo e o deixaram em dezembro de 2018. Portanto, atualmente, existem dois assentamentos organizados pelo MST na Zona da Mata (Olga Benário e Denis Gonçalves), o que a configura como a região do estado que possui o menor número de assentamentos.

⁷³ DAP é a sigla utilizada para o documento de Declaração de Aptidão ao Pronaf. Ao longo das últimas décadas, a posse da DAP pelos agricultores/as foi condição para o acesso a importantes políticas públicas de desenvolvimento rural. Em boa parte dos municípios brasileiros, a emissão da DAP ficava à cargo dos órgãos públicos de extensão rural e dos sindicatos de trabalhadores/as rurais e da agricultura familiar. Embora em 2017, após a extinção do MDA, o governo federal tenha criado, por meio do Decreto Nº 9.064/2017, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), uma espécie de cadastro geral para os agricultores e agricultoras familiares, ainda na ocasião da elaboração do presente texto a DAP continua sendo o principal documento de identificação dos agricultores e agricultoras familiares para o acesso a políticas públicas federais.

4.1.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural

Décadas após o processo de redemocratização e a intensa luta de diferentes grupos sociais do meio rural brasileiro por reconhecimento e direitos, um novo conjunto de políticas públicas foi criado para atender suas demandas trazendo uma série de inovações, como a realização de diagnósticos participativos, a elaboração de planos de desenvolvimento e a instalação de espaços públicos de participação social. Essas políticas tiveram forte influência da discussão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento e os limites de um viés economicista que privilegia o crescimento econômico⁷⁴. Nesse contexto, a agricultura familiar passou a se reivindicar como parte do rol de agentes portadores da capacidade de promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.⁷⁵ Parte importante das políticas de desenvolvimento rural têm a agricultura familiar como principal categoria beneficiária agregando, a partir de especificidades sociais e regionais, as demais categorias, como assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Para Schneider (2010), as políticas para a agricultura familiar, como o Pronaf, a política de desenvolvimento territorial, a política de promoção de acesso a mercados institucionais, representada principalmente pelo PAA e o PNAE, possuem significativa influência de estudiosos, acadêmicos, mediadores políticos e *policy makers* e são resultado de transformações que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos sobre o rural. As mudanças na sociedade civil dizem respeito principalmente ao surgimento de uma atuação mais propositiva em contraposição à postura contestatória que marcou os anos 1980. O autor afirma que

[...] várias organizações da sociedade civil ganharam diversidade e espessura, podendo-se citar como exemplos as organizações não-governamentais (ONGs), as associações, as cooperativas, entre outras. De uma maneira geral, pode-se dizer que a sociedade civil readquiriu e ampliou a diversidade de formas de expressão de sua complexidade política o que, sem surpresa, acaba estimulando conflitos e disputas, e às vezes revelando suas contradições (SCHNEIDER, 2010, p. 514)

Ao mesmo tempo, o Estado exerceu papel marcante na emergência da discussão sobre desenvolvimento rural a partir da ampliação da sua atuação em áreas específicas como segurança alimentar, populações tradicionais, ações de desenvolvimento territorial e na legitimação da agricultura familiar como categoria política, principalmente por meio da criação do Pronaf, da instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com uma secretaria dedicada ao tema, e da regulamentação, em 2006, da Política Nacional de Agricultura Familiar.

A construção de políticas públicas para o rural e a institucionalização de um lugar para a agricultura familiar entre os órgãos de governo esteve presente na pauta de luta dos movimentos sociais de forma prioritária nas décadas anteriores, de modo especial, os movimentos ligados ao sindicalismo rural, cuja confederação, a Contag, se destacava como ator político importante no cenário nacional. A própria criação do MDA, enquanto um lugar institucional de formulação e gestão dessas políticas, é resultado de um conjunto de

⁷⁴ A adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma importante discussão iniciada em organismos internacionais, estimulou questionamentos importantes em relação aos altos níveis de pobreza e desigualdade ainda presentes e aos mecanismos excludentes e intensificadores de processos de desigualdade presentes nas políticas públicas.

⁷⁵ O crescente uso do termo desenvolvimento rural em detrimento de desenvolvimento agrícola é resultado desse processo e traz, em grande medida, aspectos de uma pluralização da ideia de desenvolvimento e consequentemente dos agentes envolvidos na sua promoção (FAVARETO, 2007)

reivindicações desses movimentos, os quais tiveram o Estado como interlocutor privilegiado na luta pelo atendimento público de seus demandas e interesses (GRISA, SCHNEIDER, 2015).

Cortes e Silva, destacam que

A nova geração de políticas públicas representa em alguma medida a capacidade dos atores sociais, representantes da agricultura familiar, de interferirem na ação do Estado, pressionando por ações governamentais que atendam suas reais demandas e possuam instrumentos de participação da sociedade. As políticas públicas, como Pronaf, foram elaboradas e têm sido implementadas a partir da capacidade de os movimentos sociais rurais interferirem na dinâmica de funcionamento do Estado, na dinâmica da gestão pública. É preciso compreender as estratégias e ações, e as relações de poder, desses processos também a partir do local (CORTES; SILVA, 2010, p. 427).

O Pronaf inaugurou, portanto, uma geração de políticas públicas cuja formulação e implementação contou com uma participação ativa e uma relevante pressão social dos diferentes movimentos sociais rurais. Criado em 1996, cerca de dez anos após o início do processo de redemocratização política do país, o Programa se constituiu como resultado de um conjunto de reivindicações de movimentos e organizações ligados aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares⁷⁶.

A presença do movimento sindical rural nos processos de elaboração e criação da política pública em nível nacional, no caso do Pronaf, e a intensa capilaridade dos sindicatos possibilitou a essas organizações lugar de destaque nas etapas de execução do Programa também em nível local. Nas ações de execução da política, os sindicatos foram uma das principais organizações responsáveis pela emissão da DAP, cuja posse condiciona o acesso às linhas de crédito individuais do programa. Em diversos municípios, o sindicato, além dos órgãos oficiais da assistência técnica e extensão rural, atuava na mediação entre o beneficiário e o agente executor do crédito, interferindo diretamente no acesso à política pública.

Outra característica importante do Programa diz respeito à linha de financiamento de infraestruturas coletivas, o Pronaf Infraestrutura, cuja implementação foi atrelada (e em parte condicionada) à criação de CMDRs⁷⁷. Estes constituíram, a partir de final dos anos 1990, importantes espaços institucionais de participação ligados às políticas públicas de desenvolvimento rural em âmbito local. Do amplo e diversificado conjunto de categorias sociais do meio rural brasileiro se sobressaíram na formação dos conselhos nos inúmeros municípios aquelas dotadas de organizações de representação, corroborando o diagnóstico sobre o importante papel que o movimento sindical exerceu, ao longo dos anos, na dinâmica dos conselhos e na implementação dessa política.

No caso do Pronaf, especificamente das ações voltadas para infraestrutura coletiva, o envolvimento das organizações de representação dos agricultores familiares ocorreu tanto em espaços de participação social, como os conselhos, quanto na execução de recursos públicos. A partir desse período até a extinção do MDA, em 2016, o governo federal passou a direcionar parte específica dos recursos do Programa para a execução e gestão das organizações sociais.

⁷⁶ A realização pela Contag do Grito da Terra Brasil se destaca como uma das principais manifestações que gerou possibilidades de reivindicação e negociação junto ao Estado, criando condições para a construção de políticas públicas como o Pronaf.

⁷⁷ O Pronaf Infraestrutura, do qual trataremos com mais detalhes adiante no texto, era uma linha de financiamento coletivo do Pronaf, cujos recursos eram destinados às prefeituras municipais. Era gerido pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. A partir de 2003, a linha de crédito Infraestrutura e Serviços do Pronaf, o Proinf, passou a ser gerido no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento Sustentável de Territórios Rurais, Pronat, e a gestão social da aplicação dos seus recursos ficou a cargo do Colegiados Territoriais, espaços de participação social supra municipais.

Tais organizações foram executoras diretas de projetos direcionados a uma grande diversidade de ações, principalmente capacitação, mobilização e formação de agricultores familiares em temas como cooperativismo, organização produtiva, assistência técnica, agroecologia e educação do campo. Parte desses recursos foi, portanto, gerido pelas próprias associações, cooperativas e sindicatos de agricultores e agricultoras familiares, o que significa, em alguma medida, o surgimento de um conjunto de novas práticas e relações, novas disputas e conflitos, gerados a partir desse novo lugar ocupado pelas organizações sociais no processo de gestão das políticas públicas.

No Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, criado em 2003, a partir das reivindicações em torno de oportunidades institucionais de comercialização de produtos da agricultura familiar, a atuação das organizações sociais foi imprescindível na execução das ações, como destacam Silva e Schmitt (2012). Cabia às organizações elaborar projetos para acessar recursos, cadastrar os agricultores aptos a realizarem a entrega (venda) de produtos, gerir a coleta e a entrega desses produtos para as entidades beneficiárias da política. Os autores ressaltam que atuar na execução do Programa implicou numa série de mudanças nessas organizações e as inseriu em uma nova posição no campo político da agricultura familiar em nível local, o que também foi possível identificar nas organizações pesquisadas.

Essas políticas públicas, suas proposições e inovações, trouxeram um conjunto de desafios para as organizações de representação da agricultura familiar. As intensas expectativas sobre os novos instrumentos de gestão que cobriram os atores do Estado e da sociedade podem, em alguma medida, ocultar uma série de questões que cercaram as experiências das organizações nesse processo. Embora sua participação na implementação das políticas públicas tenha se configurado como pauta de reivindicação dos agricultores familiares, o seu exercício é gerador de mudanças, conflitos e dilemas. A elaboração e implementação dessas políticas estão entremeadas por disputas relacionadas à definição do conceito de agricultura familiar, a concepções sobre desenvolvimento e aos diferentes projetos políticos dos agricultores/as familiares e suas organizações de representação.

4.1.3 Espaços institucionais de participação social

Os conselhos enquanto espaços de gestão social criados junto às políticas públicas de desenvolvimento rural conformam parte do conjunto de espaços e dinâmicas que devem ser consideradas para compreender as experiências que ocorreram nas últimas décadas no âmbito das organizações sociais por meio da sua participação nos processos de implementação de políticas públicas. Buscando uma renovação nas práticas de gestão, vários mecanismos de relacionamento entre Estado e sociedade civil foram criados a partir da descentralização⁷⁸ político-administrativa do Estado brasileiro, nas últimas décadas. Surgem, nesse cenário, conselhos de políticas públicas, mesas de concertação, orçamentos participativos, mecanismo de monitoramento e prestações de contas etc. (DAGNINO; TATAGIBA, 2007).

O processo de gestão social deriva da descentralização político-administrativa e da abertura política com a Constituinte de 1988, que deu maior poder político aos municípios. Para Celina Souza (2004), este processo buscou consolidar a democracia, por meio do aumento do poder das comunidades locais na tomada de decisões sobre políticas públicas. Principalmente a partir dos anos 1990, grupos sociais organizados da sociedade civil conseguiram espaço de participação em todo ciclo de políticas, principalmente na sua implementação. A presença da sociedade civil organizada e a institucionalização de suas demandas são fatores fundamentais

⁷⁸ Esse processo significa, genericamente, segundo Marta Arretche (1999), a institucionalização, em um plano local, de condições técnicas para gerir políticas públicas. É para a unidade de governo que se pretende transferir atribuições.

na conquista de novos direitos sociais e oportunidades de exercício da participação política e da cidadania.

Neste rumo, instituiu-se, em 1996, o Pronaf e, com ele, as experiências dos CMDRS. O Programa pretendia oportunizar, por meio dos conselhos, canais de relacionamento entre Estado e sociedade. Esperava-se, como admitem Favareto e Demarco (2004), que os “novos” espaços de participação social aumentassem a transparência na gestão dos recursos públicos e propiciassem um ambiente privilegiado para planejar o desenvolvimento rural nos municípios. A partir do ano de 2003, a criação e implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat)⁷⁹ e dos Colegiados Territoriais, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do MDA, foram importantes para concretizar a experimentação de espaços públicos de participação em uma escala diferenciada de gestão pública, neste caso, conferindo uma dimensão territorial à ação pública no meio rural.

O formato institucional para a implementação do programa do MDA se materializou nos Colegiados Territoriais⁸⁰. Estes fóruns foram, na verdade, canais institucionalizados de participação que se tornaram espaços para a gestão social⁸¹ dos recursos federais destinados a financiar projetos de desenvolvimento territorial.⁸² No desenho da política, o Colegiado possuía o papel de orientar e tomar decisões estratégicas, ligadas à elaboração, seleção, execução e monitoramento dos projetos territoriais e, assim, do processo de desenvolvimento rural como um todo. A mobilização, organização e funcionamento dos colegiados foi o principal foco de ação da política de desenvolvimento territorial implementada pelo MDA. Os atores sociais mobilizados pela política em torno dos colegiados possuíam como atribuição gerir os programas e ações direcionados aos Territórios, organizando demandas e definindo prioridades de investimentos⁸³. A diversidade de atores sociais envolvidos nesses espaços significou, de um lado, o aumento da sua capacidade de representação política e, ao mesmo tempo, possibilitou compartilhar uma série de questões que compunham a trajetória e ação política dos grupos envolvidos. Embora os Colegiados Territoriais tenham se constituído como espaço privilegiado

⁷⁹ A política de desenvolvimento territorial do MDA foi constituída em 2003. Sua criação figura como uma tentativa de superação de uma série de características que marcaram ao longo dos anos, no Brasil, as políticas voltadas para o meio rural, entre elas o viés fortemente agrícola e a baixa participação social nos processos de formulação e implementação. A política trouxe um conjunto de propostas de inovação que diziam respeito à territorialização da ação pública, um formato de gestão cuja centralidade estava nos colegiados territoriais e à promoção de um desenvolvimento rural multissetorial e multidimensional. Destaca-se a criação de espaços/instâncias participativas de gestão social, somados a uma série de mecanismos e iniciativas que buscavam dar voz aos atores sociais nos processos de definição e implementação de políticas públicas. Um dos principais instrumentos de financiamento da política é o antigo Programa de Infraestrutura e Serviços (Proinf), constituído inicialmente no âmbito do Pronaf, uma linha de financiamento que opera com recursos não reembolsáveis e que podem ser acessados por organismos públicos, a exemplo das prefeituras, e também por organizações não governamentais, no caso de ações de custeio (MDA, 2003; 2005).

⁸⁰ Os colegiados territoriais são espaços públicos de caráter territorial e participativo que se consolidam no âmbito da gestão social dos territórios rurais. Estes espaços, para o governo, “oportunizam o diálogo, a negociação, a aprendizagem, a transparência e a democracia necessária à construção de um ambiente favorável à integração e ao estabelecimento de consensos, de acordos, ações e compromissos coletivos fundamentais ao processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2009, p. 4).

⁸¹ Na concepção da SDT/MDA a gestão social significa administrar e cuidar dos interesses sociais, colocando-os em negociação, entre diferentes sujeitos, segmentos e agentes institucionais, com o objetivo de compartilhar o poder de decisão entre Estado e Sociedade civil (BRASIL, 2005).

⁸² No que se refere à composição destes espaços devem ser observadas as Resoluções nº 48 e 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que indicam que no mínimo 50% das vagas sejam ocupadas por representantes de organizações da sociedade civil, representativas no território e no máximo 50% de representantes governamentais.

⁸³ Os atores sociais mobilizados para participar dos colegiados territoriais foram agricultores (as) familiares, lideranças comunitárias, representantes de organizações sociais, de sindicatos e representantes de organizações públicas municipais, estaduais e federais que existiam nos municípios incluídos no território e cuja atuação estava relacionada aos interesses da agricultura familiar.

de disputa por recursos e projetos foi, ao mesmo tempo, um espaço de articulação e socialização da diversidade de grupos sociais e demandas em torno da agricultura familiar (GARCIA, 2017).

No caso do rural brasileiro e do campo político da agricultura familiar, os CMDRs e os Colegiados Territoriais tiveram um papel central para a intensificação do debate sobre participação social e da valorização do local como espaço privilegiado para democratização e ampliação do acesso aos processos de controle e gestão das políticas públicas. Não obstante, esses espaços são alvo de importantes reflexões a respeito das suas reais capacidades de promover o acesso democrático aos instrumentos e recursos de promoção do desenvolvimento. Para Abramovay (2009), alguns dos principais problemas relacionados ao funcionamento dos CMDRS diziam respeito à precariedade da participação social nesses espaços; à ocorrência de práticas e relações de submissão aos poderes locais dominantes, com a maioria dos conselhos sendo presidida por Secretários Municipais de Agricultura; à redução de sua existência ao cumprimento de formalidades previstas pela normativa do Pronaf.

As prefeituras, em muitos casos, transformaram os conselhos em extensão dos órgãos públicos municipais que atuavam com a agricultura familiar, como secretarias, diretorias e mesmo as empresas públicas de extensão rural, como a Emater, no caso de Minas Gerais. Os conselhos, enquanto extensão de órgãos públicos, pouco permitem uma participação efetiva das organizações dos agricultores, principalmente nos municípios onde existem grandes rivalidades entre o poder público municipal e os sindicatos. Ficavam comprometidas as possibilidades de diálogos em torno dos processos de desenvolvimento rural, nos casos em que existiam disputas acirradas entre lideranças que atuavam no campo político da agricultura familiar, limitando o seu papel.

Abramovay também destaca, a partir das considerações de Greif (2001), que houve uma falha de transferência institucional entre o Estado e os conselhos. Para o autor essa “falha” é caracterizada pelo fato de parte significativa dos conselhos terem reduzido sua existência ao cumprimento formal de exigências legais para o acesso a recursos públicos, não expressando uma dinâmica local significativa. Em muitos casos, houve nos conselhos poucas iniciativas e avanços no sentido da promoção de mudanças mais gerais nos processos de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2009, p. 62).

Uma análise do funcionamento de parte dos CMDRS nos municípios da pesquisa, permitiu observar que as reuniões ocorriam, em sua maioria, pautadas pelas Secretarias de Agricultura e, em alguns casos, pelas Secretarias de Meio Ambiente dos municípios. Desde a fundação desses espaços, que ocorreu principalmente entre os anos de 1996 e 1999, a principal pauta mobilizadora era a definição dos projetos municipais de infraestrutura para o acesso aos recursos do Proinf. Nos municípios incluídos no Território Serra do Brigadeiro, essa pauta foi transferida para o Colegiado Territorial, a partir de 2003, como trataremos mais adiante. No caso dos municípios pesquisados que ficaram fora (Espera Feliz, Tombos e Carangola), a centralidade dessa pauta nos conselhos se manteve.

Não obstante a existência de certa fragilidade desses espaços institucionais como argumenta Abramovay, tanto nos CMDRS quanto, mais tarde, nos Colegiados Territoriais, a presença local do sindicato se constituiu como um marco importante para a representação dos agricultores familiares. No caso dos municípios pesquisados, seguindo as normas nacionais de composição e funcionamento dos conselhos, a participação dos agricultores e agricultoras acontecia por meio de uma organização social cujo escopo se relacionava ao tema e/ou ao público prioritário da política, principalmente sindicatos, associações e cooperativas. Sendo preciso, portanto, pertencer a alguma organização para possuir assento nos conselhos gestores de política pública.

A participação nesses espaços ocorreu, portanto, na maior parte dos casos, a partir da indicação dos atores sociais por suas organizações de representação. Nos CMDRS era também muito comum que ocorresse a participação de agricultores/as indicados por associações ou

mesmo por conselhos comunitários das comunidades rurais dos municípios. Nesses casos, não necessariamente ocorria a mediação dos sindicatos na indicação, embora a organização tivesse também seus próprios representantes. Em todos os municípios, os sindicatos possuíam representação nos CMDRS e haviam sido peças-chave na sua fundação e no seu funcionamento, mesmo nos municípios em que havia rivalidades com as prefeituras. Os sindicatos assumiam, principalmente, um papel relevante na mobilização dos agricultores/as para participar dos conselhos e garantir a presença de representantes da sociedade civil.

Embora o modo como ocorria o envolvimento dos sindicatos nos conselhos variasse de acordo com a dinâmica social e política de cada município e território, é inegável a atuação intensa dessas organizações nesses espaços desde sua criação, em meados da década de 1990, em todo país. A trajetória dessas organizações, suas disputas e interesses, relações e práticas de poder influenciaram a dinâmica dos conselhos e, em alguma medida, também os resultados dessas políticas (SILVA; MARQUES, 2009).

No caso do Pronaf, a participação dos agricultores em organizações de representação, como os sindicatos, possibilitou um acesso privilegiado aos instrumentos de gestão da política. Basso (2009), a partir de uma análise do funcionamento dos conselhos em alguns estados do país, observa que os agricultores familiares com experiência anterior de organização social e política tiveram acesso diferenciado a esses espaços. Para o autor, o aprendizado gerado por meio do envolvimento em movimentos sociais se constitui num diferencial para a participação dos agricultores familiares em processo de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

Andrade (2009) também afirma que

Dentre todos os elementos diferenciadores da experiência dos conselhos de desenvolvimento rural um aparece marcante: a existência de uma força aglutinadora da representação da sociedade, o sindicato dos trabalhadores rurais, que acompanha de perto todo o processo de implantação do programa, exercendo um certo controle na institucionalização da experiência [...] A Contag, as federações e grande parte dos sindicatos rurais, assumem a condição de parceiros privilegiados do governo e é na condição de parceiros que participam da socialização das informações, da mobilização da categoria nos momentos de decisão, do acompanhamento e fiscalização do uso dos recursos, dos treinamentos etc. (ANDRADE, 2009, p. 240-247).

Tanto na região da pesquisa, como em nível nacional, o movimento sindical dedicou parte da sua estrutura à criação e funcionamento dos conselhos, muitas vezes assumindo o papel de articulador e promotor da dinâmica de seu funcionamento. Os estudos apresentados acima chamam a atenção para o fato de que a priorização dessa via institucional de participação social precisa ser debatida e compreendida no que se refere aos custos e ganhos para essas organizações de representação da agricultura familiar em nível local. Silva afirma que a abertura do processo de discussão possibilitada por meio dos conselhos embora se constituísse como uma importante inovação no sentido da democratização das políticas públicas, “não rompe, de imediato, com relações de poder historicamente constituídas e visceralmente entranhadas na sociedade, mas possibilita que as mesmas sejam identificadas e, num processo de longo prazo, sejam alteradas através do conflito e do aprendizado democrático” (SILVA, 2009, p. 170).

Marques (2009) destaca que a atuação dos sindicatos nos CMDRs, em muitos casos, foi representativa de diferentes “fragilidades” existentes no âmbito dessas organizações. O grau de legitimidade da representação política exercida e as relações de poder nas quais elas estavam inseridas interferem no lugar que a agricultura familiar ocupava no conselho em relação aos demais grupos políticos, em especial na relação com o poder público municipal. A presença por si só dos sindicatos nos conselhos não garantia uma participação ativa e autônoma dos agricultores familiares. Para o autor, o papel exercido pelos sindicatos nos conselhos poderia

realçar as relações de poder historicamente existentes. Além disso, os conflitos existentes em nível local no campo político da agricultura familiar tendiam a ser transpostos para esses espaços implicando, sob diferentes aspectos, consequências para o cumprimento de seu papel.

Diferentes estudos apontam para a existência de pontos de atenção relacionados à participação dos agricultores familiares. Entre eles estão a questão da sua capacidade organizativa; a necessidade de considerar a existência de uma parcela importante de agricultores que se encontravam fora de organizações de representação política e, portanto, fora dos espaços dos conselhos; a possível existência de relações de dependência com poder público municipal; o imediatismo e localismo das propostas de projetos apresentadas, com dificuldades de intervir de forma mais ampla e articulada em propostas de desenvolvimento rural (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2009). Esses estudos problematizam o caráter da representação dos agricultores familiares, indicando que a capacidade ou não de romper com relações de poder já constituídas está vinculada ao papel desempenhado pelas organizações sociais e pode comprometer o exercício de uma participação ativa e autônoma. Os autores afirmam que a qualidade da liderança exercida por meio dos sindicatos interfere nos resultados das experiências dos conselhos.

O modo como ocorreu a atuação dessas organizações e o tipo de participação que os/as agricultores/as familiares assumiram nos espaços institucionais de gestão das políticas públicas se apresentam de forma bastante heterogênea nos diferentes municípios e territórios do país. Um dos aspectos importantes que deve ser considerado para a compreensão analítica dessas características e suas variações é a trajetória de organização política desses atores sociais. O modo como esses atores se organizaram ao longo do tempo e as potencialidades e limitações presentes nesse processo podem trazer à luz fatores explicativos de sua posição no campo político e da forma de atuação assumidas nesses espaços. De outro modo, também a participação nesses espaços tem interferido nesses processos organizacionais e na constituição da ação política dos/as agricultores/as familiares. Favareto e Demarco (2009) apontam a importância dos conselhos como espaços promotores de aprendizagem e importante fonte de capital simbólico e político para esse segmento. Destacam que, em diferentes regiões, conselheiros representantes da agricultura familiar ocuparam cargos no poder legislativo dos pequenos municípios, indicando que a participação nos conselhos contribuiu para o aumento do seu poder político.

Ainda nesse sentido, Andrade considera que,

Tanto os produtores rurais, quanto os dirigentes sindicais e os representantes do poder público que participam do processo tem consciência dos benefícios que podem advir de sua participação nos fóruns de decisão do Pronaf e nas atividades realizadas pelo programa. O seu engajamento tem assim um componente explicativo forte nos interesses materiais dele decorrente (ANDRADE, 2009, p. 246).

A partir dessa percepção, a autora endossa a necessidade de investigação a respeito tanto dos interesses e expectativas que moviam os agricultores familiares e suas lideranças para participar desses espaços, bem como os resultados que essa participação aportou para as suas vidas em diferentes esferas. É nesse sentido que este estudo busca compreender de que modo a experiência de participação nesses novos processos de gestão de políticas públicas trouxe implicações para a organização política dos/as agricultores/as familiares. Ou ainda, em menor medida, como o exercício da ação política nessas esferas de democratização das políticas públicas ressignificou as relações e práticas de poder desses agentes no campo político.

Basso (2009, p. 202) afirma que

A participação dos agricultores no processo de produção e de gestão de políticas de desenvolvimento rural, através do conselho, cria as condições para definir e relativizar seus interesses e necessidades, assim como contribui para recriar conceitos e práticas culturais e políticas do ponto de vista da democratização das instituições político-administrativas.

Nesse sentido, os conselhos puderam proporcionar o surgimento de um conjunto de experiências cujos aspectos ainda carecem de atenção analítica, principalmente no que se refere às mudanças geradas para os/as agricultores/as familiares e suas organizações de representação política. Passadas mais de três décadas dessas experiências de participação institucional a partir desses espaços, confrontadas com o recente período de mudanças na estrutura institucional de apoio à agricultura familiar no âmbito do Estado, como a extinção do MDA e a redução de investimentos em políticas públicas para a agricultura familiar, algumas questões se tornam relevantes como, por exemplo, o modo como a ação política exercida no âmbito dos processos de implementação de política pública em âmbito local interferiu na dinâmica dessas organizações e como esses atores sociais percebem os resultados dessa ação em termos de limites e possibilidades para seus próprios interesses e disputas.

4.2 As experiências das organizações sociais da agricultura familiar da Zona da Mata nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural

Apresentaremos a seguir algumas experiências para elucidar os processos de institucionalização ocorridos num contexto de criação dos conselhos, funcionamento das políticas e intensa participação institucional dos movimentos sociais rurais nos espaços públicos de participação social. Buscamos mostrar como essa participação e processos de institucionalização implicaram em mudanças no âmbito dessas organizações no campo político da agricultura familiar. Procuramos também destacar as mudanças de práticas, as alterações nas relações de poder e as experiências vivenciadas nesse contexto a partir desses novos instrumentos de participação social, de implementação de políticas públicas e de interações entre movimentos sociais e Estado.

A dinâmica de crescente reconhecimento da agricultura familiar como categoria política e grupo social prioritário para ação pública, a criação de um conjunto de políticas públicas voltadas para esse segmento e o papel previsto para as organizações sociais de representação política no seu processo de implementação, bem como a criação dos espaços institucionais de participação social voltados ao desenvolvimento rural, conformam o contexto político em que ocorreram os principais processos de interação entre os movimentos sociais da Zona da Mata e o Estado no campo das políticas públicas, principalmente no âmbito federal da gestão pública.

4.2.1 A política de desenvolvimento territorial e a dinâmica das organizações sociais da agricultura familiar

Trataremos, nesse item, a experiência de implementação do Território Serra do Brigadeiro, composto por nove municípios da Zona da Mata, dos quais sete foram abrangidos por esta pesquisa. O reconhecimento desses municípios enquanto um território de identidade é resultado de um processo de mobilização protagonizado por organizações sociais representantes da agricultura familiar da região. Antes de tratarmos da experiência desses atores, apresentaremos alguns aspectos mais gerais da política territorial.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), originou-se de uma linha de ação do Pronaf, chamada Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais, que foi operada de 1997 a 2002. Essa linha tinha como objetivo destinar recursos para a obras de infraestrutura coletiva e era executada a partir de uma concepção focada no

desenvolvimento municipal e com um modelo de gestão que, embora priorizasse a formação de conselhos com representatividade das comunidades, acabou sendo apropriada por prefeituras, em diferentes casos (LEITE et al., 2008)⁸⁴.

A política territorial pode ser apontada como uma política diferenciada que surge no âmbito de transformações do rural brasileiro e assinala a necessidade de construir alternativas que pudessem assegurar às especificidades encontradas no campo as políticas mais adequadas (SDT, 2003). Isso se justifica pela afirmativa de que políticas que sejam adequadas a cada situação poderão possibilitar que “um número maior de agricultores e trabalhadores rurais ascendam às políticas públicas que os beneficiem, ampliando consideravelmente a possibilidade de construção de capital social nos territórios” (SDT, 2003, p. 18).

O enfoque territorial do Pronat buscou, durante o período de implementação da política, criar condições para a promoção de políticas públicas articuladas, estimulando a participação e inserção na esfera pública de um número diversificado de atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. O MDA justificava sua abordagem territorial para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, por meio de pelo menos quatro aspectos: i) o rural não se resume à produção agrícola; ii) a escala municipal é muito limitada para o planejamento e organização de esforços voltados à promoção do desenvolvimento, ao mesmo tempo que a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e das especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa; iii) a descentralização das políticas públicas atribuem competências aos atores locais; iv) o território é a melhor unidade para dimensionar laços de proximidades entre pessoas, grupos sociais e instituições (BRASIL, 2005b).

Na normativa da política territorial, o território é colocado como recorte de intervenção governamental necessário para obter uma escala de planejamento e execução adequados. O MDA propunha que o planejamento da política e das ações, quando da sua operacionalização, fosse um processo ascendente e contínuo, estabelecendo um fluxo de comunicação que vai da sociedade e suas instituições para o nível de governo. Este processo, assim estabelecido, favoreceria a articulação entre demandas sociais e a oferta das políticas públicas. Com base na abordagem territorial do Pronat, a SDT/MDA passou a identificar e a constituir territórios a partir de identidades regionais, ou seja, características comuns a um conjunto de municípios, consideradas enquanto elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento sustentável e também estabeleceu critérios de ruralidade, possibilitando analisar desde a concepção até a predominância da agricultura familiar nos territórios (ECHEVERRI, 2010).

O território era, na concepção da política, uma unidade de análise, intervenção e planejamento das políticas públicas que superaria o caráter setorial, englobando elementos que permitiam qualificar os processos de desenvolvimento e criar um arranjo institucional capaz de influenciar na canalização de oportunidades e na geração de aprendizagem social. Para o MDA (2003), a abordagem territorial para a promoção de desenvolvimento rural deveria ter um caráter eminentemente endógeno, levando em conta a identidade dos territórios, portanto, não sendo definido apenas em função das necessidades do Estado.

⁸⁴ Em 1997 foi implantado o Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais como parte do conjunto de ações executadas sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com o objetivo de melhorar as condições produtivas e de infraestrutura da agricultura familiar nos municípios. A partir de 1999 reformulações institucionais vincularam o Pronaf à Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, órgão do recém implantado Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. No ano de 2004, a ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços – Proinf passou a ser executada pela SDT/MDA, em parceria com os colegiados territoriais, responsáveis por definir os eixos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável dos territórios e, a partir desses, indicar os projetos que representassem demandas de infraestrutura e serviços que promovessem o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios.

O processo de seleção dos Territórios ocorreu no âmbito do Condraf⁸⁵. Dentre os critérios utilizados estavam: conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes por km²; maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, o que caracteriza maior intensidade de demanda social); do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e mesorregiões do Ministério da Integração Nacional (DELGADO; LEITE, 2013). A abrangência do programa foi se estendendo desde os primeiros 40 territórios incorporados em 2003, alcançando 165 territórios rurais até o ano de 2008. Em 2013, 74 novos territórios foram incluídos na categoria de territórios rurais, somando um total de 239 territórios. No período 2015-2016 foram aprovados mais cinco territórios, fazendo com que o Programa contasse, até a extinção do MDA, com 244 territórios rurais.

Os atores sociais foram parte integrante do processo de elaboração, gestão e das decisões políticas, principalmente, por meio dos espaços participativos criados nos Territórios e daqueles promovidos pelo Condraf e pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural. A maior inserção da participação de atores da sociedade civil esteve atrelada ao processo de operacionalização da política nos territórios rurais. A SDT deixa claro nos documentos de referência (BRASIL, 2003) que o objetivo era fortalecer a relação entre estes diversos atores, trazendo para este “jogo” os atores do poder público, representados pela administração municipal que exerce papel fundamental no processo. A principal prerrogativa do processo de implementação da política foi a criação dos colegiados territoriais, que deveriam ser espaços públicos de participação e controle social. Os colegiados seriam responsáveis pela gestão da política e pelo controle social de um conjunto de outras políticas públicas que, articuladas, promoveriam o desenvolvimento do Território. Em grande medida, a centralidade do desenho da política de desenvolvimento territorial estava voltada para a criação e o funcionamento dos colegiados territoriais⁸⁶.

O Colegiado Territorial teria o papel de criar um ambiente que possibilitasse a relação de pacto/cumplicidade entre governo e sociedade, razão pela qual é a institucionalidade

⁸⁵ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) foi um órgão colegiado criado em 1999 e instituído no ano de 2003, pelo decreto presidencial n. 4.854/03. Com a criação do Pronaf, em 1995, a gestão do programa exigia a constituição de novas estruturas: conselhos de âmbito local, estadual e regional e a maioria dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável formou-se a partir de 1997. De modo geral, o conselho tinha como objetivo propor diretrizes para a implementação e formulação de políticas públicas em desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária e agricultura familiar. O Condraf, ao longo das primeiras décadas do seu funcionamento, foi integrado por 38 membros com direito a voz e voto: metade das vagas se destinava a representantes do poder público e a outra metade a representantes da sociedade civil. Além disso, o Conselho contava com convidados permanentes, que não possuíam direito a voto, mas podiam se manifestar verbalmente, sendo, em geral, titulares dos órgãos da Presidência ligados à temática da agricultura familiar. Até 2016, o Condraf integrou a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2017, o Decreto 9.186/17 fez modificações que, na prática, inviabilizaram a Condraf. O decreto vinculou o conselho à Casa Civil da Presidência da República e retirou dele a competência para monitorar os planos e políticas nacionais do desenvolvimento rural sustentável e solidário, da assistência técnica e extensão rural e reforma agrária. Também não mais convocaria e coordenaria a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS). Outra mudança prevista pelo decreto foi a determinação de que a presidência do Conselho, antes exercida por um representante da sociedade, deveria ficar a cargo do Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República. Em 2019, o decreto presidencial 9.784/2019 extinguiu o Condraf, juntamente com um conjunto de outros conselhos existentes no país que funcionavam com reconhecimento institucional no âmbito federal. Na página do Facebook do Condraf, acessada em 24 de janeiro de 2022, a última publicação foi realizada no ano de 2017 e o link disponível para acesso ao site do conselho está indisponível.

⁸⁶ Os períodos de baixa operacionalidade da política, ao longo de um período de pouco mais de uma década, estiveram fortemente ligados ao não funcionamento desses espaços ou à sua desmobilização em épocas de escassez de recursos e (ou) apoio institucional do MDA.

priorizada no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial, o que garantiria a legitimidade do Colegiado, tanto no próprio território, como em outros espaços⁸⁷. Tal legitimidade seria garantida por sua força de institucionalidade enquanto espaço de representação, por sua atuação e capacidade coletiva de realizar a gestão social dos territórios e pela política pública que o reconhece como espaço de gestão do desenvolvimento territorial. Outro aspecto importante a ser destacado no que se refere à gestão social da política de desenvolvimento territorial é a existência de níveis diferenciados e complementares de institucionalidades que são: o nacional, por meio do Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial (CDT) do Condraf; o estadual, a partir dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e o territorial, por meio dos próprios colegiados territoriais e das redes estaduais e nacional de colegiados territoriais⁸⁸.

Na Zona da Mata mineira o único território proposto e reconhecido no âmbito da política de desenvolvimento territorial do MDA foi o da Serra do Brigadeiro (TSB), localizado na porção norte da microrregião. Sua constituição, no ano de 2003, se deu na fase inicial da criação do Pronat/MDA. Era formado pelos municípios de Araponga, Sericita, Pedra Bonita, Divino, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Rosário da Limeira e Ervália.

Seu processo de reconhecimento institucional foi resultado de uma articulação política ocorrida entre os movimentos sociais, organizações não-governamentais, prefeituras e órgãos públicos em torno do conjunto de atores sociais e iniciativas que compunham o campo político da agricultura familiar organizada na região. De modo mais específico, o CTA juntamente com os sindicatos, iniciaram um processo de mobilização e organização para que a SDT/MDA reconhecesse esse conjunto de municípios enquanto um território de identidade e fosse priorizado pela política pública.

Como foi destacado pelos próprios atores nos documentos produzidos no âmbito da política pública, o Território Serra do Brigadeiro é resultado de uma construção histórica dos movimentos sociais da agricultura familiar e da mobilização em torno da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Freitas (2011) nos ajuda a compreender o processo de formação dessa unidade de conservação e sua relação com o tecido organizativo da agricultura familiar na região.

A partir de 1993, o CTA-ZM junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga e posteriormente com os STR dos municípios do entorno, iniciaram um debate acerca da relevância da criação do parque, assim como uma discussão sobre meios alternativos a esta criação, de modo a não ameaçar a permanência e a viabilidade da agricultura familiar na região. É nesse ponto que se inicia um ciclo de mobilização e negociação para reverter os problemas que poderiam ser gerados. Nessas negociações também se inserem a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais (Fetaemg), organizações religiosas e professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), como forma de aglutinar forças sobre a contrariedade da proposta original. [...] Esse ciclo de reivindicações e mobilizações resultou, em 1996, na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com uma área total de pouco mais de 13.210 ha, que correspondem à área remanescente de Mata Atlântica na região. Nessa nova

⁸⁷ Em 2010, foi criada a Rede Nacional de Colegiados Territoriais. O objetivo dessa articulação era que os colegiados territoriais e diferentes gestores da política qualificassem seu próprio desempenho a partir da gestão de informações, do monitoramento e avaliação e de processos de comunicação. Além disso, defender interesses dos colegiados territoriais articulados em redes estaduais garantindo sua autonomia e propor políticas públicas, ações de interesse coletivo, interlocuções com instâncias governamentais e da sociedade civil, construir pactos, acessar recursos que favoreçam o processo de desenvolvimento com enfoque territorial.

⁸⁸ Em razão do enfoque mais local/territorial do estudo, as demais instâncias – nacional, estadual e regional – não serão tratadas no âmbito deste trabalho.

configuração, a demarcação do parque acima da cota de 1000m é descartada, garantindo-se a permanência dos agricultores familiares instalados nas proximidades da área de floresta definida como sendo o parque estadual (CTA-ZM, 2004). (FREITAS, 2011, p. 72).

O relato trazido dos documentos institucionais do Território procura demonstrar que mais do que uma demarcação feita por uma política pública, a Serra do Brigadeiro possuía uma trajetória ímpar de mobilização em torno de uma unidade de conservação e que, enquanto um território, havia sido objeto de discussão, consensos e entendimento das diferenças em acalorados debates, ao longo de mais de uma década. O autor reforça que

A criação do Conselho Consultivo e a redução na área inicial do parque demonstram o quão representativo foi o processo de mobilização e o consequente poder de negociação do tecido organizativo formal criado para este fim, o qual, além de contar, a nível municipal, com os STRs, contou igualmente com: [...] a existência de um forte arranjo institucional fundamentado nos laços comunitários, de parentesco e em grupos informais como as Comunidades Eclesiais de Base, grupos de reflexão ligados à igreja católica, grupos de jovens, entre outros, assim como ONGs, universidades, prefeituras e órgãos estaduais ligados ao meio ambiente e agricultura [...] A criação do parque criou o capital social. É um território que se diferencia de outros porque já tinha uma base social articulada e fortalecida, uma coisa é você pegar um lugar que tem agricultura familiar dispersa, outra coisa é você pegar a agricultura familiar que já tem uma luta histórica, que tem cooperativa, os sindicatos; é jogar semente em solo fértil. É um solo propício. Outra coisa é que o parque já é uma política pública de conservação, mas não de desenvolvimento, que já obriga os agricultores a lidar com política pública (Conselheiro, representante de organização da sociedade civil. Entrevista concedida à Alan Ferreira de Freitas) (SILVA, 2011, p. 73).

A mobilização social em torno da criação do Parque e, em seguida, da constituição e reconhecimento do Território, gerou um processo de construção e fortalecimento de redes que permitiu a reaproximação das lideranças políticas e atores sociais do campo político da agricultura familiar desses municípios. Essa mobilização, no âmbito da sociedade civil, consistiu em refazer alianças entre lideranças dos STRs e ONGs que haviam passado por um processo de rompimento com o “racha” sindical, ocorrido no início dos anos 2000, como tratamos no capítulo anterior. O CTA, que havia rompido politicamente com o Polo da Fetaemg, enquanto animador dessa mobilização, aproximou-se novamente dele e contou com ele para a articulação de atores do Território e da própria Federação no estado. As lideranças que haviam assumido a gestão da Associação Regional, principalmente dos municípios de Araponga e Divino, e estavam rompidas com os sindicatos que se envolveram nas disputas eleitorais pelo Polo, novamente passaram a frequentar e mobilizar espaços de concertação social junto com lideranças dos municípios de Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira e Fervedouro em torno da luta pela homologação do TSB pelo MDA.

Os esforços de aproximação com o poder público municipal passaram também por essas lideranças da agricultura familiar e suas redes de ação política nos municípios, seja por meio daquelas lideranças sindicais rurais que estavam ocupando cargos públicos no contexto desse processo, seja por meio de partidos, principalmente o PT, ou dos espaços dos CMDRS. Envolver os representantes das prefeituras dos municípios de Araponga e Miradouro, por exemplo, foi determinante para o engajamento de outros prefeitos. Em ambos municípios, diferente dos demais, os cargos de vice-prefeitos eram ocupados por lideranças sindicais com longa trajetória de atuação na região. Refazendo essa teia de relações que foram construídas

nos processos iniciais de organização política da agricultura familiar da região, a mobilização em torno da política de desenvolvimento territorial criou condições para sua implementação nesse Território.

Em relação aos aspectos institucionais, o reconhecimento do Território Serra do Brigadeiro como uma das áreas prioritárias da política territorial exigiu a elaboração de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, o PTDRS, em 2004. De forma conjunta com os atores sociais, ele definiu cinco eixos prioritários para o desenvolvimento rural no Território: preservação e recuperação do meio ambiente; turismo rural; agricultura familiar diversificada; agroindústria familiar e artesanato; e cultura. Esses eixos traduziam as expectativas dos municípios e organizações sociais para os recursos do Programa e norteariam a sua aplicação no Território. Em 2005, a Comissão de Implementação de Ações Territoriais (CIAT) deu lugar ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro, instância máxima de deliberação da política. No Território, esse espaço foi formado por um terço de representantes do poder público e dois terços da sociedade civil, o que garantiu a participação dos agricultores familiares das comunidades rurais do entorno do Parque, além da presença dos representantes dos sindicatos dos trabalhadores/as rurais e prefeituras de todos os municípios integrantes, e de organizações estaduais, regionais e intermunicipais, públicas e sociais, que atuam no Território.

O Colegiado Territorial foi o pilar estruturador da participação social e o *locus* privilegiado das ações de planejamento e articulação de parcerias para o desenvolvimento territorial. Na normativa da política pública, esse espaço deveria representar a diversidade de instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos existentes no território. Caberia ao Colegiado Territorial, por intermédio da sua Plenária (instância máxima), o papel deliberativo e consultivo, assim como caberia a seu Núcleo Dirigente (nível decisório intermediário) o papel diretivo na implementação das iniciativas territoriais com o apoio de seu Núcleo Técnico.

Entre suas atribuições estavam a definição, a orientação, a negociação e o acordo entre as partes envolvidas na implementação de iniciativas e políticas públicas para o desenvolvimento rural do território. Nesse contexto, podem ainda ser enumeradas como principais atribuições do Colegiado para a gestão social do processo de desenvolvimento rural sustentável: a) sensibilizar, comprometer, articular e coordenar ações com vistas à construção participativa do planejamento territorial que deve resultar na elaboração coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); b) deliberar sobre o processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial fundamentada no conceito de desenvolvimento rural sustentável, de maneira a ser transformador de práticas históricas de assistencialismo, concentração de poder, degradação ambiental, exclusão social e formas de produção não sustentáveis; c) defender e apoiar o processo de organização e mobilização dos diversos segmentos sociais com maior dificuldade de acesso às políticas públicas⁸⁹. O Plenário era a instância máxima do Colegiado Territorial. Tinha o papel de deliberar, tomar decisões estratégicas, ligadas ao processo de desenvolvimento territorial (MDA, 2004).

No Território Serra do Brigadeiro, para fortalecer e apoiar esse Colegiado, foi criado, em 2006, o Grupo Gestor do Território, instância de nível decisório e gerencial que acompanhava com mais periodicidade a gestão territorial. Esse Grupo ou Núcleo Dirigente, possuía a função de coordenar as ações definidas pelo Plenário do Colegiado Territorial,

⁸⁹ No que se refere à composição desses Colegiados, devem ser observadas as Resoluções Nº 48 e 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2004), bem como os documentos orientadores e institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Conforme as Resoluções Nº 48 e 52 do CONDRAF para que o Colegiado Territorial faça a gestão do desenvolvimento territorial, o mesmo deve se estruturar por meio das seguintes instâncias: Plenário, Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico podendo, para ampliar o processo de ação e participação, constituir também Câmaras Temáticas ou Técnicas assim como comitês setoriais, temáticos ou técnicos.

articular segmentos sociais, agentes institucionais e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial. Essa instância só poderia contar, na sua composição, com organizações que fizessem parte do Plenário do Colegiado Territorial. Era, portanto, uma instância de apoio, composta por representantes técnicos de organizações de ensino, pesquisa, assistência técnica e setores diversos de prestação de serviços do poder público e da sociedade civil. Somava-se a essas instâncias, a Secretaria Executiva que oferecia apoio em nível operacional para realização de atividades técnicas⁹⁰. Por fim, para regular o funcionamento de toda essa estrutura organizativa, o Colegiado Territorial elaborou e aprovou, também em 2006, o Regimento Interno do Território que definia papéis e a atribuía funções e deveres a essas instâncias, dando aparato legal ao trabalho.

No que se refere aos recursos disponibilizados aos Territórios por meio do Programa, a ação de apoio à infraestrutura e serviços (Proinf) teve um papel central capaz de mobilizar o funcionamento do Colegiado no sentido de elaborar, discutir e priorizar projetos que pudessem ser apoiados pela SDT/MDA e que tivessem um impacto territorial. As demandas territoriais deveriam ser traduzidas em propostas técnicas (projetos) elaboradas pelos colegiados territoriais e apresentadas à SDT/MDA que, por sua vez, disponibilizava recursos de investimento para execução de obras, aquisição de implementos agrícolas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar. Até 2010, os projetos poderiam prever recursos de custeio para fortalecer os processos de organização e de capacitação dos agentes de desenvolvimento territorial. Diferentes dos projetos de infraestrutura, que apenas podiam ser contratados por órgãos públicos, os projetos de custeio, podiam ser contratados e geridos pelas organizações da sociedade civil.

Entre os anos de 2003 e 2010, com o apoio do Proinf, foram investidos no Território Serra do Brigadeiro cerca de quatro milhões de reais em projetos de investimento e custeio. Esses projetos foram elaborados pelos municípios e organizações sociais com base no PTDRS e foram aprovados e priorizados pelo Colegiado Territorial. O quadro a seguir apresenta os recursos investidos em cada município do Território e, em seguida, o gráfico representa a diferença de acesso eles.

⁹⁰ Na maioria dos territórios acompanhados pela SDT/MDA e nos documentos institucionais da Secretaria, a figura do/a Secretário/a Executiva era chamada de Articulador/a Territorial. No Território Serra do Brigadeiro, havia um entendimento de que era necessário realçar o papel técnico (Secretaria Executiva) desse profissional em detrimento de um papel político (articulação territorial), como forma de reduzir intenções de interferência política desse profissional no Território, ou seja, impedir que o exercício da função no programa beneficiasse certos grupos sociais em detrimento de outros. No caso do TSB, o processo seletivo desse profissional e de orientações de suas funções era realizado pelo Grupo Gestor, o qual submetia ao Colegiado Territorial as questões que implicavam em decisões mais complexas, como um rompimento de contrato, por exemplo. De modo geral, no âmbito da política a figura do/a articulador/a territorial era bastante controversa, com colegiados que defendiam um papel mais “político” desse ator, que deveria ser reconhecido como um representante da SDT/MDA no Território, e com colegiados que defendiam um papel mais técnico em que o (a) articulador (a) apenas deveria cumprir funções administrativas, incluindo manter o Colegiado informado sobre as decisões da política sem, contudo, ocupar um lugar de tomador de decisões. Em ambos os casos, entretanto, era comum que o/a profissional contratado/a pertencesse ao próprio território, ou seja, compusesse as relações de confiança e fizesse parte dos grupos sociais que o compunham.

Município	Valor
Ervália	R\$ 547.084,73
Araponga	R\$ 924.687,62
Rosário da Limeira	R\$ 612.777,00
Muriaé	R\$ 207.760,99
Fervedouro	R\$ 229.926,03
Pedra Bonita	R\$ 86.000,00
Miradouro	R\$ 586.645,76
Divino	R\$ 404.304,00
Total Território	R\$ 3.599.186,13

Figura 3: Distribuição dos recursos de investimento do Proinf por município do Território
Fonte: Relatórios de Gestão Social do TSB (2003 a 2010)

Alocação dos Recursos do PRONAT por Município

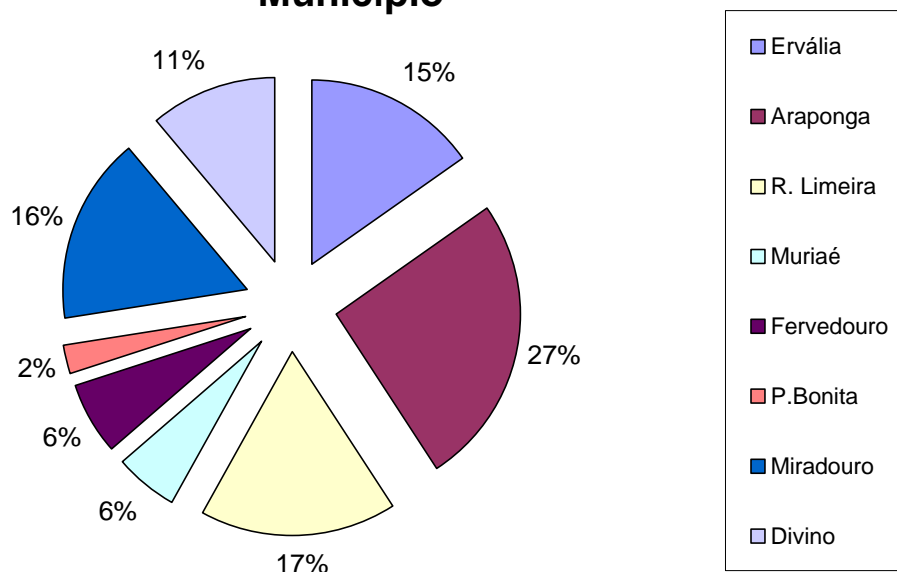


Figura 4: Porcentagem de alocação de recursos do Proinf por município do Território.
Fonte: Relatórios de Gestão Social do TSB (2003 a 2010)

Um dos principais critérios que esses projetos territoriais precisavam atender no momento de sua priorização pelo Colegiado era a garantia de uma gestão social entre o poder público, a sociedade civil e o Território, que deveria ser comprovada por documentos no momento da apresentação dos projetos que traduziam os acordos feitos entre os representantes das duas esferas e previam as formas de participação das instâncias de participação do Território. No TSB, o momento da apresentação dos projetos mostrava de forma bem clara aqueles municípios em que essa parceria entre poder público e sociedade civil existia e aqueles em que a relação era de rivalidade e desacordo. Neste último caso, era comum o proponente do projeto, seja do poder público ou da sociedade civil, apresentá-lo sozinho sem ter ao lado o

representante da outra parte, ou faltar alguma documentação exigida. Durante a execução da política, principalmente entre os anos de 2003 e 2010, esses casos ocorreram muito quanto às propostas dos municípios de Pedra Bonita, Muriaé e Sericita, sendo que esse último não acessou recursos do Proinf via Território. Em contrapartida, nos municípios que mais acessaram recursos da política, como apresentamos no quadro acima, Miradouro, Araponga e Rosário da Limeira, havia boa relação entre os representantes da prefeitura e das organizações sociais, sendo que também nos três municípios havia lideranças dos sindicatos ocupando cargos de secretário de governo ou vice-prefeito.

As conversas fora dos momentos oficiais de apresentação, ocorridas na hora do café ou nas viagens para chegar às reuniões, também se tornavam oportunidades para que os representantes de um município contrários aos projetos apresentados por outro representante argumentassem com membros do Colegiado a respeito da sua desarticulação, inutilidade ou inviabilidade. As implicações da existência de parcerias frágeis ou ausências de parcerias entre poder público e sociedade civil eram a pouca capacidade de transformar demandas dos grupos sociais dos municípios em projetos, na dificuldade de ter aprovação do Colegiado para os poucos projetos apresentados e, portanto, no acesso reduzido aos recursos para investimento disponíveis no Pronat. A distribuição dos recursos por município no Território demonstra que houve maior acesso a esses recursos naqueles municípios onde havia maior proximidade entre representantes das prefeituras e representantes das organizações sociais da agricultura familiar. Os municípios de Miradouro, Araponga e Rosário da Limeira são exemplos importantes nesse caso já que, além de terem exercido um importante papel na mobilização para a constituição do Território, acessaram as maiores quantias de recursos do programa durante o período mais importante de sua implementação.

Ao longo desse período, a seleção dos projetos pelo Colegiado teve como parâmetros a quantia de recursos disponibilizados pela SDT/MDA, por meio do Proinf; os critérios e as orientações da Secretaria para seleção de projetos e proponentes; e os critérios construídos pelo Colegiado, com base no PTDRS e nos princípios do programa de desenvolvimento territorial. Após a aprovação pelo Colegiado, a contratação dos projetos selecionados ocorria por meio dos chamados Contratos de Repasse, que tinham o MDA como contratante/concedente, a prefeitura municipal como contratado/conveniente, no caso dos projetos de investimento, e a Caixa Econômica Federal (CEF) como agente financeiro. A contratação dependia, principalmente, da disponibilidade de recursos, da regularidade fiscal das prefeituras, que devia estar em dia com todos os itens do Cadastro Único de Convênios, o Cauc, e da apresentação também pelas prefeituras de uma série de documentos necessários à formalização do contrato e a liberação dos recursos⁹¹. Após a contratação, a implementação desses projetos era feita pelas prefeituras municipais em conjunto com as organizações representantes dos/as agricultores/as familiares e da sociedade civil, principalmente sindicatos e ONGs.

No Território, as propostas priorizadas pelo Colegiado e apoiadas pela SDT/MDA financiaram a implementação e ampliação de infraestruturas socioprodutivas e serviços necessários para qualificar a produção, o beneficiamento e distribuição dos produtos da agricultura familiar como obras de reforma ou ampliação de unidades de beneficiamento, de armazenamento de produtos oriundos de produção da agricultura familiar e espaços de comercialização como centrais e feiras; aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e mobiliário para estruturação de logística e unidades de comercialização para distribuição direta

⁹¹ Esses dois últimos pontos figuraram como as principais causas de perda de recursos, paralisações e atrasos no funcionamento dos projetos. Apesar dos projetos passarem por um filtro rigoroso, que incluiu a análise do CEDRS e da SDT/MDA, não há casos no Território em que projetos deixaram de ser contratados por problemas técnicos ou orçamentários apontados por essas duas instituições. Em 2007 e 2008, alguns projetos aprovados pelo Território não foram contratados por indisponibilidade orçamentária do MDA, o que causou um grande desgaste entre os representantes do Colegiado.

ao consumidor final e ampliar o acesso a políticas públicas como o PAA e PNAE; obras e equipamentos para estruturação de serviços públicos como o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, Suasa e o Sistema de Inspeção Municipal, SIM; aquisição de máquinas e veículos para auxiliar o escoamento da produção; estruturação de organizações da agricultura familiar, como cooperativas e associações e projetos de mobilização e articulação de atores sociais (MDA, 2010). Apresentamos abaixo um quadro com os principais projetos territoriais financiados pela política pública na Serra do Brigadeiro e os municípios em que esses projetos foram implementados e as organizações responsáveis pela sua gestão.

PRINCIPAIS PROJETOS TERRITORIAIS	TIPOS DE INVESTIMENTO REALIZADOS	MUNICÍPIOS/ORGANIZAÇÕES
Centros de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	Construção de Espaço Físico, Aquisição de Móveis e Equipamentos, Aquisição de Veículos	Divino, Miradouro, Ervália
Galpão de Armazenamento de Produtos da Agricultura Familiar	Construção de Espaço Físico e Aquisição de Móveis e Equipamentos	Divino
Centros de Beneficiamento do Café	Construção de Espaço Físico e Aquisição de Móveis e Equipamentos	Miradouro, Rosário de Limeira
Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar	Construção de Espaço Físico, Aquisição de Móveis e Equipamentos, Aquisição de Veículos	Araponga, Fervedouro
Casas de Cultura	Construção de Espaço Físico e Aquisição de Móveis e Equipamentos	Araponga
Escolas Família Agrícolas-EFAs	Construção de Espaço Físico, Aquisição de Móveis e Equipamentos, Aquisição de Veículos	Araponga e Ervália
Centros de Apoio à Cultura, Turismo e Meio Ambiente	Construção de Espaço Físico e Aquisição de Móveis e Equipamentos	Rosário da Limeira
Fortalecimentos das Organização da Agricultura Familiar	Aquisição de móveis e equipamentos e/ou veículos	Cepec, Coopaf, CTA, Ceifar, Creditag

Figura 5: Principais projetos territoriais financiados pela política pública de desenvolvimento territorial na Serra do Brigadeiro

Fonte: Relatórios de Gestão Social do TSB (2003 a 2010)

Uma das exigências da SDT/MDA e que foi incorporada pelo Colegiado para aprovação dos projetos apresentados era o alcance territorial dos projetos. Esse critério implicava que os propositores de projetos (prefeituras, ONGs, cooperativas, sindicatos ou associações) deveriam

formular propostas que pudessem atender todo o Território. Na prática, isso gerou um esforço de concertação social para que o projeto fosse elaborado e proposto enquanto um projeto de alcance territorial e também que os projetos fossem mobilizados em torno de demandas comuns como aquelas relacionadas à cadeia produtiva do café, à comercialização de produtos da agricultura familiar, a implementação de EFAs, temas que já estavam presentes no planejamento territorial. Além disso, implicou que em alguns casos projetos de objeto semelhante tivessem sido aprovados em dobro buscando contemplar os municípios de um lado e de outro da Serra, como foram os casos dos Centros de Comercialização da Agricultura Familiar, das EFAs, das Cooperativas de Crédito, dos Centros de Beneficiamento do Café.

Outra consequência importante do critério de abrangência territorial ocorreu em relação aos projetos de custeio, aqueles que eram propostos e executados pelas organizações sociais para promoção de atividades junto aos agricultores e agricultoras do Território. No TSB, os dois principais projetos de custeio foram para mobilização dos atores sociais para participação nos espaços de gestão social do Território e para mobilização contra a mineração. O primeiro ocorreu no primeiro ano de implementação da política e tratou basicamente de divulgar e sensibilizar os atores sociais do campo político da agricultura familiar para a importância do Território. O segundo ocorreu entre os anos 2005 e 2006 e teve suas ações voltadas para realização de reuniões nas comunidades rurais, principalmente aquelas localizadas no entorno do Pesb, para mobilização a respeito dos impactos negativos da mineração de bauxita para o meio ambiente, a produção da agricultura familiar e os modos de vida no Território. O projeto foi proposto pelas organizações sociais e amplamente aprovado no espaço do Colegiado.

O estímulo dado pela política pública aos Colegiados para apoio às ações relacionadas à educação, cultura, meio ambiente, em detrimento de um enfoque estritamente agrícola do desenvolvimento rural constituiu outra importante característica da política nacional de desenvolvimento territorial. No TSB, esse estímulo resultou numa diversidade de projetos como Escolas Família Agrícola, Centros de Cultura, Casas do Artesão, Centros de Apoio ao Turismo, além dos projetos com viés produtivo como Viveiros de Mudas, Centros de Comercialização da Agricultura Familiar, Galpões de Armazenamento, diferentes tipos de agroindústrias, entre outros.

A implementação dos projetos apoiados pela política e a implementação da própria política, com a criação e funcionamento de seus espaços participativos, exigiam um alto investimento de tempo, recursos e capital político das lideranças das organizações sociais. Para participar das inúmeras reuniões realizadas entre os anos de 2003 e 2010 (cerca de vinte reuniões por ano), as lideranças representantes de sindicatos, associações, cooperativas, e também de ONGs, como o CTA, o Centro de Pesquisa e Promoção Cultural, Cepec, de Araponga, a Associação Regional, o Ceifar, utilizavam recursos financeiros de suas próprias organizações e dedicavam seu tempo de trabalho político no deslocamento entre municípios, na elaboração de documentos, na organização burocrática da política.

Embora os projetos fossem um retorno imediato possível dessa dedicação, permitindo que os agricultores e agricultoras pudessem ter acesso às infraestruturas que, no desenho da política, contribuiriam no desenvolvimento de suas comunidades, fazer funcionar os processos de elaboração, priorização, contratação, execução e funcionamento dos projetos territoriais, eram tarefas ou etapas da política que apenas ocorriam com uma intensa dedicação das lideranças das organizações sociais, principalmente dos sindicatos. Silva (2011), a partir de uma pesquisa realizada junto ao Colegiado Territorial, destaca que

O sindicato age como ator político que articula e mobiliza as forças sociais pelas lutas por melhoria de condições de trabalho e representação de interesses, além de assumir outras lutas a fim de melhorar condições de vida e de produção dos agricultores familiares. As cooperativas de crédito, como

ator econômico, que buscam fornecer serviços financeiros às populações de baixa renda. As EFA como atores da educação que se fundamentam em um projeto político-pedagógico para o qual a educação no campo deve ser adequada à realidade dos filhos de agricultores familiares, proporcionando uma formação diferenciada, que compreenda o “rural” como espaço de reprodução social e não apenas econômica (SILVA, 2011, p. 111).

O engajamento das lideranças na política pode ser compreendido, no caso dessa experiência, a partir da consideração do capital político que estava em jogo nesse processo. Garantir a representação de sua base de atuação e ocupar o espaço aberto pela formação do Colegiado no campo político da agricultura familiar compunha parte importante dos motivos que garantiam a dedicação dessas lideranças.

No contexto da região e da rede de atores sociais desse campo, caracterizada por um “racha” sindical ocorrido nos anos anteriores à chegada da política pública, marcar lugar na disputa por representação, espaço político e recursos se colocava como essencial na manutenção do capital político dos sindicatos e também das ONGs.

O “racha”, como apresentamos no capítulo anterior, alterou a formação da rede de movimentos sociais da agricultura familiar e colocou de lados distintos grupos de lideranças e seus sindicatos. Com a chegada da Fetraf, no início dos anos 2000, como alternativa de representação política à Fetaemg, havia se acirrado o debate sobre a legitimidade de representação política de determinadas lideranças e estava colocada, além disso, uma disputa em torno dos instrumentos e espaços de representação, como era o caso das ONGs e dos conselhos de políticas públicas. O CTA, durante o processo do “racha”, manteve seu trabalho entre os municípios que romperam com a Fetaemg e se aproximaram da Fetraf, principalmente Araponga e Espera Feliz, os mesmos que também permaneceram com a Associação Regional e a marca Sítio Mineiro. Do outro lado, os municípios que mantiveram sua vinculação política com o Polo Sindical da Fetaemg, fundaram o Ceifar (Centro de Estudos, Integração, Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata), que assumiu os trabalhos de mobilização e assessoria do grupo de sindicatos que incluía Muriaé, Rosário da Limeira, Miradouro, Fervedouro e Eugenópolis.

As possibilidades que se abriram com a criação de um novo espaço de política pública se tornaram, nesse cenário, novo palco de disputas entre essas organizações sociais. Não apenas entre si, situação agravada após o “racha”, mas com os demais atores do campo político como a Emater e as prefeituras municipais. Freitas (2011) e Freitas (2015) chama atenção para como a política de desenvolvimento territorial e sua implementação na Serra do Brigadeiro foi marcada pela acirrada disputa entre o CTA e a Emater a respeito da composição do colegiado territorial, com a última defendendo representações dos CMDRS dentro do Colegiado e o CTA se posicionando contrário a essa proposta e defendendo a legitimidade dos sindicatos para a representação política dos agricultores familiares nos municípios. A defesa feita pela Emater, apoiada por parte importante das prefeituras municipais, implicaria que os agricultores que participariam do Colegiado Territorial seriam indicados diretamente dos Conselhos Municipais, o que inviabilizaria a sua indicação pelos STR e reduziria o poder político dessas organizações no espaço da política⁹². A defesa feita pelo CTA e outras ONGs que se organizaram na mobilização pelo reconhecimento do Território, como o Ceifar, a Associação Regional, a Fetaemg, ia no sentido de garantir o fortalecimento da representação do tecido organizativo já existente para dentro do Colegiado, com os agricultores e agricultoras sendo indicados pelos sindicatos.

⁹² A representação dos agricultores nos CMDRS ocorria por indicação direta das comunidades rurais e associações dos municípios sem necessariamente passar pelo Sindicato, que também indicava representantes e mobiliza os agricultores sem ter, contudo, a totalidade da representação da base social dentro dos conselhos.

Essa disputa ocorrida no processo de conformação do espaço de participação da política territorial evidenciava novas dinâmicas em torno do conflito que se formou, desde a década de 80, em torno das narrativas sobre as tecnologias alternativas de produção, entre a Emater e o CTA. No início dos anos 2000, quando é criado o Território, as organizações sociais que se mobilizaram em torno desse discurso possuíam maior articulação política e maior capacidade de impor seu poder de representação nos espaços públicos de participação (a proposta do CTA foi aprovada e foram os sindicatos que indicaram os agricultores e agricultoras para participarem do Colegiado).

As rivalidades surgidas (ou ressurgidas) no processo de composição e funcionamento do Colegiado demonstram, contudo, que a legitimidade e o poder de representação dos sindicatos continuavam sendo um foco importante de tensão. Um eixo de conflito importante que se configurava no Território ocorria entre lideranças sindicais e representantes do poder público municipal que compunham o Colegiado Territorial. Esses conflitos tinham um lastro importante nas disputas eleitorais desses municípios, iniciadas principalmente nos anos 1980, quando as lideranças organizadas a partir das CEBs e dos sindicatos fundaram também núcleos do Partido dos Trabalhadores nesses municípios e passaram a disputar as eleições municipais, inicialmente para os cargos de vereador (a) e, mais adiante, para o executivo municipal. Essas disputas foram transpostas para o espaço da política pública, tanto envolvendo recursos para os projetos quanto a legitimidade de representação da agricultura familiar dos municípios do Território. As implicações disso para a dinâmica local estão relacionadas, como tratamos acima, ao acesso a maiores quantidades de recursos pelos municípios em que havia parcerias melhores estabelecidas entre lideranças do poder público e da sociedade civil. Além disso, implicava também numa melhor execução e funcionamento dos projetos territoriais após sua aprovação pelo Colegiado.

Embora o Território tenha contribuído para uma maior interação e, em alguns casos, aproximação entre os atores da sociedade civil e do poder público, como argumenta Freitas (2015), as relações entre esses atores eram constantemente tensionadas em momentos de divisão de recursos, priorização de projetos e definições institucionais da política. Um importante ponto de análise a respeito de como a dinâmica da política pública interferiu na relação entre esses atores são os projetos territoriais. Como trataremos com mais detalhes no tópico seguinte do texto, o modo como esses projetos eram levados ao Colegiado Territorial, o seu processo de concertação e priorização e as etapas de implementação (contratação, construção/compra e funcionamento) apontam importantes aspectos sobre os conflitos existentes entre as prefeituras e as organizações sociais da agricultura familiar. No caso do TSB, a construção de uma estratégia participativa de monitoramento desses projetos, que apresentaremos a seguir, permitiu elucidar, além de outras questões, como esses inúmeros conflitos foram decisivos nos resultados da política territorial local.

4.2.2 A experiência participativa de monitoramento de projetos e o engajamento das organizações sociais na implementação da política territorial

A política territorial e seu papel na dinâmica social da agricultura familiar da Zona da Mata a partir do início dos anos 2000 é um aspecto importante da análise proposta nesse estudo considerando, principalmente, o engajamento que tiveram as lideranças das organizações sociais da região, principalmente sindicatos, associações, cooperativas e organizações não-governamentais na construção da política e na garantia do seu funcionamento. Não apenas na mobilização para tornar o conjunto de municípios um território reconhecido pela SDT/MDA, mas em todo o processo de implementação da política, de dar vida à normativa construída pelo Ministério, uma vez que ela apresentava uma mistura complexa de inovação, no que se refere ao formato institucional, combinada à exigência de dedicação de tempo das lideranças para que

de fato sua dinâmica funcionasse. A organização dos espaços participativos que formavam a política, a elaboração e definição de projetos prioritários ao desenvolvimento do Território e a articulação do conjunto de atores existentes no grupo de municípios que o compunham exigiu das lideranças, além de tempo livre, dedicação às atividades, renúncia a projetos localizados, disponibilidade e disposição para implementar a política territorial, para, literalmente, fazer a política funcionar.

A contrapartida dessa dedicação era, além do aprendizado proporcionado por meio da participação nesses espaços, o acúmulo de capital político gerado pelos projetos de investimento aprovados para os municípios e cuja gestão caberia às organizações que, embora não fossem executoras dos recursos, papel ocupado pelas prefeituras, poderiam receber o mérito de levar aos municípios projetos financiados pelo MDA. O Colegiado se configurava como espaço privilegiado de participação e implementação da política, como reforçou Freitas (2011), e os projetos territoriais eram um resultado importante do seu sucesso. Resultado esse que poderia ser levado aos municípios por seus representantes como fruto da dedicação investida na implementação da política.

Aprovar um projeto para determinado município era uma vitória não apenas das prefeituras, mas principalmente das organizações de representação da agricultura familiar, pela articulação política construída com o poder público municipal, exigida pelo Colegiado como critério para aprovação dos projetos. Era lida como uma vitória perante todo o coletivo, considerando a recorrente disputa que se fazia todos os anos diante dos escassos recursos disponibilizados⁹³.

Diante desse cenário de disputa que se formava, a aprovação de projetos se configurava como um efeito relevante da participação das organizações sociais, enquanto investimento de tempo e recursos na política, tornando necessária uma investigação dos projetos como parte do processo de fazer a política funcionar e garantir sua efetividade. Nesse contexto, foi criado no Território da Serra do Brigadeiro um processo participativo de monitoramento de projetos, reconhecido pelo MDA em 2010 como a principal experiência de monitoramento do Programa e eleito como uma das boas práticas apresentadas no Salão Nacional dos Territórios⁹⁴. Além de considerar o reconhecimento institucional da experiência, julgamos importante apresentá-la nesse estudo à medida que sua análise pode contribuir para que possamos compreendê-la como resultado do engajamento e participação das organizações e movimentos sociais no processo de implementação da política territorial.

Na Serra do Brigadeiro, desde 2003, início da constituição do Território, foram construídos pelas instâncias territoriais vários critérios buscando assegurar a gestão e o controle social sobre os recursos e projetos implementados, exigindo no ato da apresentação dos

⁹³ O TSB recebia em média cerca de quinhentos mil reais por ano para ser dividido entre os projetos apresentados pelos atores sociais do Colegiado Territorial.

⁹⁴ A experiência foi apresentada no II Salão Nacional dos Territórios Rurais, em Brasília, sob o título “O monitoramento participativo de projetos territoriais na Serra do Brigadeiro” (BRASIL, 2010). O Salão Nacional dos Territórios Rurais era organizado pela SDT/MDA. Tinha como objetivo central apresentar o tema do desenvolvimento territorial materializado nas ações capazes de inovar e transformar a realidade do Brasil rural. O encontro visava oferecer um espaço favorável para debater a articulação de políticas públicas destinadas a promoção do desenvolvimento rural, além de dar visibilidade às ações protagonizadas pelos atores sociais nos Territórios Rurais. Os dois Salões, realizados em 2006 e 2010, reuniram em um mesmo espaço mais de 500 representantes dos territórios em diálogo com gestores de políticas públicas, formadores de opinião, políticos e estudiosos do desenvolvimento, instituições parceiras, entidades públicas privadas. Na segunda edição do evento, em 2010, foram apresentadas 143 Boas Práticas Territoriais, experiências e projetos desenvolvidos nos Territórios em diversas áreas, tais como: Fortalecimento da Gestão Social, Redes Sociais de Cooperação, Articulação de Políticas Públicas, Sustentabilidade Ambiental; e Cultura e Identidade. Nas duas edições participaram cerca de duas mil pessoas. Entre os participantes, estiveram representantes de Colegiados Territoriais, gestores (as) públicos, parlamentares, lideranças de movimentos sociais rurais, universidades, jornalistas e instituições de fomentos de pesquisa.

projetos, para sua priorização, disposição dos proponentes para implementação de metodologias participativas para o envolvimento das organizações representativas dos (as) agricultores (as) e a transparência na prestação de contas. A partir de 2007, somou-se a essas iniciativas a exigência da apresentação de um Termo de Compromisso ou Termo de Gestão Compartilhada como forma institucional de regulamentar publicamente os compromissos dos executores (prefeituras) e gestores (organizações sociais) em promover e garantir a gestão social dos recursos. Tratava-se de um documento em que representantes do poder público e das organizações se comprometiam com a implementação participativa dos projetos apoiados pelo Proinf⁹⁵.

À medida que esses recursos foram executados nos municípios e as primeiras infraestruturas planejadas no âmbito territorial começaram a ser concluídas, tornou-se evidente a problemática da efetiva participação social na implementação dos projetos. Embora a participação do Colegiado na gestão dos projetos em nível municipal fosse um compromisso feito com base em critérios objetivos de seleção e externalizada em documentos formais, não estavam claras as formas como esse processo deveria acontecer no cotidiano de implementação dos projetos apoiados pela política pública.

A construção de uma estratégia de monitoramento se deu a partir da necessidade do Colegiado de acompanhar a implementação dos projetos territoriais após sua aprovação. A falta de informações sobre a implementação começou a interferir de forma negativa no momento de priorização de novas ações, além de inviabilizar a intervenção e participação das instâncias territoriais de gestão no funcionamento dos projetos. Com os recursos do programa sendo disponibilizados ano a ano para a definição de novos projetos territoriais, sem as informações sobre quais projetos já haviam sido concluídos, quais estavam funcionando ou quais não haviam sido implementados, os membros do Colegiado ficavam impossibilitados de fazer uma avaliação a respeito de quais prefeituras tinham condições de executar novos projetos. Embora houvesse uma circulação dessas informações entre os representantes das prefeituras e das organizações que compartilhavam os momentos de participação no Colegiado, pouco se sabia ao certo sobre o rumo de muitos projetos que haviam sido aprovados. À medida que a problemática da desinformação veio à tona, os representantes das organizações da sociedade civil e dos órgãos públicos começaram a perceber que as dificuldades não estavam apenas no nível territorial, mas, principalmente, no nível municipal, uma vez que, em grande parte dos casos, não havia uma gestão compartilhada dos projetos entre as prefeituras e as organizações sociais da agricultura familiar dos municípios. Muitas vezes, os agricultores/as representantes das organizações sociais dos municípios no Colegiado não traziam a informação por desconhecimento da situação dos projetos.

Essas questões tornaram ainda mais urgente o monitoramento que, a princípio, esbarrava em três limites aparentes. O primeiro deles era sobre o que monitorar, uma vez que o Colegiado não possuía muito mais que planos de trabalhos e outros documentos arquivados em períodos de análise e aprovação de projetos. Após seis anos de Programa, não havia informações institucionais precisas sobre o que de fato havia sido contratado, quais recursos haviam sido perdidos, o que estava concluído, entre outras questões. A responsabilidade pelo levantamento, organização e disponibilização dessas informações era o próprio Colegiado. Entretanto, desde

⁹⁵ Na linguagem da política pública, os executores dos projetos de infraestrutura eram as prefeituras municipais, enquanto os gestores eram, por excelência, as organizações sociais. Cada projeto apresentado ao Colegiado deveria ter a indicação do responsável pela sua execução, ou seja, seu executor, e o responsável por gerir seu funcionamento. A gestão, em boa parte dos casos, ficava à cargo das organizações sociais. De maneira geral, essa era também uma exigência das normativas da política pública que indicava como gestoras primeiras das infraestruturas as organizações da agricultura familiar, buscando garantir que os projetos atendessem aos seus beneficiários e tentando garantir a não repetição de erros apontados na execução do Proinf, cujos anos iniciais, anteriores à política territorial, tornaram-se fáceis instrumentos no campo de disputa municipal.

a homologação do TSB, em 2003, até 2008, esse trabalho ainda não havia sido feito. Outro limite eram os meios materiais para realizar o monitoramento, tendo em vista que a SDT/MDA não havia disponibilizado recursos especificamente para esse fim e escrever um projeto e esperar a chegada de um novo recurso levaria um tempo muito grande e a espera seria inviável. Sobre isso, é importante observar que algumas organizações com atuação estadual, como a Cáritas, foram financiadas pelo MDA para realizar um monitoramento no Território. No entanto, nunca houve um retorno efetivo dessas experiências e o Colegiado não possuía nenhum material a respeito. A partir daí se impunha outra questão, quem deveria fazer esse monitoramento? Embora o regimento previsse que a tarefa de monitorar as ações do Território fosse função de todas as instâncias territoriais de gestão, ou seja, do Colegiado, do Grupo Gestor e da Secretaria Executiva ou Articulação Territorial, na prática isso ainda não havia se efetivado.

Em 2008, o Colegiado definiu alguns pontos estratégicos para a realização de um trabalho de monitoramento participativo dos projetos territoriais. Primeiramente, foi necessário realizar a identificação de todos os contratos feitos com os recursos do Pronat nos seis anos de funcionamento da política no Território para, em seguida, planejar uma atuação em campo junto aos executores e gestores nos municípios. Para isso, foram utilizados os recursos disponíveis anualmente através do projeto de apoio à gestão social, para o custeio do transporte, alimentação e material de consumo, não sendo possível a remuneração em horas técnicas para os envolvidos nas atividades, implicando que as lideranças que participaram do monitoramento o fizessem com parte dos recursos financeiros vindo de suas próprias organizações. Por último, o Colegiado definiu que o monitoramento deveria ser realizado pelos próprios atores sociais participantes do Colegiado, com o apoio das organizações sociais do Território e da Secretaria Executiva, que deveriam criar os meios e materiais metodológicos para o trabalho.

A primeira etapa do monitoramento no Território foi realizada em 2008 e consistiu num trabalho inicial de levantamento de informações sobre todos os projetos aprovados pelo Colegiado Territorial desde 2003. Seu objetivo era obter um quadro dos projetos e gerar subsídios para novas ações de monitoramento. A coleta de dados foi realizada pelos atores sociais do Colegiado, por meio de Fichas de Monitoramento, um formulário simples com algumas questões sobre os projetos que deveriam ser respondidas por representantes do executor, geralmente um representante das prefeituras, e do gestor, um representante das organizações da agricultura familiar⁹⁶. Após preenchidas, as fichas eram enviadas de volta ao Colegiado. As informações coletadas nessa primeira etapa do monitoramento participativo permitiram conhecer e analisar o montante de recursos acessados, diagnosticar o número e a situação desses projetos nos municípios do Território, e perceber algumas questões relacionadas à gestão e ao funcionamento dos projetos. Um dos principais resultados desse trabalho foi a formação da Comissão de Monitoramento, que institucionalizou no âmbito territorial o trabalho de acompanhamento dos projetos e foi formada a partir dos membros do Colegiado Territorial e composta por representantes das organizações não-governamentais CTA, Ceifar, Cepec, Iracambi, Associação Regional, pelos sindicatos de trabalhadores/as rurais de Muriaé e Miradouro e por um representante do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

O monitoramento dos projetos foi realizado pelos próprios atores sociais do Território, representantes do poder público e da sociedade civil, organizados em uma Comissão de

⁹⁶ Foi definido pela Comissão de Monitoramento, em acordo com o Colegiado, que quem deveria receber a Comissão nas visitas aos projetos, fornecer as informações e condições necessárias para a realização do monitoramento, como preencher as Fichas, eram os representantes da Prefeitura Municipal e da organização social gestora do projeto, que podiam ser sindicatos, associações, cooperativas ou ONGs. Era indicado também que os membros do Colegiado do município visitado acompanhassem as visitas, quando fosse possível, considerando que esses atores teriam também informações sobre as diferentes etapas do projeto, desde a elaboração, incluindo a aprovação no Colegiado, a execução e a gestão e funcionamento.

Monitoramento, formada a partir do Colegiado. As etapas do trabalho compreenderam o planejamento das ações, a organização e realização das visitas aos municípios e a sistematização e socialização dos dados junto às instâncias territoriais. As ações para realização do monitoramento foram planejadas de forma conjunta entre a comissão e as instâncias territoriais que utilizaram como norte os dados e resultados obtidos com o monitoramento inicial realizado em 2008. Esses resultados demonstraram que havia um cenário preocupante de contratos de investimento paralisados e atrasados, recursos mal executados e muita infraestrutura parada por problemas diversos. A seguir apresentamos um quadro dos recursos investidos por município indicando onde havia metas/projetos em andamento e finalizados.

Município	Valor	Número de Metas	Concluídas	Em andamento	Paralisadas	Em funcionamento
Ervália	R\$ 547.084,73	7	3	2	2	3
Araponga	R\$ 924.687,62	14	14	0	0	14
Rosário da Limeira	R\$ 612.777,00	12	5	2	5	5
Muriae	R\$ 207.760,99	3	2	1	0	3
Fervedouro	R\$ 229.926,03	4	3	1	0	1
Pedra Bonita	R\$ 86.000,00	3	3	0	0	0
Miradouro	R\$ 586.645,76	9	7	2	0	5
Divino	R\$ 404.304,00	9	6	3	0	2
Total Território	R\$ 3.599.186,13	61	43	11	7	33

Figura 6: Situação das metas/projetos nos municípios do Território no ano de 2008/2009
Fonte: Relatórios de Gestão Social do TSB (2003 a 2010)

De maneira geral, os objetivos do monitoramento foram conhecer e atualizar os dados sobre a situação dos projetos para compreender os principais entraves, limites e potencialidades relacionados à execução e gestão. Além disso, servia para garantir a existência de um fluxo perene de informações que permitissem ao Colegiado gerar e aprimorar instrumentos de intervenção e controle social. Dessa forma, o monitoramento também visava aperfeiçoar o processo de elaboração e priorização de novos projetos através da qualificação de critérios e da proposição de novas metodologias. Na segunda etapa desse processo, ocorrida no ano de 2009, os principais objetivos do trabalho de monitoramento foram conhecer *in loco* os projetos territoriais apoiados pelo Pronat, ao longo dos seis anos de sua implementação, e promover um momento de intercâmbio com seus executores e gestores com vistas a buscar informações que pudessem garantir, entre outras coisas, um melhor entendimento de todo o processo de execução e gestão dos projetos e o planejamento de novas ações para o fortalecimento da participação no Território.

A ida aos municípios buscou conhecer obras, equipamentos, veículos, maquinários e toda a infraestrutura descrita nas metas; conversar com os atores envolvidos diretamente com a fase de execução e com a gestão dos projetos; e informar e divulgar o monitoramento e sua importância em um momento coletivo mais amplo. As visitas de monitoramento foram realizadas em três momentos. O primeiro deles compreendeu a ida às obras e possibilitou, portanto, conhecer todos os bens construídos e adquiridos com os recursos do Território. Esse momento possibilitou averiguar as condições físicas das obras, o local de construção, a instalação e armazenamento dos equipamentos, móveis e veículos. Principalmente, foi possível

ver a real condição de uso desses bens e confrontar com o objetivo previsto nos projetos técnicos.

O momento seguinte incluiu uma reunião conjunta entre a Comissão de Monitoramento e os representantes das prefeituras e das organizações sociais ligadas aos projetos, incluindo sindicatos, associações e também os CMDRS. Para nortear a conversa, foram utilizados formulários simples com questões sobre a situação física e de gestão das metas de investimento do município. O objetivo do uso desses formulários foi garantir o registro e facilitar a sistematização das informações dadas pelos atores sociais dos municípios. Um ponto importante é que essas fichas/formulários de monitoramento foram materiais simples que podiam ser manuseados por técnicos/as e por agricultores/as⁹⁷.

O monitoramento buscou promover um espaço de interação entre os atores sociais do município para que juntos eles pudessem fornecer informações e discutir a situação dos projetos territoriais. Duas coisas foram relevantes para o bom andamento das visitas e o alcance dos objetivos propostos pelo monitoramento. Uma delas foi a organização do material com as informações sobre os projetos, metas e contratos de cada município. Esses documentos permitiram à Comissão ter um panorama prévio do que deveria ser visto, observado e monitorado. A outra foi a mobilização dos atores locais para o acolhimento da Comissão e a organização do material institucional sobre os projetos do município, como ofícios, documentos de licitação, contratos financeiros, contratos de comodato, termo de gestão, entre outros (Caderno de Campo, 2009).

Nesse sentido, a comissão encontrou algumas dificuldades onde não havia pessoas que soubessem fornecer informações sobre os projetos. Em alguns municípios os representantes do poder público e da sociedade civil não possuíam documentos e não sabiam informar valores, motivos de paralisação de uma obra, causas da mudança de um terreno. Nesses casos, foi possível observar a dimensão das fragilidades de gestão de alguns projetos que se manifesta no desconhecimento de informações mínimas, no sumiço da chave de uma obra e, até, na falta de

⁹⁷ Foram elaborados três tipos diferentes de formulários de monitoramento conforme os estágios de execução da meta, sendo formulários para metas concluídas, metas em andamento e metas paralisadas ou canceladas. Os motivos dessa discriminação estavam relacionados à necessidade de obter informações específicas de cada meta, não de cada projeto, considerando que um projeto poderia ter duas ou mais metas que eram executadas, física e financeiramente, de forma independente. Desse modo, era comum haver metas de um mesmo projeto em situações diferentes, com problemas diferentes. Ao mesmo tempo, dependendo da situação de uma determinada meta, havia questões importantes para serem feitas que podiam não se aplicar as demais. Não obstante, era necessário o registro dos dados gerais como número do contrato, ano de contratação, valores, organização gestora. Logo, essas questões compunham o cabeçalho de todos os formulários para que no começo da reunião com os executores e gestores fosse possível identificar quais metas aprovadas pelo colegiado haviam sido realmente contratadas, quando ocorreu a contratação, qual seu valor real, localização e qual a situação da meta no momento do monitoramento. A partir dessas questões outras eram feitas sobre a execução e a gestão da meta. Em se tratando de metas já concluídas, as questões iam no sentido de saber o ano de conclusão, para conhecer e medir possíveis atrasos, identificar a organização gestora e demais envolvidos, averiguar se houve o repasse dos bens após sua conclusão, considerando repasse a entrega ou disponibilização formal ou informal do bem a organização gestora, se foi assinado contrato de comodato, formalizando as responsabilidades sobre os projetos, e se o bem adquirido ou construído está funcionando, de acordo ou não com o objetivo previsto no projeto aprovado pelo Colegiado. Para as metas que ainda estavam em andamento, as questões buscavam obter um detalhamento da execução física e financeira da meta, para apurar o que já havia sido feito, e saber dos envolvidos qual a perspectiva de conclusão da meta e quais suas expectativas após essa conclusão. Com relação às metas paralisadas ou canceladas, buscou-se conhecer os motivos dessa paralisação ou cancelamento. As demais perguntas dos formulários buscavam trazer à tona possíveis problemas, dificuldades e contradições relacionadas à execução (compra, prestação de contas, entrega), ao uso, ao funcionamento e gestão das metas. Além disso, neles havia espaço para que os atores sociais do município pudessem fazer observações diversas e apontar de que forma as instancias territoriais poderiam intervir diante da situação apresentada. Por último, os membros da comissão também podiam anotar nesses documentos algumas impressões, percepções, ou mesmo recomendações, ou quaisquer outras observações sobre a visita ou sobre as informações anotadas.

informação sobre o próprio objetivo do projeto. Em contraposição, nos municípios nos quais houve um bom envolvimento dos representantes foi possível obter dados mais seguros sobre as metas dos contratos, manusear documentos sobre a execução físico-financeira, entrar nas edificações e ver todos os equipamentos e veículos.

Foram, principalmente, sobre os aspectos da fase de implementação que incidiu o trabalho de monitoramento. Sua realização conseguiu mobilizar e sensibilizar os atores sociais dos municípios do Território para a importância do processo contínuo de acompanhamento como forma de garantir o controle social dos projetos priorizados pelo Colegiado e promover a gestão social do desenvolvimento territorial. Além disso, demonstrou que ações participativas geradas a partir de demandas coletivas e implementadas através de métodos simples são eficazes no processo de construção e implementação de uma estratégia de monitoramento.

O monitoramento realizado por aqueles que acompanharam, desde o princípio, a elaboração e execução do PTDRS e a aprovação dos projetos no colegiado permitiu agregar elementos e informações que não seriam de tal forma comum a atores externos. Os participantes do Colegiado possuíam informações sobre conflitos existentes nos municípios entre os sindicatos e as prefeituras, ou mesmo entre lideranças que participavam das organizações sociais e membros do executivo e do legislativo municipal. Esse conhecimento acerca das rivalidades que existiam entre representantes da sociedade civil e do poder público que participavam do Colegiado motivou a realização do monitoramento como forma de conferir junto aos municípios se essas rivalidades não estariam travando a implementação dos projetos priorizados ou impedindo sua execução e funcionamento. Realizar o monitoramento, nesse sentido, também funcionou como uma estratégia institucionalizada, que partia do espaço institucional para desvelar as consequências dos conflitos para a implementação da política.

A formação de uma Comissão de Monitoramento a partir do Colegiado qualificou a intervenção feita junto aos executores e gestores, prefeituras e organizações sociais, à medida que permitiu elucidar e confrontar informações sobre a situação dos projetos com aquelas fornecidas no âmbito de sua proposição e priorização no Território. O fato de aqueles que estavam monitorando terem feito parte da aprovação do projeto e conhecerem os compromissos assumidos naquele momento imprimiu legitimidade ao trabalho de monitoramento tanto no ato de sua realização quanto no momento da socialização dos resultados junto às instâncias territoriais.

Desde o início, o monitoramento aconteceu de forma participativa, como resultado de uma demanda construída e executada pelo próprio Colegiado, suas instâncias, as organizações sociais e os representantes dos municípios. Mais que isso, o monitoramento foi resultado do crescente incômodo, principalmente das organizações de representação política da agricultura familiar quanto ao rumo dos recursos públicos que chegavam e quanto aos resultados dos projetos para os agricultores e agricultoras. Foram, principalmente, as lideranças dos sindicatos, associações e ONGs que implementaram a iniciativa, confirmando o engajamento que essas lideranças tiveram em relação à política de desenvolvimento territorial e o funcionamento do Território como um espaço de fortalecimento da agricultura familiar dos municípios. Tal engajamento, percebido e contado pelas lideranças ouvidas na pesquisa corrobora a tese apresentada por Schneider, Silva e Marques (2009) de que atores sociais que acumulam um aprendizado de participação vindo de movimentos e organizações sociais possuem mais condições efetivas de interferir nos processos de implementação de políticas públicas, como ocorreu no caso da política territorial e sua experiência entre as organizações da agricultura familiar da Zona da Mata, reforçada pela experiência de criação de um monitoramento participativo no âmbito da política.

Nesse mesmo sentido, Freitas (2015) observa que

[...] o TSB, mais do que uma política pública do governo federal, é reflexo de uma construção histórica marcada pela formação de uma rede de atores

sociais, ou melhor, formação de redes sociais, já que conectavam pessoas, iniciadas desde as CEBs e o MOBON e reforçadas com a redefinição da proposta de criação do PESB. Os conflitos são marcantes em todos os episódios históricos, sempre reconfigurando as relações sociais e definindo as posições e oposições na estrutura social da região. Pode-se afirmar, ainda, que o TSB faz parte de um contexto de formação dos agricultores familiares como sujeitos políticos na Zona da Mata Mineira e é incorporado como espaço de organização e intervenção destes (FREITAS, 2015, 129)

O monitoramento possibilitou, além de atualizar as informações sobre os recursos do Proinf contratados em todo Território, identificar os problemas e fragilidades presentes em todas as etapas de implementação dos projetos. Apontou que a atuação da prefeitura municipal interfere diretamente para o alcance dos objetivos dos projetos territoriais, muitas vezes determinando seu sucesso ou seu fracasso, a exemplo de casos de projetos que não funcionam ou funcionam mal devido a compra de equipamentos de má qualidade, a construção de infraestruturas em locais inadequados ou os casos em que as prefeituras possibilitam por meio de outros recursos de seu orçamento uma determinada complementação imprescindível ao funcionamento dos projetos⁹⁸.

A situação diagnosticada deu contornos claros aos limites e potencialidades das organizações sociais enquanto gestoras do processo de implementação dos projetos territoriais. Os documentos produzidos evidenciam que muitas organizações sociais não possuíam recursos e corpo técnico suficientes para assumir de forma objetiva a gestão de alguns projetos territoriais, apesar do compromisso feito junto ao Colegiado. Os compromissos formais feitos a partir de critérios e documentos não garantem, de antemão, uma intervenção equilibrada entre poder público e sociedade civil na implementação e no funcionamento dos projetos territoriais. Quando esses compromissos não se traduzem em divisão de custos e tarefas, a gestão compartilhada de bens públicos prevista pela política pública, em grande parte dos casos, não se efetiva e pode se transformar em um problema para as organizações sociais.

Outro aspecto relevante é que, apesar das organizações sociais da agricultura familiar, como os sindicatos, estarem inseridas nos espaços de decisão do Território (Colegiado e o Grupo Gestor), seriam necessários outros instrumentos de concertação que pudessem garantir seu protagonismo em todos os espaços e etapas do desenvolvimento territorial, como a execução dos recursos nos municípios, principalmente. Trata-se aqui, em alguma medida, de construir formas de garantir que os atores sociais das organizações teriam suas demandas atendidas durante a execução dos projetos territoriais, seja por meio de espaços de discussão e tomada de decisão internas nos municípios, junto às prefeituras, seja por meio de ferramentas legais, como contratos e termos de compromisso, em que essa interferência pudesse ser garantida. A ausência de interação entre a prefeitura e as organizações sociais dos/as agricultores/as familiares em momentos essenciais ao bom funcionamento dos projetos se apresentou como um entrave ao bom funcionamento da política. No caso da execução de obras, por exemplo, a definição do terreno, da localização da obra, a discussão do projeto técnico, todas essas etapas encontravam dificuldades de execução onde não existia um bom diálogo entre os atores do poder público envolvidos com essa execução e os atores da sociedade civil que irão gerir o projeto, que terão o desafio de fazê-lo funcionar na prática. A falta de informações afetava demasiadamente a intervenção das organizações, especialmente em

⁹⁸ Nos documentos produzidos pela Comissão de Monitoramento e pelo Colegiado, também foram registradas informações sobre os inúmeros problemas enfrentados pelas prefeituras do Território para executar recursos públicos indicando os entraves causados pela legislação, pelos longos e morosos processos licitatórios, pelas dificuldades impostas pelo agente financeiro, pelos limites operacionais e técnicos pelos quais passam grande parte dos municípios.

municípios nos quais elas não eram atuantes junto à sua base social ou apresentavam um histórico de desmobilização.

Uma conclusão apresentada nos relatórios da Comissão de Monitoramento é a de que o sucesso de um projeto no âmbito da política pública de desenvolvimento territorial dependia, além de sua viabilidade econômica, do engajamento de sua base social, da articulação e envolvimento da sociedade em torno de seus objetivos e da interação entre o poder público e as organizações sociais na sua implementação⁹⁹.

O monitoramento permitiu a qualificação do processo de análise dos projetos pelo Colegiado e as decisões sobre novas possibilidades de alocação de recursos no Território¹⁰⁰. Além disso, contribuiu para a inserção de fatores técnicos na aprovação e priorização de projetos em contraposição, em tese, a primazia de fatores políticos que não raras vezes determinou o rumo das decisões do Colegiado e da distribuição dos recursos do Pronat, conforme analisam Favareto e Schroder (2007). A experiência contribuiu, em certa medida, para qualificar a alocação de novos recursos e evitar diversos problemas à medida que permitiu acompanhar os projetos de maneira qualitativa de modo a identificar os problemas de natureza política, social e cultural presentes no processo de implementação do Pronat.

A experiência analisada ilustra como o Colegiado Territorial, em casos como esse, criou condições para que um número significativo de atores sociais compartilhasse momentos de diálogo, formação e interação. No caso do TSB indicou também a centralidade da participação das organizações sociais da agricultura familiar na implementação e consolidação da política. É inegável a existência nesse Território do protagonismo dessas organizações influenciando na alocação de recursos, no funcionamento dos projetos e na execução cotidiana da política pública, compondo seus espaços de participação e criando estratégias de controle social, como foi o caso da experiência de monitoramento apresentada.

Outro aspecto relevante que pode ser considerado um resultado da implementação da política foi a possibilidade de criação de novos espaços de diálogo entre os atores sociais da agricultura familiar nesse Território, os quais haviam passado no início dos anos 2000 mil por um rompimento político. O Território foi um dos primeiros espaços em que lideranças políticas rompidas que se colocaram de um lado e de outro entre as divergências ocorridas na região, puderam novamente se encontrar num novo espaço institucional. A seguir trazemos alguns depoimentos apresentados por Freitas (2011) em seu trabalho de pesquisa sobre o Território,

Uma coisa que vejo como positiva, é que a região de Muriaé é ligada à FETAEMG e Ervália e à FETRAF, então assim foi meio que um reencontro, o pessoal teve uma separação. O território foi um espaço para reencontrar grupos que tinham se distanciado. (Entrevista concedida por um conselheiro, representante de organização da sociedade civil, a Alan Ferreira de Freitas) (FREITAS, 2011, p. 141)

⁹⁹ A partir de 2008, o Colegiado agregou o histórico de execução e gestão das metas do município como um critério para seleção de novos proponentes e projetos territoriais. Isso só foi possível por que com o monitoramento o colegiado pode ter um panorama das metas e identificar problemas locais relacionados à implementação dos projetos. A implicação desse novo critério foi a alocação/aplicação de novos recursos em municípios onde os recursos anteriormente contratados através do Pronat havia se traduzido em projetos em situação normal de execução, sem atrasos ou perdas financeiras, com infraestruturas em funcionamento mínimo. O conhecimento desse histórico, proporcionado pelo monitoramento, dificultou a aprovação de recursos e projetos para municípios que apresentavam um quadro complexo de metas atrasadas, paralisadas e canceladas, e projetos concluídos sem funcionamento.

¹⁰⁰ Em 2009, foi formada pelo Colegiado Territorial uma comissão com técnicos/as e agricultores/as com a função de se debruçar sobre os projetos propostos e analisar a consistência de seu orçamento, sua articulação com outras iniciativas, sua coerência com o PTDRS e com os critérios, no sentido identificar pontos relevantes para subsidiar a análise feita pelo colegiado para a priorização. Essa inovação qualificou a rodada de aprovação de novos projetos realizada nesse ano uma vez que agregou informações trazidos pelo monitoramento as quais eram, anteriormente, pouco consideradas devido à superficialidade do processo de análise dos projetos.

Antigamente era difícil sentar para conversar com outras organizações. A região, o território, o colegiado, favoreceu o planejamento das ações. Claro pode melhorar muito ainda, mas em vista do que era... Com o poder público ainda é uma relação difícil. (Entrevista concedida por um conselheiro, representante de organização da sociedade civil, a Alan Ferreira de Freitas) (FREITAS, 2011, p. 141)

Então, aí eu acho que a junção foi de começar um novo diálogo, porque eu acho que começou a dialogar. E aí logo em seguida veio os territórios, que eu acho que foi onde aproximou mais a região, porque todos municípios tinham interesse, precisavam ser aprovadas as propostas no conselho do território, que você acompanhou melhor do que eu. Ou a gente se discute coletivamente ou as prefeituras vão levar, ou outros vão levar, acho que isso aproximou bastante assim, nesse sentido. Que pena que perdeu aquela afinidade, aquele gás que tinha antes, porque eu vejo que é onde nós temos o maior número de liderança, o maior número de potencial, assim (Juseleno da Silva, entrevista concedida à Elisa de Jesus Garcia, no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG)

A transversalidade da política territorial, seu papel significativo para informar e articular diferentes atores, acordar funções, socializar informações e experiências sobre a implementação de diferentes políticas de desenvolvimento territorial e envolver atores sociais, em muitos casos, excluídos dos processos decisórios, constituem algumas das principais características que compuseram sua singularidade e reforçam sua importância para a promoção do desenvolvimento rural.

Embora o Colegiado fosse um espaço de disputa por recursos e capital político por excelência também foi um espaço de articulação e conhecimento dessa diversidade pelos próprios atores da política. Tornou-se comum os grupos sociais envolvidos na base da política terem não apenas momentos para expressar demandas, mas para socializar reflexões sobre suas características e especificidades, realizar balanços sobre suas diferentes realidades e desafios frente às diversas conjunturas relacionadas ao desenvolvimento rural. Esses momentos de socialização e aprendizado ocorreram nos colegiados, nos Territórios, mas também em âmbito estadual e nacional em diferentes espaços promovidos para a execução da política pública, como fóruns, Conferências de desenvolvimento rural sustentável e solidário, Salões Nacionais dos Territórios, além das diferentes conferências temáticas realizadas nos mais de dez anos em torno dos temas transversais ao desenvolvimento rural, como segurança alimentar, assistência técnica e extensão rural, juventude, entre outros.

4.2.3 As políticas públicas e a criação de novas organizações sociais

Na região da pesquisa, a criação de novas organizações sociais pelas lideranças da agricultura familiar se configura como um processo importante para compreender as relações entre os movimentos sociais e o Estado. Desde a década de 1980, a organização política dos agricultores e agricultoras ocorreu principalmente por meio da fundação de sindicatos, como analisamos nos primeiros capítulos dessa tese. Na década de 1990, o crescimento da pauta da organização produtiva da agricultura familiar estimulou a criação de associações comunitárias nas CEBs que compunham a base social desse movimento. A criação da Associação Regional, em 1996, representou, também nesse período, a adaptação organizacional das lideranças para, além de realizar as ações de articulação e formação políticas, promover ações relacionadas à comercialização de produtos, organização da produção e acesso a recursos públicos.

As primeiras experiências de implementação de políticas públicas, principalmente de comercialização de produtos da agricultura familiar, aconteceram por meio da Associação

Regional, como ocorreu, por exemplo, com a venda de produtos da região para a prefeitura de Belo Horizonte no final da década de 1990. A criação da marca Sítio Mineiro, também ocorrida via Associação Regional, sintetiza, nesse mesmo sentido, uma das primeiras tentativas das lideranças em aprimorar, em nível regional, os instrumentos para a comercialização coletiva e o acesso aos recursos públicos.

Com a criação das políticas públicas de acesso ao mercado institucional, como o PAA, e a regulamentação da compra de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, em 2003¹⁰¹, a garantia do acesso a esses programas passou a ser um importante foco de ação das organizações sociais no que diz respeito à organização da produção e a comercialização de produtos. Uma das principais características desses dois programas é que a compra institucional realizada pelos órgãos públicos, em âmbito federal no caso do PAA e em âmbito municipal no caso do PNAE, só seria possível por meio de cooperativas e associações, excluídas as possibilidades de compras individuais ou por meio dos sindicatos. A restrição sofrida pelos sindicatos à possibilidade de comercializar produtos, estimulou esse conjunto de lideranças a criar, a partir de sua base social e com o apoio dos sindicatos, associações e cooperativas municipais ou regionais para garantir acesso às políticas. Um aspecto importante a ser ressaltado é a exigência feita pelos dois programas de que tanto as cooperativas quanto as associações precisavam ter a DAP Jurídica, documento emitido pelo MDA para aquelas organizações que atendessem um conjunto de exigências, para garantir sua participação enquanto mediadora dos processos de compra e venda institucional. De maneira geral, deveriam comprovar que sua base social principal eram os agricultores e agricultoras familiares.

Embora os processos anteriores de criação de associações e cooperativas pelos movimentos fossem também resultado de uma complexificação organizacional e de um processo contínuo de institucionalização política, como ocorreu com a Associação Regional, no caso das novas organizações que foram criadas seu processo de constituição ocorreu fortemente marcado pelas normativas das políticas públicas, ou seja, para atender às demandas criadas por meio do governo para garantir sua ação política. A novidade é que, principalmente a partir do início dos anos 2000, com a eleição do Lula e o fortalecimento do MDA, o governo incide de forma direta nos processos de institucionalização por meio das estruturas e normativas das políticas públicas. Se o Estado compôs durante as décadas anteriores os discursos de oposição e contestação nos movimentos, ele passa a ser provedor do acesso a direitos, promotor de políticas, reconhecedor de categorias, fonte de recursos. No campo político da agricultura familiar, o MDA protagonizou ações e programas direcionados ao fortalecimento institucional da agricultura familiar, com orientações sobre a criação e gestão de associações e cooperativas. Esses processos eram tanto compreendidos como demanda dos grupos sociais organizados em torno da categoria, mas como essenciais para a criação de possibilidades para viabilidade de suas políticas públicas cujo processo de implementação dependia da organização institucional da sua base social.

¹⁰¹ A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela [Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013](#) (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Com base na Resolução supracitada, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE/FNDE elaborou o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, que tem como objetivo apresentar o passo-a-passo do processo de aquisição da agricultura familiar. Já a [Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#), determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderia ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. (Site consultado em 13 de setembro de 2019: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/>)

Na região da pesquisa, a partir do processo de implementação do PAA e do PNAE e das possibilidades de acesso a recursos e projetos pela política de desenvolvimento territorial, novas organizações sociais foram criadas especificamente para acessar políticas públicas.

O Ceifar foi criado em 2003, com três objetivos principais: fazer a assessoria contábil e administrativa aos sindicatos que haviam se desligado da Associação Regional no contexto do “racha” sindical, representar politicamente esses sindicatos em nível regional e territorial do campo político da agricultura familiar e atuar no processo de implementação da política pública de desenvolvimento territorial. Nesse conjunto de organizações trabalhado na pesquisa, o Ceifar passou a ocupar desde 2003 um papel próximo ao exercido pela Associação Regional e também pelo CTA de mobilização e representação política nos níveis regionais e estaduais de temas como agroecologia, economia solidária, ATER, produção e comercialização.

Entre as cooperativas de produção criadas na região nesse contexto, duas possuem, desde sua fundação, um papel de destaque: a Coofeliz (Araponga, Tombos, Espera Feliz) e a Coopaf (Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Carangola, Rosário da Limeira). Já a Ecosol (Araponga, Tombos e Espera Feliz) e a Creditag (Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Carangola, Rosário da Limeira), foram as principais cooperativas de crédito criadas nesse período e mais tarde vão se juntar ao Sistema Cresol para a formação da Cresol Zona da Mata e a Cresol Minas. Os recursos do Proinf, disponibilizados pela política de desenvolvimento territorial do MDA e priorizados pelo Colegiado Territorial para o financiamento das estruturas físicas, aquisição de veículos e equipamentos mobiliários dessas cooperativas, contribuíram sobremaneira não apenas para sua estruturação econômica, mas para seu fortalecimento institucional e a viabilização de sua atuação junto à sua base social.

Essas quatro cooperativas se configuram com as principais organizações que, junto com sindicatos, atuaram na implementação das principais políticas públicas que compõem o contexto tratado neste estudo. Essas novas organizações encerram um conjunto de demandas e reivindicações, das quais as próprias políticas que as exigem são tributárias, relacionadas sobretudo à inclusão produtiva dos grupos organizados em torno da agricultura familiar. A compreensão dos processos de institucionalização a partir de uma perspectiva histórica e relacional permite analisar como essas demandas trazidas pelas políticas públicas, de criação de organizações sociais e de complexificação do trabalho de representação política e organização produtiva nelas ocorrido, ativam capacidades, disputas e dilemas no interior desses movimentos.

Analisando a dinâmica das organizações criadas nesse processo, os relatos das lideranças entrevistadas evidenciam as seguintes questões: parte importante dos movimentos, quando criaram essas organizações, foi desafiada não apenas a acessar a política mas a dar conta de um conjunto de tarefas relacionadas à própria gestão cotidiana do seu funcionamento; sua criação e seu funcionamento só foram possíveis em contextos em que as lideranças da agricultura familiar possuíam um histórico de ação e legitimidade política proporcionado por aprendizados necessários à complexidade do processo de implementação dessas políticas; ocorreu, em boa parte dos casos, um acúmulo de funções para as lideranças dos movimentos (e dessas organizações) que se deparam com um conjunto de atividades gerenciais que precisam ocorrer conjuntamente com as ações de mobilização política.

Na Zona da Mata, a Coofeliz e a Coopaf foram as principais cooperativas da agricultura familiar que construíram experiências em projetos de compra institucional da agricultura familiar, especialmente o PAA e o PNAE. No relato abaixo, uma liderança conta sobre o processo de constituição da Coopaf e nos ajuda a entender sua relação com a demanda institucional dessas políticas públicas.

Então, constituímos a Coopaf, em 2010. Ela só foi documentalmente liberada, no meado de 2011. Porém, o que acontece? Nós estamos com a cooperativa pronta, o que faz com isso? A gente não estava preparado, enquanto diretor,

para gerir a cooperativa. A gente não estava organizado com o nosso quadro social, para passar a cooperativa. Nós não tínhamos um sistema de gestão para trabalhar na cooperativa. O que nós fizemos? De 2010 até dezembro de 2014, nós tivemos que fazer um processo de formação. Nós fizemos em 2011 e 2012, fizemos uma capacitação aqui no IFF, Núcleo de Estudos de Agroecologia, de capacitação com todos os dirigentes de cooperativas aqui na região. Foi a primeira ação nossa com o IFF aqui. Nós fizemos a capacitação juntando Muriaé, Fervedouro, Espera Feliz, Carangola, Manhuaçu. Onde a gente fez a primeira capacitação. [...] E depois iniciou também o projeto de Mais Gestão [PAA Mais Gestão], aí Governo Federal. E nós estávamos inseridos, a Coopaf. Na verdade, a associação [Associação Intermunicipal] que estava no projeto... A gente aqui, no início, é até uma mistureba. A gente queria que o Mais Gestão viesse para ajudar a gente nessa transição de associação para cooperativa. Só que o que aconteceu? [...] Então tivemos que dar os nossos próprios pulos. Tinha dois tipos de formação, que nós fizemos. Tinha a formação de diretores, que aí teve essa do IFF, teve da Unicafe, teve vários encontros na região, então teve formações que os diretores iam participar, diretores da executiva. Nós tivemos também um projeto com o CTA, através do Cooperar, que a gente fez um plano de ação, de fazer um trabalho de formação com os agricultores, com os cooperados. [...] A gente ia para a comunidade, fazia uma oficina de uma hora e meia, duas horas, falando o que era cooperativa, dando uma metodologia bem tranquila para o pessoal entender o que era uma cooperativa e a importância dela (Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

O processo narrado indica que, junto com as possibilidades trazidas pelas políticas públicas, ocorre um esforço político das lideranças em conduzir um processo organizacional, com fundação de uma cooperativa, capacitação dos seus membros diretores e a busca por experiências que contribuíssem na sua gestão. A articulação com organizações da agricultura familiar do Paraná aparece aqui como importante nessa dinâmica, assim como a articulação desses atores sociais com um Instituto Federal, especificamente seu Núcleo de Agroecologia. Um campus avançado do Instituto Federal Sudeste foi inaugurado no município de Muriaé-MG, em 2006, e com ele foi inaugurado o Curso Técnico em Agroecologia. Nos anos seguintes, ocorreram importantes parcerias entre os professores e alunos do curso e as lideranças da agricultura familiar dos municípios do entorno, colaborando para a construção de ações conjuntas com as organizações sociais.

A interlocução entre lideranças da Zona da Mata de Minas Gerais e do Estado do Paraná que aparece na entrevista ocorreu, em grande medida, intermediada pela Contag, pelo Sistema Cresol de Cooperativismo de Crédito e pela Unicafe, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária¹⁰². Como aponta a liderança, o processo de criação

¹⁰² A Unicafe é uma organização não governamental fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia/GO. A sede funciona em Brasília (DF) e representa nacionalmente as cooperativas. O objetivo é ser um instrumento de representação do cooperativismo solidário, que se relaciona com a agricultura familiar, povos tradicionais, assentamentos da reforma agrária, entre outras categorias, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio aos associados e associadas. A Unicafe é uma pessoa jurídica de direito privado e não possui fins econômicos. As associadas da Unicafe estão distribuídas nas cinco regiões do país, totalizando aproximadamente 700 cooperativas. Atualmente, são 21 Unicafes estaduais constituídas que prestam atendimento e articulação às cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Tocantins, Rondônia e Pernambuco. A estratégia de atuação da instituição é formada por bases de serviços especializadas e bases de serviço operacionais,

de novas organizações sociais ocorrido na região contou com a contribuição da Unicafe, que, durante as duas primeiras décadas de funcionamento do MDA, por meio de projetos públicos, atuou ativamente na capacitação de lideranças da agricultura familiar em diferentes estados brasileiros, fazendo aumentar significativamente o número de experiências em cooperativismo e organização produtiva desses atores sociais e articulando essas experiências no sentido de seu fortalecimento. Durante a realização de uma das etapas da pesquisa de campo, no ano de 2019, a sede da Unicafe Minas Gerais funcionava na cidade de Fervedouro-MG, um dos principais municípios de articulação política da agricultura familiar da região e, já nesse período havia conduzido inúmeras formações na Zona da Mata.

O Projeto Cooperar, do CTA, também aparece no relato da liderança como uma das parcerias que contribuíram para o fortalecimento da cooperativa. O CTA, com recursos de custeio do Proinf, advindos da política territorial, atuou na capacitação de lideranças para criação e gestão de associações e cooperativas nos municípios da pesquisa. O Projeto foi executado entre os anos de 2010 e 2013, quando haviam sido formadas novas associações e cooperativas nesses municípios. O curso também contribuiu para um aprendizado sobre as políticas públicas, seu funcionamento, suas exigências burocráticas e trâmites legais.

Esse conjunto de atores sociais que se articularam no campo político da agricultura familiar são importantes para o seu fortalecimento institucional e para a construção de capacidades organizacionais essenciais aos processos de implementação de políticas públicas que passaram a ser conduzidos pelas organizações sociais. Nesse contexto, as lideranças que assumiram a condução dessas cooperativas na implementação do PAA e do PNAE exerceram papéis, então, de gerir as organizações, elaborar e executar projetos de vendas de produtos e mobilizar e organizar agricultores e agricultoras familiares para atenderem as demandas dessas políticas, como conta o relato que se segue:

O foco foi o PAA, na época [a cooperativa] estava executando um projeto de 373 mil reais, e o Pnae que começou em 2010 também, na época. [...] Então, as duas fontes principais eram o PAA e o Pnae e a feirinha também, ali embaixo. Trabalhava esses três vieses. De desafios, quando a gente entrou [na gestão da organização], foi a questão do PAA, ele demorar demais para pagar os agricultores. Então, tinha dia de eu quase apanhar ali, porque tinha agricultor que já tinha três, quatro, cinco, seis meses que não recebia. Porque as notas iam, eles avaliavam e falavam que não estava ok. Outra hora ia e a nota era de novembro e eles estavam pagando nota relativa a julho. Então, ficava aquela demora. Aí foi um dos principais desafios. A questão da qualidade dos produtos, porque foi um trabalho feito com os agricultores, de melhorar a qualidade, a aceitação nas escolas. Aí, a gente fez um trabalho com as escolas também, para elas entenderem o processo do produto da agricultura familiar, delas entender que é muito mais fácil você afogar (sic) um pacote de macarrão, que é só você abrir e jogar na panela, do que você lavar uma couve, catar uma couve e picar uma couve. Então, a gente fez um trabalho de formação tanto com os agricultores, como com as cantineiras, porque são as principais responsáveis pela alimentação. Então, isso foi um desafio também, essa aceitação. E tivemos também desafio na época, porque nós não tínhamos transporte, então a gente teve que brigar, teve que correr atrás. Na época usava até um carro da prefeitura, mas estava sendo aquele carro assim... carro que transportava até as coisas de lixo que eles mandavam para pegar os produtos

contribuindo com a mobilização entre os ramos cooperativos e qualificando as ações das bases nos diversos espaços públicos. No quadro de formação da Unicafe estão cooperativas divididas em vários ramos, entre eles os de crédito, produção, transporte, trabalho, comercialização e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária. (Site consultado em 05 de outubro de 2022: <https://www.unicafe.org.br/p/historico>)

dos agricultores. Aí a gente viu que não estava dando certo. E também chegava lá na escola ficava assim: “o prefeito que mandou esses produtos aqui”, e nós, mesmo com todo trabalho e com toda dificuldade, não tinha visibilidade. Aí a gente nesse meio tempo foi estruturando a cooperativa, fizemos vários projetos, projeto da caixa, para comprar caixa para os agricultores, bombonas para armazenar milho e feijão, fizemos projeto para acabar com as sacolas, porque a gente estava falando de agroecologia, então distribuímos caixas plásticas para todos os agricultores, para levar os produtos e trazer tudo direitinho. Nesse meio tempo, conseguimos uma emenda parlamentar para comprar o caminhãozinho da Coofeliz, porque aí passamos a ter o transporte. Fizemos um trabalho que toda segunda-feira, no dia de entrega era um agricultor que vinha ajudar, doava o dia de serviço, então fizemos toda essa lógica. E, no PNAE, as nossas maiores dificuldades foi a questão do que chegava para você comprar, porque às vezes assim, vinha cotação de maçã, de mamão e nossa região não produz esse tipo de coisa. Então, a gente também teve o trabalho de conversar nas escolas, “olha nós temos disponível o produto x, não é esse”. Para eles entenderem também e fazer uma chamada pública em cima do que a gente tinha. Então o desafio foi basicamente esse, assim, de se aproximar também das instituições que comprem. Foi um desafio nosso. O nosso desafio também, que eu passei nesse meio tempo na cooperativa, foi a questão de capital de giro, que a cooperativa nunca teve, então, isso também foi uma dificuldade longa que a gente encontrou, mas nesse meio tempo a gente reunidos, sentamos e criamos o que a gente chama de um Vale Solidário, que foi onde a gente teve até uma parceria grande com a Cresol, isso a gente não pode negar na época. A gente fez assim, criou tipo um cheque, mas a gente chamou de Vale Solidário. Daí assim, dali 30 dias, tendo ou não tendo dinheiro, se PNAE pagou, se PAA pagou, não pagou, o agricultor ia lá na Cresol para sacar o seu recurso. Então, a gente fez uma parceria que deu certo, que nesse meio tempo também a gente estruturou mais, a gente aprendeu mais a mexer com prestação de conta para encaminhar para Belo Horizonte. Eles também, parece que aumentaram a equipe, então analisavam mais rápido e tudo... Aí deu certo, funcionou. Depois a gente expandiu no município, a gente fez convênio com lojas, com loja de material de construção, de roupa, com produtos agrícolas, para as pessoas também... chegou, não tenho dinheiro, mas tenho vale para comprar mercadoria, dar o vale e daqui 30 dias tem como sacar. Então, deu certo. Então as nossas dificuldades maiores das políticas públicas foi essa questão mesmo de viabilidade, de estruturação, essa questão da demora deles também, de entendimento deles também. Acho que faltou muito isso e tudo. E o mais, foi de estruturação mesmo da cooperativa em si, e de todo o corpo dela também. Porque existe números de diretores também, mas não é todo mundo que está disposto a pegar na massa, estar ali todo dia. A gente trabalhou um longo período sem receber, porque não recebia do PAA, a gente também não recebia (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Nas questões apresentadas pela liderança fica evidente que a implementação da política exige um conjunto de ações relacionadas a diferentes atores, como as nutricionistas e merendeiras das escolas. Exige também que diversas parcerias sejam feitas para a realização do transporte dos produtos, junto com a prefeitura, e para o pagamento dos agricultores e agricultoras, feito junto à Cresol, considerando os recorrentes atrasos que ocorriam no âmbito da política pública. O relato nos permite compreender de forma clara como a promoção do acesso à política envolveu grande investimento de tempo das lideranças e investimento também de capital político, buscando a construção de uma articulação com diferentes atores para tornar possível o processo de implementação.

Uma das lideranças da Coopaf também apresenta pontos importantes para a compreensão dos desafios para a implementação das políticas públicas de compra institucional de produtos da agricultura familiar.

Então, nós [da Coopaf] tínhamos, começamos em 2011, com 29 cooperados, depois a gente para outro ano, noventa e poucos... depois a gente foi aumentando. Esse ano a gente está em... até 2018, agora, a gente está com 132 cooperados. Hoje, 132 cooperados, a Coopaf ela tem base regional, então, nós temos cooperados de Muriaé, Limeira, Barão, Miradouro. A gente tem cooperado de Ervália, um ou dois, tem um de Manhumirim, então assim, a gente tem a maioria centraliza aqui na base das nossas localizações. A principal atividade hoje, da Coopaf, é execução do PNAE. É o que segura nós, produtores. [...] O PNAE nosso aqui, é Muriaé, todas as escolas municipais, todas as estaduais e a gente entrega PNAE, produz PNAE para mais 13 municípios da região. Os produtos são verduras, legumes, leite, iogurte. Aí tem fruta, algumas frutas. Agora a gente está pegando para esse ano a questão dos panificados. Conseguimos [licitação pública para entregar produtos da agricultura familiar para merenda escolar] para Laranjal. Para você ter ideia, no ano passado, nossa movimentação deu quase um milhão e duzentos reais, o ano de PNAE. Então assim, é o que segura hoje a cooperativa. Lá no início do PNAE foi muito difícil, então, para você convencer os nutricionistas, o povo queria pôr produtos que a gente não tinha, os nossos agricultores não estavam preparados para entregar merenda escolar. [...] Então hoje nós temos a Coopaf ali, um formulário de todo a documentação de cada cooperado. Pelo projeto do CTA, nós conseguimos a aquisição de um software, então hoje, vamos supor, se você quiser saber quanto o seu José entregou durante o ano, você sabe, quanto que movimentou. Então assim, é um sistema que te dá todas as informações. Ele faz o vínculo de notas, se você emite a nota, automaticamente já vai para receita. Então é um sistema muito bom. E com isso a gente conseguiu assim, a gente tem alguns casos de sucesso. Vamos supor, o Netinho, filho do Ailton, ele hoje se mante entregando cenoura para nós, especificamente. E o que a gente tem feito? Ano passado nos fizemos e vamos fazer esse ano: terminou o exercício anterior, no início do ano agora, nós tira (sic) a relação de tudo o que o produtor entregou. E se você perguntar, por exemplo, um cooperado nosso, quanto de produto você entregou para a Coopaf? Não sabe. Isso aí, é da gente, é do produtor, de não anotar. Então quando você tira o relatório, vai lá, visita, leva, mostra, as pessoas ficam admiradas: “nossa, não sabia que tinha entregado isso tudo”. Aí no ano passado nós fomos lá na senhora, na Nadir, ela falou: “você está vendo esse tratorito¹⁰³ aqui, eu comprei graças a Coopaf. Você está vendo aquela horta ali, eu consegui graças minha cenoura que eu entreguei”. Então você vai vendo a importância que é a política pública do PNAE. (Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Muriaé(MG))

No relato também fica evidente a importância da articulação das cooperativas de produção com organizações sociais, como o CTA, para a gestão do processo de implementação da política, como observamos anteriormente. No caso citado, um *software* contribuiu para que a cooperativa tivesse o controle da entrega dos produtos pelos agricultores e agricultoras, colaborando também para que estes acompanhassem o balanço de suas entregas para a

¹⁰³ Tratorito é um pequeno trator utilizado muito nas pequenas propriedades rurais da região, principalmente por agricultores e agricultoras familiares. Seu preço e seu custo de manutenção são menores que os de um trator convencional e, além disso, sua utilização é adequada para propriedades com partes íngremes e cultivos em topo de morro.

cooperativa. A abrangência regional de atuação também é destacada como um ponto positivo pela liderança e vai ao encontro do histórico dessa região, onde diferentes organizações sociais atuam junto a uma base social que extrapola os limites municipais desde primeiros processos organizativos da agricultura familiar. Nesse sentido, a implementação do PNAE também contribuiu para que a cooperativa ampliasse sua base de cooperados num crescente aumento do número de associados e associadas e expandisse sua área de implementação da política.

Outro depoimento, também de uma liderança da Coopaf, ilustra de forma bem clara o conjunto de funções que as organizações assumiam junto aos programas de compra institucional da agricultura familiar:

Eu acho que, quando pega ali, o preço um pouco mais baixo, que a gente tem que pegar a logística, controle da produção, é difícil né, você ter aquele controle. [...] Tem o excesso de produto e fica meio desafiador: como você vai pegar, o que você vai fazer com aquele produto? Que ainda, muitas vezes, o produto não é de primeira linha, uma cenoura da nossa região não vai concorrer com uma cenoura de Caratinga nunca. Como que você paga uma cenoura? [...] Mercadoria, às vezes, o mercado aqui de baixo tá pagando quase a metade do preço que a gente paga para o produtor. Então, esses desafios existem, mas o pessoal tem gostado de plantar... inclusive chegou ali embaixo hoje um serviço que eu tenho que fazer, hoje ou amanhã, de separar ali as sementes, ver as sementes que estão boas, tem sementes secando, tem semente que eu pedi ali pro Zé Paulo semear e eu já passar a bandeja pro produtor né? "Olha, tem uma bandeja de repolho aqui, você quer plantar?" "ah, na minha área não cabe ela". [...] Tem o desafio aí que é a mercadoria, até porque nós não podemos comprar no mercado, é agricultura familiar e sócio nosso ainda. Então, esse é um grande desafio que tem e a gente tem que tá cuidando dessa produção, tem hora que dá excesso, incentivar, uma [...] Banana, justamente agora, a banana tá passando por uma crise, tem excesso de banana, não vamos conseguir, vamos ver se a gente pega uma cesta cheia na chamada pública e aí talvez a ter jeito de colocar [...] (Antônio Carlos Bagli, entrevista concedida no dia 29 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

As questões trazidas no relato acima, pelo presidente da Coopaf, apresentam algumas ações das lideranças relacionadas à gestão da produção, qualidade e entrega dos produtos pelos agricultores e agricultoras familiares. Logística, controle da produção, qualidade dos produtos, precificação compõem o relato e indicam os desafios apresentados no cotidiano de implementação do PAA e do PNAE. A ausência de sintonia entre a demanda das chamadas da política pública e a produção oferecida pelos (as) agricultores(as) exige também uma intervenção das lideranças que passaram a ocupar esse papel de mediadores do processo de compra institucional. As iniciativas de estimular a produção, disponibilizar sementes para o cultivo, mapear preços e produtos são assumidas para viabilizar o acesso à política, para que os (as) agricultores (as) vendam seus produtos e para que a cooperativa atenda às necessidades das chamadas e se mantenham ativas no processo de operacionalização dos programas.

Outros dois programas cujo processo de implementação passava pela necessidade de criação de organizações sociais foram o Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV Rural)¹⁰⁴ e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O primeiro consistiu no repasse de recursos para construção de moradias para agricultores e agricultoras familiares e o segundo

¹⁰⁴ O MCMV Rural também é referenciado como Programa Nacional de Habitação Rural, o PNHR. Neste estudo usaremos o primeiro nome para identificar o programa porque é dessa forma que boa parte das lideranças o identificam nas entrevistas.

se tratou de um programa de compra coletiva de terras com recursos subsidiados pelo Governo Federal. Os dois programas funcionavam a partir de repasse de recursos para projetos coletivos cuja demanda deveria ser apresentada via associação. Na região da pesquisa, foram os sindicatos que executaram as duas políticas, desde a organização (identificação e mobilização) dos agricultores e agricultoras interessados/as em acessá-las, passando pela criação de associações, pela identificação de propriedades com disponibilidade de venda, no caso do PNCF, e pela elaboração de projetos de construção das casas, no caso do MCMV Rural. Os relatos apresentados a seguir ilustram bem as experiências vividas pelas lideranças na implementação dessas duas políticas públicas.

O papel do sindicato na habitação rural foi executar a política, foi elaborar os projetos e conseguir vir o recurso para a construção das casas dos agricultores. Esse foi o papel [...]. Escolher as famílias, que inclusive tem que ser sócio, existe todo um critério dentro do sindicato para participar. Tem que ser sócio a mais de seis meses, estar em dia com a casa. Então, nas questões de habitação é isso e participar das reuniões a nível municipal e a nível estadual também para poder saber o quê que está acontecendo. E o crédito fundiário, que o sindicato também executa e que agarrou umas propostas aqui dentro, que só Jesus na causa. Por exemplo, essa que o Juseleno foi [ao banco conferir] e eu fiquei [no sindicato] agora, é uma proposta que há dez anos estamos tentando ela (*sic*). Então, é uma longa história, uma longa jornada, como tem outras de seis anos. Então, assim, eu tive muita dificuldade também pelo fato da política, que é uma política muito boa, mas muito burocrático. O crédito fundiário hoje, ele é muito bom, a política em si dele, mas muito burocrática (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

O trabalho com as famílias do crédito fundiário, de não deixar se perder, de estar acompanhando se estão pagando as suas parcelas, o que estão precisando, quais são as dificuldades. Porque a pessoa deixa de ser meeiro e passa a ser proprietário, tem muita dificuldade, porque ele a vida inteira foi meeiro, a partir que ele passa a ser dono do seu, ele fica perdido. Porque ele sempre está ali. Precisa de adubo, quem compra é o patrão e o adubo chega na propriedade. Precisa de documentação, quem organiza é o patrão. Aí, a partir do momento que você passa a ser proprietário, você tem que ter um acompanhamento, senão você se perde. Então a gente voltou a fazer esse acompanhamento com as famílias, com os agricultores, aproximamos mais do poder público em relação à Emater, com o relacionamento com o técnico, que não faz muito para nós, mas quando a gente precisa, porque como atende o município inteiro, e agora atualmente é um técnico só, é dificultoso (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

E aí, naquele período também, foi quando a Fetraf, em 2007, trouxe as primeiras habitações rurais para Minas Gerais. As primeiras habitações rurais que foram feitas em Minas Gerais, inclusive eu fui beneficiado em 2007. [...] Nós somos um dos municípios que mais implementou habitação rural. Divino e Espera Feliz. Tem Simonésia [...]. Foi uma política muito prioritária para a Fetraf. Muito prioritária. Quando nós começamos, em 2007... [...]. Em 2007, porque foi uma política, assim, muito forte, muito forte mesmo, estruturou muito as nossas organizações, porque muitos dos nossos agricultores, talvez conseguia até comprar um pedaço de terra, mas não tinha condições de fazer a casa. E nós fizemos esse enfrentamento junto à Caixa e a gente conseguiu fazer muita habitação, muita habitação mesmo. [...] Tem muita habitação, só no assentamento deve ter umas 12 habitações. E aí, a gente veio trabalhando nessa política né, junto com a Fetraf, junto com os sindicatos muito próximos,

e isso nos ajudou muito nesse sentido. Nesse período, de 2007 até 2010, foi um pouco disso, desse travamento¹⁰⁵ do acesso à terra, a habitação rural, organização da produção e comercialização com PAA, com PNAE. Isso foi, acho que um dos momentos mais auge que nós tivemos em todos esses programas. Acho que isso foi muito importante (Juseleno da Silva, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Os dois programas exigiram para implementação importante dedicação de tempo das lideranças que passaram a ter como tarefas rotineiras idas ao banco, participação em reuniões, acompanhamento das famílias, articulações locais com poder público e a Emater. A burocracia da política, como relatam as lideranças, implicava na necessidade de grande dedicação para que os projetos de compra coletiva de terras e de construção de habitações para as famílias beneficiárias pudessem acontecer. Um aspecto importante trazido nos relatos, no caso da implementação do PNCF, é o papel exercido pelas organizações sociais no acompanhamento das famílias após a compra de terras mediando a passagem dos agricultores e agricultoras da condição de moradores ou empregados rurais para a condição de proprietários de terra. Essa mudança passa a exigir das famílias habilidades para a gestão da propriedade, com questões como compra de fertilizantes, e para a regularização documental, questões que antes não compunham o papel das famílias, mas do patrão ou dono da terra.

Sobre implementação do PNFC na região da Zona da Mata, é importante observar que ao longo da pesquisa algumas lideranças trouxeram observações sobre a urgência de iniciativas em torno da pauta da reforma agrária, a despeito dos poucos projetos no âmbito do programa terem sido implementados na região. O agente da Comissão Pastoral da terra apresenta a seguinte reflexão nesse sentido:

Hoje, a Zona da Mata está em um dilema, que precisa... Precisava de mais terra. Por que? A gente fala... eu falo assim, um exemplo comum. Eu falo assim, que aumentou os braços, e aumentou as bocas, só que o espaço produtivo é o mesmo. Então, os filhos vão casando, né, as famílias mais antigas tinham lá cinco, seis filhos para cima, tem uns que tem até mais, então vai casando, né... Geralmente a moça vai para a casa na propriedade do marido, né, mas ainda assim, isso vai esfacelando, vai repartindo a terra, né. Hoje é um problema sério, que virou minifúndio mesmo, né. Então, essa questão de as bocas aumentarem e os braços aumentarem, isso acelerou. Então, a maioria, as vezes têm a terra lá, planta um pouquinho, mas tem que caçar um outro meio. Uns migrando para a cidade, né, trabalhando, as moças de confecção, os rapazes vão para o comércio, né, ou construção civil, né. Eles não abandonam a roça, que final de semana você pode ir nas comunidades rurais que está todo mundo lá, né. [...] Mas a terra... o espaço produtivo ficou muito pequeno para a família. Então essa questão do minifúndio é muito séria na região, né. A gente sabe que... ah, mas Zona da Mata não tem terra para reforma agrária... tem algumas fazendas que dá para fazer reforma agrária, sim. Tanto é que o MST apareceu na região na década de noventa, em Visconde do Rio Branco, né. A região é muito grande. Em Goianá, [o MST apareceu] mais depois um pouquinho, em 2000. Então tem dois assentamentos aqui na região. [...] Então assim, mas a região, o foco dela é pequena agricultura, né. [...] Você tem muita coisa boa, a questão da agroecologia, você tem hoje a feira agroecológica que acontece... inclusive hoje está acontecendo aqui na... no espaço da igreja da Barra. É muita, muita resistência, mas o espaço produtivo é pequeno, né. É pequeno perto das pessoas que tem.

¹⁰⁵ Travamento aqui aparece no sentido de a liderança se travar em uma luta, se prender a uma luta, se engajar nela, nesse caso, para possibilitar a implementação das políticas públicas mencionadas por meio das organizações sociais da agricultura familiar.

(Reinaldo Barberini, entrevista concedida no dia 08 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG)

Embora experiências importantes de implementação da Política Nacional de Crédito Fundiário tenham ocorrido nos municípios da pesquisa, a questão do acesso à terra ainda é identificada como produtora de dilemas para as lideranças, que têm como característica um histórico de organização política em torno da luta por direitos, por meio dos sindicatos, e posteriormente, na implementação de ações e políticas públicas voltadas à organização produtiva e ao acesso ao crédito. Fica evidente nas considerações da agente da CPT que há pouco espaço entre essas organizações aqui analisadas para a discussão da reforma agrária e de outras iniciativas no sentido dos grupos sociais que não possuem acesso à terra ou mesmo para tratar do tema da sucessão rural entre os grupos sociais da agricultura familiar organizados em torno desses sindicatos e cooperativas. Apesar de não tratarmos dessas questões em profundidade nessa pesquisa, é evidente que ocorreu uma priorização das pautas em torno da pequena produção e do acesso a mercados institucionais e do crédito, sendo necessária uma investigação mais aprofundada a esse respeito que aponte os limites e questões em torno da pauta do acesso à terra.

As experiências relatadas nos permitem compreender algumas mudanças ocorridas a partir da participação nos processos de implementação de políticas públicas, como aquelas relacionadas às trajetórias das lideranças das organizações sociais e as novas exigências atreladas aos processos de implementação de políticas públicas. Uma das principais lideranças entrevistadas para este estudo foi Fernanda, presidente do Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares de Espera Feliz, o Sintraf. Em 2010, Fernanda começou a trabalhar na Coofeliz, a Cooperativa de Produção dos movimentos sociais da agricultura familiar desse município. Seu primeiro trabalho foi como funcionária da cooperativa, gerando um aprendizado em relação às políticas públicas executadas pela organização, principalmente o PAA e o PNAE. A trajetória de Fernanda nas organizações sociais ajuda a compreender alguns aspectos a respeito da ação política institucional à medida que se apresenta como o caso de uma liderança que chegou ao quadro técnico da organização para atender as demandas das políticas públicas e construiu sua trajetória, de certo modo, a partir da competência técnica adquirida e desempenhada no exercício das suas funções.

Aí um belo dia o Tio Farinhada comentou dentro da casa dele que ia abrir uma vaga para trabalhar na Coofeliz. Eles iam contratar uma pessoa para trabalhar de funcionário na Coofeliz. Aí o Tio Farinhada falou: ‘Ô, fia, é bom você fazer, quem sabe’. Aí, eu falei: ‘Ah, Tio Farinhada, eu não tenho nenhum conhecido, ninguém’. Ele: ‘Mas, você faz e leva seu currículo, deixa lá e no dia da prova você vai fazer’. Aí beleza. Eu assim, sem entusiasmo nenhum, porque meus pais sempre foram do sindicato, teve uma época que eu ajudei no mercadinho do Sindicato de Divino. Mas assim, essa coisa do movimento, nunca foi forte na minha vida, não. Eu sempre tive assim, ligações, pelo próprio Tio Farinhada, o Tio Itamar que é de movimento. Mas a minha ligação forte sempre foi na Igreja, que eu sempre participei de coisa da Igreja, tipo assim grupo de jovens, equipe de cântico, ser catequista. Então, a minha base ela é voltada para a questão da CEBs mesmo, dessa participação, de se descobrir nesse movimento. Aí, vim. Aí, no dia, o pessoal da loja, a gerente não queria deixar eu sair de jeito nenhum. Eu sei que tinha várias pessoas para fazer a prova, a entrevista. Aí eu vim, o Antônio me ligou: ‘Já estamos indo embora, você não vai vir não?’ Ai, com muito custo, a menina deixou eu sair, aí vim, fiz aqui, passei pela entrevista. [...] Aí menina, esperei o resultado, sem entusiasmo nenhum. Aí esperei, dali uma semana o resultado saiu. Juseleno foi na loja me falar. Na época, o Juseleno era o coordenador da Coofeliz. ‘O resultado saiu, você foi selecionada, mas você já tem que pegar no serviço,

porque a gente já está precisando’. Aí tinha duas semanas que o pessoal tinha pedido minha carteira para assinar, porque eu estava na fase de experiência ainda. Aí, eu falei com ele: ‘Beleza! Eu vou conversar aqui e começo na segunda-feira’. Aí assim eu fiz. Dei baixa lá onde eu tinha que dar e vim começar a trabalhar aqui, com a cara e a coragem, porque assim, outro tipo de trabalho. Porque eu vim de comércio, eu trabalhava na mercearia com carga horária distinta e grande, depois fui para uma loja. Aí, você vim (sic) para cooperativa...porque, na época, eu não entendia muito de cooperativa, de associação. Para você ter uma ideia. Aí vim, comecei a trabalhar na Coofeliz como funcionário. As coisas muito difíceis na época, o pessoal estava reerguendo a cooperativa, porque tinham endividado, tiveram que fazer festinha e tal. Comecei a trabalhar, na época foi por conta do PAA e foi o segundo projeto que foi executado. [...] Aí comecei a trabalhar no PAA. Aí trocou a coordenação. Juseleno saiu da coordenação e veio o Tibúrcio e eu continuei trabalhando como funcionária. Trabalhei durante um período de funcionária, depois um belo dia me chamaram na reunião e falaram: ‘Nós estamos vendo que você tem o perfil de assumir a coordenação, não é de você ser funcionária, mas de você continuar ajudando no que faz, mas assumir a coordenação’. Aí eu já estava no ramo mesmo, já bem mais conhecida, já entrosada com trabalho, eu fui e falei: ‘Eu aceito assumir a coordenação’. Aí foi onde eu assumi a coordenação. Aí foi onde eu entrei como presidente da Coofeliz. [...] Aí eu fiquei na Coofeliz até 2010, trabalhando e encerrando. E aí passei pela coordenação, fui a presidenta. Fizemos um bom trabalho, levantamos toda a cooperativ. (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Além do engajamento da liderança nos movimentos sociais estar relacionado aos espaços religiosos e às relações de parentesco, considerando que Fernanda é sobrinha do Farinhada, umas mais antigas e importantes liderança dos movimentos sociais rurais do município de Espera Feliz e da Zona da Mata, ele também se relaciona ao fato de a família da presidente do sindicato ter sido beneficiária da política de crédito fundiário, no ano de 2016, quando sua família passou a morar no Assentamento Padre Jésus, um dos maiores assentamentos do PNCF da região.

Um dia eu estava na mercearia trabalhando e um tio ligou e falou assim “fala com seu pai que a partir de hoje vocês são fazendeiros porque as terras saíram”. Isso foram seis anos de espera, nove anos...[...]. Isso foi em 2006. Aí liguei lá para casa e todo mundo gritando de alegria e felicidade e tudo. Aí foi onde meu pai deixou mesmo o que tinha lá, onde a gente estava morando, e veio para onde é o assentamento hoje, onde eu moro, o Assentamento Padre Jésus. Aí meu pai veio, conseguiu uma colocaçãozinha para poder estar construindo a nossa casa, porque não tinha nada era só mato, matagal, mais nada, pasto, tudo (Fernanda, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

Tanto na experiência de acesso à política pública como no cargo de funcionária da cooperativa, em que era responsável por funções administrativas necessárias à execução das políticas públicas, o engajamento da liderança é mobilizado e reforçado no exercício de funções técnicas, corroborando para que ocorra uma decisão de uma das lideranças mais antigas de convidar Fernanda ao cargo de presidente da Coofeliz e, mais tarde, à presidência do Sindicato. O relato permite perceber que existe uma identificação da liderança como boa gestora, principalmente por suas habilidades na execução de políticas públicas e na gestão das organizações, tanto a cooperativa quanto o sindicato. O engajamento religioso iniciado nas

CEBs relatado pela liderança contribui para que exista uma certa sintonia no trabalho político que permite conjugar a boa gestão, a ação técnica baseada na competência e a ação política mobilizadora junto à base social. Destaca-se, contudo, a peculiaridade de a liderança “trabalhar para o movimento” desde o início de sua relação com as organizações sociais recebendo dessas as condições econômicas necessárias para o exercício dessa ação política.

A partir da análise da trajetória da Fernanda, e considerando ser uma mulher, é possível perceber como a execução de políticas públicas altera a dinâmica dessas organizações permitindo que outras características sejam consideradas na escolha das lideranças, aquelas pessoas nas quais o movimento irá investir seu capital financeiro, convidar para os cargos de confiança, possibilitar processos de formação. A trajetória da Adriana, diretora da Coopaf, também é construída entre as organizações dos movimentos sociais com um importante exercício do papel de gestão das políticas públicas. Entretanto, tal liderança exerceu ao longo das duas últimas décadas papéis relacionados diretamente à gestão das políticas, sem assumir em nenhuma das organizações, seja no sindicato que atua ou na cooperativa, o papel de presidente, o que indica, ainda, a existência de uma resistência entre esses grupos políticos da ocupação de cargos. Essa relação entre os papéis de gênero e o a ocupação de cargos de poder nas organizações sociais da agricultura familiar nessa região carece ainda de um aprofundamento de pesquisa.

Um perfil do bom gestor também aparece na narrativa e no perfil de um presidente do Sindicato de Muriaé. Eduardo é uma liderança vinda de Belisário, um distrito que tem uma história de participação nas CEBs e no sindicato, configurando uma dessas comunidades que são base do movimento social da agricultura familiar dessa região. O cargo de presidente sindical foi o primeiro exercido por ele nas organizações. Destaca que a sua participação anterior foi na Igreja e por meio também desses espaços conheceu os movimentos e suas organizações. Após chegar no sindicato, sua capacidade de gerir a organização, pagando e evitando dívidas, se sobressai como característica de bom presidente.

Entre os presidentes de sindicatos que foram entrevistados, os casos da Fernanda e do Eduardo ganham destaque em relação à importância atribuída à capacidade técnica e de gestão nas organizações. Argumentamos que essa ênfase dada aos processos de gestão e à capacidade de lidar com documentos, prestação de contas está relacionada com os processos de institucionalização da ação política, principalmente aqueles ligados à implementação de políticas públicas por essas organizações e à necessidade gerada de uma maior dedicação aos processos de gestão, organização de demandas, regularização de sócios, entre outras. Em geral, esses processos exigem habilidades com documentos, uso do dinheiro, uma certa “gestão empresarial” dentro do sindicato, da associação ou cooperativa que operacionaliza determinada política pública, seja o PAA, o PNAE, o PNCF ou MCMVR.

Algumas dessas habilidades, entretanto, não são comuns a todas lideranças engajadas que participam dos quadros da diretoria das organizações. A alteração vinda pela ação institucional diz respeito a privilegiar para os quadros de gestão aquelas lideranças com tais habilidades, em alguns casos, mais que um perfil mobilizador, por exemplo, que esteve presente em boa parte dos diretores e presidentes ao longo dos anos 1990. Embora as vinculações religiosas, familiares e comunitárias continuassem sendo essenciais para entrada de agricultores e agricultoras nesses movimentos e organizações, suas capacidades técnicas de gestão passaram a ser essenciais para que ocupassem cargos e fossem considerados bons/boas diretores/as ou presidentes.

Outro aspecto relevante resultado das novas competências que passam a ser valorizadas no interior dessas organizações está relacionada ao surgimento de um dilema entre a valorização dos aspectos técnicos e políticos. Resguardadas as especificidades do trabalho de gestão necessário à boa condução dos sindicatos e, principalmente, das cooperativas, no caso da Zona da Mata são os laços de proximidade, as relações sociais e afetivas que estão na base do

conjunto de ações e iniciativas do conjunto de organizações que conformam esses movimentos sociais. Existe, nessa região, um conjunto de comunidades e famílias que são mobilizadas quando as lideranças do movimento precisam, por exemplo, constituir uma nova organização, seja uma cooperativa ou associação, ou quando ocorre um problema como um endividamento institucional. Existe um conjunto de atores que se juntam para estruturar, inclusive financeiramente essas organizações de movimentos sociais.

Essa relação entre o técnico e o político se configura, portanto, como um dilema das organizações de movimentos sociais no contexto da institucionalização da ação política. Esse dilema se apresenta nos relatos pela importância atribuída pelas lideranças à boa gestão financeira das organizações sociais. Apresenta-se também nos relatos de frustrações de organizações em que as lideranças, embora fossem reconhecidas pela importância do seu papel político, contribuía na geração de problemas financeiros e de gestão, como ocorrido na trajetória da Associação Regional. O dilema que compreende essa relação dentro das organizações também compõe uma narrativa carregada de frustrações relacionadas às carreiras políticas assumidas por lideranças mais antigas desses movimentos, principalmente aquelas que exerceram cargos públicos e assumiram mandatos encabeçados pelas organizações sociais se afastando das mesmas durante o mandato e implicando em frustrações para a trajetória desses movimentos.

Além disso, ocorre também na região uma alternância entre as lideranças nas organizações sociais, principalmente, entre cooperativas, associações e sindicatos, de acordo com o tipo de ação política priorizada e as políticas públicas que estavam sendo implementadas por cada uma delas. A condução desses processos mobilizava capacidades políticas e técnicas das lideranças e estimulava uma certa dinâmica de troca de lugares nos quadros de gestão. Por meio dos relatos das lideranças e também da observação participante ocorrida em espaços das organizações foi possível acompanhar processos de decisão em que as lideranças trocavam de lugar entre os quadros de direção do sindicato, da associação ou cooperativa, tanto aquelas com atuação municipal quanto para organizações com atuação regional.

É possível afirmar, a partir da análise realizada, que as CEBs estruturaram um processo de formação política que passou, em seguida, aos espaços dos sindicatos, principalmente por meio das Escolinhas Sindicais. Quando parte importante desses sindicatos, no início dos anos 2000, passou a atuar na implementação de políticas públicas há um conjunto significativo de lideranças que se formaram e capacitaram politicamente e que passaram a ocupar cargos nas cooperativas e associações fundadas, em sua grande maioria, para conduzir processos de implementação de políticas públicas.

4.2.4 Acesso às políticas públicas e vínculo sindical: “tem que ser filiado”, “a nossa base é o sindicato”

Nos processos de implementação de políticas públicas que passam pelo sindicato ou dos quais o sindicato participa ativamente, estar associado é condição para o acesso a elas. Essa regra está presente em todos os sindicatos pesquisados e varia em relação ao tempo de filiação exigido e a existência ou não de débitos dos filiados com as organizações. No caso do município de Espera Feliz é regra que o agricultor aspirante ao acesso à política seja sindicalizado há pelo menos seis meses. Esse vínculo que as lideranças se esforçam para manter entre os agricultores e os sindicatos, onde o acesso às políticas servem como elo, se justifica pela busca de um certo prestígio organizacional e pela sustentabilidade financeira. Tal dinâmica representa uma das estratégias que as lideranças utilizavam para fortalecer essas organizações. Essa exigência deixa de fora do acesso às políticas executadas pelos sindicatos aqueles agricultores familiares que não são sindicalizados o que, em certa medida, reforça a seletividade das políticas públicas marcada pela exigência da existência de um vínculo organizacional do(a) agricultor(a).

O sindicato é um eixo estruturador e mobilizador da rede de movimentos sociais e suas organizações. No caso de muitas delas, disponibiliza o suporte financeiro necessário ao seu desenvolvimento e crescimento. A estrutura sindical oferece base institucional para outras organizações sociais. Principalmente, disponibiliza lideranças formadas ao longo dos anos nos espaços do movimento. Existe sempre uma referência ao apoio do sindicato que é feita pelas lideranças quando se referem a outras ações ou iniciativas que correm no campo da agricultura familiar, no âmbito principalmente dos processos de implementação de políticas públicas. É dos sindicatos que partiram as principais lideranças que conduziram processos políticos importantes para o fortalecimento de segmentos da agricultura familiar na região. E é também para o sindicato que essas lideranças retornam nos intervalos de ocupação de cargos em outras organizações ou em funções políticas assumidas nos municípios.

O sindicato é a base de um processo ascendente de complexificação organizacional e encerra ele mesmo, enquanto organização constituída, a principal etapa desse processo. Nos espaços do sindicato ocorrem também as principais disputas e acordos políticos, como a discussão sobre o apoio ou não a candidaturas partidárias. O sindicato é um lugar para onde as lideranças sempre voltam, onde fica sua base social, de onde se envolvem politicamente no cenário do município e de onde buscam apoio eleitoral para candidatos a cargo diversos, como vereadores, prefeitos, deputados federais e estaduais. Essas questões explicam a importância de manter o vínculo formal (filiação e pagamento) dos agricultores e agricultoras com a organização.

Enquanto os sindicatos são a principal organização de referência para a base social, as CEBs são a base de toda a estrutura organizativa desses movimentos, os quais encontram em grupos familiares específicos apoio para a criação de organizações sociais e para implementação de diferentes ações.

Nos relatos abaixo, as lideranças apontam a forma de estruturação das organizações nos anos mais recentes.

A gente gosta de chamar aqui que a Cresol, o sindicato e a Coopaf formam uma espécie de um tripé. [...] Ela (a Cresol) é o principal agente financeiro, que financia muito agricultor e tem a Coopaf que é mais a parte de comercialização, na área comercial e ambiental. Incentiva nesse sentido, tem a feirinha agroecológica. E aí, vem o sindicato que é a parte documental, a parte de organização que é a principal, que nós chama (sic), que é a mãe dos outros. Esses três a gente chama como um conjunto, não considera muito como a outra entidade, o outro parceiro, é meio que, meio que irmã que está junto no contexto... Aí vem os de fora né? Hoje o IF¹⁰⁶ é um grande parceiro, [...] nessa linha agroecológica, ainda mais depois que o CTA está tendo menos projetos com a gente... A gente ficou muito tempo sem o CTA. Agora há uns anos atrás (sic), em 2013 pra cá a gente teve um trabalho com ele, mas agora voltou o financiamento dele, o projeto. Então, o IF, ele assume esse papel, de estar assessorando na área ecológica, feira. Tem a Emater que é uma parceira, não é muito 100%, mas também está junto. No passado, a gente fez através da Unicafe, que eu pertence também à Unicafe, o movimento das cooperativas, da direção lá né? [...] Aí a gente encaixou outra parceria com a Emater, que veio no município, o município fez algumas atividades aqui com a gente (Antônio Carlos Bagli, entrevista concedida no dia 29 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG).

¹⁰⁶ O IF citado pelo entrevistado é o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais-Campus Muriaé, ou IF Sudeste MG, fundado em Muriaé no ano de 2008. O Instituto possui parceiras com as organizações sociais envolvidas na pesquisa, principalmente com projetos de agroecologia, gênero e ações de produção e comercialização.

Aí depois, eu saí do mandato da Asimaf e constituímos a Coofeliz, em 2008... não, 2006 que foi a Coofeliz. Eu fui o primeiro coordenador geral da Coofeliz. [...] A grande razão foi porque, com os programas sociais que estavam colocados, o PAA e logo em seguida veio PNAE, que ainda era Medida Provisória 455, na época, nós pegamos e entendemos que o que estava vigente era a associação.... a comercialização através da associação, poderia vir a penalizar os próprios agricultores, porque ela era uma organização sem fins lucrativos, não era o... associativismo de colaboração em si, até mesmo para você distribuir renda, distribuir sobra. Para a associação não poderia ser feito isso. E aí constituímos a Coofeliz que foi uma das primeiras cooperativas aqui da região, que foi constituída. Aí aquele trabalho todo para constituir né, junta comercial, aquela confusão e a gente não teve assessoria da Unicafe, de outras organizações, que hoje qualquer cooperativa tem disponível algumas assessorias. E aí nós fizemos e criamos a cooperativa e graças a deus está funcionando e eu acho que foi uma das ferramentas... [...] E aí, o tripé é, o sindicato, um guarda-chuva, que é onde é para fortalecer a Cresol, a Coofeliz, a Asimaf, o movimento de mulheres, as escolinhas sindicais, os cursinhos populares. Aí a gente foi elencando as ordens de prioridade, como atuar dentro dessas ações (Juseleno da Silva, entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2019, em Espera Feliz-MG).

O sindicato que é o principal parceiro. A Cresol, o que a gente, uma coisa interessante para colocar, porque a Coopaf ela existe, mas assim como a Cresol e a Coopaf tudo surgiu pelo sindicato. Coopaf surgiu de pauta dentro do sindicato. A associação, depois a Coopaf, tudo saiu daquela reunião ali, daquela mesa. É pauta do sindicato a constituição da cooperativa. Então, e a gente entende que o público também é o mesmo, é o mesmo agricultor que é filiado no sindicato e é filiado na Cresol. Então hoje, o quê? Até a própria organização aqui a gente faz questão disso. A DAP é feita no sindicato, todos os 95% dos nossos cooperados tem conta na Cresol, estão recebendo seu pagamento do PNAE via Cresol. Vamos supor, se a Cresol tem um produtor, fica sabendo, tem um produtor que está pegando Pronaf, tem sobra de produto, informa para nós. Essa interlocução com as organizações é importante. (Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, entrevista concedida no dia 25 de janeiro de 2019, em Muriaé-MG)

Nos relatos, o sindicato aparece como a mãe de todas as organizações e como uma organização guarda-chuva, evidenciando sua importância para os movimentos sociais enquanto estruturadora do conjunto de iniciativas de organização institucional. O sindicato compõe, junto com as organizações de apoio ao crédito e à produção, um tripé organizacional do campo político desses movimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de organização política dos agricultores familiares da Zona da Mata mineira nos apresenta alguns aspectos das relações e interações entre movimentos sociais e Estado. Os primeiros passos dos agricultores e agricultoras dos municípios da região no sentido de formar organizações de representação política foram marcados por um amplo processo de mobilização, definição de bandeiras de luta e formalização de demandas e interesses. A luta por melhores condições de vida, cidadania e direitos uniu um conjunto diverso de agricultores em torno de temas comuns. Essa união foi intensamente alimentada por teorias humanistas da Igreja Católica, em especial da Teologia da Libertação, por meio das categorias “oprimidos” e “excluídos” que se aplicavam aos pobres do campo, todos aqueles que estavam longe da arena pública, dos espaços políticos e das proteções sociais oferecidas pelo Estado.

As Comunidades Eclesiais de Base foram espaços importantes para que os “pobres do campo” acreditassem na sua capacidade de se mobilizar e transformar a própria realidade, a realidade do lugar onde viviam e a realidade do país, por meio da ação conjunta de agricultores e agricultoras pobres que dividiam um modo de vida empobrecido no rural brasileiro¹⁰⁷. No caminho apresentado pelas lideranças católicas, a organização política sob a forma de sindicatos era a chave para o início de um processo de luta política que levaria à melhoria das condições de vida, ao acesso a direitos e à cidadania. O sindicato era não apenas uma ferramenta de luta essencial para um processo coletivo de organização, mas a forma por meio do qual se poderia ser ouvido e representado no campo político institucional. Essa mediação política realizada pela Igreja, na Zona da Mata, uniu um conjunto de agricultores e agricultoras que possuíam características muito diferentes no que diz respeito à posse da terra, forma de trabalho e condição econômica e social.

Os resultados desse processo estão relacionados ao grande número de pessoas que se mobilizaram em torno desses movimentos, a abrangência regional conseguida por meio da unificação da linguagem e da forma sindicato de organização política, e a adesão familiar ocorrida em torno da organização sindical. A constituição de atores políticos ocorreu vinculada ao engajamento comunitário e familiar proporcionado pelas CEBs. Nesse sentido, se rarefaziam nos anos iniciais de organização política na região as especificidades das mulheres e dos jovens rurais, por exemplo. Os jovens rurais, aliás, foram grandes mobilizadores desses movimentos sem, por exemplo, que se discutisse a questão da sucessão familiar e da posse da terra. Os direitos trabalhistas e de acesso à saúde e à previdência social foram os temas que mobilizaram os agricultores e ocuparam os espaços nos sindicatos que foram se conformando como lugar de demanda por acesso a direitos para a população do campo. Essas pautas foram estruturadas em grande medida em torno de um papel libertador que seria exercido pelo sindicato e pelas lideranças sindicais, em relação ao patrão ou proprietário de terra e ao modo de vida baseado na ausência de inúmeros direitos trabalhistas, sociais e políticas.

O sindicato se consolidou nesse período como ferramenta de luta e de libertação dos agricultores e agricultoras e continuou sendo construído pelas lideranças como espaço e instrumento de promoção do bem comum, quase uma extensão das CEBs e da Igreja. Em alguma medida, a organização política feita sob a forma sindicato também camuflou a diversidade de atores e a diversidade de problemas que existia no cotidiano no meio rural da região. Essa diversidade, entretanto, foi se revelando à medida que a complexificação organizacional e os resultados da institucionalização da ação política ocorre. A criação dos

¹⁰⁷ As cartilhas do Mobon trazem uma letra de uma música intensamente cantada nos espaços desses movimentos sociais que possui o seguinte trecho: “Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra e um novo mar, e nesse dia, os oprimidos, numa só voz a liberdade irão cantar”.

sindicatos evidenciou uma série de conflitos nas comunidades e famílias dos municípios da região. À medida que o trabalho religioso das CEBs ocorreu cada vez mais vinculado a um trabalho político que envolvia o sindicato e, mais adiante, um partido político, uma série de fissuras se apresentou, implicando na consolidação de determinados grupos sociais na direção dessas organizações.

Os pequenos proprietários de terra, que mais tarde serão identificados numa linguagem institucional, tanto das organizações quanto do Estado, como agricultores familiares, assumiram a coordenação política das organizações sociais. As pautas dos assalariados rurais e moradores de fazenda, antes incluídos na grande categoria “trabalhadores/as rurais”, ficaram cada vez menos em evidência nas organizações. O papel exercido pelos sindicatos na emissão da declaração de atividade rural, na mediação de processos trabalhistas rurais e no acesso à aposentadoria rural, mantém presentes na organização essas pautas sem que elas, entretanto, continuem definindo os eixos centrais de sua atuação. Com a aproximação dos sindicatos das pautas relacionadas à organização produtiva, comercialização e tecnologias alternativas são reforçadas as questões daqueles que possuem terra para trabalhar e têm nela mais autonomia para produzir.

As pautas que passaram a ser conduzidas junto ao CTA (produção de sementes, tecnologias alternativas no uso do solo, uso de insumos agrícolas inofensivos) se vinculavam mais fortemente às famílias de agricultores pequenos proprietários. A redução do uso de defensivos agrícolas ou agrotóxicos nas lavouras também era uma pauta relacionada aos agricultores/as moradores/as de fazenda, trabalhadores/as rurais sem terra, parceiros/as e meeiros/as, considerando que eram esses atores que manejavam esses venenos na propriedade, sendo responsáveis por sua aplicação nos cultivos. A pauta, sem engano, era comum a uma parte importante da população rural pobre da região e contribuiu por um longo período para que o movimento sindical mantivesse vínculos com esses atores, com uma base social mais ampla, cujo diálogo acontecia tanto em nível municipal quanto regional.

A organização produtiva e a comercialização de produtos por meio das associações seguiram, nesse contexto, uma crescente aproximação das organizações sindicais à pequena agricultura. Essas questões ganharam espaço nos sindicatos à medida que as pautas relacionadas às lutas por direitos previdenciários ficaram, em alguma medida, restritas à emissão da declaração de atividade rural com poucas manifestações coletivas organizadas em torno da luta contra a precariedade do trabalho no campo ou às melhorias das condições de vida. Já no final dos anos 1990, são as estratégias regionais de comercialização, com a criação da Associação Regional, que ocuparam a agenda dos sindicatos. A pauta “Em defesa da vida e do meio ambiente”, amplamente trabalhada pela CPT e também pelos sindicatos, representa em alguma medida uma continuidade do exercício de um papel humanista de respeito e promoção da vida num contexto de crescente especialização da dinâmica organizacional.

A partir da análise apresentada na tese fica evidente que o processo de institucionalização desses movimentos ocorre com intensidades diferentes dentro da própria rede de movimentos. As organizações sindicais diante do processo de institucionalização e complexificação organizacional acolhem e encampam uma variedade de bandeiras de lutas, desde a organização produtiva e comercialização de produtos e criação de marcas, até questões mais abrangentes sobre meio ambiente, saúde, homeopatia e manejo alternativo do solo. Essa capacidade de envolver uma pluralidade de pautas de luta política está relacionada à diversidade de atores e mediadores sociais e políticos, representados na região pelo CTA e a CPT, que ampliaram exatamente na década de 1990 seu papel junto às mulheres rurais e à juventude em questões subalternas desses movimentos.

A criação da Associação Regional, seu funcionamento e sua divisão após o “racha” sindical, configuram-se como alguns dos mais complexos processos de institucionalização e de transformação de práticas políticas dentro desses movimentos. O seu funcionamento e sua

sustentabilidade política e financeira foram eles mesmos resultados da capacidade das lideranças políticas da agricultura familiar de realizar parcerias com diferentes atores do sistema político como prefeitos de grandes cidades e parlamentares. Ocorre uma diversificação dos atores que compõem a rede desses movimentos, muda a configuração das organizações sociais de representação da agricultura familiar da região no campo político e são construídos canais de diálogo com o poder público local e federal mais complexos. Esse processo de complexificação organizacional e de institucionalização política, entretanto, mantém suas bases muito fortemente ancoradas nas principais lideranças desses movimentos e não exclui processos mobilizatórios e organizativos nos níveis de suas bases sociais, como ocorreu com os temas acima citados como as práticas alternativas de saúde e o uso de agrotóxicos.

Outro importante processo de institucionalização da ação política ocorrido no âmbito desses movimentos está relacionado ao lançamento de candidaturas de lideranças a cargos públicos, estratégia amplamente reproduzida pelas organizações sindicais na década de 1990. Incentivada pela Igreja Católica, principalmente nos espaços das pastorais de juventude, e pelo PT, a candidatura de lideranças sindicais rurais ocorreu de forma ampla na região. Muitos agricultores e algumas poucas agricultoras lançaram candidaturas para o legislativo municipal, tendo os sindicatos como principais mobilizadores e apoiadores. Além da ampliação do número de representantes políticos da agricultura familiar na esfera legislativa municipal, essa estratégia teve como objetivo também aumentar o espaço dos sindicatos no cenário político municipal. Configuraram-se, nesse sentido, como processos de institucionalização que aumentaram o poder político da categoria no cenário local sendo pouco eficiente analisar como simples burocratização ou especialização funcional desses movimentos. Em termos analíticos, procede compreender como as organizações sindicais mantiveram sua relação com os candidatos eleitos identificando os resultados desse processo para essas organizações ou para as trajetórias das lideranças.

A dinâmica organizacional desses movimentos e os processos de institucionalização da ação política que os compõem (ou que se constituem) ao longo de sua trajetória são marcados por disputas internas pelo poder que conduzem a reações às oportunidades políticas institucionais. A forma como o poder está distribuído entre as lideranças interfere diretamente nos processos políticos de implementação de programas governamentais, indicando uma relação complexa entre institucionalização e representação política no âmbito desses movimentos. A capacidade das lideranças de conduzir e articular a estrutura organizativa para o acesso aos espaços institucionais interferem sobre os resultados da participação institucional para esses movimentos. Assim, se determinada liderança possui poder de articulação com o poder público municipal, por exemplo, melhores são as condições para que as organizações do movimento acessem oportunidades de financiamento público ou projetos governamentais, como no caso dos projetos do Pronaf Infraestrutura e dos projetos territoriais.

Nas configurações possíveis desse campo, é comum que lideranças mais antigas desses movimentos que possuem grande capacidade de influência sobre as organizações em nível municipal ou em nível regional consigam conduzir processos de parceria entre a sociedade civil do meio rural e os poderes públicos. As lideranças mais novas ocupam nesses movimentos um papel importante na gestão da burocracia e dos processos administrativos que a implementação dessas políticas públicas demanda. As mulheres agricultoras que eram lideranças políticas ocuparam um papel importante nesse cenário resguardadas pelas suas habilidades com a elaboração de documentos, organização da papelada, condução de processos internos na organização, principalmente nas associações e cooperativas. Em casos específicos, o exercício dessas funções permitiu a algumas delas ocupar cargos de direção nessas organizações nesse novo contexto, subvertendo a prática existente de privar as mulheres do acesso a esses cargos, muitas vezes, restringindo seu lugar ao cargo de secretária do sindicato, da associação ou da

cooperativa. Essa dinâmica foi rompida por poucos sindicatos dos municípios pesquisados, em especial os de Espera Feliz e Araponga.

Nos municípios em que existiam lideranças dos movimentos sociais ocupando cargos públicos no executivo ou no legislativo municipal eram maiores as condições de articulação política para acesso às políticas públicas e para a sua implementação, como ocorreu no caso dos projetos coletivos do Pronaf, nos projetos territoriais, no PAA e no PNAE. Nos municípios pesquisados, a presença de lideranças dos movimentos que se tornaram vereadores ou vice-prefeitos tiveram papel essencial na canalização de recursos e na viabilização dos processos de implementação de políticas na composição e funcionamentos de espaços de participação institucional, como os CMDRs e o Colegiado Territorial. No caso da política territorial, por exemplo, quando havia lideranças do movimento ocupando cargos no poder público municipal, a relação entre a prefeitura e as organizações regionais, como o CTA, era facilitada. Enquanto isso, naqueles municípios onde essa presença não ocorria ou não havia uma boa relação entre o poder público municipal e os sindicatos, os técnicos da Emater tinham seu espaço de participação referendado pela Prefeitura e confrontavam, em geral, com o CTA e as organizações regionais, por exemplo, votando contrário aos projetos desses atores.

O processo de implementação da política de desenvolvimento territorial permitiu observar os resultados dessas diferentes relações existentes entre os movimentos sociais da agricultura familiar e o poder público local nos municípios pesquisados. A composição do Colegiado Territorial, as votações dos projetos, a alocação dos recursos e a sede da articulação territorial são resultados da configuração dessas relações no Território. Araponga e Miradouro, municípios que mais acessaram recursos do Pronaf Infraestrutura, possuíam lideranças que não apenas ocupavam cargos no executivo municipal como também tinham grande capacidade de articulação regional nesses movimentos desde a década de 1990.

Esses municípios também possuíam organizações da agricultura familiar com DAP Jurídica regular, formalizadas, aptas a acessar recursos ou a assumir o papel de gestora dos projetos territoriais com grande número de filiados, quadro social devidamente formado e sempre, em todos os casos, com alguma liderança reconhecida por esses atores nos cargos de direção. O espaço institucional ocupado pelas organizações da agricultura familiar em determinadas políticas públicas só foi possível devido a um processo histórico de organização política e institucional iniciada nesses municípios nos anos 1980. O acesso às oportunidades institucionais oferecidas nesse contexto se tornou possível num cenário em que a dinâmica organizacional dos agricultores e agricultores havia levado à organização anterior e a articulações políticas locais construídas ao longo dos anos.

Os resultados da pesquisa apontam que o exercício de atividades e funções nos programas e políticas públicas interfere nos processos de tomada de decisões e aciona uma série de disputas no interior dessas organizações e junto aos demais atores envolvidos no campo político da agricultura familiar. As organizações confrontam-se com a necessidade do desempenho de novas funções, do cumprimento de novas exigências legais e da execução de novas atividades que reconfiguram seu modo de funcionamento, suas demandas e os processos de representação política.

A intensa atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas interferiu na dinâmica de aproximação dos agricultores com as organizações e no engajamento de novos atores políticos, bem como nos critérios de ocupação de cargos de direção e na dinâmica de representação política desses agricultores. Parte das lideranças entrevistadas, principalmente jovens e mulheres, relataram descobrir a existência de sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar durante a procura pelo acesso a alguma política pública, seja buscando o crédito do Pronaf, a casa do Programa Nacional de Habitação Rural ou vender seus produtos para o programa de alimentação escolar.

Outro aspecto importante evidenciado pela pesquisa é que novas habilidades adquiriram importância entre os atores sociais para condução dessas organizações. A partir das entrevistas é possível identificar um grupo de lideranças mais jovens que ascendeu politicamente nos sindicatos, cooperativas e associações e passou a ocupar cargos de direção por suas habilidades técnicas e pela capacidade de exercer funções administrativas. Há ainda lideranças que relataram terem sido convidadas a ocupar cargos de direção devido ao reconhecimento adquirido pelo trabalho na execução de alguma política pública.

Além disso, a criação de novas organizações sociais para atender exigências das políticas altera as relações de poder no âmbito desses movimentos. Sindicatos, cooperativas e associações têm sua relevância avaliada pelas lideranças na lógica do acesso às políticas públicas, alterando os critérios de definição de novas prioridades de alocação de recursos do movimento e ativando as disputas por cargos e posições políticas de direção entre os agricultores nessas organizações.

Os resultados apontam ainda para a existência de diversos dilemas relacionados às inúmeras funções e papéis exercidos pelas lideranças na implementação de políticas públicas. Os agricultores entrevistados afirmam que o trabalho de base ocorreu de forma cada vez menos intensa, gerando alguns problemas para organização, como a diminuição das ações de mobilização relacionadas à luta por novos direitos, bem como o envolvimento em ações de caráter mais reivindicativo. Entretanto, a atuação em ações de implementação de políticas é apontada pela maioria das lideranças entrevistadas como prioridade para agenda das organizações sociais, uma vez que a presença nos espaços institucionais de participação e a promoção de acesso às políticas públicas contribuem para sua legitimidade no campo político e viabilizam parte de sua sustentabilidade econômica. Ademais, a promoção do acesso à política pública se configura como forma da organização mobilizar engajamentos, mobilizar novos agricultores e formar lideranças.

As políticas públicas e seus espaços de participação social, que foram resultados de lutas sociais, começaram a juntar novamente atores sociais em torno de temas comuns, como crédito fundiário, desenvolvimento territorial e segurança alimentar. Novos conflitos também surgem, principalmente a respeito de quem irá gerir as políticas e os recursos públicos que chegam. O correr do tempo após o “racha” também permitiu que as lideranças pudessem construir processos analíticos na busca por compreender e identificar os problemas relacionados aos conflitos regionais ocorridos e, de certo modo, também recontar as histórias sobre eles.

Nos municípios de Araponga e Espera Feliz, as experiências coletivas de compra de terra e em torno dos programas de crédito fundiário e habitação rural estimularam e garantiram a continuidade de iniciativas regionais de organização política. Com uma das principais lideranças na coordenação geral da Fetraf-Minas, Espera Feliz se tornou um município de referência para o grupo de sindicatos que, no “racha”, rompeu com a Fetaemg. O município foi um dos pioneiros no acesso ao programa de crédito fundiário e de habitação rural e também na implementação do PAA e do PNAE por meio da Asimaf e da Coofeliz. Tanto Araponga e Espera Feliz quanto Divino, que continuaram organizados a partir da Associação Regional, também organizaram cooperativas de crédito por meio do Sistema Ecosol, que se juntou mais tarde ao Sistema Cresol. Os municípios de Muriaé, Rosário da Limeira, Miradouro, Fervedouro se organizaram em torno do Ceifar, da Coopaf e, mais tarde, do Sistema Cooperativo de Crédito em torno da Creditag, posteriormente convertida também em cooperativa do Sistema Cresol.

A institucionalização da ação política é composta por processos de disputas pela participação nos espaços públicos de decisão do sistema político, nos partidos, nos canais institucionais de participação social e nas políticas públicas. E também de processos de disputas internos aos movimentos sociais e suas organizações relacionados à disputa por cargos de direção, por remuneração para o exercício do trabalho político, para exercer influência sobre a política local, para disputar cargos eleitorais. Essa dinâmica é orientada para o aumento do

capital político das organizações sociais, mas também gera dentro dessas organizações uma disputa. A dimensão que esses conflitos adquirem pode implicar na desmobilização da organização, como ocorreu com a Associação Regional. Essa desmobilização está menos relacionada a incapacidade de gerir recursos financeiros, mas fortemente ligada as disputas e interesses em torno no aumento de capital político dentro das organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, R.; VON BULOW, M. Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325 a 357.
- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALBERTI, V. *Ouvir, contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.
- ANDRADE, I. A. L. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 233-250.
- ANTUNES, R. *O Novo Movimento Sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.
- ALMEIDA, L. *A articulação de diferentes categorias de trabalhadores rurais no Sindicato: unidade ou conflito?* Dissertação de Mestrado. Viçosa: UFV, 1992.
- BASSO, D. A produção e a gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos, Paraná. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 201-232.
- BORGES, M. E. L. *Utopias e Contra-Utopia: Movimentos Sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2ª Edição Revista. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *O poder simbólico*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6ª ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento dos Territórios rurais. Brasília (MDA/IICA), Textos para Discussão, n. 2, 2005. 33 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Referências para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília (MDA/IICA), Textos para Discussão, n. 4, 2005. 33 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Referências para a gestão social dos Territórios Rurais: Guia para o controle social. Brasília (MDA/IICA), Textos para Discussão, n. 4, 2006. 59 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Catálogo de boas práticas territoriais*. II Salão Nacional dos Territórios Rurais: Território da Cidadania em foco. Brasília: MDA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. 2010, 191p.

CINTRÃO, R. P. *ONGs, Tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira*. 1996. Dissertação (Mestrado em ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CORDEIRO, A; SCHMITT, C.; J. ARMANI, D. Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil. Mimeo, 2003.

CORTES, S. V.; SILVA, M. K.; Sociedade Civil, Instituições e Atores Estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em Fóruns Participativos. *Estudos sociológicos*, Araraquara, v.15, n.29, p.425-444, 2010

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Política e Sociedade*, nº 5, p. 139-164, 2004.

FAVARETO, A. *Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação política dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2001.

_____. *Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, v. 21, nº. 62, p. 27-44, 2006.

_____. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu: Fapesp, 2007.

GARCIA, E. J. *Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG*. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Viçosa). Viçosa, MG, 2013.

GOHN, M. G. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 3ª Edição. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

GOHN, M. G. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008

GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRZYBOWSKY, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

HOUTZAGER, P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-1995)*. Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

LAVALLE, A. G.; VON BULOW, M. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: brokers diferentes, dilemas semelhantes. *Política e Sociedade*. Florianópolis. Volume 13. N 28. Set/Dez. 2014.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Caminhada no Chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 11(2), p. 65-72, abril-junho/1997.

_____. Os trabalhadores do Campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, A. L. (Org.) *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MICHELIS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?, *Lua Nova*, n.17, p.49-66, 1989.

PICOLOTTO, E. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 52, p. 63-84, 2014.

REIS, E. (Org). *ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

PICOLOTTO, E.; MEDEIROS, L. S. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 342-366.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, S; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, M. G. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar em Espera Feliz –MG*. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2010.

SILVA, M. K. Movimentos sociais no Brasil: institucionalização e contestação. In: *Anais III Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales*, FLACSO-Ecuador, Quito, 26 a 28 de agosto de 2015.

_____. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 156-179

_____. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*. 46 (1): 2-9, janeiro abril, 2010.

SILVA, M. K.; SCHMITT, C. J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: *Anais 36º. Encontro Anual da Anpocs*, 2012, Águas de Águas de Lindoia: Anpocs, 2012.

SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 9-20.

SVAMPA, M. “Movimientos sociales, matrices sociopolíticas y nuevos escenarios en América Latina”, *Working Paper 01/2010*, Universitat Kassel, 2008.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA/PRODEP, 2011.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª Edição. 1ª Reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009 (Volumes I e II).

_____ *Ensaio de sociologia*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2002.